

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS

A CONSTRUÇÃO DA PATAGÔNIA ARGENTINA

ANA CAROLLINA GUTIERREZ POMPEU

BRASÍLIA

2012

Resumo

A construção da Patagônia argentina no marco jurídico e político, bem como seu processo de integração ao país, foi analisado por essa Dissertação de mestrado. A vasta região era apenas conhecida por mapas, por vezes imprecisos, e pelos relatos dos exploradores que a visitavam. As poucas iniciativas de incursão às terras austrais do continente americano eram limitadas pela presença de inúmeras sociedades indígenas, que resistiam à aculturação pretendida. Somente na segunda metade do século XIX, as ações contra os povos originários foram intensificados, convergindo para a inclusão da região ao mapa argentino.

Palavras chave: Patagônia; Argentina; sociedades indígenas; Campanhas ao Deserto.

Abstract

The construction of the Argentinean Patagonia in the legal and political state, as well as its integration process in the country, was analyzed within this Master's thesis. The vast region was only known by maps, sometimes imprecise, and by the explorers' reports that have visited Patagonian land. The few initiatives that raided the land of Southern Hemisphere, were limited by the presence of many indigenous societies, which resisted in opposition to acculturation desires by the settler. Only in the second half of nineteenth century, the actions against the indigenous people have been intensified, converging in the achievement of this region to Argentina's map.

Key words: Patagonia; Argentina; Indigenous Societies; Desert Campaigns.

Agradecimentos

Essa Dissertação de Mestrado não seria possível sem a colaboração direta ou indireta de algumas pessoas importantes.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família pelo incentivo a continuação dos meus estudos. Em especial aos meus pais, Ieda e Rubens, assim como a minha avó, Nina e meus irmãos, pelo carinho e apoio durante o período de realização do mestrado. A motivação por eles prestada, principalmente nos momentos que exigiam maior empenho, foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho.

Alguns amigos tiveram grande colaboração na realização da pesquisa envolvida nessa Dissertação. Paulo e Sandra muito contribuíram com recomendações e dicas que tornaram minhas estadias em Buenos Aires para pesquisa, agradáveis e proveitosas. As indicações bibliográficas e documentais, e frutíferas informações sobre o funcionamento dos arquivos, refletiram diretamente nos resultados obtidos. O auxílio de Danilo com a leitura atenta dos manuscritos sempre acompanhada de palavras de incentivo, foram igualmente importantes.

Aos colegas de graduação e de mestrado, como Tupá, Júlia Câmara, Marina, Lucas, Júlia Furia, Thiago, Leny, Inara, Juliana, Bárbara, Fabiany, Bistra, Eric, Paulo Vargas, Marcus, entre outros, agradeço pelo agradável convívio. Igualmente, agradeço aos amigos, Pilar, Alice, Danielle e Jéssica pelo estímulo e compreensão.

Aos meus professores da graduação pela inspiração e exemplo, e aos professores da pós-graduação, sempre muito prestativos em auxiliar no amadurecimento do objeto de pesquisa. Aos professores que participaram da qualificação, Luis Paulo Noguero e Carlos Eduardo Vidigal, contribuindo com ideias e sugestões oportunas.

Um especial agradecimento ao meu orientador, Francisco Doratioto, por toda dedicação e envolvimento nessa Dissertação. A realização desse mestrado não teria sido possível sem seu incentivo desde a graduação, tendo a preocupação em preparar-me para cada etapa, transmitindo sempre seu amor pela pesquisa e pelo ensino. Fico feliz pela oportunidade de trabalhar com um historiador que admiro e me espelho.

Finalmente, agradeço aos prestativos funcionários dos arquivos e bibliotecas argentinas por onde pesquisei. É difícil lembrar o nome de todos os funcionários, mas não esqueço a forma simpática como fui recebida em cada dia de pesquisa. E aos funcionários da Biblioteca da Unb, onde passei a maioria dos meus dias durante esse período.

Eu nunca gostei tanto do mar anteriormente, realmente eu nunca gostei; mas agora eu tive uma revelação de como pode ser agradável em um clima de verão. Era uma escuridão e magnificamente azul e perturbadoramente silencioso – seguro para a imensidão regular das batidas cardíacas do oceano, o pulso da vida; e lá cresceu algo tão agradável no sentido de flutuar no isolamento infinito e prazeroso, que era uma dádiva divina, a Patagônia não ter agitação. Não se pode imaginar o oceano como um lugar de grande segurança, mas agora se tornou um lugar como nenhum outro na terra. Quando não se confere problema, acabam os problemas – retirar cartas e telegramas e jornais e visitas e impostos e esforços, todas as complicações, todas as superficialidades e superstições, que temos enchido nossa vida terrena. A simples ausência do correio, quando as condições particulares possibilitam desfrutar o grande feito em que foram produzidas, se torna, por si mesma, uma positiva satisfação.

The Patagonia, Henry James (1922)

Abreviações

Intituições

AGN – Archivo General de la Nación

ANH – Academia Nacional de la Historia

BNA – Biblioteca Nacional Argentina

IR – Instituto Ravignani, Universidad de Buenos Aires

MR – Museo Roca

Fundos Documentais (AGN)

CFF – Coleção Felix Frias

FAB – Fundo Álvaro Barros

FJAR – Fundo Julio Argentino Roca

FPM – Fundo Perito Moreno

Leg – *Legajo*

Índice

Introdução	9
Capítulo 1 – Uma incerta Patagônia	15
1. Representações sobre a Patagônia	16
a) Em busca de <i>la Ciudad de los Cesares</i>	18
b) Características Físicas e Geográficas	20
c) Uma incerta região...	21
2. Ocupação indígena: primeiros habitantes	24
3. A Patagônia durante o período colonial	28
a) Organização político-administrativa da colonização espanhola	28
b) Iniciativas de colonização da Patagônia pela Coroa Espanhola	31
4. Da independência ao projeto nacional	35
Capítulo 2 – O projeto nacional	47
1. Uma nação para o futuro	48
2. Expansão econômica	54
3. “Fronteira interna” com os índios do sul	60
4. A expansão da fronteira interna: “ <i>La Zanja Alsina</i> ”	71
5. Marcha ao rio Negro: o plano de Roca	78
Capítulo 3 – Operações no <i>deserto</i>	87
1. “Civilizar os desertos”: campanhas preliminares	88
2. <i>A Campanha ao Deserto</i>	99
3. <i>Después del Río Negro, la Patagonia</i>	107
Capítulo 4 – Ocupação da Patagônia argentina	117
1. A Geração de 80	118
2. Campanhas militares na Patagônia	122
3. Tratado de limites com o Chile	131
4. A colonização da Patagônia	137
a) Ocupação militar no norte patagônico: Neuquén e Rio Negro	141
b) Colonização gaulesa no Chubut	145
c) Colônias penais em Santa Cruz e Terra do Fogo	150
5. Pecuária nas terras austrais	152
6. Disputa por soberania na década de 1890	155

Conclusão	163
Referências Bibliográficas	173

Introdução

A história da Patagônia possui singularidades que tornam seu estudo particularmente interessante. Apesar dos vestígios de habitantes milenários, fósseis e indicações de formas de vida que só conhecemos por estudos arqueológicos e paleontológicos, pouco se conhecia da Patagônia até há pouco. Ainda no final do século XIX, muitas de suas regiões eram praticamente desconhecidas pelos argentinos e chilenos que pretendiam sua jurisdição e apenas no final do século XX, as populações de algumas de suas áreas, passaram a participar do sistema político representativo argentino. É procedente chamar a atenção para esse relativo desconhecimento, bem como reconhecer a riqueza historiográfica que seria fazer um estudo sobre as inúmeras comunidades que compunham os habitantes originários da Patagônia. Tal destaque é necessário para contextualizar as dificuldades e significado da elaboração desta Dissertação, que se ocupa da história mais “recente” dessa região, que mantém sua aptidão para fascinar aos aventureiros mais audaciosos.

A Patagônia fazia parte do imaginário europeu desde o século XVI, após a chegada dos primeiros europeus aos canais do Estreito de Magalhães e as últimas terras habitadas do extremo sul do continente americano. Do pouco conhecimento sobre a região, nomeada na cartografia europeia por *Terra Australis Incognita*,¹ nasciam as lendas que aguçavam o fascínio pelo desconhecido. Marinheiros que deixavam a Europa em busca da “descoberta” de novas terras e, motivados pela perspectiva de enriquecimento fácil, percorreram essa incerta região que, ao menos no texto das leis, fazia parte dos domínios coloniais espanhóis. O período colonial não trouxe grandes alterações ao estilo de vida de seus habitantes originais e as áreas efetivamente ocupadas pela Espanha, no Rio da Prata, guardavam enormes distâncias das terras patagônicas. Salvo algumas iniciativas pontuais por parte da Coroa, datadas do final do século XVIII, a região não recebeu grande atenção dos espanhóis.

Cabe lembrar que a ideia sobre Patagônia não permaneceu inalterada ao longo dos séculos: apesar da designação das porções mais meridionais das Américas datar do século XVI, sua correspondência geográfica era fluida, devendo ser enquadrada em uma perspectiva histórica. A vinculação do vocábulo *Patagônia* com uma região definida

¹ SAID, Jaime. *Patagonia*. 2ª ed. Santiago de Chile: Editorial Patagonia Media, 2011, p. 126.

esteve vinculada ao conhecimento que se adquiria sobre as terras austrais, bem como, o interesse em ocupá-las.

No período que vai da emancipação da Espanha até a estabilização das guerras civis e estrangeiras, a partir da década de 1860, tampouco ocorreram ações capazes de modificar o *status quo* das terras situadas ao sul do rio Colorado, considerado limite norte da Patagônia. Algumas iniciativas militares foram empreendidas nas primeiras décadas após a independência, mas a resistência indígena e a falta de recursos necessários para adentrar as áreas desconhecidas, limitaram os resultados das operações, concentrando-as nas proximidades da cidade de Buenos Aires.

Na década de 1830, um grupo de jovens intelectuais, conhecido como “Geração de 37”, se reunia a fim de adaptar ideias “importadas” da Europa, ao contexto sul-americano. Apesar da imaturidade intelectual, muito do pensamento oriundo dessa geração influenciou gerações seguintes de políticos e intelectuais na reflexão sobre o modelo de nação argentina que se pretendia edificar. Tendo como base a concepção de nação da Europa ocidental, ideias como a edificação da “civilização” e sua adequação a um modelo político norte-americano ou europeu, eram discutidas projetando sua aplicação ao contexto argentino.

A propagação de ideias europeias, principalmente aquelas relacionadas às teorias evolucionistas, incitavam o ato de “civilizar”, entendido como a transformação da sociedade pelos meios técnicos e materiais, que, segundo a concepção da época, era responsável por aproximar as populações americanas das “civilizações” europeias. Por essa lógica de pensamento, típica dos oitocentos, enfrentar os povos originários da Patagônia e do Pampa, “civilizando-os” ao ocupar novos espaços, era parte do pensamento daqueles que planificavam uma nação argentina sob o referencial ocidental. A esta realidade devem ser agregadas as motivações culturais ou ideológicas e a necessidade de ampliação das áreas disponíveis para a criação de animais, motivada pela expansão da economia argentina, sobretudo na segunda metade do século XIX.

As ações militares que visavam à destituição das terras indígenas, ao sul da área ocupada pelas províncias de Buenos Aires, San Luiz, Santa Fé, Córdoba e Mendoza, ocorreram de forma sistemática, a partir da década de 1870. Agregar a Patagônia definitivamente ao mapa argentino, esteve entre as pretensões dessas operações militares, que estabeleceram um marco jurídico à região, anteriormente ao processo de ocupação efetiva pelo Estado. Iniciadas na zona que marcava a “fronteira” sul dessas cinco províncias, as atividades militares contra os indígenas, somente terminaram em

1885, com a chegada do exército à atual província do Chubut. Logo que iniciada sua ocupação, as terras patagônicas descobriram sua vocação para a criação de ovinos, atraindo imigrantes para consolidar a atividade.

Após a inclusão da Patagônia ao território argentino, as seis províncias que hoje a compõem (La Pampa, Neuquén, Río Negro, Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego), possuíam estatuto jurídico inferior as demais províncias. Os direitos políticos e civis de seus habitantes eram limitados e, para certos casos, inexistentes, uma vez que esses territórios se encontravam diretamente vinculados ao poder central. A situação começou a modificar-se na década de 1930, terminando apenas na década de 1990, momento em que todas as áreas patagônicas adquiriram os mesmos direitos e atribuições que as demais províncias do país.

A área de mais de 900.000 km² contava com apenas 29.041 habitantes em finais do século XIX,² contra os pouco mais de 2 milhões atuais.³ A baixa densidade populacional remete a uma característica atribuída as extensões patagônicas, que antecede sua ocupação: um deserto. Durante o século XIX, deserto se atrelava a uma condição política, marcada pela ausência do elemento civilizado, o que ia além da representação dos espaços vazios. Com esse significado, as Campanhas ao Deserto, ocorridas na década de 1870, buscavam cumprir o ideal civilizacional ao efetivar a posse sobre um território, em que se esperava fonte de riquezas e progresso.

Essa dissertação, portanto, se ocupou dessa história mais “recente” da Patagônia argentina, direcionando o estudo para a percepção das construções jurídicas e políticas do território patagônico. A compreensão do pensamento que tornou possível o embate com diversas sociedades indígenas, a fim de empreender uma ocupação territorial, faz-se necessário à análise da questão, considerando os parâmetros de sua época. Também foram considerados os interesses econômicos e políticos envolvidos no processo de ocupação desses novos espaços. Procurou-se analisar a sociedade argentina do período, como a opção das oligarquias dominantes pelo desenvolvimento de atividades relacionadas à agroexportação, valorizando as terras e concentrando sua posse.

A repercussão das atividades militares na “fronteira” sobre os povos originários foi analisada, do mesmo modo que a dinâmica existente nos “espaços de fronteira”,

² Dado referente ao ano de 1895. TORRES, Susana. Grupos inmigratorios y relaciones identitarias en algunos centros urbanos de la Patagonia. In: BANDIERI, Susana, BLANCO, Graciela, VARELA, Gladys (dir.) *Hecho en Patagonia: La historia en perspectiva regional*. 1ª ed. Neuquén: Educo, 2006, p. 258

³ Dados referentes à população atual e dimensão territorial, obtidos no site oficial sobre a Patagônia: http://www.patagonia.gov.ar/espanol/patagonia.php?menu_id=1

simbolizados como os locais de contato das populações indígenas com a sociedade *criolla* que procurava se impor.

A respeito da história da Patagônia, a metodologia da *historia regional* pode ser considerada como a tendência atual. Concentrados principalmente na Universidade de *Comahue*, província de Neuquén, e sob a direção da professora Susana Bandieri, tem aparecido nos últimos anos, trabalhos com a perspectiva da história regional, sobre as diversas localidades patagônicas, sobretudo, com temática centralizada no norte - patagônico. Em geral, os temas compreendem desde história indígena até a aquisição dos direitos civis e políticos mais recentes.

Abrangendo paisagens com distintas características físicas e sociais, a opção pelos estudos regionais se apresenta como uma promissora possibilidade para a pesquisa. Além das diferenças físicas, as regiões que compõem a Patagônia possuem também, processos históricos distintos, fazendo da historia regional uma ferramenta apropriada, optando por explorar a pluralidade das histórias inseridas no universo local. O conhecimento da história regional contribui para a identificação da comunidade a um sentimento de pertencimento a nível local, uma vez que a integração dessas áreas ao Estado argentino foi tardia. Os vínculos com o país vizinho e com as sociedades originárias também são explorados por essa literatura, procurando uma alternativa à produção nacionalista, focalizada em vincular essas comunidades ao Estado argentino.

Dentre as obras que adotam essa perspectiva, utilizadas no presente trabalho, estão a *História da Patagônia*⁴ de Susana Bandieri (1ª edição de 2005) e *Hecho en la Patagonia: La historia en perspectiva regional*,⁵ organizada por Susana Bandieri, Graciela Blanco e Gladys Varela. Outra obra também organizada por Bandieri, *Cruzando la Patagonia*⁶, compreende artigos focalizados na integração com o Chile através da cordilheira dos Andes, mostrando que, muitas vezes, a integração da Patagônia com o vizinho *cordilheirano*, antecedeu a integração com as demais províncias argentinas.

A parte a tendência da história regional, um historiografia sobre a Patagônia ganha espaço em trabalhos mais recentes. Contando com pesquisa documental em diversos arquivos europeus, o livro *Patagonia* (1ª edição de 2011), escrito pelo chileno

⁴ BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

⁵ BANDIERI, Susana, BLANCO, Graciela, VARELA, Gladys (dir.) *Hecho en Patagonia: La historia en perspectiva regional*. 1ª ed. Neuquén: Educo, 2006.

⁶ BANDIERI, Susana (org.). *Cruzando la Cordillera: la frontera argentino-chilena como espacio social*. 1ª ed. CEHIR: Neuquén, 2001.

Jaime Said, agrega informações principalmente sobre o período colonial, sem, no entanto, aprofundar a análise sobre o tema.⁷

A pesquisa e redação desta Dissertação, permitiu perceber que a historiografia sobre a Patagônia é um campo em expansão. À parte dos arquivos oficiais localizados em Buenos Aires, cada província patagônica abriga seus próprios registros, ampliando as possibilidades de investigação. A maioria dos trabalhos analisados concentra-se no período da ocupação efetuada no final do século XIX, sendo poucos aqueles que exploram os períodos anteriores e posteriores a essa época; ainda há muitas lacunas e questões a serem exploradas.

Finalmente, esta Dissertação não teve a pretensão de abarcar toda a história da Patagônia, mas em propor uma reflexão acerca da construção dessa região como parte integrante da Argentina, focalizando o estudo na segunda metade do século XIX, e concluindo com a demarcação dos limites internacionais do país.

Foi mantida a grafia original das fontes primárias utilizadas, respeitando a forma como os nomes de lugares, por exemplo, se apresentavam nos documentos. Muitos dos locais que foram citados, não possuem relação com as paisagens atuais, o que restringiu a pesquisa a algumas generalizações quanto à apresentação das localidades, ao procurar equivalência com localidades contemporâneas. As citações diretas foram realizadas no idioma em que estavam apresentadas, mantendo a forma de escrita, que por vezes distou da grafia atual. Algumas expressões foram utilizadas em espanhol, procurando não reduzir o impacto com uma tradução ao português.

⁷ SAID, Jaime. *Patagonia*. 2ª ed. Santiago de Chile: Editorial Patagonia Media, 2011.

Patagônia, 1856. Coton G. W.
 David Rumsey Historical Map Collections⁸



⁸ http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~1581~130070:Patagonia--with--South-Orkney-Or-Po?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:patagonia;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=46#

Capítulo 1
Uma incerta Patagônia

Terra de gigantes, cidade dos Césares¹, país dos ventos. São muitos os imaginários associados à Patagônia. O escasso conhecimento que se tinha da região, desde a colonização, dava margens às mais diferentes especulações. Seu nome vem da denominação genérica de seus habitantes, *patagón* ou *patagones*.² Os primeiros europeus a pisarem nas terras que posteriormente foram chamadas de Patagônia, fizeram parte da expedição de Fernão de Magalhães, no ano de 1520. No entanto, a sua colonização só foi iniciada de forma sistemática séculos após a visita dos primeiros europeus e algumas décadas após a ruptura com a metrópole Ibérica. A região permaneceu ocupada basicamente por tribos indígenas até meados do século XIX, momento em que Patagônia tornou-se sinônimo de barbárie, um deserto, “ausente” de população e civilidade, de acordo com as sociedades que pretendiam ocupá-la.

1. Representações sobre as *Patagônias*.

A existência do termo desde o século XVI não corresponde automaticamente à região que hoje atribuímos com a mesma nomenclatura. A relação entre as áreas que constituíam a Patagônia modificou-se ao longo dos séculos, juntamente com as ideias que a definiam. Pode-se falar, então, na Patagônia como um conceito,³ não somente como um substantivo que designa uma região. As transformações em sua utilização, percebidas diacronicamente, indicam sua equivalência com processos políticos e sociais, necessários a compreensão dos significados agregados a esse conceito.

Em um primeiro momento, a palavra *Patagonia*, derivou da lenda relacionada à exploração de Magalhães. Pouco se sabe sobre a origem de tal nome, embora existam algumas especulações. De acordo com os registros de sua expedição, efetuados por Antonio Pigaffeta, os índios que habitavam o Estreito de Magalhães, possuíam os pés grandes, e, portanto, “patão”, associando-os a uma raça de gigantes. Provavelmente, o estranhamento em relação ao tamanho dos pés tenha ocorrido em decorrência das botas que utilizavam. Outra perspectiva parte do romance de cavalaria espanhol, lido pelos exploradores, que continha a

¹ Carlos Valenzuela Solís de Ovando, *Tradiciones coloniales*. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01338331911915277755802/p0000001.htm?marca=Patagonia#236> Acesso em: 26/06/2010.

² D'ORBIGNY, Alcide. *Viaje por America meridional II*. 1ª ed. Buenos Aires: emecé, 1999, p. 512.

³ KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 97, 118.

descrição de uma ilha distante, habitada por um gigante denominado *patagón*. Apenas no século XVIII, com a obra do inglês Thomas Falkner, a palavra passou a designar definitivamente as terras austrais do continente americano.⁴

A partir de Falkner, o vocábulo *Patagônia* originou a designação generalizante de *patagones* para os habitantes dessas zonas, praticamente desconhecidas do domínio espanhol. A nomenclatura da região não acompanhou a precisão da área. Nesse período, havia pouca noção de onde “começavam” as terras patagônicas, que se estendiam até o Estreito de Magalhães. Para o explorador francês Alcide D’Orbigny, por exemplo, a Patagônia representava toda a extensão do estuário do rio da Prata, até o Estreito de Magalhães,⁵ demonstrando a imprecisão da área patagônica.

Entre o século XVIII e começos do XIX, esse conceito tinha como significados uma terra distante, de difícil acesso e com população hostil à presença *criolla*. Ignorada nos séculos anteriores, a Patagônia desse período, recebeu relativa atenção da Coroa. Como reflexo das reformas burbônicas, perceberam-se as características estratégicas da região, mobilizando iniciativas de ocupação. As dificuldades vivenciadas pelos espanhóis, principalmente em relação ao trato com os índios, vincularam a Patagônia com adjetivos pejorativos, considerando um lugar inóspito e até mesmo infértil, após as considerações de Charles Darwin. A partir desses significados, infere-se a falta de condições que permitissem a Espanha colonizar essas terras, somadas a falta de interesse desde o século XVI.

Efetuada a independência, a situação em relação à Patagônia modificou-se na medida em que os enfrentamentos com os índios se tornaram mais frequentes. A partir de 1820, as ações contra as sociedades originárias foram intensificadas. Na primeira metade do século XIX, havia uma confusão entre as áreas da Patagônia e as do Pampa, não havendo delimitação precisa desses espaços. Muito embora, houvesse uma tendência a considerar a Patagônia desde o rio Colorado até a Terra do Fogo. Nessa ocasião, a Patagônia foi sinônimo de barbárie, em contraposição à civilização, ou aquilo que não havia sofrido as transformações decorrentes da vida considerada civilizada. O agravamento das lutas com os indígenas engendrou o vínculo de selvageria e barbárie, com as áreas patagônicas e *pampeanas*.

Na segunda metade do século XIX, Patagônia passou a identificar o progresso de um país, que tinha a perspectiva de promover sua “conquista”. Após a definição do rio Negro como limite do Estado argentino em 1879, como será tratado adiante, a Patagônia era a zona

⁴ BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 18.

⁵ D’ORBIGNY, p. 519.

compreendida a partir desse rio, configurando no território não ocupado pelos argentinos, mas que sinalizava a capacidade estatal de colocá-lo em seus domínios. Agregá-la ao Estado argentino acarretaria no progresso do país, o que foi amplamente utilizado em discursos políticos do período. A Patagônia ainda representava o atraso e a barbárie, no entanto, existia a expectativa de sua ocupação após as experiências militares da década de 1870. Nesse período, a região ganhou status jurídico do governo argentino e subdivisões administrativas, anteriores à ocupação concreta.

Por fim, após a ocupação pela Argentina, a área foi integrada ao território dessa nação, mas foi considerada imatura em termos sociais e políticos, sendo dependente do aparelho administrativo do Estado, situação que só mudou a partir da década de 1930. Desde os últimos anos do século XIX, a Patagônia possuía um sistema organizacional definido e mediante negociações com o Chile, seus limites internacionais passaram a ser estipulados.

Portanto, pode-se compreender a Patagônia como um *conceito histórico*, pelas mudanças em seu sentido, ocorridas ao longo do tempo, em associação com as transformações políticas e sociais ocorridas na Argentina, desde a independência até finais do século XIX. Percebe-se que a utilização desse vocábulo não correspondeu somente à designação de um espaço físico, mas possuiu inúmeros sentidos, cujas nuances puderam ser apreendidas com o trabalho de pesquisa.

Uma análise das transformações sociais e política da Argentina, bem como sua relação com a Patagônia, como conceito, até sua transformação em território argentino, serão abordadas ao longo desse trabalho. Colocar esse conceito em perspectiva histórica permite o entendimento das diversas significações e usos dessa palavra no tempo, o que auxilia na tarefa de refletir a construção desse território, de acordo com a forma em que foi problematizado por seus contemporâneos.

a) Em busca da *Ciudad de los Césares*.

Apesar das dificuldades da empreitada colonial, a região inspirou viajantes e aventureiros, imersos no mundo mágico das lendas patagônicas. A descoberta de riquezas minerais ou de cidades perdidas foi motivação para muitos europeus atravessarem os mares, em busca do enriquecimento rápido. A partir do texto de Pedro de Angelis, é possível acercar-se do imaginário presente até o século XVIII.

Es opinión general de los escritores que han tratado del descubrimiento del Rio de la Plata, que lo que mas influyó en atraerle un número considerable y escogido de conquistadores, fué el nombre. Ni el fin trágico de Solis, ni el número y la ferocidad de los indígenas, ni el hambre que habia diezmado una porcion de sus propios compatriotas, fueron bastantes á retraerlos de un país que los brindaba con fáciles adquisiciones. Pero pronto reconocian su error, y el vacío que dejaba este desengaño hubiera sido abrumante, si no hubiesen tenido á su disposicion un Dorado y los Césares para llenarlo.⁶

A respeito da informação citada, o autor advertia que “*estas (...) voces que son ahora sin sentido para nosotros, fueron entonces el alma de muchas y ruinosas empresas*”. Movidos por esses ideais que as áreas austrais do continente americano foram visitadas. Mesmo com as evidentes dificuldades em alcançar o território patagônico, os mitos de uma cidade disposta entre minas de ouro e prata, relacionaram o vicereinado formado por um “rio de prata”, ao local das riquezas abundantes.

Aventureiros em busca de povoações perdidas insistiam em alcançar a cidade dos Césares. As lendas acerca de uma cidade com construções cobertas de prata e edificada por marinheiros oriundos de embarcações afundadas nas ilhas do Estreito de Magalhães, “*exitaron el celo de las autoridades y la mas viva curiosidad del público.*”⁷ Angelis comentou que, existiam informações em arquivos da Capitania do Chile, sobre investimentos para a busca da cidade dos Césares, realizadas pela Coroa espanhola no século XVIII, insistindo em comprovar as notícias chegadas à Europa.⁸ Alguns localizavam a cidade dos Césares na cordilheira dos Andes, entre os paralelos 45° e 50°, enquanto outros, asseguravam que ela estabelecia-se na costa Atlântica. Além do povoado dos Césares espanhóis, acreditava-se nos “Césares” indígenas, mais pacíficos no trato com os espanhóis, que os demais índios da região,⁹ reforçando a crença da existência de índios passíveis a conversão ao cristianismo na Patagônia, o que também motivava a realização de incursões pelos espanhóis.

Da mesma forma que as lendas sobre a cidade dos Césares, também chamada de *Ciudad Encantada*, por Thomas Falkner, havia informações sobre uma passagem nos Andes, que colocava em conexão os dois oceanos. Alguns relatos de viajantes informavam que o rio Neuquén continuaria pela cordilheira, desembocando no oceano Pacífico, relatando, igualmente, que embarcações já haviam percorrido esse caminho.¹⁰

⁶ ANGELIS, Pedro. *La ciudad encantada de la Patagonia* (1836). Buenos Aires: Continente, 2005, p. 16.

⁷ Idem, p. 17.

⁸ Id, p. 18 e 19.

⁹ Silvestre Antonio de Roxas, 1707. Apud. Id, p. 22.

¹⁰ Capitán D. Fermin Villagran sobre la Ciudad de los Césares (1781). Apud. Id, p. 65.

Essas e outras estórias constituíam a escassa informação sobre a Patagônia. Como zona marginal nos tempos da colonização espanhola, o que se sabia era vago e por vezes fantasioso. O imaginário sobre a Patagônia continha o fascínio do desconhecido, agregando espaços informações geográficas ou sobre os índios que a habitavam.

b) Características físicas e geográficas.

As Patagônias, oriental e ocidental, fazem parte da jurisdição de dois países. A primeira, pertencente à Argentina, situada ao sul do rio Colorado até a província da Terra do Fogo, delimitando-se a leste pelo oceano Atlântico e a oeste pelos Andes. Compõem a região as províncias de La Pampa, Neuquén, Río Negro, Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego, totalizando uma área de 930.731 km².¹¹ Do lado chileno, a Patagônia ocidental inicia-se mais ao sul que na Argentina, abrangendo parte da região dos Lagos, a região de *Aysen* e a de Magalhães, sendo que as cidades mais importantes são Punta Arenas, Puerto Natales e Coyhaique.¹²

Suas regiões possuem paisagens com diferentes características físicas e climáticas, além de distintos processos históricos. Na Patagônia argentina, é usual a atribuição do termo *norte patagônico*, em referência as atuais províncias de Neuquén e Rio Negro, cujo desenvolvimento histórico esteve relacionado às disputas com os povos originários; assim como, a *região austral*, para as províncias localizadas ao sul do continente americano, com vínculos estreitos com os canais de navegação do Pacífico. No entanto, essa duas regiões possuem características distintas individualmente, ficando o cuidado de não dividir a Patagônia em dois grandes blocos, homogêneos entre si.

De acordo com a historiadora Susana Bandieri, a região patagônica continental pode ser dividida entre as zonas: andina, *meseta* central, vales fluviais e costa atlântica.¹³ Em contraste com o norte dos Andes, as áreas andinas da Patagônia são caracterizadas por lagos e bosques. Desde a altura do rio Colorado até o norte de Neuquén, pode-se perceber a transição entre a paisagem árida e mais elevada, para o cenário típico dos Andes austrais, contendo

¹¹Comision Directiva Ente Regional Oficial de Turismo "Patagonia Turistica". Disponível em: <http://www.patagoniaturistica.org.ar/> Acesso em: 02/08/2010.

¹² This is Chile: Chile's oficial website.

Disponível em: <http://www.thisischile.cl/articles.aspx?Id=290&eje=ZonaPatagonia&idioma=1> Acesso em: 02/08/2010.

¹³ BANDIERI, p. 20, 25.

bosques e lagos.¹⁴ Ao sul da província do Chubut, a cordilheira segue na forma de *meseta* (ou planalto), além dos glaciais existentes no sul da província de Santa Cruz. A região andina possui clima predominantemente frio e úmido, devidos aos ventos do Pacífico.

A *meseta* central é uma região semidesértica, apresentando baixos níveis de precipitação. É o bioma predominante da Patagônia e se estende da cordilheira ao oceano, com clima frio e árido. Exceções as áreas secas, são os vales fluviais, formados aos arredores dos principais rios, como o Negro e seus afluentes, o Chubut e o Santa Cruz. A existência desses rios, que cortam transversalmente a Patagônia, propiciam o desenvolvimento de atividades agropecuárias ocorridas nesses vales ou em outras áreas, por meio de sistemas de irrigação. A característica climática da costa atlântica é semelhante aquela encontrada na *meseta* central, embora apresente climas mais úmidos em alguns trechos. Apesar de não abordado por esse trabalho, o arquipélago das Malvinas também foi colocado por Bandieri, como parte da Patagônia atlântica.

c) Uma incerta região...

Essas regiões pouco se vincularam à administração espanhola ou à recém-criada república da pós-independência. O assentamento de cidades pela Coroa espanhola dependia da relação estabelecida com os índios, que devido a sua hostilidade com os europeus, dificultaram a empreitada colonial. O crescimento das cidades e regiões desenvolvidas pela administração espanhola esteve vinculado à possível expansão da chamada “fronteira” com os índios, determinada por acordos entre ambas as sociedades e por conflitos. No Chile, essa fronteira foi estabelecendo-se no rio Biobio, marcando o permeável limite entre o território espanhol e o indígena. Ao sul, estava a Araucania, habitada por índios que resistiam ao intento colonizador espanhol. Na Argentina, o Pampa configurava-se como uma região de fronteira entre a sociedade *criolla* e as indígenas. Nessa região, situavam-se os fortes que tentavam impedir a penetração indígena, promovendo uma separação militar entre ambas as sociedades. Fortes resguardavam as terras ocupadas por cidades e animais da penetração indígena, além de funcionar como suporte para incursões militares contra os grupos indígenas.

As fronteiras, no entanto, não constituíam limites impenetráveis. Nos “espaços de fronteira”, termo mais apropriado ao estudo da questão, foram desenvolvidas relações que iam

¹⁴ Idem, p. 21.

além do conflito entre duas sociedades. Relações comerciais, diplomáticas e migratórias, estiveram presentes nos limites convencionados entre a “civilização”, proveniente da colonização europeia, e a “barbárie”, antítese do mundo civilizado, relacionado às sociedades indígenas, conforme atribuição dos colonizadores. Mesmo configurando-se como limites permeáveis, as zonas de fronteira separaram as áreas colonizadas pelos espanhóis, ainda que observadas as relações entre as sociedades indígenas e o sistema colonial espanhol e mercantil.¹⁵ Esses espaços tinham caráter heterogêneo no tocante à composição social e práticas quotidianas, onde o conflito figurava como um dos elementos de relação e não como o preponderante.¹⁶

As especificações sobre o território durante o período colonial eram vagas, reflexo do desconhecimento da Coroa sobre os confins austrais de seu domínio. As grandes distâncias com a Europa e as dificuldades de acesso, fizeram da Patagônia zona restrita a aventureiros e de alguns religiosos, que tiveram contato com as comunidades indígenas. Muitas das informações sobre esse território estão contidas em crônicas e relatos dos viajantes que ali estiveram. A partir de muitos desses textos, um conjunto de fábulas e lendas foram relacionadas à Patagônia, caracterizando a região por uma série de imagens pejorativas, que de certa maneira justificavam a limitada capacidade da Coroa em colonizá-la.

Apesar da existência do termo *Patagonia*, desde o século XVI, sua área se modificou ao longo dos séculos. Muitas das paisagens pampeanas, “distantes” dos centros de colonização, devido às dificuldades de acesso e aos povos originários, pouco receptivos ao europeu, tornaram esses lugares “desertos”, ou simplesmente, parte das *llanuras patagónicas*. A vinculação arbitrária da Patagônia, como a zona iniciada no rio Colorado, ocorreu apenas no final do século XIX. Atualmente a Patagônia como região política inicia-se no rio Negro muito embora, o rio Colorado, integrante da área do Pampa, seja considerado como o início da região patagônica como ecossistema.

Após as guerras de independência, a porção sul do atual território argentino, era ligada ao que veio a ser classificado, então, como barbárie, pela não adequação dos índios ao modelo de civilização imposto. Para os homens do século XIX, a Patagônia representava um deserto, ou seja, uma zona desabitada, livre de qualquer sinal de progresso. De delimitação vaga e genérica, associada à barbárie, ao desconhecido e ao inóspito, até a primeira metade do século

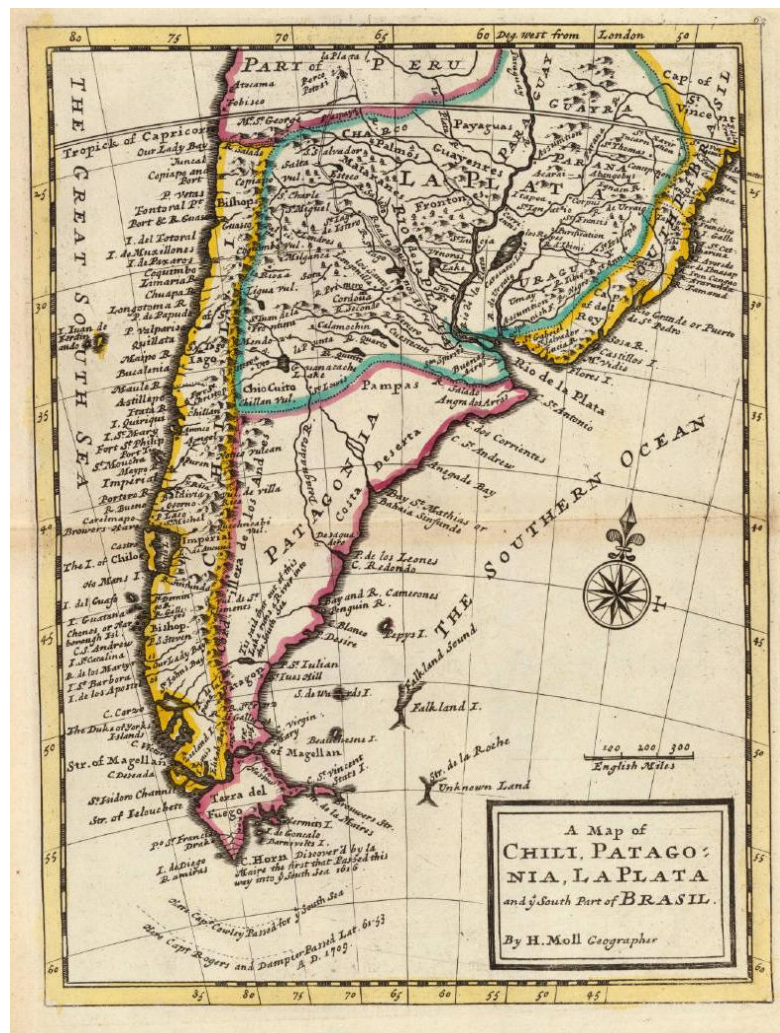
¹⁵ FRADKIN, Raúl e GARVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 112.

¹⁶ Idem.

XIX, a Patagônia foi adquirindo dimensão política, à medida que as possibilidades de colonização se concretizavam. Apesar da existência do termo Patagônia o espaço que representava era vago e *incerto*. As compreensões a respeito das diferentes interpretações, sobre o que era a Patagônia durante a colonização e após a independência, funcionam como pistas para entender o funcionamento desse conceito dentro de sua articulação temporal, repercutindo nas ações sobre esse espaço social. Ausente de civilidade, conforme pensando até o século XIX, a Patagônia era uma terra a ser “conquistada”. Tendo como referência cultural a Europa e os Estados Unidos, a Argentina também almejava ser uma nação que, além de ser civilizada, *civilizava*.

Mapa do Chile, Patagonia, La Plata e parte sul do Brasil.

MOLL, Herman, 1732. David Rumsey Historical Map Collection.¹⁷



¹⁷ O rio *Salado* (Província de Buenos Aires), era o limite norte da Patagônia. Disponível em: http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~3769~430105:A-map-of-Chili,-Patagonia,-La-Plata?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:paTAGONIA;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=44&trs=46#

2. Ocupação indígena: primeiros habitantes.

A área correspondente ao atual território da Argentina era habitada por inúmeros grupamentos indígenas com costumes, idiomas e hábitos alimentares distintos. A região da Patagônia era habitada por distintas sociedades, em sua maioria nômades e praticantes da caça, apesar de também existirem grupos adeptos da agricultura. Alguns viviam apenas da pesca e da caça, a exemplo dos habitantes do canal de Beagle e os da Terra do Fogo.¹⁸ Mesmo existindo sociedades diferentes, o espanhol costumava atribuir a elas uma designação genérica, sendo que muitas das denominações conhecidas agrupam mais de uma nação indígena. *Mapuches*, *Manzaneros*, *Araucanos*, *Patagones*, *Tehuelches*, são exemplos de nomenclaturas atribuídas pelos espanhóis aos índios da região, generalizando-os e sem a preocupação de diferenciá-los.

Na atual região norte da Patagônia argentina, habitavam os índios *Pehuenches*. Eram caçadores, coletores e viviam em trânsito pela cordilheira, principalmente para colher os frutos das araucárias, o pinhão ou o *pehuén*, sendo essa a origem de seu nome.¹⁹ Já os *Puelches*, habitavam a região do lago *Nahuel Huapi*, próximo a cordilheira dos Andes.

Entre os habitantes da parte chilena, mas de grande integração com os grupos habitantes da parte oriental dos Andes, estavam os Araucanos. Apelidados de *aucas* ou araucanos pelos espanhóis, o que significava “rebelde, selvagem ou bandido”,²⁰ além da denominação *Mapuche*, existente desde o século XVIII. Esses índios se dividiam em três nações distintas ocupando a região montanhosa dos Andes, até o Estreito de Magalhães. Aparte as designações atribuídas pelos espanhóis, esses índios eram conhecidos como *Moluches* (o que em sua língua correspondia a guerreiros).²¹ Viviam da agricultura e da criação de animais, embora a caça também tivesse importância. Essas sociedades eram dotadas de grande unidade cultural, além de força defensiva e expansiva bem desenvolvida.²² Entre os cronistas do período colonial, Pedro de Valdívia, descreveu o estilo de vida dos araucanos, ressaltando que: “*el derecho de ellos está en las armas, y así las tienen todos en sus*

¹⁸ FLORIA, Carlos Alberto e BELSUNCE, César A. *Historia de los argentinos*. Buenos Aires: Ediciones Larrousse, 1992, p. 79.

¹⁹ VILLALOBOS, Sergio. *La vida fronteriza en Chile*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 222.

²⁰ FALKNER, p. 36.

²¹ Idem.

²² VILLALOBOS, p. 213.

casas y muy a punto para se defender de sus vecinos y ofender al que menos puede.”²³ Após a independência, em menor número, esses índios se restringiram ao sul do rio Bio-bio, resistindo a imposição do colonizador até as primeiras campanhas militares no sul do Chile, iniciadas na década de 1860.

Os índios habitantes da *meseta* patagônica, a oriente da cordilheira, eram conhecidos pela denominação genérica de *Tehuelches*. Seu nome significava “gente brava”.²⁴ Eram índios de grande estatura, de acordo com os relatos dos viajantes europeus, que praticavam a caça e por isso estavam em constante mobilidade.²⁵ Sociedades com idiomas diferentes, embora semelhantes, eram tratadas pelos *criollos* genericamente como *Tehuelches*. Utilizavam peles de animais como vestimenta e armas como arco e flecha, lanças e *boleadoras*. Os grupos indígenas que ocupavam a Patagônia conviviam com a dificuldade no cultivo de alimentos, devido ao clima sempre frio e aos fortes ventos típicos da região, o que os tornava predominantemente caçadores.

Na Terra do Fogo, os *Yámana* caçavam lobos marinhos e coletavam ouriços e peixes, percorrendo a canoas os canais da ilha. Utilizavam uma capa curta feita com pele de lobo marinho, e assim conseguiam manterem-se secos e aquecidos por uma chama acesa nas canoas.²⁶ Os *Selk’nam*, também conhecidos como *onas*, habitavam bosques da Terra do Fogo. Eram caçadores de mamíferos como o guanaco, utilizando sua pele como vestimenta. Também colhiam frutos e, por vezes, buscavam alimento na costa, mesmo sem utilizar canoas. Há indícios em estudos recentes de arqueologia,²⁷ de que esses diferentes povos habitantes da Patagônia, estavam em constante relação, estabelecendo alianças e exercendo controle das áreas ocupadas.

Os primeiros contatos com o espanhol impactaram na redução da população tanto por meio de guerras, quanto pela imposição cultural. O grande fluxo de navios nas costas patagônicas impôs o enfretamento com os europeus, que por vezes roubavam as peles dos índios e sequestravam mulheres.²⁸ A propagação de doenças europeias como a varíola, levaram muitos índios ao óbito, assim como a introdução de vícios como o álcool e de

²³ Escrito para Carlos V em 1551. Idem, p. 214.

²⁴ BANDIERI, p. 36

²⁵ CRIVELLI, A. Eduardo. La sociedad indígena. Academia Nacional de la Historia. *Nueva Historia de la Nación Argentina*, tomo IV, Buenos Aires: Editorial Planeta, 2000, p. 176.

²⁶ Idem, p. 181.

²⁷ BANDIERI, P. 41.

²⁸ Idem, p. 42.

vestimentas não adaptadas ao clima e aos seus hábitos.²⁹ Logo no século XVI, os *tehuelches* introduziram o cavalo para seu deslocamento, logo utilizados pela maioria dos grupos patagônicos, a exceção dos habitantes da Terra do Fogo.³⁰ Do contato com o europeu, também vieram novas possibilidades de comercialização. Além do cavalo, o gado também se tornou um item importante do comércio indígena sendo vendidos, principalmente, para as áreas coloniais chilenas. Com o aumento do gado selvagem na região bonaerense, diversos *cacicados* indígenas, provenientes dos Andes, começaram a se fixar nas terras *pampeanas* para facilitar a captura desses animais.³¹ No entanto, a diminuição do gado selvagem no século XVIII, engendrou uma situação conflituosa entre índios e *criollos*, determinadas pela disputa desses animais, que em ambas as sociedades, eram utilizados para a comercialização.³²

Para o espanhol, o estabelecimento de colônias era vinculado à capacidade de resistência ou não dos nativos. Apesar do choque cultural e das tentativas do europeu em impor sua cultura, os resultados da empreitada nem sempre foram favoráveis ao colonizador. Em diversas regiões, os povos originários conseguiram abreviar em séculos a aculturação promovida pelos colonizadores e por vezes, espanhóis eram feitos prisioneiros e cidades eram destruídas.

Da situação de tensão e disputa pelos animais, o *malón* passou a ser praticado pelas sociedades indígenas, a fim de assegurar a continuidade do comércio de animais. Os índios guerreiros, principalmente os habitantes do Pampa, em razão da maior proximidade com a sociedade *criolla*, adentravam as áreas para além dos fortes, especialmente motivados pela busca de animais. A partir do momento em que o gado tornou-se o principal artigo comercial no Rio da Prata, utilizado para elaboração do charque, esses animais passaram a ser confinados em *estancias*, restringindo o acesso ao índio. Os *malones*, por sua vez, foram considerados como “invasões” pelos *estancieros*, aumentando a situação de conflito.

²⁹ FALKNER, Thomas. *Descripción de Patagonia y de las partes adyacentes de la América meridional*. 1835, p. 37.

Disponível em: [http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/80261629545804830976613/p0000001.htm?marca=patagonia thomas falkner#](http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/80261629545804830976613/p0000001.htm?marca=patagonia%20thomas%20falkner#) Acesso: 27/06/2010.

³⁰ BANDIERI, p. 43.

³¹ VARELA, Gladys e MANARA, Carla. Dinámica histórica de un espacio cordillerano norpatagónico: de las primeras sociedades indígenas a los últimos cacicatos. In: BANDIERI, Susana, BLANCO, Graciela, VARELA, Gladys (dir.) *Hecho en Patagonia: La Historia en perspectiva regional*. 1ª ed. Neuquén: Educo, 2005, p. 29.

³² Idem.

À medida que avançava a colonização, era necessário aumentar o número de fortes e milícias a fim de trazer alguma estabilidade contra a impositiva presença autóctone. Na imagem do colonizador, muitos desses índios eram “bravos”, hostis à empreitada colonial. Entretanto, o contato do europeu com o indígena patagônico, nem sempre foi hostil. É comum nos relatos dos viajantes a descrição de trocas de artigos europeus por animais, além da necessidade do estabelecimento de pactos com os índios para viabilizar a construção de colônias ou fortes, evitando prováveis ataques.

Realizada a independência, intensificou-se a situação de conflito entre os povos originários e os *criollos*, dada a pressão dos últimos em estender seus domínios. Nessa ocasião, o *malón* também representou a resposta indígena ao aumento da pressão pela colonização das áreas setentrionais da futura argentina. A gravura abaixo constitui uma representação de um *malón* aos olhos do colonizador. Realizada por Maurice Rugendas em sua visita ao Rio da Prata e ao Chile, na década de 1830, a obra reflete uma leitura europeia do *malón*, que entendia as sociedades indígenas como *selvagens*. Promovendo sequestros e assassinatos, além do prejuízo econômico causado pela captura do gado, tal visão perante os *malones*, foi predominante na Argentina do século XIX, convergindo para o incremento das medidas opostas aos povos originários, justificadas pelo paradigma da civilização.

Johann Moritz RUGENDAS.
El Malón. Óleo sobre tela, 36.5 x 44.5cm.³³



3. A Patagônia durante o período colonial

a) Organização político-administrativa da colonização espanhola.

O século XVII representou, na América, o momento de estabelecimento definitivo da metrópole espanhola. Depois de realizadas a fundação dos principais centros coloniais, ocorreu uma fase de estabilidade institucional. De emigrantes peninsulares a americanos, a população desenvolvia uma cultura própria, apesar dos valores e crenças do mundo hispânico estar em processo de solidificação na América.³⁴ As Índias – forma como eram chamadas as colônias americanas – possuíam o mesmo estatuto jurídico dos reinos integrados à Coroa

³³ Disponível em: <http://www.portaldearte.cl/obras/malon.htm>

³⁴ FLORIA e BELSUNCE, p. 110, 111.

espanhola. O rei era à autoridade a qual as Índias se submetiam desde a metrópole. A princípio como função do rei, os assuntos referentes às colônias americanas foram posteriormente delegados ao Conselho de Índias, que desde a Espanha funcionava como o principal organismo administrativo, reunindo ainda competências jurídicas e legislativas. A Casa de Contratação também funcionava desde a metrópole sendo responsável pela fiscalização das expedições as colônias.³⁵

As leis trazidas desde a Espanha e que atuavam por meio do Conselho de Índias se chamavam *reales cédulas*. Juntamente com as estruturas administrativas e jurídicas espanholas, vinham elementos da cultura jurídica castelhana, simplificado pelo dito: “*se obedece pero no se cumple*”.³⁶ Na teoria, os representantes do rei instituídos pelos organismos da coroa na América eram obrigados a obedecer às ordens vindas da Coroa, entretanto, no mesmo Conselho existia um dispositivo que tornava possível a suspensão de determinações do rei, caso produzisse danos para os súditos. Estes poderiam alegar que a ordem partiu de uma informação falsa, ou que era simplesmente injusta. A ordem real era obedecida, mas não colocada em vigor. Na prática, as instituições administrativas existentes na América contavam com grande autonomia política e com a possibilidade de atuar em favor de seus próprios interesses.

As normas criadas para atender as necessidades advindas da colonização se chamavam direito *indiano*, como as relativas ao comércio, navegação, questão indígena, povoamento, etc. Essas normas foram se estabelecendo de maneira lenta, sendo muitas delas criadas para atender problemas específicos. O direito castelhano também atuava para questões que não foram modificadas, tais como as familiares, as de regimes de contratos, as de procedimentos judiciais, etc.³⁷ As atividades administrativas da Coroa eram divididas por quatro funções principais: governo, atuando na tarefa legislativa e de nomeação de funcionários; justiça, correspondente à atividade judicial; guerra, relativo à defesa do território e fazenda, correspondente a organização financeira. Estas funções não eram executadas de maneira separada, ao contrário. Era comum que um organismo ou um representante da coroa executasse mais de uma função, ou que várias instituições se incumbissem de uma mesma. Bastante distinta da divisão de poderes atuais, a possibilidade da acumulação de funções diminuía a existência de hierarquias na organização política.

³⁵ MALAMUD, Carlos. *Historia de América*. Madrid: Alianza Editorial, 2005, p. 152

³⁶ EYZAGUIRRE, Jaime. *Historia de Chile*. Santiago: Zig-zag, 1965, p. 98.

³⁷ FLORIA e BELSUNCE, p. 118.

Entre as principais autoridades compostas por funcionários da Coroa na América, estavam o *virrey* e as Audiências. O *cabildo* representava a mais importante organização política a nível local. Estava presente na maioria das cidades hispano-americanas e funcionava como instância administrativa, de fazenda, justiça, polícia, no estabelecimento de impostos além de outras funções necessárias à organização das cidades. Era o espaço de manifestação dos principais atores políticos locais, sendo uma instituição com grande autonomia, capaz de representar os interesses dos *criollos*.³⁸ Para participar do *cabildo*, como membro ou nas assembleias abertas, era necessário possuir o estatuto de *vecino*, o que significava possuir propriedade domiciliar e família na cidade, entre outras exigências.

As preocupações da Coroa com a região do Rio da Prata repercutiram em reformas em seu sistema administrativo. A possibilidade de invasão estrangeira no século XVIII colocou novas questões para a organização políticas dessas províncias. Após os conflitos com os portugueses, assim como outras ameaças estrangeiras, a distância entre essa região e a sede do vice-reinado, em Lima, foi vista como um problema³⁹, cuja solução, para essa e outras questões, foi a criação de outro vice-reino para o território do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires. A criação desse vice-reinado marcou um novo momento da monarquia espanhola, em que a mudança na organização institucional, significou a influência de um pensamento político diferente. As mudanças vividas no final desse século refletiram o impacto das Reformas Borbónicas nas Índias. Entre os objetivos do conjunto de mudanças políticas colocadas em práticas pelos Bourbons, estava o aumento do vínculo das administrações locais com a Coroa, visando suprimir os laços entre as autoridades coloniais e as oligarquias locais.⁴⁰ O rei passou a indicar muitos dos principais cargos administrativos, causando demissões e o descontentamento de muitos colonos.

O sistema de *governaciones* foi substituído pelo de intendências, sendo que cada intendente era nomeado diretamente pelo rei, com a finalidade de aumentar o controle nas colônias. O Vice Reino do Rio da Prata foi composto por oito intendências: Buenos Aires, Córdoba del Tucumán (abrangendo Cuyo), Salta, Paraguai, Potosí, Charcas, Cochabamba e La Paz⁴¹. A inclusão de antigas *governaciones* do Alto Peru, caracterizadas pela atividade

³⁸ Idem, p. 113, 115.

³⁹ Id, p. 193.

⁴⁰ MALAMUD, p. 256.

⁴¹ FLORIA e BELSUNCE, p. 199.

mineradora, forneceram os recursos econômicos necessários à manutenção do recém-criado Vice Reino.

Como sede do vice-reinado, Buenos Aires passou a concentrar o poder político, uma vez que os intendentos eram submetidos ao vice-rei dessa cidade. Seu porto adquiriu grande importância, quer por se tornar canal de escoamento dos produtos do vice-reino, quer pelo regime de livre comércio que dinamizou as trocas comerciais portuárias. As manufaturas peninsulares foram incentivadas, graças à utilização da matéria prima proveniente da América, e pelo consumo desses produtos nos mercados europeus. Dessa forma, as últimas décadas do século XVIII caracterizam-se pelo aumento do intercâmbio comercial, bem como da produção e venda de matéria prima para a Europa, o que acarretou no crescimento econômico do vice-reinado.

A região da Patagônia permanecia como área marginal aos principais centros coloniais espanhóis. Embora a mudança do regime político trazida pelos Bourbons promoveu algumas iniciativas de colonização do território. Não houve preocupações relacionadas à definição da jurisdição das áreas patagônicas, já que a presença espanhola continuava limitada. As ações pontuais na Patagônia ratificaram os limites da empreitada espanhola, no tocante ao enfrentamento com os indígenas, assim como, na restrita capacidade de manutenção de áreas demasiado distantes da metrópole.

Na Patagônia, a única cidade existente, Patagones, estava integrada à Intendência de Buenos Aires. Apesar das tentativas, essa cidade foi o único reduto colonial, além de eventuais portos litorâneos. A outra porção da Patagônia, localizada a oeste dos Andes, vivenciou igualmente iniciativas oriundas dos Bourbons. A preocupação na ativação de antigas cidades situadas ao sul do Biobio, destruídas pelos índios durante os embates com os colonizadores no século XVII, também fez parte da tentativa de consolidar o domínio espanhol, sobre os territórios do extremo sul do continente, impedindo qualquer invasão estrangeira. A reparação da cidade de Osorno esteve entre essas iniciativas, uma vez que facilitou a comunicação de Valdivia e Chiloé, com o restante das cidades chilenas.⁴²

⁴² LACOSTE, Pablo. *La imagen del otro en las relaciones de la Argentina y Chile (1534-2000)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 98.

b) Iniciativas de colonização da Patagônia pela Coroa Espanhola.

Nos três séculos de colonização espanhola, as terras dos “*patagones*” foram visitadas por viajantes e aventureiros, embora fossem poucos os europeus que nela se fixaram. “*Siempre en guerra, en vez de reunirse, esas hordas tendían a dividirse, cada día más y más; por eso se las ve hasta hoy poco dispuestas a formar en cuerpo de nación.*”⁴³ Essa era a percepção do viajante francês Alcide d’Orbigny sobre a Patagônia. De acordo com esse mesmo viajante, a primeira tentativa da Coroa espanhola de estabelecer uma colônia na região foi ainda no século XVI. Cerca de 400 homens foram enviados para formar uma colônia (na região de *Puerto Hambre*, Patagônia oriental), mas o frio, as guerras contra os indígenas e as dificuldades de abastecimento, acarretou no fracasso da empreitada e na morte de quase todos os enviados.⁴⁴

O Rio da Prata era uma das áreas marginais do vasto domínio espanhol na América. A tendência do colonizador nos séculos XVI e XVII foi estabelecer cidades entre as minas de prata em *Potosí*, no Alto Peru, e o porto de Buenos Aires. Vastas áreas dos atuais territórios argentinos permaneceram livres dos *criollos*, sendo que algumas regiões, só foram exploradas em princípios do século XX.⁴⁵ A zona austral do continente foi considerada inabitável e o contato do colonizador europeu permaneceu restrito a algumas expedições de reconhecimento. Alcide d’Orbigny descreveu uma dessas iniciativas:

*Los únicos esfuerzos de los españoles por reconocer el continente austral, se redujeron a una expedición por tierra, dirigida en 1601, por Hernandierias de Saavedra, que pasó de Buenos Aires a la Patagonia a través de las pampas, expedición cuyo resultado fue demostrar a los indígenas que podían resistir a las armas de los españoles, y a éstos que no eran invencibles, puesto que Hernandierias, hecho prisionero con todas sus tropas, tuvo mucho trabajo para libertarse.*⁴⁶

De maneira geral, a ocupação espanhola dos territórios na atual Argentina era feita por meio da fundação de cidades, que funcionavam como centros coloniais, viabilizando a ocupação de outras áreas, sempre buscando manter comunicação com esses centros.⁴⁷ A colonização do interior (entende-se locais afastados das margens dos principais rios), ocorreu

⁴³ D’ORBIGNY, p. 509.

⁴⁴ Idem, p. 511.

⁴⁵ ROCK, David. *Argentina 1516 -1987: Desde La colonización española hasta Alfonsín*. Buenos Aires: Alianza, 1989, p. 34.

⁴⁶ D’ORBIGNY, p. 512.

⁴⁷ FLORIA e BELSUNCE, p. 121.

de maneira lenta e por muitas vezes, os espanhóis mantiveram posturas defensivas em relação aos índios.⁴⁸ A fim de evitar pilhagens, a exemplo das frequentes capturas de gado pelos índios, eram mantidos fortes e patrulhas. Por vezes, eram realizadas expedições de caráter ofensivo, que geralmente fracassavam pelo desconhecimento do território.⁴⁹

Pode-se afirmar que os esforços da Coroa espanhola em colonizar a Patagônia foram pontuais, sem a preocupação da possível importância estratégica do território.⁵⁰ Entretanto, nas décadas finais do século XVIII, pairou o temor da Coroa em ver seus domínios invadidos por estrangeiros. Durante o período dos Bourbons, ocorreram iniciativas colonizadoras na costa atlântica da Patagônia. O jesuíta inglês Thomas Falkner comentou sobre a necessidade de estabelecer uma colônia na costa patagônica, a fim de evitar uma provável ameaça estrangeira. As vantagens da colonização da região foram atribuídas à facilidade de combater uma possível invasão, além da proximidade em relação às zonas férteis e pouco colonizadas do reino do Chile. Falkner argumentou, que um estabelecimento espanhol “nas terras dos *Tehuelches*”,⁵¹ mais precisamente na área da *Bahia sin Fondo*, contaria com a disponibilidade de água, lenha, pequenos animais para caça e terra fértil para o cultivo.

Sobre a característica estratégica da região foi dito que:

*Si alguna nación intentara poblar este país [Patagônia] podría ocasionar un perpetuo sobresalto a los españoles, por razón de que de aquí [Bahia sin Fondo] se podrían enviar navíos al mar del sur, y destruir en él todos sus puertos antes que tal cosa o intención se supiese en España, ni aun en Buenos Aires: fuera de que se podría descubrir un camino más corto para caminar o navegar este río con barcos hasta Valdivia. Podríanse tomar también muchas tropas de indios moradores a las orillas de este río, y los más guapos de estas naciones, que se alistarían con la esperanza del pillaje; de manera que sería muy fácil el rendir la guarnición importante de Valdivia, y allanaría el paso para reducir la de Valparaíso, fortaleza menor, asegurando la posesión de estas dos plazas, la conquista del reino fértil de Chile.*⁵²

Considerava-se a região de *Bahia sin Fondo*, ponto de deságue do rio Colorado no Atlântico, como um ponto estratégico para os domínios espanhóis no Rio da Prata, dado tanto a crença do acesso direto ao Pacífico, desde os rios patagônicos, quanto à prevenção de uma possível invasão estrangeira. No ano de 1779, Juan de la Piedra foi encarregado de uma expedição oficial pelo rio Colorado, terminando em *Bahia sin Fondo*. A partir das

⁴⁸ Idem, p. 180.

⁴⁹ MARFANY, Roberto H. Frontera con los indios en el sud y formación de pueblos. In Academia Nacional de la Historia, *Historia de la Nación Argentina*. Vol. IV, 4ª ed. Buenos Aires: El Ateneo Editorial, p. 266.

⁵⁰ FLORIA e BELSUNCE, p. 124.

⁵¹ FALKNER, p. 29

⁵² Idem.

informações obtidas por outro explorador, Francisco de Viedma, buscavam-se pontos para a fixação de colônias em lugares propícios a atividades agrícolas.⁵³ Muito além de possíveis colônias, a expedição de Juan de la Piedra teve por objetivo explorar o que chamava-se de Costa Patagônica, em um intuito que ia ao encontro com a ideia de Falkner.

A exploração da região costeira do rio Colorado, a fim de consolidar “*nuevos establecimientos*”,⁵⁴ fez parte dos interesses da Coroa espanhola em garantir a posse da Patagônia, impedindo que fossem invadidas por navios de outras bandeiras. “*Deseando el Rey de no privar a sus vasallos las defensas que puedan tener*”,⁵⁵ justificava o secretário do vice-rei do Rio da Prata, Marquês de Sobre Monte, sobre a necessidade de ocupação da Patagônia atlântica.

Alcide d’Orbigny comentou a sugestão dada por Falkner, apontando o trabalho do jesuíta como motivação para as iniciativas espanholas em controlar a costa patagônica.⁵⁶ A Coroa aumentou o número de expedições, construindo fortes nas terras do sul, em locais que funcionariam como posteriores núcleos de povoação, como as de San Carlos e San Rafael, estabelecidas ao sul do rio Neuquén.⁵⁷ Alguns fortes também foram construídos próximos ao rio Negro, assim como outros pontos de colonização nos portos *Deseado* e *San Julián*, mas que foram abandonados alguns anos depois.⁵⁸

Sob os serviços de Francisco Viedma, foi edificada nas margens do rio Negro, o forte de Carmen, local onde crescia a colônia de *Nuestra Señora del Carmen*, ou *Patagones*.⁵⁹ A fim de fazer prosperar sua colônia, Francisco Viedma solicitou a Coroa o envio de agricultores para a cidade, no entanto, teve que lutar contra a naturalizada vinculação das terras patagônicas a terrenos inférteis e inapropriados para a colonização. Após sua insistência, o vice-rei de Buenos Aires, enviou 734 pessoas, que logo plantavam trigo e criavam animais nas proximidades do rio Negro.⁶⁰ A região próxima a cidade de Patagones, passou a ter certa importância comercial no início do século XIX, dada à existência de inúmeras salinas que passaram a abastecer centros como Buenos Aires e Montevideú.⁶¹

⁵³ Diário expedição ao Colorado. Juan de la Piedra, Buenos Aires, 29 de março de 1779. Sala IX, leg. 21, AGN.

⁵⁴ Marquês de Sobre Monte, 2 de julho de 1780. Sala IX, leg. 21, AGN.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ D’ORBIGNY, p. 515.

⁵⁷ FLORIA e BELSUNCE, p. 181.

⁵⁸ D’ORBIGNY, p. 516.

⁵⁹ Idem, p. 517.

⁶⁰ Id, p. 518.

⁶¹ Id, p. 520.

As dificuldades na relação com os índios impediram novas tentativas de colonização. Ao longo dos séculos, os focos de resistência indígena foram consolidados e algumas regiões conflituosas, como o rio *Salado* na província bonaerense, adquiriram caráter de “fronteira”, após acordo realizado entre indígenas e colonizadores.⁶² Fazendo parte das obrigações dos *vecinos*, as milícias eram organismos armados, incumbidos de prestar serviços secundários ao exército colonial. No século XVIII, essa instituição adquiriu estrutura militar mais organizada, passando a representar uma importante força defensiva, em regiões marcadas pelo conflito com os índios.⁶³ As fortificações aumentaram de número, na medida em que era estabelecida a fronteira com os índios. A partir dos anos 80 desse século, não ocorreram mais iniciativas espanholas de colonização das terras do sul, assim como, de ataques indígenas nas fronteiras.⁶⁴

4. Da independência ao projeto nacional.

Encabeçadas pelas elites mercantis, as guerras contra a Espanha, na ocasião da independência argentina, almejavam o fim do vínculo com a metrópole, para que assim fossem estabelecidos vínculos com outros centros, aumentando as possibilidades de intercâmbios comerciais. Muitas das políticas espanholas do período, referentes ao comércio na América, não responderam as expectativas dos comerciantes rioplatenses que, somando com a pressão institucional exercida com as mudanças empreendidas pelos Bourbon, incentivaram os movimentos contra o domínio peninsular. A expectativa desses comerciantes era a de ingressar em uma fase de prosperidade comercial, dada a possibilidade de expandir as relações com outros países, pela ruptura do exclusivismo colonial. Entretanto, essas perspectivas não foram atingidas no momento imediato de realização da independência, tanto pelo momento internacional, não propício ao aumento do comércio ultramarino, quanto pelas situações políticas conflituosas emergidas com a formação das novas repúblicas.

A esse momento, o historiador argentino Túlio Halperín Donghi, classificou de “longa espera”, ou seja, as esperanças de aumento dos vínculos comerciais foram frustradas na pós-independência, culminando em um período de “espera” de outra realidade. Um olhar

⁶² FLORIA e BELSUNCE, p. 182.

⁶³ NÉSPOLO, Eugenia. 2006. La frontera bonaerense en el siglo XVIII un espacio políticamente concertado: fuertes, vecinos, milicias y autoridades civiles-militares. *Mundo Agrario*. Vol. 7. Número 13, p. 11. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/magr/v7n13/v7n13a08.pdf> Acesso: 17/03/2010.

⁶⁴ FLORIA e BELSUNCE, p. 182

retrospectivo do passado influenciou na criação da categoria, já que essa espera terminou nas últimas décadas do século, momento em que muitas das repúblicas latino-americanas conseguiram se inserir no mercado internacional.⁶⁵

À parte ao econômico, desde os últimos anos do vice-reinado do Rio da Prata, a influência do pensamento ilustrado era latente, capaz de formar uma elite intelectual que conduziu a sociedade durante e após o processo de ruptura colonial. Reflexões sobre liberalismo econômico e debates contratualistas estavam presentes na colônia e estiveram nas entrelinhas da revolução de independência, ocorrida em Maio. Mesmo que as ideias provenientes de Locke ou Rousseau, ainda não fossem aplicadas de forma madura, estiveram presentes no contexto de independência rioplatense, embora existisse grande confusão entre as ideias ilustradas.⁶⁶

Na futura Argentina, o período que se seguiu a independência, foi marcado pela consolidação da hegemonia de Buenos Aires, em detrimento do restante das cidades. As arrecadações provenientes da aduana portenha foram se afirmando como importante fonte de riqueza, capaz de colocar essa cidade em posição de superioridade em relação às demais. A situação mais favorável de Buenos Aires engendrou uma situação de rivalidade com as outras cidades do Rio da Prata. Em décadas posteriores, o mal-estar criado entre a região portuária e o interior, dificultou a constituição da Nação Argentina. Entretanto, as diferenças entre as regiões compunham a gênese das primeiras manifestações de identidade, mesmo que bastante atreladas ao localismo. Após a independência, o argentino virou sinônimo de portenho, mostrando que a abrangência das propostas pós-coloniais definidas em Buenos Aires, não tinha a intenção de alcançar todo o conjunto das províncias.⁶⁷

A confusão de sentimentos de pertencimento deixados pelo colonizador (seja americano, rio-platense, etc.), foi outro fator agravante para a futura definição de um estatuto nacional.⁶⁸ Em princípios da fase republicana, surgia uma identidade americana em oposição à hispânica⁶⁹, mostrando mais uma vez que as primeiras manifestações de identidade foram criadas quando houve a necessidade de afirmação frente ao outro. Se o processo de formação de identidade, mesmo que regional, foi longo e descontínuo, já que as identificações locais

⁶⁵ HALPERIN DONGHI, Túlio. *História da América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005, p. 95.

⁶⁶ CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina: 1880- 1846*. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007, p. 32 e 39.

⁶⁷ Idem, p. 70

⁶⁸ Id, p. 62.

⁶⁹ Id, p. 71.

foram muito mais exploradas e aquelas de caráter nacional foram apenas colocadas de maneira impositiva, após a década de 1870, a questão colocada na Patagônia foi certamente a mais problemática.

O desenvolvimento de sociedades aos moldes das tradições castelhanas no período colonial contribuiu com a ideia de pertencimento local e posteriormente nacionais. Na Patagônia, inventar um sentimento de identidade em um lugar onde não um houve período colonial foi um grande desafio, colocado as autoridades a partir de finais do século XIX. A finalização do processo de transformação dos antigos territórios indígenas em nacionais, só foi concluída na segunda metade do século XX, quando os habitantes das cidades situadas na vasta área patagônica, finalmente adquiriram direitos civis e políticos.⁷⁰

Durante o período final da colonização, Buenos Aires funcionava como entreposto comercial, responsável principalmente por encaminhar a prata vinda de *Potosí* aos portos espanhóis. Os comerciantes portenhos garantiam seus lucros com a revenda de produtos importados para os mercados dos centros mineradores andinos. A situação desenvolvida após a independência mudou esse contexto. O comércio foi aos poucos ocupado por estrangeiros e como alternativa, muitos dos antigos comerciantes locais foram buscando espaço na exploração econômica do gado.⁷¹

A *estancia* passou a representar o principal ambiente econômico e político em Buenos Aires e seus arredores. Na medida em que a terra ganhava importância com a pecuária, foram surgindo necessidades de expandir a área ocupada. Como já visto o limite entre Buenos Aires e o território ocupado pelos índios, era desde o século XVIII, vinculado ao rio *Salado*. Aumentar o espaço utilizado pelos estancieros significava ir além dessa “barreira interna”, entrando em conflito com os índios, que costumavam adentrar as propriedades, em busca de animais como o gado. A exportação de couro e do charque foi se fixando com uma alternativa comercial, capaz de prosperar.

Pouco depois de sua primeira década de país independente, Bernardino Rivadavia assumiu a presidência das Províncias Unidas do Rio da Prata, em um momento em que suas ideias voltadas à formação de uma unidade ao conjunto de províncias pareciam intrusas a situação política que se formava. O fortalecimento de sentimentos localistas já estava

⁷⁰BANDIERI, Susana. História Unisinos. Porto Alegre, n 13, Janeiro/Abril 2009. Entrevista: A história regional e a historiografia Argentina, concedida a Maria Cristina Bohn Martins, p. 100.

⁷¹ LYNCH, John. As Repúblicas do Prata: da independência à guerra do Paraguai. In BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina – da Independência até 1870*, volume III. São Paulo: Edusp, 2004, p. 625.

consolidando-se na figura do *estanciero*, assim como a consciência dos privilegiados recursos oriundos do porto de Buenos Aires.

Rivadavia compreendeu o valor das propriedades de terra, tanto que buscou facilitar o acesso a ela pelo arrendamento de terras públicas, facilitando a concentração de grandes propriedades pelos fazendeiros, desde 1822 quando foi primeiro-ministro de Martín Rodríguez.⁷² Para ele havia a necessidade de modernizar o Rio da Prata, por meio do capital estrangeiro, assim como pelo aumento de mão-de-obra proporcionado pela imigração e o emprego dos recursos naturais existentes para o desenvolvimento da economia.⁷³ Entretanto, suas principais medidas políticas, divergiram dos interesses dos *terratenientes* portenhos.

A fim de distribuir as rendas provenientes do porto, Rivadavia federalizou a cidade de Buenos Aires, separando-a do restante da província, a qual seria dividida em Província do Paraná e Província do Salado. Dessa forma, os estancieros perderiam uma das principais fontes de rendas, o porto de Buenos Aires, além do local mais populoso da região.⁷⁴ A Argentina pós-independente, não estava preparada para tamanha mudança. Conseguindo fortes opositores à sua ideia, Bernardino Rivadavia renunciou a presidência em 1827.

Juan Manuel de Rosas figurava como o representante ideal daquela Argentina. Mais que um *estanciero*, ele participava de todas as etapas da produção de couros e charque e, portanto, tinha facilidade em falar aos *gauchos* e índios. Rosas também era figura militar das *montoneras*, compondo facilmente milícias com os *gauchos* de suas *estancias*.⁷⁵ Por fim, representava a rede de poderes que dominavam os arredores de Buenos Aires - da lealdade e da submissão à autoridade. Esse personagem, moldado para os interesses do principal grupo econômico rio-platense, ascendeu ao poder das Províncias Unidas pouco após duas iniciativas de federais e unitários, resultando em governos instáveis.

O federalista Manuel Dorrego assumiu após Rivadavia, sendo deposto menos de um ano depois. Juan Lavalle, representante dos unitários, assumiu então a presidência. Em nome de ideais liberais e em defesa das concepções políticas defendidas por Rivadavia, Lavalle assassinou Dorrego, o que contribuiu para o clima de instabilidade. O partido dos unitários foi logo definido como grupo de assassinos, abrindo caminho para o partido de Dorrego, encabeçado por Rosas.

⁷² Idem, 626 e 627.

⁷³ Id, p. 644.

⁷⁴ Id, p. 645.

⁷⁵ Id, p. 647.

Em *Facundo*,⁷⁶ Domingo F. Sarmiento colocou Rosas como inimigo da civilização e do progresso, valores tão caros ao século XIX. Responsável pela difusão da barbárie nas províncias, Rosas governou utilizando a mesma base dos caudilhos. O clientelismo embasava o sistema político de seu governo. Rosas procurou manter os governadores de províncias fiéis a sua causa, capazes de disponibilizar exércitos em nome do vínculo de lealdade que mantinham com o presidente. Rosas era o chefe de uma República de *montoneras*, sempre disposto a se impor por meio da coerção e do terror.

O *rosismo* definiu-se pela defesa dos interesses dos proprietários de terras, garantindo à expansão das áreas disponíveis as atividades pecuárias, visando aumentar seus lucros e daqueles que os apoiavam. Representava o campo vitorioso sobre a cidade, como definia Sarmiento em seu exílio.⁷⁷ Não havia um projeto político e administrativo definido durante a “era Rosas”. Os interesses dos pecuaristas ditavam as pautas de governo. No entanto, mesmo sob a pressão interna de opositores contrapostos com violência, e sob pressão externa imprimidas no bloqueio ao porto de Buenos Aires imposto por franceses e ingleses, Rosas estabeleceu pelas baionetas a estabilidade que faltava.

Com o objetivo de expandir os territórios rioplatenses, disponibilizando mais terras para as estâncias, a Campanha do Deserto ocorrida em 1833, teve como objetivo a apropriação de terras indígenas até o sul do rio Negro, o que iniciaria a ocupação com finalidade produtiva do Pampa e porção norte da Patagônia. Apesar de haver alcançado a ilha de Choele-Choel, no rio Negro, fundando um forte como base para movimentações futuras, a Campanha não logrou sua finalidade, embora tenha disponibilizados terrenos para as *estancias*. Após a conquista do espaço, as terras foram distribuídas por títulos emitidos pelo governo, como recompensas aos seguidores de Rosas. A concentração de terras esteve entre as características de seu governo. Rosas representou os interesses dos grandes proprietários (e seus próprios) enquanto fortalecia sua base de apoio.

Rosas não controlava apenas o poder executivo, mas todas as instâncias de governo. Na prática, ele atuava também nos poderes legislativos e judiciários.⁷⁸ Por mais de duas décadas, Rosas conduziu a política rioplatense fazendo uso do terror, ignorando o estatuto de federalista do partido que o colocou no poder, transformando a sociedade pela hegemonia da

⁷⁶ SARMIENTO, Domingo F. *Facundo - o Civilización y Barbarie*. (1845) Buenos Aires: Centro Editor de Cultura, 2009.

⁷⁷ Idem, p. 66

⁷⁸ LYNCH, p. 653.

propriedade de terra. Conseguiu exercer seu domínio em Buenos Aires, enquanto as demais províncias permaneceram como governos autônomos, os quais começaram a opor-se sobre a hegemonia portenha. Rosas manteve certo equilíbrio pela força militar, estabelecendo alianças com os caudilhos das províncias, no entanto, as dificuldades colocadas pela situação econômica vigente, diminuiriam essa base de apoio e revelaram a oposição interna.

O auge do terror de Rosas coincidiu com o aumento das pressões contra seu governo. Medidas repressoras foram intensificadas quando as estruturas econômica e política começaram a ruir. O bloqueio francês ao porto de Buenos Aires desequilibrou a economia, cortando a principal fonte de recursos proveniente da aduana. A pressão externa intensificou-se com a intervenção inglesa. Inglaterra e França pressionaram a livre navegação a fim de permitir a troca comercial pelos rios que desembocavam no estuário do Prata.⁷⁹

O Império do Brasil também era interessado na livre navegação dos rios. Com o bloqueio naval, a província de Mato Grosso permanecia isolada da capital. Em 1851, na Batalha de Monte Caseros, Rosas foi derrotado pela aliança entre o Império, Entre Rios e Montevideo. A era *rosista* terminara, mas seu legado transformou profundamente a sociedade da futura Argentina. Buenos Aires consolidou sua supremacia sobre as outras cidades, e a estrutura econômica assentou-se na propriedade de terra. Uma relativa estabilidade política foi garantida, mesmo que por meio da coerção, e no final de seu governo, Buenos Aires já experimentava um pouco da prosperidade econômica que a acompanharia no futuro.

Alguns anos após o estabelecimento de Rosas no poder, um grupo de leitores assíduos da literatura europeia, sobretudo do romantismo francês, se reuniam a fim de discutir a entrada do país em uma fase menos heróica e mais refletida, buscando construir o arcabouço ideológico para a nação argentina, com inspiração no discurso iluminista.⁸⁰ Denominada Geração de 37, esses membros da elite intelectual passaram a refletir sobre os principais problemas do país, além de se considerarem como o único grupo capaz de guiar politicamente a nação.⁸¹ Suas ideias não acabaram com o governo Rosas ou foram aplicadas da forma como pensadas, mas seus membros atuaram politicamente após 1852, e endossaram o debate de um projeto nacional.

⁷⁹ Idem, p. 660.

⁸⁰ RICUPERO, Bernardo. As nações do romantismo argentino. In: PAMPLONA, Marco A. e MADER, Maria Elisa, org. *Revolução de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. Vol. I, 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 223

⁸¹ HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una Nación: 1846 – 1880*, 1ª ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007, p. 42.

Em meio ao caos institucional da pós-independência, incluindo a dissonância entre Buenos Aires e o restante das províncias, a Geração de 37, formada por Echeverría, Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérrez, entre outros, promoveu uma primeira reflexão sobre o que era a Argentina, colocando a importância de definir um projeto político para o país, capaz de tirar o conjunto de províncias da “barbárie” dos caudilhos.

Mesmo exilados pela autoritária política de Rosas, muitos dos ex-membros da Geração de 37 continuavam acompanhando a trajetória argentina. A partir da década de 1840, as esperanças quanto ao futuro argentino pareciam às melhores possíveis. Ainda que pela ordem do terror, Rosas conseguiu assegurar certa estabilidade política, criando bases institucionais indispensáveis para um projeto nacional.

A queda de Rosas abriu a possibilidade de outra organização política do país, permitindo que a transformação do conjunto de províncias em um país ocorresse, mas não imediatamente. Somente a partir da década de 1860, Buenos Aires nacionalizou os recursos de sua aduana, permitindo a construção de um Estado sólido. A constituição foi promulgada em 1853, pela Confederação Argentina, mostrando a clara orientação liberal dos representantes políticos que agora atuavam. Um dos apoiadores intelectuais da constituição, Alberdi, ajudou a definir as bases de uma economia liberal, pela organização de um projeto modernizador capaz de estimular o crescimento econômico.⁸²

Buenos Aires brilhou por sua ausência na Confederação (1853-1859), mantendo-se como Estado autônomo até as batalhas de unificação de Cépeda e Pavón (1859 e 1861). Apesar de contar com projetos modernizadores, a Confederação não pode prosperar pela escassez de recursos, concentrados na província dissidente. A essa época, a prosperidade econômica de Buenos Aires era garantida pela exportação de lãs, feita apenas marginalmente por outras províncias. Após a unificação nacional, os recursos da aduana portenha finalmente passaram a sustentar do tesouro nacional. Os códigos comerciais foram modificados, adaptando-se a nova realidade institucional e a estabilidade política conseguida com o fim das guerras civis, produziram condições ao surgimento de um mercado interno.⁸³

A partir dos primeiros anos da década de 1860, as exportações de lã já superavam as de couro.⁸⁴ A criação de ovelhas ocorria desde há algumas décadas, mas não possuía relevância entre os produtos destinados ao mercado externo. A introdução de novos recursos

⁸² MÍGUEZ, Eduardo. *Historia económica de la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 149.

⁸³ Idem, p. 150.

⁸⁴ LYNCH, p. 663.

materiais na produção está diretamente relacionada ao aumento da produtividade e exportação desse produto, sendo que a região dos Pampas, ao sul de Buenos Aires, começou a receber grandes quantidades de animais, desde a década de 1840, substituindo a tradicional criação de gado.

A criação de ovinos introduziu a prática do investimento produtivo até então não empregada com o gado, a exemplo do cruzamento efetuado entre diversas raças de ovelhas provenientes da Europa, resultando em uma lã de melhor qualidade. As inovações tecnológicas que chegavam ao continente contribuíram para o aumento da produção, como a introdução das cercas de arame farpado, permitindo maior controle das ovelhas. A preocupação com a saúde dos animais e a qualidade do produto final foi posteriormente adaptada a outras atividades rurais como a agricultura e a criação de gado.⁸⁵

Com a expansão para o sul, cresceu o número de fazendas adequadas à criação de ovelhas destinadas ao mercado externo. A criação desses animais se adequava às necessidades industriais, refletindo na prosperidade encontrada pela economia argentina. A exportação dos produtos derivados do gado tendia ao declínio. Isso por que o charque era vendido, sobretudo, a países escravocratas como Brasil e Cuba e a tendência à redução do comércio de escravos ocorrida na segunda metade do século XIX diminui as demandas por esse produto. A situação só mudou a partir da década de 1870 com a invenção dos frigoríficos, dando a possibilidade de exportar carne congelada em navios adaptados.

Companhias estrangeiras começam a se instalar na Argentina a partir da década de 1880, passando a realizar o processo de exportação de carne congelada, que exigia mais cuidados de higiene em comparação aos antigos *saladeros* ou charqueadores. A carne de ovelha também era exportada com a vantagem da maior facilidade na execução do procedimento graças ao tamanho desses animais.⁸⁶

Durante a segunda metade dos oitocentos, a Argentina começou a adquirir estatuto de Estado nacional, décadas após seu processo de independência. Por meio das armas, a Argentina conseguiu ir além da organização baseada nos localismos, iniciando o processo de construção do predomínio estatal. Como já discutido, o país encontrou produtos com ampla demanda no mercado internacional. Primeiramente, as ovelhas foram os responsáveis pelo aumento dos intercâmbios comerciais com a Europa, a partir da década de 1860. Além das

⁸⁵ MÍGUEZ, p. 154.

⁸⁶ BARSKY, Osvaldo e GELMAN, Jorge Daniel. *Historia del Agro Argentino: Desde La conquista hasta fines del siglo XX*. 2ª ed. Buenos Aires: Mondadori, 2005, p. 149.

condições econômicas propícias, a postura desse novo Estado frente ao contexto de crescimento comercial foi fator indispensável à prosperidade adquirida.⁸⁷

Em vias de construção, a Nação argentina tinha como desafios o estabelecimento da unidade territorial, a definição de seus limites fronteiriços, a existência de grandes porções territoriais sob domínio indígena, escassa população e a fragilidade do mercado interno. Fazia-se necessário, a institucionalização da ordem, ou seja, concentrar no Estado a capacidade de conter levantes de caudilhos, instituindo um poder central, capaz de unir regiões distintas em nome da causa nacional, e dessa forma, fornecer o impulso necessário para integrar a economia desses países ao comércio internacional.

Além do papel do poder central, algumas inovações tecnológicas foram indispensáveis à empreitada. Renovações no setor de transportes tais como as ferrovias e o navio a vapor facilitaram e baratearam o escoamento dos produtos desde seus locais de produção até os centros consumidores. As ferrovias também facilitaram o predomínio do poder central, ao encurtar as distâncias.⁸⁸ As novidades tecnológicas também alcançaram o setor de armamentos, colocando o exército nacional em vantagem sobre as *montoneras*. A institucionalização e modernização do exército, surgindo como um instrumento do poder central capaz de contornar rebeliões provinciais e possibilitar a ocupação de terras indígenas⁸⁹ garantiu ao Estado o monopólio da força coercitiva, tornado-se o único em condições de estabelecer o ordenamento social.⁹⁰

A máxima positivista “ordem e progresso” resumiu as principais preocupações governamentais do período.⁹¹ Promover a ordem significava superar os entraves ao incremento da produção, por meio do fortalecimento estatal responsável por aumentar a área disponível e garantir a segurança nas cidades e estâncias contra índios e demais grupos de oposição ao poder central. Com a ordem assegurada pelo monopólio da coerção, o Estado teria as condições para promover o progresso, ou seja, a definitiva inserção econômica nos mercados transatlânticos.

De maneira geral, a segunda metade do século XIX representou para a América Latina um momento de estabilidade política e prosperidade econômica. Isso por que muitos desses

⁸⁷ OSZLAK, Oscar. *La formación Del Estado Argentino: orden, progreso y organización nacional*. 4ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2009, p. 26 e 27.

⁸⁸ MÍGUEZ, p. 153.

⁸⁹ Idem, p. 151.

⁹⁰ OSZLAK, p. 17.

⁹¹ Idem, p. 29.

países aproveitaram as oportunidades criadas pela Revolução Industrial e se inseriram no comércio internacional. O período foi propício à exportação de matéria prima às indústrias, e o capital que ingressava no país foi utilizado para a melhoria dos centros urbanos e importação de produtos estrangeiros. Sobre essa etapa da história latino-americana, Túlio Halperín Donghí compreende como o “fim da longa espera”, em que a já citada esperança em um futuro próspero a partir da intensificação do comércio com a Europa, torna-se realidade concreta.⁹²

O referencial europeu (e não espanhol), sempre presente nas aspirações das elites nas principais cidades, parecia mais próximo dadas as grandes mudanças experimentadas pela sociedade. A melhoria dos centros urbanos e o aumento de artigos europeus importados para o consumo das elites trouxeram novas esperanças para o futuro.

A Argentina ingressou nessa fase com a exportação de lã. A partir da década de 1860 os volumes de exportação desse produto haviam dobrado em relação às décadas anteriores.⁹³ As preocupações na melhoria da criação ovina, somadas as demandas do mercado internacional contribuíram para a inserção desse produto no comércio. A institucionalização do Estado argentino, sustentada pelo liberalismo econômico, ocorreu concomitante ao sucesso da exportação de lã, fornecendo o estímulo necessário para colocar o país entre as economias em ascensão do século XIX.⁹⁴ Com as divisas que ingressavam, vieram as modificações na sociedade e os recursos para adquirir artigos europeus e modificar o estilo de vida dessa sociedade.

A grande disponibilidade de terras forneceu condições para a expansão dessa e de outras formas de produção como o cultivo de cereais, entretanto a ampliação da área produtiva implicava no desenvolvimento de inúmeros setores como tecnologia e transportes, além do aumento da mão de obra.⁹⁵ Dessa forma, os investimentos na economia dinamizaram a sociedade, criando bases para a prosperidade alcançada.

O fim da longa espera pela prosperidade material se transformou no início de uma nova esperança - as possibilidades de ascensão econômica voltaram às expectativas desses países para o futuro. O ritmo acelerado das mudanças ocorridas durante a segunda etapa do século XIX influenciou o campo das ideias a olhar para o futuro de uma maneira otimista.

⁹² HALPERÍN DONGHÍ, capítulos 4 e 5.

⁹³ MÍGUEZ, p. 153.

⁹⁴ Idem, p. 158.

⁹⁵ Id, p. 159.

Tomando por empréstimo as categorias de Reinhart Koselleck⁹⁶, a relação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, tendia a segunda categoria no momento em que irrompia o fluxo de mercadorias e capitais. Ou seja, a esperança em um futuro de progresso, capaz de aproximar a Europa da porção meridional da América, eram maiores que a importância dada às experiências vividas – como o passado colonial, as crises políticas e as insurreições regionais. A assimetria na relação entre passado e futuro ajuda na percepção de algumas questões colocadas pelos contemporâneos.

No caso argentino, durante a espera entre a emancipação e constituição do Estado, a Geração de 37 teve importante papel na organização das ideias do romantismo e liberalismo vindas da Europa, adaptando-as à realidade local. A base intelectual deixada pela Geração permitiu o desenvolvimento de diversos projetos para o futuro da nação. A constituição de 1853 elaborada pela Confederação Argentina carregava ideais de modernização, por meio da ocupação produtiva do território. No momento em que a Argentina finalmente poderia ser chamada como tal, já havia condições materiais e institucionais propícias ao desenvolvimento desses ideais modernizantes.⁹⁷

Desde Rivadavia aos textos dos ex-membros da Geração de 37, esteve presente o anseio em construir um futuro diferente tanto do passado colonial, quanto da realidade de instabilidade e caudilhismo que predominou durante a primeira fase do século. Quando a Argentina encontrou um produto com grandes demandas no mercado europeu, as ideias já presentes na sociedade encontraram momento para colocar em prática todas as suas expectativas em relação ao futuro.

A tendência a voltar-se para o futuro, observada na Argentina, encontrou impulso nas últimas décadas do século XIX, pela convergência entre organização institucional e prosperidade econômica. No decorrer dos oitocentos, a transição do regime monárquico colonial para o modelo republicano, contou com a perspectiva de um futuro mais dinâmico em detrimento dos vínculos com a Espanha existentes no passado.

No momento em que foi possível ao país estabelecer um Estado capaz de assegurar a ordem social e implantar as condições básicas ao desenvolvimento material e comercial, as perspectivas de um futuro próspero finalmente parecem responder às expectativas. As demandas por produtos primários das indústrias europeias colocaram essa república do sul do continente Americano no caminho das transformações sociais pelo ingresso de capitais,

⁹⁶ KOSELLECK, Reinhart, p. 306 a 327.

⁹⁷ MÍGUEZ, p. 147.

investimentos externos e entrada de novas tecnologias capaz de contribuir para o ordenamento promovido pelo Estado – que cada vez mais figurava como o agente principal dessas relações.

Entre as possibilidades que surgiram, estava a “ocupação” dos espaços vazios do sul, por meio da possibilidade real de acabar com o “entrave” indígena. O momento internacional propício aliado à nova estrutura de organização política nesses dois países permitiu o crescimento da economia e sua especialização para atender as demandas do comércio externo. “Ocupar” a Patagônia, acabando com o domínio indígena, vinculou-se às necessidades de expansão da economia exportadora em ascensão. Assim, a Patagônia vinculou-se com a o crescimento econômico de fins do século XIX, na medida em que sua colonização permitiu o uso produtivo de seu território.⁹⁸

A utilização das terras da Patagônia argentina para a criação de ovelhas destinadas ao mercado externo consolidou nessa região uma economia norteadada para a exportação. Campanhas militares abriram caminho para a povoação por imigrantes e para o desenvolvimento de uma economia orientada a aproveitar as oportunidades do comércio internacional. Além dos ovinos, o gado passou a ser criado nas terras patagônicas, destinado aos mercados chilenos e o cultivo de frutas no vale do Rio Negro constituiu outra atividade que atraía capital externo.⁹⁹

A presença indígena na extensão da Patagônia, latente desde a colonização espanhola, foi o alvo das expedições militares promovidas pelos dois países nas últimas décadas desse século. As tentativas de colonização promovidas anteriormente, se limitaram à ocupação de áreas pontuais, sempre dependentes da relação com os indígenas. A organização dos exércitos que retornavam da Guerra do Paraguai contribuiu para aumentar a capacidade de coerção do Estado, vital para o sucesso das campanhas militares e a consequente colonização da região.

⁹⁸ MÍGUEZ, p. 207

⁹⁹ Idem, p. 211

Capítulo 2
O projeto nacional

Após a batalha de Cépeda, culminando na destituição de Juan Manuel Rosas do governo de Buenos Aires, inaugurou-se uma nova fase política para a Argentina, em que outras possibilidades de governo poderiam ser postas em prática. As disputas políticas entre a Confederação Argentina e Buenos Aires colocaram em oposição dois projetos políticos com diferentes entendimentos sobre a construção nacional. Com a vitória do projeto bonaerense, foi possível a existência de condições favoráveis ao surgimento do Estado Nacional argentino, que com o poder central aparentemente mais forte, foi capaz de promover a centralização da ordem, impondo nova situação política. Uma vez organizados os elementos pelos quais o Estado atuaria como o exército nacional, mecanismos eleitorais, meios de comunicação e transporte, promover a expansão da “fronteira interna”, acabando com o “secular problema” do índio, conforme expressões da época passaram a integrar as expectativas nacionais. Os valores europeus faziam parte das aspirações dessa nova Argentina construída a partir da segunda metade do século XIX, onde as sociedades originárias tinham cada vez menos espaço.

1. Uma nação para o futuro

A situação política após a hegemonia *rosista* colocava em evidência as disparidades econômicas entre Buenos Aires e as demais províncias.¹ Traduzidas em posições políticas opostas, a presença e a escassez de recursos da Província de Buenos Aires e da Confederação Argentina, respectivamente, retardaram a organização de um Estado, já presente em texto constitucional desde 1853.

O início das exportações de produtos pecuários durante a primeira metade do século XIX fortaleceu a economia portenha com arrecadações provenientes da aduana. A derrota de Rosas, por Urquiza foi seguida pela falta de consenso a respeito da federalização de Buenos Aires, o que significava distribuir as arrecadações provenientes do único porto disponível para as exportações, ao restante do país. Para as províncias agregadas à Confederação, fazer uso dos recursos da aduana possibilitaria a neutralização da influência portenha, diminuindo sua vantagem econômica ao integrar mais cidades ao comércio de exportação.²

¹ OSZLAK, Oscar. *La formación Del Estado Argentino: orden, progreso y organización nacional*. 4ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2009, p. 57.

² Idem, p. 53

A Confederação mantinha-se por meio das tradicionais alianças entre caudilhos provincianos, onde a ausência de recursos devido à auto-exclusão de Buenos Aires inviabilizava o projeto de formação de um Estado. Com a vitória militar de Buenos Aires contra a Confederação em 1861, abriu-se o caminho para a definitiva organização da Argentina.

Após a batalha de Pavón, a “província rebelde” conduziu a organização estatal, fazendo uso dos recursos disponíveis para a formação de uma unidade política ante a diversidade de projetos e ideias a respeito da condução do país. Apesar de limitadas, as transformações econômicas vividas desde a época de Rosas, modificaram a organização nacional, uma vez que surgiram novas necessidades assim como novas expectativas de avanço material.³ Uma forma de organização institucional deveria ser capaz de dar continuidade ao crescimento econômico, se adequando à busca pelo progresso.

Sinalizar o futuro como lugar de prosperidade e progresso esteve presente em obras dos intelectuais conhecidos como “Geração de 37”. As ideias românticas da Geração haviam pensado sobre um projeto para o país, analisando a realidade presente, com a certeza de que as soluções para os problemas se encontravam no futuro. A Constituição de 1853 aglutinava essa concepção, uma vez que representava um projeto para essa nova Argentina que via no progresso a condição de existência da própria sociedade.⁴

As atribuições do Estado e seu papel no jogo das relações políticas eram definidos em texto constitucional, assim como a limitação da atuação das províncias. A organização era então pensada sob novas possibilidades, parte delas oriundas do contínuo crescimento da atividade pecuária e da perspectiva de modernidade que cada vez mais fazia parte do país. No entanto, a constituição e o Estado que se formava, deveriam ser capazes de consolidar as bases para o desenvolvimento econômico, reduzindo a distância entre a realidade e o almejado progresso. A ausência de ferrovias e de um sistema de transporte eficaz, a situação das fronteiras internas com os índios do sul que impediam a ampliação das estâncias, a escassez de população e as deficiências na comunicação, eram alguns dos problemas a serem solucionados.⁵

Nome presente na Geração de 1837, Juan Bautista Alberdi foi autor de *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852),

³ Idem.

⁴ Id, p. 56

⁵ Id, p. 58

servindo como um prelúdio a constituição. De acordo com Alberdi, uma constituição para a Argentina necessitaria atuar como um guia de ações, em que determinadas metas deveriam ser alcançadas.⁶ Escrita conforme as necessidades do presente e orientando a concretização das ações para o futuro, a constituição deveria representar um determinado projeto para a prática política.⁷

*Nuestros contratos o pactos constitucionales en la América del Sud deben ser especie de contratos mercantiles de sociedades colectivas, formadas especialmente para dar pobladores a estos desiertos, que bautizamos con los nombres pomposos de Repúblicas; para formar caminos de fierro, que supriman las distancias que hacen imposible esa unidad indivisible en la acción política (...). Estas son las necesidades de hoy, y las constituciones no deben expresar las de ayer ni las de mañana, sino las del día presente.*⁸

O Estado, tal como previsto em sua constituição, deveria ser capaz de propiciar condições favoráveis ao desenvolvimento da *civilização*. O incremento da modernidade com a construção de ferrovias, canais navegáveis, meios de comunicação, era o caminho que tornaria possível civilizar “áreas de deserto” e edificar um país forte e centralizado. “*Todo lo que es civilizado es europeo, al menos de origen, pero no todo lo europeo es civilizado*”.⁹ Para Alberdi, civilizar implicava promover a imigração europeia, a fim de trazer sujeitos da civilização para terras americanas e bárbaras. Os hábitos e a cultura do imigrante aproximariam a Argentina da Europa juntamente com a promoção da educação e da imposição de uma ordem responsável por unir tendências distintas sobre o amálgama da nacionalidade.

“*Poblar es civilizar cuando se puebla con gente civilizada, es decir, con pobladores de la Europa civilizada. Por eso he dicho en la Constitución que el gobierno debe fomentar la inmigración europea.*” A cultura europeia oriunda das regiões industrializadas deveria substituir aquela herdada da colonização espanhola, distante do modelo de uma sociedade industrial e dinâmica, conforme almejada por Alberdi.

Para civilizar e alcançar as metas estipuladas na constituição se tornou necessário a formação de um centro de poder, a fim de conduzir o país a uma unidade

⁶ BOTANA, Natalio. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires, Hyspamerica, 1985, p. 45

⁷ Idem, p. 44

⁸ ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852), p. 48. Disponível em:

<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/00360552199914939647857/p0000001.htm?marca=Patagonia#72> Acesso: 25/06/2010

⁹ Idem, p. 10, 11.

política. Um governo forte e centralizado deveria ser capaz de controlar poderes locais ao mesmo tempo em que estabelece novas alianças.¹⁰ “*Es preciso que el nuevo régimen contenga algo del antiguo*”¹¹, ou seja, o regime político a ser colocado em prática era uma “República Possível” de caráter provisório, sem uma proposta de ruptura definitiva com as redes de alianças entre caudilhos. Nesse momento apenas um grupo reduzido estaria capacitado a guiar a república até o momento em que fosse possível ampliar os direitos políticos a uma coletividade também instruída e civilizada.¹²

A Argentina pensada por Alberdi continha uma proposta de organização institucional direcionada para o futuro. Alcançadas as metas propostas, trazendo imigrantes e modernizando o país, a cultura europeia e industrial substituiria a antiga, inaugurando a República verdadeira. Em seu discurso teleológico, fundamentado na idéia do progresso, entre um espaço de experiência atrasado pelos vícios do localismo nas relações políticas e um horizonte de expectativas ansioso pela civilização, estava um presente que impunha a seus protagonistas a ação.

O equilíbrio promovido pela união dos elementos descentralizadores com o centralismo de um poder forte, seriam capazes de legitimar a figura do presidente pela integração das antigas forças políticas a uma entidade abstrata detentora das leis nacionais. Ao longo das décadas de 1860 e 1870, os vínculos com as alianças locais foram diminuindo em detrimento da formação de um aparelho institucional nacional, substituindo funções antes exercidas por agentes localizados nas províncias por organismos estatais. O Congresso Nacional, o exército, os partidos políticos são exemplos de instituições que modificaram mecanismos de representação e cooptação,¹³ concentrando em um governo central, funções que ficavam dispersas nas mãos de particulares¹⁴.

A formação de uma unidade política, entendida como a existência de um centro de poder legitimado pela população, implicava em uma “redução a unidade”¹⁵, ou seja, a conformação do espaço territorial, disperso em vínculos entre caudilhos, a uma unidade política mais ampla e relacionada a um agente abstrato, o Estado. Para tanto, o controle da coerção ou da ordem se fazia essencial às pretensões unificadoras.

¹⁰ BOTANA, p. 46

¹¹ ALBERDI, p. 53, 54

¹² BOTANA, p. 47

¹³ OSZLAK, p. 86

¹⁴ Idem, p. 98

¹⁵ BOTANA, p. 26

Após o fim da Confederação Argentina o governo de Bartolomé Mitre criou um corpo de exército regular em 1864, dividindo com as guardas nacionais a função de evitar a penetração de índios nas estâncias, além de combater insurreições contra o domínio político de Buenos Aires.¹⁶ A formação do exército nacional e a profissionalização de seus integrantes colocaram a serviço do Estado um importante instrumento capaz de impor um poder central, estendendo sua presença ao restante do país.

A institucionalização da ordem e a criação de um exército profissional possibilitaram ao Estado o monopólio da coerção garantindo a imposição de um sistema guiado por um poder central. O fortalecimento da instituição militar ocorreu internamente depois de finalizada a rebelião de López Jordán contra o poder central na década de 1870, legitimando o exército como braço armado do poder político. Durante a presidência de Sarmiento (1868 - 1874), o exército passou a usufruir de melhores armamentos, aumentando sua capacidade militar, além do uso de tecnologias como as ferrovias e o telégrafo. Com rápida movimentação e melhor capacidade militar, o exército auxiliou na edificação de um Estado capaz de promover a ordem necessária a um futuro de progresso.

Uma força militar organizada foi essencial para a legitimação estatal, ajudando a engendrar sua capacidade de exercer influência na totalidade do país. O regime político constituído a partir da década de 1860, baseado em parte no pensamento *alberdiano*, criou um sistema de dominação capaz de articular interesses do setor agro-exportador em ascensão, promovendo a ordenação da sociedade e a centralização do poder político.

Por meio da criação de regras que garantiriam o acesso ao poder, a exemplo da formulação de dispositivos eleitorais, um grupo reduzido teria acesso à participação política, conforme discutido desde a Geração de 1837. Como resultado da forma em que o regime político foi moldado, o setor estancieiro arcou com a orientação política, procurando convergir sua ação às possibilidades concretas de aumento das exportações.

Limitando seus representantes e utilizando a violência para controlar insurreições, o Estado se impunha no cenário argentino, modificando o funcionamento das relações políticas ao concentrar em si atribuições antes dispersas entre as províncias. Além da ordenação social promovida pelo exército, novas formas de alianças políticas eram estabelecidas visando suprimir as disparidades entre Buenos Aires e as províncias.

¹⁶ OSZLAK, p. 105

O mecanismo de intervenção federal, por exemplo, permitia ao governo central controlar os localismos quando fosse necessário “restabelecer a forma republicana de governo”.¹⁷

O aparelho estatal configurava-se como uma entidade abstrata acima dos partidos e das disputas entre caudilhos, capaz de desarticular forças políticas regionais e impor interesses daqueles ligados à agropecuária. Desenvolvendo setores como transporte e comunicação, eram disponibilizados serviços para as províncias com a finalidade de expandir o mercado nacional antes impossibilitado pelas distâncias com as zonas de abastecimento e pelo isolamento de algumas regiões.¹⁸

As atividades produtivas em expansão também contribuíram com a ordenação política do país. O incremento da agropecuária voltada à exportação se configurou em novas demandas às instâncias de governo, essenciais para que o crescimento econômico tivesse continuidade. Respostas às necessidades dos estancieros foram traduzidas em um sistema de organização que buscava posicionar-se acima dos partidos e dos caudilhos, constituindo assim o domínio do Estado. Nesse sentido, a constituição vigente plasmava as expectativas de aumento das trocas comerciais com mudanças na estrutura do governo visando responder a essas novas necessidades, promovendo uma organização institucional que catalisasse a capacidade de desenvolvimento dos setores produtivos. O conjunto de leis instituído em 1853 pode ser entendido com uma resposta às possibilidades e mudanças de uma época, visando certa permanência na fixação de um projeto para o futuro.¹⁹ No caso da Argentina pós Cepeda, a Constituição visava promover a regulação do Estado como um agente capaz de transformar e organizar a ordem social, guiando-a em direção à civilização.

Como parte desse projeto, o acesso ao poder deveria permanecer restrito a um limitado número de integrantes, considerados como os únicos habilitados ao exercício político. No topo dessa República Restritiva, estava um grupo que se fortalecia conforme enriquecia com o aumento das exportações.²⁰ Os interesses políticos se confundiam com os econômicos, já que os grandes beneficiários do impulso comercial estavam entre aqueles capacitados a governar. Formava-se assim um regime

¹⁷ Idem, p. 127

¹⁸ Id, p. 132

¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. Histoire, Droit et justice. In : *L'expérience de l'histoire*. Paris : Galliamard/Hautes Études/Le Seuil, 1997, p. 177.

²⁰ OSZLAK, p. 71

Oligárquico²¹, cujo ápice na década de 1880, corresponde ao momento em que o desenvolvimento produtivo se inseriu em uma fórmula política capaz de produzir estabilidade. O político incentivava o econômico, pois a ambos se vinculava um mesmo grupo, que por meio da corrupção da máquina eleitoral se perpetuava no poder.

2. Expansão econômica

Além da organização institucional, a Argentina da segunda metade do século XIX vivenciou o processo de expansão econômica devido a sua adequação ao sistema de comércio internacional. Enquanto o Estado se constituía, o marco de estabilidade adquirido tornou possível a formação de um mercado interno e o desenvolvimento da agropecuária voltada à exportação. A atividade pecuária, concentrada principalmente nos arredores de Buenos Aires e nas escassas terras disponíveis do Pampa, teve como incentivo de sua expansão a proximidade com a zona portuária, vinculando a atividade à economia exportadora.

O ingresso argentino no mercado internacional se deve em parte às transformações no sistema econômico ocasionadas pela Revolução Industrial. A incorporação de novas tecnologias na produção acarretou um aumento nas demandas por produtos primários e a consequente necessidade de expansão do comércio. Dessa forma, o vínculo da Argentina com a Inglaterra e outros países industrializados ocorreu pela absorção de produtos com tecnologia agregada, e pela venda de produtos primários como lã, couro e carnes.²²

Na medida em que a unidade nacional era criada e o Estado adquiria condições de promover a organização da sociedade, atraía uma quantidade maior de investimentos estrangeiros, sobretudo ingleses. O desenvolvimento da malha ferroviária e de portos para a exportação vinculou-se à ação de empresas estrangeiras, contribuindo indiretamente com a formação de um mercado interno, uma vez que conectou regiões isoladas e facilitou o escoamento da produção.

O conjunto de condições econômicas favoráveis, juntamente com as inovações tecnológicas do período, encontrou na situação de maior estabilidade política o respaldo necessário ao aumento das exportações. Terminada a “longa espera” política, com a

²¹ Idem, p. 73

²² ROFMAN, Alejandro B. e ROMERO, Luis A. *Historia socioeconómico y estructura regional en la Argentina*. 2ª ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1974, p. 99

estruturação de um Estado, se tornou possível desenvolver uma economia voltada à exportação, garantindo as condições necessárias à efetiva inserção no mercado internacional.

Foi com a criação de ovelhas que a Argentina dinamizou seu papel exportador. Além das demandas por lã que colocaram essa atividade entre as mais importantes do período, a difusão da cria desses animais aportou transformações técnicas essenciais para acelerar o ritmo comercial. O cruzamento entre as ovelhas existentes no Rio da Prata desde a colonização espanhola com raças europeias, melhorou a qualidade do produto final. Diferentemente da tradicional criação de gado, essa atividade passou a demandar maior especialização, atraindo mão de obra imigrante.²³

Ao incorporar tecnologia ao setor produtivo, a pecuária especializou-se como atividade empresarial, distinguindo-se da anterior caça do gado selvagem para a produção do charque. A criação de animais dinamizou-se ao usufruir da melhoria dos meios de transporte e da incorporação de mecanismos como as cercas de arame farpado. A expansão desse modelo econômico dependia da incorporação de novos territórios associados a investimentos em infra-estrutura. Ao vínculo entre a expansão de terras e a tecnologia a elas agregadas, necessárias para a produção, denomina-se economia de fronteira.²⁴

Durante o período abordado, grande parte das terras adquiridas pelo Estado foram modernizadas e adequadas a uma economia de exportação, expandindo a fronteira produtiva por meio da tecnologia²⁵ e a fronteira física, relacionada ao limite ocupado pela Argentina, às guerras com os índios do Pampa. Nos anos 1860 e 1870, durante o princípio do processo de conformação institucional, ocorreu uma grande expansão da “fronteira tecnológica” devido à criação ovina. A utilização de cercas de arames farpados, o emprego de técnicas sofisticadas de criação e o melhoramento das raças empregadas na criação ovina, contribuíram para aumentar a qualidade e a quantidade dos rebanhos.

Aos poucos, essas novas relações produtivas foram utilizadas também com o gado, melhorando a qualidade das carnes e impulsionando sua exportação. Após a invenção dos navios frigoríficos, a criação do gado foi adquirindo mais importância do

²³ HORA, Roy. *Historia económica de la Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010, p. 105

²⁴ MÍGUEZ, Eduardo. *Historia económica de la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 159.

²⁵ Idem, p. 160

que a de ovelhas, na medida em que a exportação de carne congelada e resfriada ganhava o mercado europeu.²⁶

O dinâmico sistema de ampliação econômica da fronteira foi freado pela insuficiência de terras já em finais da década de 1870, sobretudo na porção sul da província de Buenos Aires, onde a atividade pecuária era intensa.²⁷ Para compensar a escassez de áreas disponíveis para as estâncias, houve uma valorização no preço das terras, restringindo a atividade àqueles que possuísem mais capital para investimento.²⁸ A demanda por territórios e a alta em seus preços pressionaram a ocupação de novas terras, uma vez que o custo para a aquisição dos poucos espaços restantes se tornava menos oportuno do que o financiamento de expedições militares.²⁹

A relação entre a expansão da pecuária com modernização nela empregada vinculava as estâncias ao capital estrangeiro. A organização política da segunda fase do século rendeu ao país confiabilidade, garantindo a concessão de empréstimos ao Estado, que se tornou o agente intermediário dos investimentos estrangeiros.³⁰

Dentre as prerrogativas mercantis presentes na Constituição vigente, o governo passava a concentrar a administração dos recursos provenientes da arrecadação tributária e incentivava o desenvolvimento de um mercado nacional ao permitir a circulação de bens livres de impostos. Fortalecia-se a capacidade de arrecadação do poder central, que além da centralização dos recursos gerados no próprio país, criou condições para garantir a importação de capitais. A criação de um Banco Nacional, capaz de conceder empréstimos e promover a articulação entre o Estado e o capital privado abriu caminho para o financiamento da expansão produtiva. A criação de códigos reguladores das atividades comerciais e a fixação de um padrão monetário, também permitiram o incremento do mercado. Conforme expresso na constituição de 1853, o controle da movimentação financeira figurava entre as “metas” a serem adotadas pelo governo:

3. Contraer empréstimos de dinero sobre el crédito de la nación; 4. Disponer del uso y de la enajenación de las tierras de propiedad nacional; 5. Establecer y reglamentar un Banco Nacional en la capital y sus sucursales en las provincias, con facultad de emitir billetes; 6. Arreglar el pago de la deuda interior y exterior de la nación; (...) 10. Hacer sellar moneda, fijar su

²⁶ Idem, p. 169

²⁷ Id, p. 161.

²⁸ HORA, p. 109, 110

²⁹ MÍGUEZ, p. 161

³⁰ ROFMAN e ROMERO, p. 109.

*valor y el de las extranjeras, y adoptar un sistema uniforme de pesos y medidas para toda la nación.*³¹

Fazer da Argentina um local atrativo para os credores estrangeiros também consistia em equilibrar as finanças estatais. No ano de 1857 quitou-se uma antiga dívida com um banco britânico, a fim de obter novos empréstimos. A confiança dos investidores no país construiu-se com moderação até a década de 1880, quando a importação de créditos ocorreu em larga escala, sobretudo com o capital britânico.³²

Os empréstimos eram concedidos diretamente ao Estado ou a empresas privadas, funcionando por meio de títulos de dívida e ações adquiridos pelos investidores. Essas ações correspondiam à criação de empresas ou à promoção de serviços destinados a operar no mercado argentino. Ao contrair uma dívida, o Estado, por meio de bancos e outros organismos reguladores dessas atividades, detinha o capital necessário ao investimento na modernização do país, mediando a expansão econômica. Os setores de infra-estrutura e transporte foram os mais vinculados ao capital estrangeiro, contando inclusive com a presença de empresas privadas que gerenciavam diretamente esses recursos. O aumento da malha ferroviária, por exemplo, atrelava-se tanto à entrada de capitais, quanto à instalação de empresas britânicas.³³

Ao destinar-se à melhoria da infra-estrutura, esses investimentos também permitiram a expansão da fronteira produtiva, conforme mencionado. Com a melhoria do sistema organizacional do país, construindo um marco de estabilidade, o governo aumentava a capacidade para atrair recursos, dispondo-os para o financiamento econômico. Desde o início dos anos 1870, existia em Buenos Aires um sistema bancário, composto de bancos nacionais e estrangeiros, exercendo um papel importante no crescimento e na especialização da atividade pecuária.³⁴

Um dos destinos mais comuns do capital estrangeiro era a construção de ferrovias. *“Para tener ferrocarriles, abundan medios en estos países. Negociad empréstitos en el extranjero, empeñad vuestras rentas y bienes nacionales para empresas que los harán prosperar y multiplicarse.”*³⁵ Assegurando as bases para a

³¹ Artigo número 67, incluso no Capítulo IV “*Atribuciones del Congreso*”. Constituição de 1853 (com reformas realizadas em 25 de Setembro de 1860). Disponível em:

http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01371529455614825210035/p0000001.htm#I_4

Acesso: 12/04/2011.

³² HORA, p. 120

³³ MÍGUEZ, p. 177

³⁴ HORA, p. 120 e 121

³⁵ ALBERDI, p. 71

confiança no compromisso do governo em pagar suas dívidas, elas deveriam servir de meio para a definitiva organização do país. Construir caminhos de ferro possuía grande importância política para o projeto que estava sendo colocado em prática. Promover a unidade política esteve presente na concepção dos governos instaurados a partir de 1862, já que era por meio dela que o controle estatal seria instaurado.

*Él [ferrocarril] hará la unidad de la República Argentina mejor que todos los congresos. Los congresos podrán declarar una e indivisible; sin el camino de fierro que acerque sus extremos remotos, quedará siempre divisible y dividida contra todos los decretos legislativos. (...) La unidad política debe empezar por la unidad territorial, y sólo el ferrocarril puede hacer de dos parajes separados por quinientas leguas un paraje único*³⁶.

Garantindo a unidade territorial com a possibilidade de um deslocamento rápido pelo território, o caminho para a unidade política se tornava viável. As ferrovias também possuíam grande importância para conectar a Argentina ao comércio internacional e ao aparecimento de um mercado interno. Centros produtivos foram conectados às áreas portuárias, dispondo meios para as atividades agrícolas escoarem a produção, mesmo quando realizada em regiões mais distantes.³⁷

Além da esfera comercial o vínculo com a Europa se estabelecia pela imigração de trabalhadores. Incentivar a entrada de imigrantes europeus representava para as elites, uma aproximação com os valores daquele continente, capaz de promover o adiantamento da sociedade tanto quanto a construção de uma malha ferroviária.

A imigração era entendida como um instrumento de modernização fundamental a um país de grandes proporções, mas despovoado como um “deserto”. O aumento da população traria a mão-de-obra necessária ao funcionamento econômico e, principalmente, seria responsável por difundir práticas de civilização pelo exercício de seus hábitos.³⁸

Da mesma forma que as escolas e universidades, a vinda de imigrantes europeus aportaria educação à sociedade, funcionando como um meio para alcançar o almejado progresso. “¿Queremos que los hábitos de orden, de disciplina y de industria prevalezcan en nuestra América? Llenémosla de gente que posea hondamente esos hábitos. (...) Al lado del industrial europeo pronto se forma el industrial americano.”³⁹

³⁶ Idem, p. 70

³⁷ MÍGUEZ, p. 190

³⁸ ALBERDI, p. 65

³⁹ Idem.

Promover a livre entrada de imigrantes ao solo argentino era uma meta a ser colocada em prática pelo Estado.

A pecuária atraiu trabalhadores para as estâncias conforme a atividade se difundia e se aperfeiçoava. O imigrante que escolhia a Argentina encontrava bons salários e numerosas alternativas de trabalho, uma vez que a escassa população não acompanhava o ritmo do desenvolvimento econômico. Os imigrantes respondiam às demandas por mão-de-obra geradas pelo crescimento da economia, de forma que em momentos favoráveis o fluxo de estrangeiros aumentava.⁴⁰

Era comum que o trabalhador residisse apenas o tempo suficiente para obter uma determinada quantidade de fundos, regressando ao país de origem. Muitos permaneciam devido às oportunidades oferecidas, inclusive para montagem de negócios próprios.⁴¹ O incentivo à imigração europeia promovido formalmente pelo Estado contava com respaldo constitucional, assegurando aos imigrantes direitos e liberdades, assim como aos demais cidadãos do país:

Los extranjeros gozan en el territorio de la Confederación de todos los derechos civiles del ciudadano; pueden ejercer su industria, comercio y profesión; poseer bienes raíces, comprarlos y enajenarlos; navegar los ríos y costas; ejercer libremente su culto; testar y casarse conforme a las leyes. No están obligados a admitir la ciudadanía, ni a pagar contribuciones forzosas extraordinarias. Obtienen nacionalización residiendo dos años continuos en la Confederación; pero la autoridad puede acortar este término a favor del que lo solicite, alegando y probando servicios a la República.⁴²

O aporte à imigração à entrada de capitais estrangeiros e à construção de ferrovias esteve entre as medidas previstas na Constituição, cujo objetivo era organizar um Estado moderno que impulsionasse sua economia ao “progresso”. A expansão da agro-exportação fortalecia o grupo que se mantinha no poder, ao fazer do crescimento econômico um reflexo de seus interesses. Atuando como “governos eleitores” designavam seus sucessores em um sistema estruturado por redes de vínculos políticos, possível graças a recorrentes fraudes eleitorais. Em uma república restrita apenas àqueles considerados aptos ao exercício político, se formavam as bases de um regime oligárquico alimentado pelo aumento das exportações. Como políticos e estancieiros possuíam seus interesses interligados, o auge desse sistema político coincidiu com o

⁴⁰ HORA, p. 118

⁴¹ MÍGUEZ, p. 182

⁴² Artigo número 20, incluso na Primeira parte: “*Declaraciones, Derechos y garantías*”. Constituição de 1853 (com reformas realizadas em 25 de Setembro de 1860). Disponível em: http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01371529455614825210035/p0000001.htm#I_4
Acesso: 12/04/2011.

momento de efetiva consolidação com os mercados externos e da entrada de capitais para financiar a modernização. As possibilidades de vendas dos produtos primários, aumentando as demandas por terras, incentivaram o governo a prosseguir os projetos de expansão da fronteira sul, especialmente do sul bonaerense, onde se localizava a “Pampa úmida”, território muito fértil.

A escassez de terras pressionou o governo a ações mais efetivas no combate aos índios, habitantes das comarcas aspiradas para a expansão produtiva. Durante a década de 1870, foram efetuados esforços para promover a segurança nas estâncias e ampliar o território efetivamente ocupado, destinando-o a produção. Com maior capacidade de ação militar e financeira foi possível ao Estado corresponder às expectativas dos grandes proprietários de terras, colocando fim ao secular “problema” do índio.

3. “Fronteira interna” com os índios do sul

O território efetivamente ocupado pela Argentina até os anos 1870 correspondia a menos de um terço de sua área atual. Além do Chaco, situado na fronteira com o Paraguai, o sul de cinco províncias argentinas (Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, São Luis e Mendonza) eram delimitadas por alguns fortes que constituíam um frágil limite com a região habitada por diversas sociedades de índios. A idéia de considerar a zona como uma fronteira, acentuou-se no século XIX. A fim de diferenciar com os limites internacionais, passou a ser usual chamá-la de “fronteira interna”,⁴³ muito embora, a ideia da existência de um espaço fronteiriço entre duas sociedades distintas fosse bastante anterior a independência.

É necessário considerar que a fronteira em questão não se constituía uma barreira entre duas sociedades, mas sim um espaço dinâmico, onde ocorriam diferentes formas de interações. Desde o período colonial, as sociedades de ambas as partes da fronteira, sejam índios ou *criollos* (e posteriormente argentinos), percebiam esses espaços de formas distintas, interagindo com a sociedade para além de sua fronteira de acordo com seus próprios interesses.⁴⁴ Abordar a questão por meio de uma “dupla”⁴⁵

⁴³ BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 66, 67.

⁴⁴ QUIJADA, Monica. Repensando la frontera sur argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y étnica (siglos XVIII y XIX). *Revista de Indias*, 2002, vol. LXII, n. ° 224, p. 109

⁴⁵ Proposta de pensar a fronteira como uma “Fronteira dupla”. NACUZZI, Lidia. Los desertores de la expedición española a la costa patagónica de fines del siglo XVIII y la circulación de personas en los espacios de frontera. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2011.

relação fronteiriça, permite entendê-la a partir dos pontos de vista de *criollos* e indígenas, já que ambos compartilhavam e admitiam a existência desse espaço de formas distintas.

A forma como a Espanha expandiu seus domínios também auxilia na compreensão do significado desse conceito durante o século XIX. No marco jurídico, a Coroa espanhola exerceu sua expansão sobre o continente americano ao levar em consideração as bulas papais e tratados como o de Tordesilhas. As terras americanas, mesmo que ainda não conhecidas, faziam parte dos domínios do rei e os habitantes, a exemplo dos índios, eram seus súditos.⁴⁶

Como herança da colonização espanhola, os territórios do Pampa e da Patagônia faziam parte dos domínios da República. Por essa lógica, o governo central considerava que a expansão oficial e de interesses privados neles, não era realizada em território inimigo, mas, sim em área sob posse legítima da República. A disputa por terras envolvida no processo de expansão da fronteira interna, não era pela garantia de sua soberania – uma vez que essas áreas já eram consideradas integrantes do país, mas, por sua posse efetiva ou pelo exercício efetivo da soberania.⁴⁷ Por sua vez, os povos originários da América consideravam sua ancestralidade um fator mais relevante que o raciocínio jurídico oriundo da colonização espanhola, o que resultou, no caso analisado, na resistência indígena em ceder a área que ocupava.

Tal forma de relação com o território motivou a realização das campanhas aos “desertos” a partir da segunda metade do século XIX. A premissa do pertencimento dessas comarcas austrais à Argentina implicava no embate contra o índio a fim de efetivar a soberania nacional. De acordo com o governo argentino, a presença indígena no Pampa e na Patagônia era entendida como um “problema secular”,⁴⁸ uma vez que se considerava ditos territórios sob domínio republicano, sendo que a resolução do “problema” estava em garantir a ocupação efetiva ao ampliar os domínios do país.

Na dinâmica da colonização espanhola no Rio da Prata, o consenso foi fator predominante nas relações com as sociedades originárias, uma vez que a Coroa não dispunha dos recursos necessários a um enfrentamento bélico. Para tanto, a diplomacia e

Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/61394#quotation>. Acesso: 16/09/2011.

⁴⁶ Idem, p. 110, 111

⁴⁷ Id.

⁴⁸ Um dos exemplos da invocação da antiguidade do problema está o trecho de uma carta de Julio A. Roca publicada no Jornal “La voz de río Cuarto” de 15 de Junho de 1876, FJAR, sala VII, AGN. “(...) *Esta difícil cuestión que las generaciones que se han venido sucediendo por espacio de más de tres siglos, no han podido resolver* (...)”.

o comércio se tornaram relações constantes, concomitante à vigilância e a contenção da penetração indígena, representada pelos fortes.⁴⁹ A combinação entre a hostilidade e a negociação marcaram as relações interétnicas desde meados do século XVIII. Tanto a presença dos fortes e a realização de eventuais entradas, quanto à ameaça do roubo de gado para comercialização trans cordilheirana, caracterizavam a dinâmica da fronteira. A situação de pressão imposta pela apropriação do gado engendrava uma situação de permanente negociação, em que o índio representava um risco à atividade das estâncias e colocava o governo colonial e posteriormente o argentino em constante negociação.⁵⁰

Quanto aos *malones* e aos saques realizados pelos índios, há indícios de sua ocorrência antes da presença efetiva do colonizador, não sendo situações, portanto, oriundas do contato com o europeu, mas que faziam parte dos mecanismos de interação dessas sociedades.⁵¹ A captura de mulheres e crianças daqueles considerados inimigos para os índios, bem como as apropriações de animais, por exemplo, eram atitudes consideradas legítimas, dado o contexto de guerra.⁵² Além disso, muitas vezes os *malones* eram utilizados com intenções políticas, sendo uma forma de pressionar o governo a negociar, a fim de obter benefícios e assegurando o pagamento das chamadas rações que consistiam em animais, bebidas, tabaco, etc.

O pagamento desses tributos para parte dos índios funcionava como um importante mecanismo da política fronteiriça. Para aqueles, já adaptados a hábitos dos espanhóis como o consumo de bebidas alcoólicas e ao uso de animais como cavalo e o gado, o recebimento das rações era uma forma de obter recursos considerados necessários. Por outro lado, o governo tratava esse mecanismo como uma forma de cooptar os índios e evitar o embate direto ao convertê-los em “índios amigos”.⁵³ A constância das invasões, mesmo após o recebimento das rações pelo governo, conforme trecho citado vai o encontro aos usos políticos das práticas de violência perpetradas nos espaços de fronteira. Os caciques recolhiam periodicamente as rações e com prática das invasões, garantiam a continuidade do recebimento dos benefícios.

(...) todavía, han recibido sus raciones los indios, con el fin de tenerlos por aliados. (...) De tres en tres meses cada Cacique envia una comitiva al punto

⁴⁹ LUIZ, María Teresa. La Construcción de un espacio fronterizo: cambios en las relaciones interétnicas y permanencias en las representaciones a fines del periodo colonial. In: BANDIERI, Susana, BLANCO, Graciela, VARELA, Gladys (dir.) *Hecho en Patagonia: La historia en perspectiva regional*. 1ª ed. Neuquén: Educo, 2005, p. 129

⁵⁰ Idem, p. 131

⁵¹ QUIJADA, p. 11

⁵² Idem, p. 10

⁵³ Id, p. 16, 17

*de la frontera donde ha de recibir sus raciones. (...) Si con esos sacrificios se consiguiere satisfacerlos à los Indios y librar al País de sus depredaciones, no seria honorable el medio, pero seria tolerable con la esperanza de encontrar más adelante el medio de librarse de todo. Pero tanto los sacrificios como el regimen que el pago importan, son inútiles. Los indios invaden luego que han recibido sus raciones (...).*⁵⁴

Até a utilização dos fuzis automáticos *Remington* pelos exércitos argentinos nas últimas décadas do século XIX, podia-se falar em uma equiparação bélica com os indígenas.⁵⁵ Ademais, os índios possuíam a vantagem de conhecer a região, sabendo como se portar diante dos desafios dos desertos pamepanos: “*Las pampas son tan vastas que los hombres más conocedores de los campos se pierden a veces en ellas. El caballo de los indios es una especialidad en las pampas. Corre por los campos guadalosos [ver nota], cayendo y levantando, y resiste a esa fatiga hercúlea asombrosamente, como que está educado al efecto y acostumbrado a ello.*”⁵⁶

Entre os muitos usos do conceito de fronteira, o mais recorrente na situação da colonização, foi à relação da região de fronteira como limite a um lugar não “civilizado”, entendendo por civilização aquilo que foi transformado de acordo com valores da sociedade europeia ocidental. Como uma linha civilizatória, a fronteira interna era entendida como limite entre a sociedade organizada, a partir da colonização espanhola, e outra independente do europeu, que conservou sua autonomia apesar da pressão do colonizador.

*Le fossé c'est peu chose qu'en fossé ; mais quand il a 80 lieues de long, il devient respectable ; il prend presque un intérêt dramatique si l'on songe qu'il marque la limite visible entre la civilization et la barbarie. (...) La civilization et la barbarie ne pouvaient plus co-existir sur le même sol, et que poser une borne séparative entre elles était asseoir sur la base la plus décevant, une sécurité sans lendemain.*⁵⁷

⁵⁴ Manuscrito intitulado “*Proyecto*”, destinado ao Congresso Nacional, p. 5, 6. Provavelmente da década de 1870. Sem autoria, s/d. FAB, leg. 155, sala VII, AGN.

⁵⁵ QUIJADA, p. 11.

⁵⁶ MANSILLA, Lucio V. *Una excursión a los indios Ranqueles* (1870). Buenos Aires: Agebe, 2008, p. 23. Na mesma página, Mansilla define campo “*guadaloso*” como “*un terreno blando y movedizo que no habiendo sido pisado con frecuencia, no ha podido solidificarse*”, e acrescenta: “*La pampa está llena de estos obstáculos*”.

⁵⁷ “O fosso é pouco mais que um fosso; Mas quando ele possui 80 léguas de comprimento, se torna respeitável; causa um interesse quase dramático se considerarmos que ele marca o limite visível entre a civilização e a barbárie. (...) A civilização e a barbárie não podem mais coexistir sobre o mesmo solo, e dispor uma fronteira separativa entre elas será o assento sobre a base mais desapontadora, uma segurança sem futuro.” Tradução livre, grifo nosso. In: *Jornal L'indicateur general des Alpes maritimes*. Julho de 1881. Trecho do artigo “*République Argentine: une histoire que deviendra une légende*”. Fundo Julio Argentino Roca, Sala VII, AGN. “*Le fossé*” mencionado se relaciona ao fosso ou “*zanja*” construído pelo Ministro Adolfo Alsina na década de 1870, conforme será abordado em seção pertinente desse capítulo.

O trecho citado reforça a ideia de considerar a fronteira como limite, de acordo com a visão daqueles que pretendiam eliminá-la para dar lugar ao projeto nacional. As fortificações militares ao longo da fronteira possuíam caráter “civilizacional” ao separar a “civilização” da “barbárie”.

À Argentina de finais dos oitocentos, que delineava uma nação pensada e planificada por sua elite intelectual, o índio, bem como seus costumes e cultura estavam à margem do conjunto de referenciais almejados. O índio relacionava-se ao elemento “bárbaro” presente na Argentina, oposto ao que era entendido por civilização, um verdadeiro “problema”, que deveria ser eliminado para ceder lugar ao “progresso”.

*Y cuando se iban los Indios
con lo que habian manotiao,
saliamos muy apuraos
a perseguirlos de atras;
si no se llevaban mas
es porque no habian hallao.*

*Alli si se ven desgracias
y lágrimas y afliciones,
naides le pida perdones
al Indio, pues donde dentra
roba y mata cuanto encuentra
y quema las poblaciones.⁵⁸*

Nesse trecho de *Martín Fierro*, José Hernández ilustrou sua leitura a respeito da situação de guerra com os índios encontrada na fronteira. Com a primeira edição datada de 1872, essa poesia parte da literatura *gauchesca*, relata a vida de um *gaucho*, Martín Fierro, mandado a um forte no Pampa, a fim de integrar as tropas que impediam os índios de cruzarem a fronteira.

A entrada dos índios além da fronteira e os eventuais *malones*, muitas vezes em resposta a incursões contra eles, eram uma realidade da região desde o século XVIII. Após a introdução de bovinos e equinos pelos espanhóis, as sociedades de índios presentes no Rio da Prata passaram a adotar esses animais em seu cotidiano. No momento em que os habitantes do vice-reinado passaram a praticar a caça do gado “selvagem”, que havia se reproduzido livremente nos pastos pampeanos, esses animais tornaram-se mais escassos. O gado passou a ser concentrado em estâncias com a

⁵⁸ HERNÁNDEZ, JOSÉ. *Martín Fierro*. (1872) Buenos Aires: Losada, 2007, p. 45

finalidade de assegurar o rebanho e tentar garantir maior controle desses animais, procurando evitar prejuízos à atividade econômica.⁵⁹

Com isso, os índios passaram a buscar o gado, também importante em suas sociedades, nas estâncias, criando a necessidade de fortificações e do deslocamento de homens para as zonas fronteiriças a fim de evitar a penetração indígena. Entre expedições contra os índios e *malones*, tratados eram acordados entre ambas as partes, prolongando a questão da fronteira e interferindo diretamente na economia pecuária:

*Aquel desierto se agita
cuando la invasion regresa;
llevan miles de cabezas
de vacuno y yeguarizo:
pa no aflijirse es preciso
tener bastante firmeza.*

*Aquello es un hervidero
de pampas, un celemín;
cuando riunen el botín
juntando toda la hacienda,
es cantidá tan tremenda
que no alcanza a verse el fin.*⁶⁰

Na visão dos proprietários de terra, o índio ameaçava o sucesso econômico ao causar prejuízos, além da necessidade de constante vigilância das pastagens. O desenvolvimento de uma economia ligada à terra e à paulatina valorização das propriedades, engendrou um ponto de tensão entre a sociedade rural e o governo, em especial àquela situada nas proximidades com a fronteira. Os estancieiros ganharam considerável representatividade política ao longo do século XIX e, juntamente com militares e comerciantes relacionados à atividade agropecuária, pressionavam o poder central a encontrar “solução ao problema” da fronteira.⁶¹

Tema de periódicos, livros e folhetins, a questão era interpretada como uma fragilidade da sociedade. Solucionar o dilema da presença indígena no Pampa e na Patagônia era analisado de diversas formas, entretanto, convergiam no sentido de pensarem as sociedades originárias como um impedimento ao progresso e um desafio à civilização. A fronteira era alvo de disputas e negociações. Representava a divisão entre

⁵⁹ BARBA, Fernando Enrique. Crecimiento ganadero y ocupación de tierras públicas, causas de conflictividad en la frontera bonaerense. *Revista ANDES*, Universidad Nacional de Salta, Argentina, n.º 18, 2007, p. 4. Disponível em: www.scielo.org.ar/pdf/andes/n18/n18a08.pdf Acesso: 01/10/2010

⁶⁰ HÉRNANDEZ, p. 133, 134

⁶¹ BARBA, p. 12

dois “países”, A Argentina e o deserto⁶², “*povoado por bárbaros que nos disputan por las armas su dominio.*”⁶³

Aos habitantes dos desertos do sul, eram atribuídos adjetivos como “bárbaros”, “selvagens”, sobretudo aos grupos de índios residentes das proximidades fronteiriças, onde havia conflito direto. Tais adjetivos possuíam conotação política por designar aqueles que “resistiam” à edificação do projeto nacional.⁶⁴ No diagnóstico social dado pelos textos da Geração de 1837, por exemplo, os índios estavam entre um dos elementos que impediam a construção de um Estado organizado sob as luzes da cultura civilizada.

“[O índio] *es tenaz en su barbarie, no esperen verlo cambiar; el deseo de mejorar en su rudeza no cabe: el bárbaro solo sabe emborracharse y peliar.*”⁶⁵ O termo “selvagem” funcionava como sinônimo na representação dos índios.⁶⁶ Aos dotados de “barbárie”, moradores das comarcas pampeanas, o adjetivo estava carregado dos problemas gerados pelas guerras que preocupavam os estancieros, construindo uma oposição evidente à “civilização” que buscava ampliar suas fronteiras e viabilizar a expansão econômica.

A dicotomia apresentada por Domingo F. Sarmiento para caracterizar a Argentina do período, civilização e barbárie, ajuda na compreensão da relação do índio com a barbárie e a necessidade de impor a civilização. No diagnóstico realizado na obra *Facundo*, Sarmiento vinculou os problemas argentinos com a presença da barbárie, colocando o índio ou o “selvagem” como um obstáculo⁶⁷ à edificação de uma sociedade civilizada, assim como os *malones*, os *gauchos* e os *caudillos*.

“*Efectivamente: ¿qué cosa más bella que asegurar la frontera de la República hacia el sur, escogiendo un gran río por límite con los indios, y resguardándola con una cadena de fuertes, propósito en manera alguna impracticable (...)?*”⁶⁸ A questão do avanço da fronteira sul, se atrelava à tentativa de livrar a região de conflitos, fazendo prevalecer os interesses dos estancieros na pacificação da região, em consonância com

⁶² OSZLAK, p. 133

⁶³ La Nación. Buenos Aires, 4 de Setembro de 1875. Fundo Júlio Argentino Roca, sala VII, AGN

⁶⁴ NAVARRO FLORÍA, Pedro. El salvaje y su tratamiento en el discurso político argentino sobre la frontera sur (1853-1879). *Revista de Indias*, 2001, vol. LXI, n. ° 222, p. 346 e 347. Disponível em: <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/493/560> Acesso: 09/11/2010

⁶⁵ HERNANDEZ, p. 132

⁶⁶ NAVARRO FLORÍA, p. 348, 349

⁶⁷ Idem, p. 347

⁶⁸ SARMIENTO, Domingo F. *Facundo o civilização y barbárie*. (1845) 1ª ed. Buenos Aires: Centro Editor de Cultura, 2009, p.204

o ideal de sociedade almejado. De acordo com essa literatura oitocentista, destituir a Argentina do elemento “americano”, aliado à imigração europeia, aportaria progresso a sociedade e melhores condições para os estancieiros.

A “pacificação da fronteira”, conforme designação da época se colocava como uma tarefa do Estado e resolver a situação de conflito com os índios também era uma forma de imposição da autoridade. O Estado passou a monopolizar o poder coercitivo, utilizando-o como um instrumento para consolidar a unidade nacional em detrimento de tudo que ia de encontro à centralização política. A violência física foi usada como forma de redimir a resistência ao poder estatal,⁶⁹ sufocando levantes e “submetendo” o índio da fronteira.

Para Sarmiento, na obra *Argirópolis* (1850), a pacificação da fronteira deveria ser efetuada juntamente com a povoação das áreas em que os fortes militares edificados impediriam a presença dos índios, até que esse limite pudesse ser estabelecido em um rio, constituindo um obstáculo natural entre as duas sociedades.⁷⁰ Era uma tarefa do Estado, acabar com os “desertos herdados”, promovendo a atuação conjunta das forças de exército e dos colonos que povoariam as áreas conquistadas, com o objetivo de levar a Nação Argentina até as proximidades do Estreito de Magalhães.⁷¹

*“Proveer a la seguridad de las fronteras, conservar el trato pacífico con los Indios y promover la conversión de ellos al catolicismo.”*⁷² Caberia ao Estado, conforme a Constituição, pacificar a situação das fronteiras com o índio, sem, no entanto, mencionar uma ação ofensiva contra essas sociedades. No pensamento de Alberdi presente nas *Bases*, o índio, ou o elemento americano em sua origem, é designado como selvagem, ratificando a antítese também existente em Sarmiento entre o que é civilizado e o que é bárbaro. Em contraste ao índio, está o: *“europeo, es decir, nosotros, los que hemos nacido en América y hablamos español, los que creemos en Jesucristo y no en Pillán (dios de los indígenas).”* Os selvagens próprios das sociedades americanas deveriam ser civilizados. Instrumentos como a imigração europeia e a educação auxiliariam na eliminação da barbárie contida nos índios, segundo a leitura de Alberdi.

⁶⁹ OSZLAK, p. 105

⁷⁰ SARMIENTO, Domingo F. *Argirópolis* (1850). Buenos Aires, Losada: 2007, p. 154, 155

⁷¹ Idem, p. 158

⁷² Artigo número 67, parágrafo 15º, *Op. Cit.* Constituição de 1853. Disponível em: http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01371529455614825210035/p0000001.htm#I_4
Acesso: 05/05/2011.

*La guerra de conquista supone civilizaciones rivales, Estados opuestos -el salvaje y el europeo, este antagonismo no existe; el salvaje está vencido, en América no tiene dominio ni señorío. Nosotros, europeos de raza y de civilización, somos los dueños de América. Es tiempo de reconocer esta ley de nuestro progreso americano.*⁷³

Na teleologia do progresso contida no pensamento alberdiano, acreditava-se que a consolidação da cultura europeia ocorreria inevitavelmente dentro da sociedade. O processo histórico em curso tinha por direção alcançar o que se entendia por civilização. Muito embora, a incoerência desse raciocínio estivesse na obrigação de catalisar o processo histórico, afirmando a superioridade em relação ao elemento autóctone. Apesar de crença que, inevitavelmente, a Argentina alcançaria a “civilização” no futuro, era necessário destituir o país dos elementos de barbárie existentes. Ao deserto, fonte de atraso material e obstáculo ao progresso,⁷⁴ caberia aos governos o papel de dirimir a barbárie contemplando os espaços que não estavam devidamente povoados, com população europeia e com o vínculo a um Estado forte.

Além de um “problema” para a sociedade, o índio representava um impedimento à expansão das estâncias do Pampa. O desconforto dos grandes donos de terras com os índios aumentava conforme a pecuária extensiva se desenvolvia, crescendo a ideia de promover a integração definitiva da Patagônia ao território nacional.

Aumentar as terras disponíveis à atividade econômica tornava-se uma necessidade sistêmica. Tratada como uma mercadoria sujeita a especulações, a terra tornava-se cara e escassa, motivando debates em torno da imensa área em domínio indígena. Apesar de muitas variáveis, a expansão das terras para além da fronteira interna, teve uma relação estreita com o crescimento econômico, já que os debates que culminaram na ampliação territorial, se acentuaram em um momento de crise das exportações argentinas.⁷⁵ Durante os anos 1870, a diminuição da demanda por produtos argentinos no mercado europeu, afetou a estabilidade política. Estando atrelada ao crescimento econômico, a unidade nacional era desestabilizada no momento em que ocorriam retrações econômicas.⁷⁶ Motivos civilizacionais também podem ser relacionados às motivações vinculadas a expansão dos espaços de fronteira, uma vez que faziam parte dos discursos da época.

⁷³ ALBERDI, p. 60, 61

⁷⁴ Idem, p. 14

⁷⁵ ROCK, David. *Argentina 1516-1987: Desde la colonización hasta Alfonsín*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1989, p. 208

⁷⁶ Idem, p. 204

O tipo de atividade desenvolvida operava em conformidade com as oscilações do mercado internacional, possuindo uma fragilidade que desequilibrava as estruturas políticas em situações de crise. Com a base política vinculada aos grandes proprietários de terra, a diminuição da entrada de recursos no país afetava diretamente a principal base de apoio do governo.

A diminuição das demandas por produtos primários pelos países industrializados, assim como a interrupção nos investimentos britânicos, em decorrência da guerra franco-prussiana (1870-1871) inviabilizou o pagamento das dívidas externas, feitas muitas vezes pela aquisição de novas dívidas. Com a ausência dos recursos oriundos das exportações, o pagamento da dívida foi efetuado com os recursos do próprio governo, diminuindo também a capacidade de reação interna, como incentivos à compra de terras e desenvolvimento de atividades nas estâncias. A situação de crise aumentou quando Nicolás Avellaneda, representante do Partido Autonomista Federal (PAN), venceu as eleições de 1874, derrotando Bartolomé Mitre, candidato que representava a elite “devedora” de Buenos Aires.⁷⁷

Proprietários de terras e comerciantes, afetados pela situação de crise, viam na reeleição de Mitre um possível alívio por ser um candidato portenho, já que eram contra a destinação de recursos de Buenos Aires para melhorias nas outras províncias. Com a vitória de Avellaneda, candidato de Tucuman, a tradicional antítese entre a capital e o interior foi retomada.

A configuração da economia argentina colocava em relação direta a estabilidade política com a econômica, uma vez que as bases da unidade nacional foram pautadas pelo marco do desenvolvimento econômico e pela inserção do país em uma economia de mercado.⁷⁸ Em momentos de retração econômica, a ainda frágil unidade nacional era ameaçada, sendo traduzida pela velha oposição entre Buenos Aires e as demais províncias, já que a aglutinação dos poderes políticos na cidade portenha foi dada, entre outros fatores, pela possibilidade de repasse das divisas oriundas da exportação. A situação de queda das exportações, e, sobretudo, o esgotamento das terras livres do Pampa úmido, utilizadas pelos pecuaristas portenhos,⁷⁹ são evidências da relação econômica contida no “problema” da ocupação dos índios ao sul da fronteira.

⁷⁷ Idem, p. 200

⁷⁸ Id, p. 204

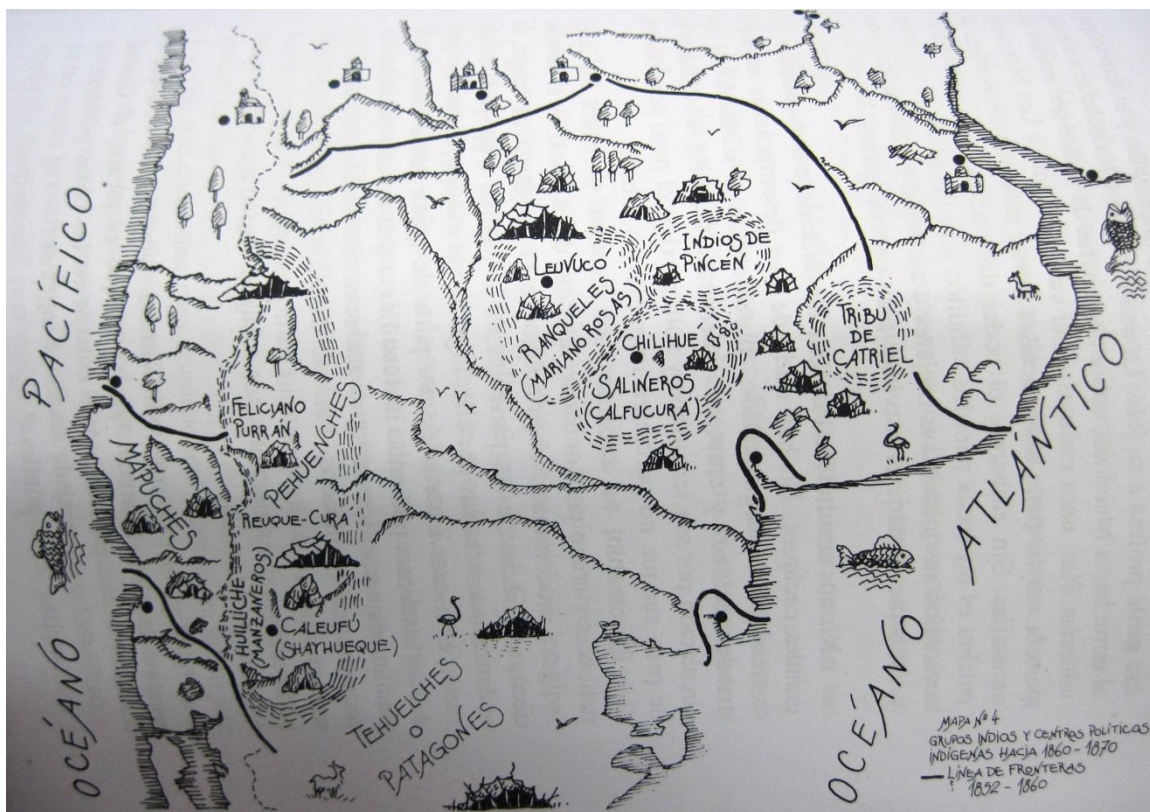
⁷⁹ Eduardo Miguéz, p. 161

A crise das exportações desestabilizava a situação política, ocasionando levantes contra o poder central. Entretanto, o presidente Avellaneda tinha à disposição um corpo de exército experiente e bem equipado, capaz de impor a unidade aos dissidentes. Foram contidas rebeliões em diversas províncias do interior, assegurando a presença institucional do Estado por meio do exército.⁸⁰ Terminado o conflito da Tríplice Aliança, o exército havia aumentado sua capacidade ofensiva e estratégica, tornando-se um eficiente recurso político. A atuação nas forças armadas se converteu em uma atividade executada majoritariamente por profissionais, abarcando as funções das antigas Guardas Nacionais das províncias.⁸¹

Tendo em vista a capacidade de atuação do exército nacional, houve uma maior disposição do governo em promover a ampliação das fronteiras com os índios do sul. Textos de diversos intelectuais do período, assim como artigos de periódicos, contribuíam para fortalecer a ideia a respeito da ampliação do território nacional. A ampliação da fronteira interna tornava-se uma necessidade da sociedade argentina em vias de expansão. Além de garantir áreas para colônias e estâncias, fazia-se necessário garantir a segurança nas propriedades existentes, o que implicava a adoção de medidas mais eficazes para a proteção das zonas de fronteira.

⁸⁰ Oscar Ozslak, p. 109, 110

⁸¹ Idem.



4. A expansão da fronteira interna: “La Zanja Alsina”

Somente depois da Guerra do Paraguai (1863-1870) as tropas puderam ser mobilizadas para a resolução de questões internas, atuando na garantia de interesses estatais. Entre as prioridades, a dissolução de levantes de caudilhos e a segurança da fronteira interna contra roubos e *malones*. A zona de fronteira esvaziada de tropas em decorrência da guerra no exterior recebeu mais atenção das autoridades em busca de, ao menos, a redução da situação de conflito.

A lei de número 225 de 1867 colocava em termos legais a intenção de aumentar a fronteira, fortificando a margem setentrional do rio Negro, na porção norte da Patagônia argentina. A inviabilidade do projeto em decorrência do conflito no exterior, além dos levantes das *monteneras* que dividiam as preocupações do exército, retardou as pretensões militares na zona fronteiriça. Somente no governo de Domingo F. Sarmiento (1868-1874) tais medidas foram tomadas, a começar pelo reconhecimento das zonas com a finalidade de estudar as possibilidades de promover seu avanço. Após sua experiência como diplomata nos Estados Unidos, Sarmiento retornou com ideias a

⁸² MANDRINI, Raul. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005, p. 163

respeito de tática militares e armamentos utilizados na Guerra de Secessão com a intenção de aplicá-las ao contexto rio-platense.⁸³

Terminados os estudos do engenheiro húngaro Juan F. Czetz, o posicionamento das tropas na linha de fronteira foi reordenado para obter maior capacidade de vigilância e defesa, uma vez que os gastos com a guerra contra o Paraguai incapacitaram o governo de financiar um enfretamento direto com o índio.⁸⁴ Com Martín de Gainza à frente do Ministério de Guerra e Marinha, a linha de fronteira estava organizada em comandâncias gerais que centralizavam as operações militares. Entre as localizações das comandâncias, estava à fronteira norte e oeste de Buenos Aires e aquelas localizadas ao sul de Santa Fé, Córdoba, San Luis e Mendoza. E, entre, os principais fortes, San Rafael (Mendoza), Villa Mercedes (San Luis), Rio Cuarto e Rio Quinto (Córdoba), Melincue (Santa Fé), Junin, 25 de Mayo (oeste de Buenos Aires), Azul e Bahia Blanca (sul de Buenos Aires).

Apesar das iniciativas e expedições militares, os grupamentos dos caciques Calfuculrá, Mariano Rosas, Catriel, entre outros, seguiam resistindo as ofensivas. No entanto, com a vitória de Nicolás Avellaneda em 1874, o “problema do índio” figurou entre as prioridades do governo, modificando as relações existentes nos espaços de fronteira. À frente do Ministério de Guerra e Marinha, Adolfo Alsina iniciou o avanço da fronteira ao sul, iniciativa crucial às ações posteriores que delinearam os limites nacionais até a Terra do Fogo. A ideia do ministro no tocante a expansão territorial, era promover um gradual avanço da linha de fronteira com a construção de uma “zanja”, assim como de linhas telegráficas junto aos fortes. O elaborado plano de sua *zanja*, a cargo do engenheiro francês Alfred Ébélot, consistia em uma vala de três metros de profundidade, seguida por uma barreira de um metro de altura e pouco mais de dois em sua extensão.⁸⁵ A *zanja* tinha como objetivo, dificultar grandes *malones*, assim como a retirada do gado das estâncias pelos índios.

Após assumir como ministro, Adolfo Alsina conseguiu a aprovação lei número 753 de 1875, que previa o adiantamento da fronteira como resultado do conflito com os índios que se opusessem e a reserva de terras para aqueles que aceitassem conviver

⁸³ DE MARCO, Miguel Ángel. *La Guerra de la Frontera: luchas entre indios y blancos (1536-1917)*. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2010, p. 419

⁸⁴ Idem, p. 425

⁸⁵ Plano general de la Zanja. In: Planos de la nueva línea de frontera sobre la Pampa. Buenos Aires, 1877. Sala VII, AGN

pacificamente com a “civilização”.⁸⁶ Entretanto, para Alsina, levar a fronteira até o Rio Negro deveria ser o objetivo final, como ratifica sua mensagem enviada ao Senado, na ocasião da aprovação da referida lei: “*El río Negro, pues, debe ser no la primera, sino por el contrario, la línea final, en esta cruzada contra la barbarie, hasta conseguir que los moradores del desierto acepten, por el rigor o la templanza, los beneficios que la civilización les ofrece.*”⁸⁷

Alsina acreditava na necessidade de ocupar primeiramente pontos estratégicos no início do deserto, conectando as fortificações por meio de linhas telegráficas, juntamente com a fundação de povoados que ocupassem os locais onde a fronteira já havia avançado.⁸⁸ Concomitante a construção da *zanja*, seriam estabelecidas as bases militares que promoveriam a defesa do território no caso de guerras e permitiriam uma posterior ofensiva. A organização militar estava dividida em diversos comandos com limites definidos ao longo da fronteira, que controlavam pequenos fortes, acompanhados ou não da linha da *zanja*.⁸⁹

Apesar de a fronteira perpassar o território de cinco províncias, os maiores ganhos territoriais foram realizados na província de Buenos Aires e no sul de Santa Fé. As obras da *zanja* foram limitadas a Buenos Aires,⁹⁰ dada à maior disponibilidade de recursos e interesse, já que a grande demanda por terras para a pecuária partia dessa província.

Antes de iniciar seu projeto, a troca de correspondências entre Alsina e o militar Júlio Argentino Roca,⁹¹ chamam a atenção pelo confronto de ideias sobre a questão. Roca revelou sua oposição em relação à proposta do ministro em algumas cartas trocadas nos últimos meses de 1875. Com argumentos estratégicos, Roca refutava o plano de Alsina, mostrando quais seriam suas implicações caso fosse executado. O responsável pela fronteira cordobesa também apresentou suas ideias sobre como o avanço fronteiriço deveria ser feito, delineando seu próprio projeto militar.

⁸⁶ ACRÉ, José. La Campaña del Desierto. In: *Publicaciones del Museo Roca: Estudios XI*. Museo Roca: Buenos Aires, 1966, p. 10. BNA

⁸⁷ Mensagem de Adolfo Alsina, *Apud*, Idem, p. 11

⁸⁸ BARBA, p. 16

⁸⁹ Plano Topográfico. In: Planos de la nueva línea... *Op. Cit.*

⁹⁰ RUIZ MORENO, Izidoro J. *Campañas militares argentinas. La política y la guerra: luchas contra indios y sediciosos (1870-1884)*. Tomo V. 1ª ed. Buenos Aires: Claridad, 2009, p. 67

⁹¹ Entre seus cargos militares após atuação em batalhas como Cepeda, Pavón e no Paraguai, foi chefe da comandância de fronteira em Rio Cuarto em Córdoba, a partir de 1873. No ano seguinte, devido a uma insurreição contra o governo do presidente Sarmiento, foi nomeado comandante general e chefe do exército Norte. Em 1875 assumiu como comandante das fronteiras de San Luis e Mendoza. LUNA, Félix. *Grandes protagonistas de la Historia Argentina: Julio A. Roca*. 1ª ed. Buenos Aires: Planeta, 2004, p. 150-152

Como o plano do ministro tinha em vista promover de antemão um avanço da linha de fronteira atual de Córdoba e San Luis, localizadas nas proximidades do rio Quinto, para então promover o avanço em Buenos Aires, Alsina pediu a Roca uma opinião a cerca da possibilidade de avançar essa região fronteiriça até o pequeno lago *El Cuero*, alguns quilômetros ao sul do rio Quinto. Alsina desejava avançar primeiramente a linha de fronteira oeste em direção ao sul, para então avançar as de Buenos Aires e Santa Fé a oeste, fazendo com que os dois pontos de fortificações se aproximassem. Datada de 6 de Outubro de 1875, essa primeira carta foi contestada pouco mais de dez dias depois, pelo comandante da fronteira.⁹²

A resposta de Roca foi incisiva. O comandante se opunha ao projeto de Alsina, alegando que a construção de uma linha de fortes fixos, isolando-os a quilômetros de distância dos povoados, acarretaria na dificuldade de abastecimento. De acordo com Roca, o único local habitável era a partir do lago *El Cuero*, local onde começavam os primeiros acampamentos dos índios Ranqueles⁹³ e a fixação de uma fronteira nesse local, romperia os tratados vigentes.⁹⁴

Além da oposição ao plano de Adolfo Alsina, Roca também manifestou suas ideias sobre a questão, mostrando qual deveria ser, em sua opinião, as medidas a serem tomadas. Primeiramente, Roca era contra o avanço paulatino da fronteira. Em uma de suas anotações pessoais, provavelmente de 1876,⁹⁵ a aversão do militar ao proposto pelo ministro da guerra, foi o ponto principal de seu texto. Para ele, a fronteira deveria ser levada ao Rio Negro em uma guerra ofensiva que contasse com o movimento constante das tropas. “*Y todos los esfuerzos que no tengan por objetivo aquel fin [levar a fronteira ao Rio Negro], no curará el mal, exigiendo siempre constantes y mayores sacrificios.*”⁹⁶ A estratégia empregada por Alsina era entendida como um avanço parcial, sem vantagens táticas, uma vez que não reduziria a possibilidade de ataques dos índios, nem diminuiria o custo da operação em relação a uma guerra ininterrupta.

O general Roca estava convencido de que “*Mientras haya indios en la Pampa sin que un rio caudaloso como el Negro nos separe, la cuestion siguiera de pié en estado de problema.*”⁹⁷ Tratava-se de um problema, principalmente, para o

⁹² Apud. ACRÉ, p. 12-15

⁹³ Apud. Idem, p. 13

⁹⁴ RUIZ MORENO, p. 64

⁹⁵ “*Ideas sobre la frontera que pudieran servir para un articulo de diario*”. Manuscrito de Julio A. Roca, Rio IV, sem data. Fundo Julio A. Roca, sala VII, leg. 154, AGN.

⁹⁶ Idem, p. 1

⁹⁷ Idem, p. 2

desenvolvimento da pecuária, limitado pela ocupação indígena. Para Roca, avançar até o rio Negro, impondo uma barreira natural como fronteira, seria a maneira mais eficaz de impedir índios de retirarem o gado das propriedades do pampa e vendê-los para comerciantes chilenos.⁹⁸

No entanto, uma questão que se impôs a Alsina, era a urgente necessidade de terras. Em uma carta encaminhada a Roca no final de 1875, o ministro comunicou a decisão de avançar a fronteira apenas o necessário para ligar com uma reta Bahia Blanca, parte do comando de Buenos Aires, até o rio Quinto, na zona de Córdoba. Dessa forma, se ganharia território para responder a uma necessidade imediata de Buenos Aires,⁹⁹ gerando o aumento de terras para a pecuária, em resposta a pressão dos estancieiros. Alsina comentou também a respeito da diminuição orçamentária para o Ministério da Guerra e Marinha para o ano de 1876, justificando sua opção por uma rápida expansão.¹⁰⁰

Em uma carta destinada ao editor do periódico *La República*, publicada no próprio jornal, Roca agradeceu as referências expressadas no mesmo quanto sua opinião a respeito das medidas adotadas na fronteira, indicando a publicidade do debate entre suas ideias e as do ministro Alsina. Roca apresentou seu posicionamento como uma obrigação dado o cargo que ocupava, justificando-se na importância de apresentar sua experiência sobre o objeto que considerava essencial ao desenvolvimento da “riqueza agrícola del país”¹⁰¹:

Mi idea es esta: creo que sin grandes sacrificios se puede avanzar la línea de San Rafael sobre el río Diamante hasta el río Grande o Colorado, o bien hasta el Neuquén. No solamente ofrecería esta operación grandes beneficios para el país, por los riquísimos campos regados por los numerosos ríos y arroyos que se desprenden de la Cordillera y se ganarían para la provincia de Mendoza, o para la Nación, sino para la seguridad de nuestras fronteras actuales.

É possível que o trecho faça alusão ao diálogo com Alsina, já que manifestou sua ideia de expansão da parte oeste da fronteira, na mesma zona cujo plano foi colocado para apreciação de Roca pelo ministro. Diferentemente do idealizado por Alsina, Roca propunha estender a fronteira a um ponto mais meridional, embora se referisse à região de Mendoza e não de Córdoba como Alsina.

⁹⁸ Id, p. 2, 5

⁹⁹ Apud. ACRÉ, p. 17

¹⁰⁰ Apud. Idem, p. 19

¹⁰¹ Carta de Júlio A. Roca ao editor do jornal *La Republica*. Rio Quarto, 24 de Abril de 1876. Apud, Idem, p. 25

Em uma das cartas trocadas com o ministro, Roca já havia se posicionado a respeito de se iniciar o projeto pela fronteira mais próxima da Cordilheira dos Andes, em lugar da cordobesa.¹⁰² Iniciar o avanço desde Mendoza permitiria começar pela resolução do problema do comércio de animais com o Chile, realizado por passagens da Cordilheira. De acordo com sua carta, eram retiradas das estâncias argentinas mais de quarenta mil cabeças de gado por ano,¹⁰³ sendo que “*bastarian mil hombres*”¹⁰⁴ para realizar a empreitada mencionada contra os índios da Pampa.

Roca seguia manifestando sua opinião, sem, no entanto, criticar diretamente o ministro Alsina. Em outro artigo datado de Junho do mesmo ano, Roca defendeu-se quanto a acusações de haver caracterizado o plano de Alsina como um projeto baseado na defesa da fronteira, e não na expansão da mesma. Também argumentou que não estava propondo um novo sistema de avanço da linha de fronteira, embora, ratificasse a importância de levar em consideração estratégias militares que combinassem ataque e defesa, em uma referência genérica quanto a operações de guerra.¹⁰⁵

As opiniões divergentes de Roca ao plano de Alsina colocaram em oposição duas concepções distintas sobre a mesma questão, conforme exposto pelos debates nos periódicos da época. O avanço gradual da fronteira, acompanhado com a construção da *zanja*, era a proposta idealizada por Adolfo Alsina. Em oposição estava o enfrentamento direto com o índio até expulsá-lo para além do Rio Negro, conforme pensado por Julio A. Roca. Muito embora, a proposta de Alsina, não excluísse de suas metas o posicionamento da fronteira no Rio Negro, conforme previsto na lei 753. O ministro Alsina apenas adiou tal objetivo, considerando a viabilidade da empreitada ao ter em vista os recursos econômicos disponíveis.¹⁰⁶

Tal contraste de ideias ganhou maior espaço na imprensa após um grande *malón* ocorrido no ano de 1876, o que retardou a execução do plano. A oposição *mitrista* utilizou politicamente o ocorrido, endossando as críticas ao governo de Avellaneda.¹⁰⁷ Entre as repercussões na imprensa, uma crítica realizada pelo jornal *La Nación*,¹⁰⁸ pertencente à Bartolomé Mitre, acusou o ministro de utilizar os telégrafos de maneira ineficiente. As linhas telegráficas conectavam cada comandância de fronteira ao

¹⁰² Correspondências entre Roca e Alsina, 1875. *Apud*, Idem, p. 15.

¹⁰³ Carta de Júlio A. Roca ao editor... *Apud*, Idem, p. 26.

¹⁰⁴ Idem, p. 29

¹⁰⁵ *Carta del General Roca*. Destinada a Álvaro Barros. Rio Cuarto, Junio 15 de 1876. *La Voz de Rio Cuarto*, 28 de Junho de 1879. Fundo Julio A. Roca, leg. 163, sala VII, AGN.

¹⁰⁶ RUIZ MORENO, p. 66

¹⁰⁷ Idem, p. 76

¹⁰⁸ *La Nación*. Buenos Aires, 4 de Setembro de 1875. Fundo Julio A. Roca, sala VII, AGN

ministério, em lugar de estabelecerem uma comunicação direta entre elas. Segundo o periódico, a existência de linhas telegráficas entre os fortes, tornaria a comunicação mais ágil, aumentando a capacidade de defesa no caso de *malones*. As colocações do jornal levantam uma crítica que foi recorrente: a vinculação da *Zanja Alsina* a um plano defensivo.

As conhecidas disponibilidades de armamentos mais eficientes, além da capacidade estratégica do exército, endossavam o argumento do jornal contra a campanha de Alsina, acusando-a de ineficiente. No entanto, a cobrança feita ao ministro da Guerra não consistia em resolver o “árduo problema”, mas sim em “*adelantar las líneas actuales*”. Enquanto o Ministério se ocupava da realização de estudos como mapas da região, os opositores cobravam resultados concretos, questionando a inovação de seu projeto sobre as fronteiras.

Em uma citação de Alsina presente nesse mesmo artigo, o ministro comentou a impossibilidade de extensão da fronteira, a ponto que não ocorra a entrada de índios para roubar o gado presente nas estâncias. O indício é importante por mostrar a visão da época quanto à existência da fronteira. A relação da fronteira como sendo a divisão entre duas sociedades rivais existente desde o período colonial, corroborava a ideia de considerar a penetração estatal no Pampa, e conseqüentemente na Patagônia, como algo próximo ao irrealizável, ou ao menos, como um feito grandioso.

Seguindo com os debates presentes na imprensa a respeito das ações do exército na fronteira, o jornal *La Tribuna*¹⁰⁹ reagiu às colocações realizadas pelo *La Nacion*. Com um artigo intitulado “*Exageraciones*”, o periódico contestou o argumento do *La Nacion* quanto à impraticabilidade de exploração da região patagônica. Na leitura do jornal de oposição ao governo, seria uma perda de tempo movimentar esforços na colonização de “*territorios estériles, costas salvajes inaccesibles á la inmigración*”.¹¹⁰

Em resposta, o texto do *La Tribuna* defendia a possibilidade de colonização, pois tanto na Europa do norte quanto no Canadá, eram encontradas temperaturas semelhantes às comarcas patagônicas, o que não consistia em entrave à imigração ou a agricultura. Argumentava-se também quanto à necessidade estratégica de ocupar o território, pois o Chile também começava a fundar colônias austrais no outro lado da cordilheira, sendo necessário dissipar possíveis pretensões chilenas, de acordo com o periódico.

¹⁰⁹ *La Tribuna*. Buenos Aires, 5 de Janeiro de 1877. Fundo Julio..., sala VII, AGN

¹¹⁰ Citação de trechos publicados no jornal *La Nacion*. Idem.

Apesar das dificuldades impostas pela situação de guerra vivida na fronteira e pela pressão da oposição que cobrava resultados visíveis, o plano de Alsina obteve sucesso em 1877, consolidando uma nova posição na fronteira de Buenos Aires. As populações de índios que habitavam o Pampa foram privadas de uma importante zona que atuava como um sistema de defesa natural,¹¹¹ colocando o exército em uma posição favorável para o ataque.

Os planos foram interrompidos no final desse ano, dada a morte do ministro, limitando seus êxitos basicamente a Buenos Aires. Em sua proposta, a expansão começaria nessa província para então prosseguir o avanço nas demais localidades onde a fronteira interna perpassava. Apesar da inesperada perda do mentor da operação, o início da expansão da fronteira portenha respondeu a pressão do setor pecuarista, que tinha no aumento das terras a perspectiva de expansão de seus negócios.

A partir dos primeiros anos da década de 1870, a Argentina saiu da crise de exportações, aumentando o volume do comércio internacional.¹¹² Pode-se inferir que a segurança das estâncias aportada pelas obras de Alsina contribuíram positivamente para o aumento das exportações de matéria prima do período. O debate em torno da fronteira interna, também adquiriu grande importância com as ações iniciadas por Alsina, combinando o problema da escassez de terras com a questão civilizatória, em uma Nação que lutava para afirmar-se como um país de relevância dentro do contexto internacional.

5. Marcha ao rio Negro: o plano de Roca

No início de 1878, Julio Argentino Roca foi nomeado como o novo ministro de Guerra e Marinha por Nicolás Avellaneda. As correspondências trocadas entre Roca e o presidente, além de suas conhecidas ideias vinculadas pela imprensa, fizeram desse militar uma opção reconhecida para os objetivos do Ministério em dar prosseguimento às operações na fronteira. Muito embora, a escolha de Roca significou a adoção de um novo sistema estratégico e militar.

Antes de iniciar sua empreitada, o novo ministro se deparou com a necessidade de obter apoio ao seu plano que diferia do atual proposto por Adolfo Alsina. Como já conhecido, o melhor local para abrigar a fronteira, de acordo com Roca, era no rio

¹¹¹ MÍGUEZ, p. 162

¹¹² ROCK, p. 206

Negro. Para tanto, as primeiras batalhas travadas por Roca ocorreram no campo das ideias.

Com persuasão e pesquisa documental, *La conquista de quince mil leguas: Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia*¹¹³, cumpriu o papel propagandístico ao plano de Roca. Sob encomenda do ministro, o intelectual Estanislao Zeballos redigiu a obra em poucos meses no ano de 1878. Funcionou como um aporte estratégico à própria campanha por sistematizar grande parte do conhecimento existente sobre o Pampa e a Patagônia, grande parte retirado de relatos de viajantes e naturalistas. Os detalhes sobre a geografia e estudos sobre os principais rios, além de informações sobre as sociedades originárias que habitavam a região, deram aporte as campanhas militares efetuadas.¹¹⁴

Desde 1874, Zeballos expunha ideias contrárias ao plano da *zanja* no periódico *La Prensa*, e que ao passo do tempo, passaram a apoiar o plano “ofensivo” atribuído a Roca. Um dos objetivos mais evidentes da obra consistiu no reforço as ideias de Roca no Congresso quanto à fixação da fronteira interna no rio Negro. Primeiramente, Zeballos realizou um esboço histórico sobre a questão da fronteira, caracterizando a defesa de uma “linha artificial” como uma herança da colonização espanhola. De acordo com esse raciocínio, a Coroa promovia um avanço militar sobre uma área não ocupada, para então tornar possível a ocupação em sua retaguarda. A esse método, Zeballos caracterizou como “sistema defensivo”, por promover a ocupação de uma linha ao invés de enfrentar o nativo, buscando ocupar o “deserto”. A ineficácia de tal sistema, de acordo com o autor, foi comprovada em expedições de viajantes pela Pampa e Patagônia durante os séculos XVIII e início do XIX. Em tais relatos, há comentários sobre a importância estratégica do rio Negro no tocante a ocupação da região.¹¹⁵ Apesar da ausência de incitativas concretas para levar a fronteira até esse rio, apelidado de “*la llave de la Pampa*”,¹¹⁶ Zeballos insistia em levantar a historicidade da questão, dando sustentabilidade ao plano de fronteira do Ministério da Guerra e Marinha.

Dentro desse raciocínio, uma incursão militar anterior adquiriu considerável importância: a “Campanha do Deserto” realizada por Juan Manuel Rosas, em 1833. De acordo com o autor, essa foi “*la primera y única tentativa fundamental de trasladar*

¹¹³ ZEBALLOS, Estanislao S. *La conquista de quince mil leguas: Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia* (1878). 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2008.

¹¹⁴ PÉREZ, Alberto. Estudio Preliminar. Idem, p. 15

¹¹⁵ Idem, p. 24-29

¹¹⁶ “*Hasta 1826, [D. Sebastián de] Udiano [capitão da fronteira na zona de Mendoza] perseberava en llamar a la línea del río Negro, ‘la llave de la Pampa’*”. Idem, p. 29.

las fronteras al nuevo teatro, sobre las margenes del río Negro.”¹¹⁷ O breve estudo da campanha de Rosas realizado por Zeballos, mostrou uma das inspirações para a campanha de Roca, além do aprendizado que esse conhecimento do passado aportou, ressaltando a importância de evitar os erros militares cometidos.¹¹⁸ Apesar da realização de importantes tratados que mantiveram a estabilidade da fronteira e do aprisionamento de grande quantidade de índios, a campanha não logrou o objetivo de estabelecer a fronteira no rio Negro. “*Rosas reveló escasa previsión e impericia militar, dejando su retaguardia amenazada por 5.000 indios famosos por su arrojo y audacia. Ellos pudieron caer sobre las diferentes divisiones del ejército y hacerlas pedazos una por una.*”¹¹⁹ Rosas chegou até a ilha do rio Negro, Choele-Choel e as proximidades do rio Neuquén, construindo fortes que foram posteriormente abandonados.¹²⁰

Na sequência, foram apresentados projetos de lei da década de 1860 que previam a realização de incursões militares a fim de alcançar o rio Negro, mas que não foram realizadas em decorrência da guerra contra o Paraguai.¹²¹ Por fim, o autor apresentou a estratégia vislumbrada por Álvaro Barros, que consistia na combinação da campanha militar com a colonização efetiva da área, impedindo que os índios, uma vez alojados ao sul do rio Negro, retornassem ao Pampa. No entanto, Zeballos argumentou que a colonização deveria ser um feito posterior a incursão militar, e que a prioridade era garantir segurança ao território.¹²² Com tais evidências, Zeballos induziu o leitor a depreender que a ideia de estabelecer a fronteira interna nas margens do rio Negro não se tratava de uma novidade colocada por Roca, mas sim da única solução possível para o “problema” secular.

Definir a fronteira na “chave da Pampa” convergia com a aceção de focalizar o “problema” nos habitantes da margem norte do rio Negro até os limites da fronteira interna. Promover uma guerra contra esses índios e fixar a fronteira nesse rio, facilitaria a consequente conquista da Patagônia, uma vez que os índios que ali habitavam conhecidos como *Tehuelches*, eram considerados mais pacíficos que os *Ranqueles* e os *Namuncurá* dos “desertos” pampeanos. “*Los tehuelches o habitantes del sur (tehuel,*

¹¹⁷ Id, p. 32

¹¹⁸ Id, p. 39

¹¹⁹ Id, p. 38

¹²⁰ Id, p. 207

¹²¹ Id, p. 45

¹²² Id, p. 47, 48

“sur”; *che*, “homem”), *son indios naturalmente preparados para la civilización y algún día serán la base de la población argentina de la Patagonia.*”¹²³

Zeballos diferenciava os “selvagens” índios pampeanos dos “semicivilizados” *tehuelches* ou *patagones*. Enquanto os primeiros deveriam “*ser tratados con implacable rigor*”, os habitantes da Patagônia eram considerados a base de uma futura colonização argentina nessas áreas.¹²⁴ Para atingir tal propósito, enfatizou-se a importância do estreitamento dos vínculos com o cacique Shayhueque, que desde o “*país de las Manzanas*” ao sul do rio Limay, exercia sua influência sobre os principais cacicados patagônicos. Cooptar esse cacique mostrando-lhe os “benefícios” da civilização foi colocado como uma possibilidade para a submissão dos *tehuelches* e outros grupos indígenas aos interesses argentinos na Patagônia. Converter esses índios em aliados evitaria posteriores incursões do exército após a ampliação da fronteira, além de transformar o que Zeballos considerou como “problema social” em solução, ao incentivar o cultivo extensivo de terras pelos índios.¹²⁵ A aculturação do indígena, transformando-o em “índio amigo” complementar a “limpeza” étnica da Pampa já em execução pelos exércitos, assegurando a eficácia da empreitada ao rio Negro e a garantia das terras do sul a soberania argentina.

Nos demais capítulos são desenvolvidos estudos sobre os principais rios pampeanos – tais como o Colorado, alguns rios andinos e o Negro. A navegabilidade do rio, a fertilidade de seus vales e a posição estratégica de alguns trechos para a fortificação, foram apresentados como argumentos para que se comprovasse a viabilidade do plano a ser colocado em vigor pelo ministro.¹²⁶

O texto de Estanislao Zeballos também teve o objetivo de aportar uma comprovação “científica” para a realização da expedição. As informações sobre as características dos rios e dos territórios a serem conquistados enfatizaram as vantagens em realizar o plano de Roca. Em dissonância as associações tradicionais da Patagônia à infertilidade das terras, são apresentadas evidências contidas em relatos de militares e naturalistas a respeito da fertilidade dos vales situados entre o rio Neuquén e o Negro e a forte presença indígena comprovaria a existência de recursos.¹²⁷ A navegabilidade do rio Negro foi colocado como um fator adicional na constatação da utilidade desse rio,

¹²³ Id, p. 214

¹²⁴ Id, p. 279

¹²⁵ Id, p. 278

¹²⁶ Id, p. 213, 283

¹²⁷ Id, p. 153, 154

uma vez que, de acordo com Zeballos, serviriam como “*vehículo a la riqueza de un inmenso territorio*”.¹²⁸

Somando esses argumentos a constatação da superioridade do fuzil *remington* sob posse dos exércitos nacionais ante as armas indígenas, o movimento do exército em direção ao rio Negro ganhou respaldo com a persuasão de Zeballos. As possíveis motivações econômicas somaram-se ainda a capacidade do território em abrigar população que tornasse promissora sua colonização. Dessa forma, a segurança a ser adquirida após os enfretamentos aos índios “selvagens” da Pampa, deveria permitir o florescimento da civilização aportada por meio da imigração e da transformação da área em uma zona produtiva. Finalmente, o objetivo principal das expedições, de acordo com Zeballos, seria permitir a colonização da porção mais setentrional do continente:

*La colonización del desierto debe apoyarse en las líneas de poblaciones existentes y en vías de comunicación fáciles y baratas como la del río Negro, cuya población irradiará doblemente sus elementos sobre la Pampa y sobre la Patagonia, objetivo principal de la marcha de la colonización al sur. (...) En consecuencia, en además de conquistar el desierto, de evitar los crímenes del salvaje, de economizar en los gastos públicos, de no perder anualmente 40.000 animales que nos roba el bárbaro, echemos las bases de la población, entregando al argentino y al inmigrante la tierra fértil y generosamente productiva.*¹²⁹

A expansão da fronteira interna, dessa forma, foi caracterizada como um movimento de colonizador, situado juntamente com outros movimentos semelhantes, a exemplo do conflito entre o governo norte-americano e os índios do oeste e a conquista da Índia pela Inglaterra.¹³⁰ “*La conquista de quince mil leguas*” aportaria inúmeros benefícios e abriria as portas para a conquista definitiva das terras situadas desde o rio Negro até as proximidades com o estreito de Magalhães.

No campo da política, o ministro da guerra incitou a efetivação de uma lei¹³¹ no Congresso Nacional tendo em vista obter apoio e recursos para deslocar as linhas de fronteiras atuais até o rio Negro. A situação deixada por Alsina consistia em duas linhas fortificadas (chamadas de primeira e segunda linha). Uma correspondia às primeiras iniciativas datadas de 1876, e a segunda linha interrompida por sua morte, representava

¹²⁸ Idem, p. 104

¹²⁹ Idem, p. 309, 310

¹³⁰ Ainda há o comentário a respeito da utilização dos rios em benefício da colonização, citando o exemplo dos Estados Unidos na p. 284 e do ocorrido na Índia na p. 286 e 287. Um exemplo “negativo” a respeito do ocorrido nos Estados Unidos também é citado. Zeballos comentou uma sublevação indígena nas terras do oeste, em decorrência da exploração do indígena e da ausência de políticas de conversão, como catequeses, educação, entre outras, p. 281.

¹³¹ Lei Número 215, de 23 de Agosto de 1867.

o maior avanço da fronteira de Buenos Aires até então, ligando Bahia Blanca no sul da província até o sul da província de Santa Fé, nas proximidades com o rio Quinto, sendo que quase todo esse percurso já contava com o fosso, ou a *zanja*, em sua extensão.¹³²

Roca fazia alusão a uma antiga lei que propunha a formalização da fronteira interna no rio Negro, datada de 23 de Agosto de 1867, momento em que o conflito da Tríplice Aliança inviabilizou sua execução. Em uma mensagem enviada ao Congresso pelo ministro Roca, eram apresentados informes detalhados sobre a situação atual da região pampeana e suas proposições quanto ao avanço da fronteira, a fim de levantar fundos para a retomada da lei de 1867.¹³³

Nesse contexto, o livro de Zeballos respaldava a defesa da fixação da fronteira no rio Negro, além de ratificar a anterioridade da questão. Comprovar a viabilidade da empreitada quer no embate contra os índios, quer na disponibilidade de recursos para conseguir a aprovação da lei pelo Congresso, foram um dos principais objetivos de Roca ao requisitar a elaboração de “*La conquista de quinze mil leguas*”.

Assim como o posicionamento colocado por Zeballos, Roca sugeria a adoção de uma nova estratégia que abandonasse o modelo de ocupação paulatina do território, defendendo a necessidade de:

(...) *ir directamente a buscar al indio, en su guardia, para someterlo, o expulsarlo, oponiéndole en seguida, no una zanja abierta en la tierra por la mano del hombre, sino la grande e insuperable barrera del río Negro, profundo y navegable en toda su extensión, desde el océano hasta los Andes.*¹³⁴

O ministro defendia a adoção do rio Negro como linha de fronteira com os índios ao expor as vantagens a respeito da segurança para as áreas pampeanas, além da economia para os cofres públicos aportada por tal empreitada. O rio Negro foi ilustrado como uma barreira natural contra os índios. Sua profundidade e extensão (desde a Cordilheira, contando com seus afluentes Limay e Neuquén até o Atlântico) reduziriam a necessidade de uma linha fortificada para a defesa da Pampa. Roca mencionou que a centralização do exército da ilha de Choele-Choel até os Andes bastaria para garantir a proteção da área, já que a extensão leste da ilha até o mar não necessitaria de vigilância permanente. Ao sul dos trechos de Carmen de Patagones (no litoral) até Choele-Choel

¹³² Plano General de la Zanja. In: Planos de la nueva... Op. Cit.

¹³³ Mensagem de Julio A. Roca ao Congresso Nacional, 14 de Agosto de 1878. Apud. In: RAONE, Mario Juan. *Fortines del Desierto: Mojones de civilización*. Buenos Aires: Lito, 1969, p. 134-142. BNA

¹³⁴ Idem, p. 135

eram habitados por sociedades “mais mansas”,¹³⁵ sendo que as tropas poderiam se concentrar nos trechos próximos aos Andes aonde o trânsito de índios que vinham buscar gado era mais intenso.

*¿Podría vacilarse, con estos elementos y facilidades, en realizar hoy una operación que estuvieron dispuestos a llevar a cabo los virreyes, varios gobernadores patrios y el Congreso de 1867? Hasta nuestro propio decoro como pueblo viril, nos obliga a someter cuanto antes, por la razón o por la fuerza, a un puñado de salvajes que destruyen nuestra principal riqueza y nos impiden ocupar definitivamente, en nombre de la ley, del progreso y de nuestra propia seguridad, los territorios más ricos y fértiles de la república.*¹³⁶

Entre os benefícios da ocupação do rio Negro pontuadas por Roca, os custos de manutenção dos soldados que promoveriam a defesa de Choele-Choel até os Andes gerariam uma economia de mais de um milhão de pesos fortes. Mais de seis mil soldados eram empregados na defesa das linhas atuais, no entanto, a nova fronteira utilizaria de mil a dois mil homens em alguns pontos estratégicos.¹³⁷ As vantagens econômicas, portanto, reforçavam a própria estratégia proposta, além daquela gerada pela maior disponibilidade de terras seguras no Pampa úmido.

Dos vinte mil índios habitantes da zona a ser conquistada, haviam no máximo dois mil guerreiros, de acordo com Roca. Os índios Ranqueles, Namuncurá e aqueles sob mando do cacique Pincen estavam entre os grupos a serem submetidos “pela razão ou pela força”, ou expulsos para o sul do rio Negro. “*Como se ve, la Pampa está muy lejos de hallarse cubierta de tribus salvajes, y estas ocupan lugares determinados y precisos.*”¹³⁸ Os índios que habitavam os vales dos rios Neuquén e Limay eram considerados “mais civilizados” e propícios a uma colonização pacífica.¹³⁹ Fator adicional a colonização da área era a possibilidade de agricultura nesses terrenos férteis e irrigados.

Com a superioridade militar e numérica do exército nacional, quinze mil léguas de civilização substituiriam o deserto. A eliminação dos principais inimigos, seguida de iniciativas de colonização foram apresentadas como o primeiro passo em direção a “posse real e efetiva” da Patagônia, acabando com as mencionadas pretensões

¹³⁵ Idem, p. 138

¹³⁶ Id, p. 137

¹³⁷ Id, p. 138, 139

¹³⁸ Id, p. 141

¹³⁹ Id, p. 140

chilenas.¹⁴⁰ Por fim, Roca comentou que na lei a ser aprovada, os índios amigos e aqueles aprisionados teriam direito a territórios a serem delimitados após a efetivação da campanha. Como consequência, foi criada uma comissão no Senado composta por Bartolomé Mitre, Vicente Fidel López, Álvaro Barros, Olegário Andrade e Carlos Pellegrini para discutir o projeto de lei que visava financiar a execução da lei número 215 de 1867. Os limites das quatro províncias mais próximas à fronteira “interna” de então – Buenos Aires, San Luis, Córdoba e Mendoza - não aumentariam após as campanhas, ficando restritas aos limites existentes na presente data e os novos territórios ficariam sob a jurisdição do governo nacional.¹⁴¹

Foi acordado na lei número 947 de 5 de Outubro de 1878, que o investimento de 1.600.000 pesos fortes nas campanhas sobre a Pampa seriam provenientes da venda de títulos referentes as terras entre a fronteira interna atual e o rio Negro. Quatro mil títulos no valor de 400 pesos forte cada um seriam disponibilizados a venda e demarcados conforme ocorresse sua anexação ao território nacional.¹⁴² Os recursos para a execução do plano de Roca, portanto, foram financiados pelos próprios interessados na aquisição de terras para exploração econômica ou especulação. No mesmo ano, outra lei estabelecia a criação da *Governación de la Patagonia*, abarcando do rio Colorado até o cabo Hornos,¹⁴³ considerando por meio de um marco jurídico, o território patagônico como parte integrante do país.

Nas ações políticas e militares contra as sociedades indígenas que habitavam a Patagônia e o Pampa, os discursos sobre a “civilização” contra a “barbárie” estiveram presentes, de acordo com aqueles à frente das incursões contra os indígenas, legitimando o estatuto das campanhas militares, pela busca da civilização e do progresso. A essa Argentina que tinha em sua expectativa de futuro o progresso da nação, a eliminação do “problema do índio” fazia-se necessário para completar o projeto nacional. Dadas as crescentes demandas no comércio de carnes e de peles de animais, promover a segurança das fazendas do Pampa tornou-se prioridade no decorrer do século XIX.

A escassez de terras, já na década de 1870, pressionava as autoridades a expandir o território às terras que, apesar de estarem sob domínio indígena, eram consideradas parte integrante da nação, cabendo a realização de sua ocupação efetiva. O

¹⁴⁰ Idem, p. 142

¹⁴¹ Apud. ACRÉ, p. 48

¹⁴² Lei número 947. Apud. Idem, p. 50

¹⁴³ Lei número 954 de 1878. BANDIERI, p. 142

índio, aliás, não teve lugar na conformação nacional, uma vez que sua resistência à nação que se impunha por meio das armas engendrou uma relação de oposição entre duas sociedades. Contudo, no espaço que demarcava o contato entre elas, as relações mostravam-se muito mais complexas que a dicotomia. O intercâmbio de produtos como plumas e peles por outros originários das cidades argentinas movimentavam a “fronteira interna” juntamente com as negociações acordadas por meio de tratados que ratificam o caráter dinâmico dessas relações.

A partir da década de 1870, a imposição de uma nova realidade política, que, apesar da diversidade de relações existentes na fronteira, essas acabaram com a chegada do Remington. As novidades tecnológicas do final do século, sobretudo na indústria bélica, colocaram o governo argentino em vantagem militar, permitindo a edificação de um plano para a expansão da fronteira que incluísse em suas perspectivas o fim do conflito contra o indígena a favor dos exércitos nacionais. Por fim, as iniciativas de alcançarem o rio Negro trouxeram por objetivo à conquista da Patagônia e a pretensão de levar as fronteiras argentinas às cercanias do Estreito de Magalhães.

Capítulo 3
Operações no deserto

As *Campanhas ao Deserto* tratadas nesse capítulo consistem em um tema delicado, devido à repercussão negativa que acarretaram para os povos originários. Como resultado, os índios, parte importante da constituição do povo argentino, foram destituídos de suas moradas, mortos (em combate ou por doenças), ou obrigados a buscar refúgio para além da Cordilheira. No entanto, essas campanhas foram compreendidas pela sociedade argentina de então, como “civilizadoras”, o que será analisado neste capítulo. A ocupação de áreas fora do alcance estatal deve ser compreendida dentro do contexto de sua época, em que feitos semelhantes também eram empreendidos por europeus e norte-americanos, por exemplo. Tais movimentos eram justificados pela busca da “civilização”, entendida a partir da expectativa de progresso, que motivava a destituição da “barbárie”. As motivações econômicas, que tinham em vista a expansão das possibilidades comerciais, impulsionaram a ocupação de novos territórios. Uma vez concretizada a expansão inicial da fronteira até o rio Negro, o governo central pode se voltar para a principal finalidade das campanhas, a Patagônia.

1. “Civilizar os desertos”: campanhas preliminares

*¿Qué nombre daréis, qué nombre merece un país compuesto de doscientas mil leguas de territorio y de una población de ochocientos mil habitantes? Un desierto. ¿Qué nombre daréis a la Constitución de ese país? La Constitución de un desierto. Pues bien, ese país es la República Argentina; y cualquiera que sea su Constitución no será otra cosa por muchos años que la Constitución de un desierto.*¹

O conceito de deserto foi vocábulo recorrente em muitos textos do período. De forma geral, esse conceito correspondia a “espaço vazio”, bastante comum no contexto argentino, em que o vasto território era proporcionalmente pouco ocupado. Na sequência do trecho das *Bases...* de Alberdi, a Constituição de um país que assemelhava a um deserto, deveria ser aquela que o fizesse desaparecer, e, de acordo com o autor, a única maneira possível de acabar com os desertos que caracterizavam a República Argentina, era povoá-los:

Pero, ¿cuál es la Constitución que mejor conviene al desierto? La que sirve para hacerlo desaparecer; la que sirve para hacer que el desierto deje de serlo en el menor tiempo posible, y se convierta en país poblado. Luego éste

¹ ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852), p. 157. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/00360552199914939647857/p0000001.htm?marca=Patagonia#72> Acesso: 25/06/2010

*debe ser el fin político, y no puede ser otro, de la Constitución argentina y en general de todas las Constituciones de Sud América. Las Constituciones de países despoblados no pueden tener otro fin serio y racional, por ahora y por muchos años, que dar al solitario y abandonado territorio la población de que necesita, como instrumento fundamental de su desarrollo y progreso.*²

Ao converter desertos em países povoados, o sentido agregado ao conceito adquiriu conotação política, muito utilizada na definição das campanhas militares realizadas, principalmente na década de 1870. Além de um espaço vazio ou pouco habitado, o deserto era um lugar onde a civilização e o progresso não haviam deixado suas marcas. Para Alberdi, o elemento transformador desses desertos era a imigração de população europeia, que garantia que o elemento americano progredisse e se transformasse em civilização. Acabar com os desertos era entendida como uma tarefa política, uma vez que a presença do Estado era capaz de civilizar. Dessa forma, pode-se inferir que os desertos também eram os lugares ausentes da população definida como civilizada, ou seja, capaz de perpetrar valores e hábitos oriundos principalmente da Europa ocidental. O aparelho político era considerado apto para construir a civilização nos espaços de deserto, ao dotá-los de cidades, população instruída e condições materiais e intelectuais que permitissem o progresso.

*El desierto las circunda a más o menos distancia, las cerca, las oprime; la naturaleza salvaje las reduce a unos estrechos oasis de civilización enclavados en un llano inculto de centenares de millas cuadradas, apenas interrumpido por una que otra villa de consideración.*³

O deserto localizava-se entre as principais cidades das províncias argentinas, sendo esses espaços fora do alcance das várias instâncias do poder político, onde imperava a presença de índios, caudilhos e *gauchos*. A partir da década de 1860, momento em que a presença estatal se fortaleceu, os desertos passaram a ser localizados principalmente nas áreas para além dos espaços de fronteira, entendidos como zonas limite da atuação do poder central. A presença das populações autóctones nos “desertos” do Pampa e da Patagônia confirmam o vínculo político desse conceito, utilizado para designar as operações militares, que seriam responsáveis por “civilizar” esses lugares.

Era comum atribuir ao Pampa e à Patagônia a valoração de um deserto. O desconhecimento desses lugares por parte dos argentinos permitiu tal associação, sendo

² Idem, grifo nosso.

³ SARMIENTO, Domingo F. *Facundo: civilización o barbarie*. Buenos Aires: Eudeba, 2011, p. 41.

que o intuito de civilizar esses desertos correspondia à pretensão de ocupá-los e conhecê-los. O sistema de linhas de fronteira fortificadas a fim de promover a defesa do território já ocupado, bem como a paulatina ampliação da área ocupada, possuía juntamente com os interesses na exploração econômica das áreas (ou proteção daquelas em uso no Pampa úmido), a justificativa de destituir esses lugares da condição de deserto.

A forma como as linhas fortificadas eram organizadas gerava um custo muito alto aos cofres públicos. A manutenção das tropas permanentes em diversos pontos da fronteira, somados aos prejuízos dos estancieiros com eventuais subtrações de animais, não eram recompensados pelo avanço da mesma. O “sistema de ocupações sucessivas”⁴ mostrava-se ineficaz às pretensões do governo. Aproximadamente três mil homens eram necessários para garantir a operacionalidade mínima nas fortificações do “deserto”,⁵ e apesar do montante despendido com as tropas, as condições eram precárias, carecendo alimento e vestimenta adequada às baixas temperaturas. Dada a vigente demanda por terras, a fim de expandir as ofertas de produtos pecuários, a solução colocada nos últimos anos da década de 1870 era ir de encontro ao índio, estabilizando as condições para a produção no Pampa úmido e buscando mais espaços aproveitáveis às atividades com vistas ao mercado de exportação.

*A primera vista puede parecer peligroso el abandono de las actuales fronteras, internándose la fuerza hacia la pampa, pero fácilmente se comprenderá que ese peligro no existe, pues que amenazadas y perseguidas las familias de los indios, estos no las dejarán abandonadas para venir sobre nuestra frontera. (...) Los puntos objetivos para nosotros serian entonces aquellos donde se hubieran refugiado las familias con sus ganados y cuanto los indios posean. (...) Operar asi en varias divisiones combinadas, debiendo subdividir las fuerzas á medida que los indios se dividan ó debiliten.*⁶

Acabar com o sistema de linhas de defesa fortificadas, por meio do embate direto com o índio, foi à dinâmica adotada. O exército nacional seria o autor dos “malones”, reduzindo as possibilidades de contra-ataque ao procurar desestruturar as lideranças indígenas a cada incursão. Como resultado do conflito, os prisioneiros feitos pelo exército incorporariam trabalhadores que viriam a povoar essas comarcas, o que ao menos na visão de Álvaro Barros, deveria ser o objetivo principal das guerras efetuadas:

⁴ Mensagem de Julio A. Roca ao Congresso Nacional, 14 de Agosto de 1878. Apud. In: RAONE, Mario Juan. *Fortines del Desierto: Mojones de civilización*. Buenos Aires: Lito, 1969, p. 134. BNA.

⁵ Manuscrito intitulado “Proyecto”, p. 5. Provavelmente da década de 1870. Sem autoria, s/d. FAB, leg. 155, sala VII, AGN.

⁶ Carta de Álvaro Barros a Júlio A. Roca, s.d. p. 24. In: *Cartas sobre el sistema de seguridad interior*. Buenos Aires: Imprenta de “el Nacional”, 1876. FAB, leg. 155, sala VII, AGN.

*La poblacion del rio Negro, seria entonces la base de la poblacion de la Patagonia. El Santa Cruz, el Chubut y otros puntos que convendria ocupar, (...) nos daria en último resultado la desaparición total de ellos [los indios] absorbidos por nuestra poblacion y nuestro poder civilizador.*⁷

A entrada de Júlio A. Roca no comando do Ministério de Guerra e Marinha colocou as tropas rumo ao que era chamado à época de sistema ofensivo. Enquanto seu projeto de fixação da fronteira no rio Negro estava em trâmite no Congresso Nacional, a partir da metade do ano de 1878, o ministro implementou sua estratégia. Desde Buenos Aires, Roca coordenava diversas operações no interior do Pampa, aproveitando os pontos de fortificação já existentes, assim como o sistema telegráfico deixado em atividade por seu predecessor, Adolfo Alsina. Um dos objetivos das incursões era efetuar um reconhecimento da zona pampeana, obtendo informações necessárias a execução da campanha, que colocaria os limites com os índios no rio Negro. Foram efetuadas correções de mapas a partir de informações obtidas com os militares, complementando os registros existentes sobre essas áreas pouco exploradas.⁸ Dentre as mudanças estratégicas efetuadas por Roca, artilharia pesada como canhões foram eliminadas e os cavalos melhor preparados, a fim de acelerar o deslocamento das tropas.⁹

Chamadas de campanhas preliminares por anteceder aquela que previa o adiantamento da fronteira, foram invasões realizadas pelo exército nacional aos diversos locais de concentração das principais sociedades indígenas do Pampa. As tropas tinham por finalidade desestabilizar os centros políticos indígenas, perseguindo, sobretudo aos grandes caciques. Essas incursões partiram de diferentes pontos da linha fortificada, sendo que os principais fortes eram aqueles próximos aos centros indígenas de maior resistência às submissões impostas pelas tropas. No sul de Buenos Aires, os fortes: *Argentino, Puán, Carhué, Guaminí e Trenque-Lauquen*, este último localizado mais ao norte, faziam frente aos índios dos caciques Catriel, Pincén e Namuncurá. Na região de San Luis e Córdoba, os fortes em *Rio V, Rio IV e Villa Mercedes* ficavam mais próximos às *tolderias* dos Ranqueles, sob comando de Mariano Rosas, além daquelas comandadas pelos caciques Epumer e Baigorrita. Em Mendoza também eram feitos

⁷ Idem, p. 25.

⁸ Carta trocada entre Roca e o Comandante Freire em Guaminí. Buenos Aires, 11 de novembro de 1878. Apud. In: OLASCOAGA, Manuel J. *Estudio Topográfico de la Pampa e Rio Negro*. (1880) Tomo I. Buenos Aires: Comisión Nacional Monumento al Teniente General Roca, 1940, p. 82. MR.

⁹ DE MARCO, Miguel Ángel. *La Guerra de la Frontera: luchas entre indios y blancos (1536-1917)*. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2010, p 499.

reconhecimentos e aprisionamentos de índios, principalmente nas proximidades dos Andes.

Em princípio, foram feitas tentativas de acordos pacíficos com caciques e *capitanejos*, que eram comandantes de grupos de índios, sob a condição de que se entregassem às forças nacionais. Após o rendimento, esses índios receberiam terras e demais condições para cultivo. A ordem do ministro Roca era tratá-los como inimigos, evitando o oferecimento de benefícios aos índios antes de finalizada sua completa submissão ao governo argentino.¹⁰ O cacique Namuncurá foi alvo de meses de negociações pelo governo. Lorenzo Vintter desde o forte Argentino cuidou das negociações com o cacique, além do próprio Roca que transmitia instruções quanto aos procedimentos do tratado de paz. Em cartas destinadas a Roca e ao comandante Vintter, Namuncurá manifestou suas condições para a paz, que iam desde o pagamento de benefícios como gado, erva mate, tabaco e papel¹¹ até a soltura de seu irmão, o cacique Benito Pichicura juntamente com seus acompanhantes.¹² O cacique mostrava-se disposto a realizar acordos pacíficos com o governo argentino, no entanto, não aceitava a submissão proposta. Namuncurá mostrava-se disposto a negociar, sendo essa uma maneira de assegurar a garantia de seus próprios interesses.

Tentativas de realização de tratados com outros caciques também foram feitas, mas não ratificadas, já que os caciques não aceitaram as propostas.¹³ A aculturação foi a alternativa ofertada pelo governo às guerras contra os índios e recusadas por essas sociedades que tentavam resistir à imposição de valores distintos. No trecho abaixo, Roca expõe ao Comandante Vintter as condições que deveriam ser acatadas pelos índios para ratificar os compromissos na manutenção da paz. Em realidade, pede-se a garantia de sujeição dos índios, desconsiderando eventuais contrapropostas, podendo-se enquadrar tais ofertas como imposições, já que a perspectiva de diálogo era inexistente.

Desde luego prevengo a usted [Vintter] que la base de éstos debe ser que Namuncurá se venga con su tribu a vivir en un punto inmediato de la frontera militar, ya sea en Carhué o Puán o el que él designe, donde se le darán tierras en propiedad permanente para él y su tribu y demás facilidades para trabajar la tierra y subsistencia de las familias. (...) No hay por qué

¹⁰ Carta escrita por Roca a Lorenzo Vintter (Forte Argentino). Buenos Aires, 28 de Agosto de 1878. Apud. OLASCOAGA, op. cit., p. 62.

¹¹ Carta de Lorenzo Vintter a Roca. Forte Argentino, 30 de Agosto de 1878. FJAR, leg. 5, sala VII, AGN

¹² Carta do cacique Namuncurá a Roca. “Trunaqué de Salinas Grandes”, 19 de Agosto de 1878. FJAR, leg. 5, sala VII, AGN

¹³ DE MARCO, p. 499

*hacer regalos de ninguna especie a indios que mientras no estén completamente sometidos, bajo las condiciones antedichas.*¹⁴

Conforme analisado, a fronteira sul era um espaço permeável onde ocorriam interações diversas, não representando a separação entre dois mundos sem conexão. A existência de uma linha fortificada e encarada como uma fronteira se constituiu como o reconhecimento formal das áreas de controle de cada sociedade.¹⁵ Com a imposição da sociedade *criolla* pelas armas, houve uma tendência à anulação da indígena não considerada legítima.¹⁶ As condições a elas impostas pelo governo argentino nos tratados, ilustram a prescrição pela subordinação a uma ordem, onde às distintas sociedades de índios pampeanos, restaria a adequação. Tais propostas não consideravam a dinâmica dessas sociedades, em sua maioria nômades e adeptas da caça, dadas as limitações do Pampa seco.

Terminadas as possibilidades de acordos pacíficos devido à rigidez das propostas colocadas aos índios, os comandantes dos principais fortes foram instruídos pelo Ministério de Guerra e Marinha a mobilizar suas tropas, avançando em território indígena para pressionar os caciques. Somadas as expedições de reconhecimento da área, as forças militares passaram a buscar grupos de índios no Pampa, realizando aprisionamentos sempre que possível. Essas campanhas iniciais visavam diminuir numericamente os principais *cacicados*, pressionando os líderes a cederem em favor do exército.

Conforme expresso em muitas das mensagens destinadas aos militares, o ministro Roca indicava que as incursões deveriam desmoralizar os índios, no sentido de abalar-lhes a confiança. *Es necesario tener constantemente en alarma a los indios y si no siempre se alcanzaron ventajas positivas, la influencia moral sobre ellos tiene que ser grande.*¹⁷ Os índios deveriam permanecer sobressaltados, temendo a nova situação imposta pelo poder central, a fim de evitar a incidência de contra-ataques¹⁸ e a

¹⁴ Carta escrita por Roca a Lorenzo Vintter... Apud. OLASCOAGA, op. cit., p. 62.

¹⁵ A partir de citação de MANDRINI, Raúl, *Indios y fronteras en el área pampeana (siglos XVI-XIX). Balance y perspectivas*, *Anuario IEHS*, Tandil, No. 7, 1992. In: QUIJADA, Monica. *Repensando la frontera sur argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y étnica (siglos XVIII y XIX)*. *Revista de Indias*, 2002, vol. LXII, n. ° 224, p. 127. Disponível em: <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/download/461/529>
Acesso: 15/09/2011.

¹⁶ QUIJADA, p. 25.

¹⁷ Carta de Roca ao Comandante Levalle (forte Carhué). Buenos Aires, 18 de Outubro de 1878. Apud. OLASCOAGA, op. cit., p. 72

¹⁸ “(...) *Para quebrar en espíritu del indio y mantener vivo el miedo y el terror, entre ellos.*” In: Carta de Roca ao Comandante García (forte Puán). Buenos Aires, 11 de Outubro de 1878. Apud. Idem, p. 69

continuidade dos assaltos às estâncias. Ao menos nesse momento, a “influência moral” exercida possuía mais importância do que a obtenção de resultados concretos, nas palavras de Roca. Muito embora, os resultados efetivos como prisões de caciques, bem como de grande número de índios, eram bastante saudados pelo ministro, que comunicava o êxito entre os demais comandantes e demonstrava que os feitos favoráveis aos exércitos haviam obtido grande repercussão em Buenos Aires, procurando incentivar tais ações.

Pela leitura das correspondências trocadas durante as operações,¹⁹ depreende-se a dinâmica dessas incursões assim como seus objetivos. É importante considerar que a lei de número 947 visando à delimitação da fronteira no rio Negro, estava em trâmite no Congresso no momento em que ditas operações eram executadas. Em resposta às invasões à suas terras, diversos grupos perpassaram a região de fortificações, desde o início das operações. O sistema telegráfico em vigor permitia rápida comunicação entre os fortes e o Ministério, o que facilitava as ações do exército na perseguição dos indígenas. Muitas vezes, as instruções de Roca indicavam que deveriam ser realizadas perseguições aos índios após sua saída da zona de fronteira, a fim de verificar a que cacique o grupo estava subordinado. Como o propósito das incursões iniciais era reduzir o poder político dos caciques, a identificação dos índios que atravessavam as fronteiras era essencial para a realização das invasões aos centros de organização indígena.

Nesse contexto, as invasões às *tolderias* preveniam a realização de novas entradas dos índios para além dos fortes, e quando possível, realizavam capturas, visando, ao menos, reduzir a quantidade de índios no Pampa. Um exemplo das operações está registrado em correspondência do Comandante Rudecindo Roca ao ministro.²⁰ Ele descreve que uma comitiva de cem índios do cacique Epumer chegou à fronteira, nas proximidades do forte Villa Mercedes, sendo recebidos pelo próprio coronel. Rudecindo Roca os intimou a se entregarem às tropas, enfrentando em seguida a resistência dos que não aceitaram a submissão. Após perseguição e embate contra os índios que recuaram ao interior do Pampa, foram feitos cinquenta mortos, quarenta e cinco prisioneiros, e apenas cinco índios conseguiram escapar. O Coronel ainda comentou que com esses, duzentos e quarenta e cinco prisioneiros ficariam sob sua

¹⁹ Não foram verificadas todas as cartas. Manuel Olascoaga reconheceu que não transcreveu em sua publicação, todas as correspondências trocadas entre Júlio A. Roca e os diversos militares dispostos na fronteira. No entanto, um grande número de cartas referentes às campanhas preliminares (136 e mais um informe do presidente Nicolás Avellaneda) foi obtido da publicação de Olascoaga, somadas a outras com origem no FJAR, AGN.

²⁰ Villa Mercedes, 27 de Outubro de 1878. Apud. OLASCOAGA, p. 75.

vigilância, sendo que é provável que os índios de *pelea* dos caciques Epumer e Baigorrita já tivessem sofrido uma redução de 75%.

A resistência foi recorrente, acarretando em baixas dos guerreiros indígenas já que os Comandantes tinham instruções para não aceitar outro tipo de negociação, que não a rendição. Depois de vencidos em combate, os índios, sejam de *pelea* ou de *chusma*,²¹ eram levados aos fortes como prisioneiros. Muitos *capitanejos* importantes foram aprisionados, diminuindo a capacidade de articulação entre os indígenas restantes. Em novembro, o Comandante em Trenque-Lauquen obteve a captura do cacique Pincen, informando ao ministro que sua manutenção no forte por algum tempo, implicaria na rendição de seus aliados.²² Em resposta, Roca comentou que: “*grande impresión ha causado en ésta [ciudad] la toma de Pincen, el caique más temido de la Pampa.*”²³ Completou a carta ressaltando a importância de trazer o mais rápido possível esse cacique e os demais prisioneiros a Buenos Aires, pois “*causará novedad su entrada en esta capital.*”

Nos meses de novembro a janeiro, foram realizadas expedições partindo de Villa Mercedes e Rio IV, pelos militares Eduardo Racedo e Rudecindo Roca tendo em vista reduzir o poderio dos Ranqueles, principalmente dos caciques Epumer e Baigorrita; enquanto os Coronéis Levalle, Freire e García se preparavam para promover uma operação conjunta contra o cacique Namuncurá. Algumas correspondências sugerem que esses três últimos grandes caciques do Pampa haviam se aliado para resistir às tropas e “hostilizar” aqueles que optavam pela rendição, como o cacique Catriel, que se entregou no forte Argentino.²⁴ Também há indicações de que os caciques e *capitanejos* dos Ranqueles estavam preparados para as invasões e dispostos a fazer frente às forças de exército, apesar das baixas e aprisionamentos ocorridos.

Outras pequenas expedições tiveram realização no Pampa, partindo dos outros pontos da linha fortificada, sempre em busca de índios ou realizando reconhecimentos. O envio de engenheiros e a retificação do posicionamento dos fortes preparavam taticamente para a expedição em direção ao rio Negro. Roca solicitava aos comandantes seus itinerários, ressaltando a importância do conhecimento da região: “*Su reconocimiento hasta una altura que desde el tiempo de Rosas no han llegado tropas*

²¹ Equivaliam àqueles que não lutavam, tais como mulheres, crianças e idosos.

²² Carta de Conrado Villegas a Roca. Trenque-Lauquen, 11 de Novembro de 1878. Apud. In: OLASCOAGA, p. 82.

²³ Resposta de Roca a Villegas. Buenos Aires, 11 de Novembro de 1878. Apud. Idem, p. 83.

²⁴ *Circular a los jefes de Carhue, Gamini e Puan*. Luis M. Campos. Buenos Aires, 22 de Novembro de 1878. Apud. Idem, p. 88.

nacionales tiene que ser fecundo para las otras expediciones venideras y ocupación del Río Negro. (...) ¿Cree usted que puede ser navegable el Colorado?”²⁵

No final de Dezembro, o comandante da fronteira em Carhué, Coronel Levalle, informou ao Ministério da Guerra e Marinha que havia encontrado os “*restos de la tribu de Namuncurá*”, que prevendo o avanço das tropas havia dispersado os índios e fugido rumo a cordilheira.²⁶ A queda do cacique Namuncurá representou a derrota do último grande cacique pampeano, bem como, a consolidação de um dos objetivos da expedição – reduzir o poderio indígena sobre o Pampa. No informe de Levalle a Roca, o coronel pontuou que “*En el territorio que formaba, lo que él llamada de su patrimonio y que está dominado por las fuerzas nacionales, (...) no queda una sola toltería y sólo vagan en él fugitivos aislados.*” E completou, enfatizando o peso político que possuía o cacique Namuncurá: “*Al felicitar a V. E. por este hecho que deja asegurado para siempre el dominio del desierto.*”²⁷ Para os índios que seguiam resistindo, a derrota de Namuncurá significou a perda de um potencial aliado. Efetuar alianças para lutar contra as tropas tornava-se cada vez mais difícil dada a fragmentação indígena promovida pelas incursões ao *deserto*.

*Los indios van profundamente desmoralizados; la anarquía reina en ellos, atribuyéndose unos a otros los desastres que sufren y despavoridos buscan una guarida en lo más recóndito de los Andes figurándose que allí no los alcanzaremos. No quedan más que algunas partidas que no llegan a cincuenta indios; diseminados sin rumbo, desde las cercanías de sus antiguos campamentos hasta Nahuel Mapu, sin paradero fijo y sin familia. Están mal montados.*²⁸

Como resultado das expedições, milhares de índios foram aprisionados e estima-se, pelos dados oficiais, que mais de 700 índios foram mortos²⁹ contra 13 baixas do exército nacional.³⁰ Os prisioneiros eram encaminhados a Buenos Aires, e embora houvesse leis garantindo a entrega de terras para os índios capturados, elas não foram colocadas em vigor. A superioridade dos armamentos e a condição em que os enfrentamentos foram realizados – atacando os índios muitas vezes desprevenidos em sua morada – desestabilizaram essas sociedades. Quando rejeitada a imposição pela

²⁵ Carta de Roca a Vintter. Buenos Aires, 5 de Novembro de 1878. Apud. Idem, p. 80.

²⁶ Carta de Levalle a Roca. Carhué, 22 de Dezembro de 1878. Apud. Idem, p. 98, 99.

²⁷ Carta do Coronel Levalle a Roca. Carhué, 22 de Dezembro de 1878. Apud. Idem, p. 98, 99.

²⁸ Em menção aos Ranqueles. Informe ao *inspector general de Armas*. Tenente Coronel N. Uriburu. Mendoza, 17 de Marzo de 1879. Apud. Idem, p. 120, 121.

²⁹ Manuscrito de Julio A. Roca desde o Ministério da Guerra e Marinha para o Congresso Nacional (provavelmente do início de 1879), p. 7. S/d, FJAR, leg. 155, sala VII, AGN.

³⁰ DE MARCO, p. 504

rendição, os povos originários possuíam pouca capacidade ofensiva frente ao rifle *Remington*,³¹ incorporado ao exército nacional a partir da importação dos Estados Unidos e bastante eficaz para a guerra rápida empregada no Pampa.

Por meio da dinâmica dos espaços de fronteira, pode-se perceber a importância política que tinham os índios *pampeanos* no jogo de negociações tanto com os estancieiros que possuíam propriedades nas mediações na fronteira, quanto com o poder central. Era comum a imposição de condições para a estabilidade das fronteiras e a utilização dos *malones* como instrumento de pressão para que continuasse a entrega de rações. Aproveitando-se das situações em que a presença do Estado nos espaços de fronteira era reduzida, a exemplo da ocorrência de guerras civis e exteriores, a presença indígena era mais forte e a incidência das apropriações de animais nas *estancias* mais constante. Com o crescimento das exportações e a valorização das terras, a atenção foi voltada para a promoção da estabilidade na região de fronteira, sendo que os caciques utilizavam o anseio pela segurança, como meio para obter benefícios. No momento em que os índios possuíam condições ofensivas semelhantes ou superiores às tropas, a pressão exercida pelos caciques era um instrumento eficaz. Alianças entre caciques ou a presença de índios entre as tropas nacionais, também compunham as relações políticas existentes.

Finalizada a etapa de construção do Estado Nacional e a incorporação de tecnologias, principalmente no setor de armamentos e comunicação, os índios foram perdendo seu poder de articulação com o poder central. A capacidade de negociação dos índios com o governo foi diminuindo, à medida que o Estado aumentava seu poder de controle sobre o território. Na década de 1870 o conceito do deserto, mesmo utilizado pela campanha de Rosas em 1833, relaciona-se a capacidade adquirida pelo Estado em promover a civilização, uma vez que os instrumentos políticos em vigor poderiam acabar com ditos desertos. O conceito passou a significar uma condição, e, quando a perspectiva de ocupação do Pampa e provavelmente da Patagônia passaram a ser viáveis, o Ministério de Guerra e Marinha passou a preparar sua campanha final para acabar com situação que antes parecia um feito irrealizável.

O enfraquecimento do poderio indígena na área compreendida entre a fronteira militar e as proximidades do rio Negro, tornavam válidas as colocações de Roca na

³¹ Relatório do *Office of Remingtons Armory*, a respeito da exportação do armamento à Buenos Aires. O escritório do armamento *Remington* colocou a possibilidade de manufaturar até 50 peças por dia, garantindo o envio de até 10 mil armas dentro de cinquenta dias. Ilions, New York, 24 de Setembro de 1878. FJAR, leg. 5, AGN.

ocasião de aprovação da lei sobre a mudança da fronteira interna no Congresso Nacional, no tocante a viabilidade de seu projeto. Realizadas as operações preliminares, Roca pode trabalhar com a hipótese de que sua expedição até o rio Negro teria maior possibilidade de êxito. Com a desarticulação dos grupos indígenas, além da morte de um grande número de guerreiros indígenas, acabavam as chances de uma eventual reação. “*No habrá invasión de los indios a nosotros, sino por el contrario, somos nosotros los que tomaremos la ofensiva contra los indios.*”³²

Terminadas as operações contra os índios por volta de janeiro, as tropas foram instruídas para a efetivação da lei número 947, aprovada desde outubro. Em nota do presidente Nicolás Avellaneda aos exércitos mobilizados na fronteira, foi ressaltado que as operações efetuadas desde meados de 1878 foram complementares ao projeto que visava à anexação das terras, antes sob posse indígena, à Argentina.

*Estáis llevando a cabo con vuestros esfuerzos una grande obra de la civilización a la que asignaban todavía largos plazos. (...) Cada una de vuestras jornadas marca una conquista para la humanidad y las armas argentinas. El país agradecido reconoce esta doble gloria. (...) No se perderá la ruta que habéis trazado sobre el desierto desconocido. Por el rastro de las expediciones, se encaminará en breve el trabajo a recoger el fruto de vuestras victorias, abriendo nuevas fuentes de riqueza nacional al amparo de vuestras armas. Nunca habrá sido más fecunda la misión del ejército argentino. Soldados del Ejército Expedicionario: El gobierno está satisfecho de vuestra conducta, y pronto quedará asegurado el éxito final.*³³

A “limpeza”³⁴ étnica promovida nos campos pampeanos viabilizou os planos do Ministério da Guerra de considerar o rio Negro como novo limite sul do país. Além disso, aproximava o governo do ideal de ocupar a Patagônia, uma vez que os índios que resistiam às pretensões argentinas haviam sido derrotados. Apesar do respaldo constitucional, que implicava ao governo a obrigação de proteger o indígena, e de itens da lei número 947 garantirem terras e outros recursos para os índios quando destituídos de seu espaço original, ao chegarem à Buenos Aires como prisioneiros, foram marginalizados, recebendo empregos de baixa ou nenhuma remuneração.

Em mensagem enviada do Ministério da Guerra e Marinha ao Congresso Nacional, em virtude da finalização da chamada por Roca “*operación previa*”, foram

³² *Circular a los jefes... op.cit.* Apud. Idem, p. 88.

³³ Circular a Bahía Blanca, Fuerte Argentino, Puan, Carhué, Guaminí, Trenque-Lauquen, Ita-ló y Lavalle. Nicolás Avellaneda. Buenos Aires, 11 de enero de 1879. Apud. OLASCOAGA, p. 107.

³⁴ “*Al paso que vamos, pronto habremos limpiado la Pampa*”. A respeito da captura do cacique Pincen e do andamento das operações. In: carta de Roca ao Coronel Villegas (Trenque-Lauquen). Buenos Aires, 11 de Noviembre de 1878. Apud. Idem, p. 84.

pontuadas algumas medidas para com os prisioneiros efetuados.³⁵ Roca comentou que foram efetuados 6092 prisioneiros entre caciques, *capitanejos* e índios de *chusma* e de *lanza*.³⁶ Em relação às mulheres e crianças que compunham os índios de *chusma*, como “*El medio más rapido para civilizarlos*” foram entregues à Sociedade Beneficiária para colocação em casas de família para realização de trabalhos domésticos. Muitos seriam enviados a Tucumán a fim de trabalharem nos engenhos de açúcar dessa província e outros integrariam as forças armadas como soldados e marinheiros, além da perspectiva de colonizar áreas próximas ao rio Negro, tendo por base os índios capturados.³⁷

2. A Campanha ao Deserto

Terminadas as operações preliminares, os primeiros meses de 1879 foram dedicados a organização da incursão que colocaria em prática a lei número 947. Correspondendo ao posicionamento das tropas operadas nas incursões anteriores, foram organizadas cinco divisões que partiriam de pontos diferentes do “arco” fortificado. Estima-se a partir de fonte primária analisada que a operação foi realizada com um total de 6.546 homens do exército, sendo que 821 eram índios (e desses, 75 eram oficiais).³⁸ A comitiva também contava com familiares das tropas, além de representantes dos principais periódicos, sacerdotes, geógrafos, engenheiros, botânicos e outros profissionais que tinham por objetivo efetuar o reconhecimento das áreas percorridas.³⁹

Os principais pontos de partida das *Divisiones Expedicionarias* eram Carhué, Guaminí e Trenque-Lauquen (Buenos Aires); Villa Mercedes (San Luis). A primeira divisão, a mando de Julio A. Roca e do Coronel Villegas, partiu do forte Carhué em direção ao rio Negro, parando na ilha de Choele-Choel e percorrendo a margem desse rio até seus afluentes, Limay e Neuquén. A segunda divisão sob comando do Coronel

³⁵ Manuscrito de Julio A. Roca desde o Ministério da Guerra e Marinha para o Congresso Nacional (provavelmente do início de 1879). S/d, FJAR, leg. 155, sala VII, AGN.

³⁶ Idem, p. 7

³⁷ Idem, p. 10,11. Referências também expressas em documento complementar, intitulado “Memoria de guerra. Frontera”. FJAR, leg. 155, sala VII, AGN.

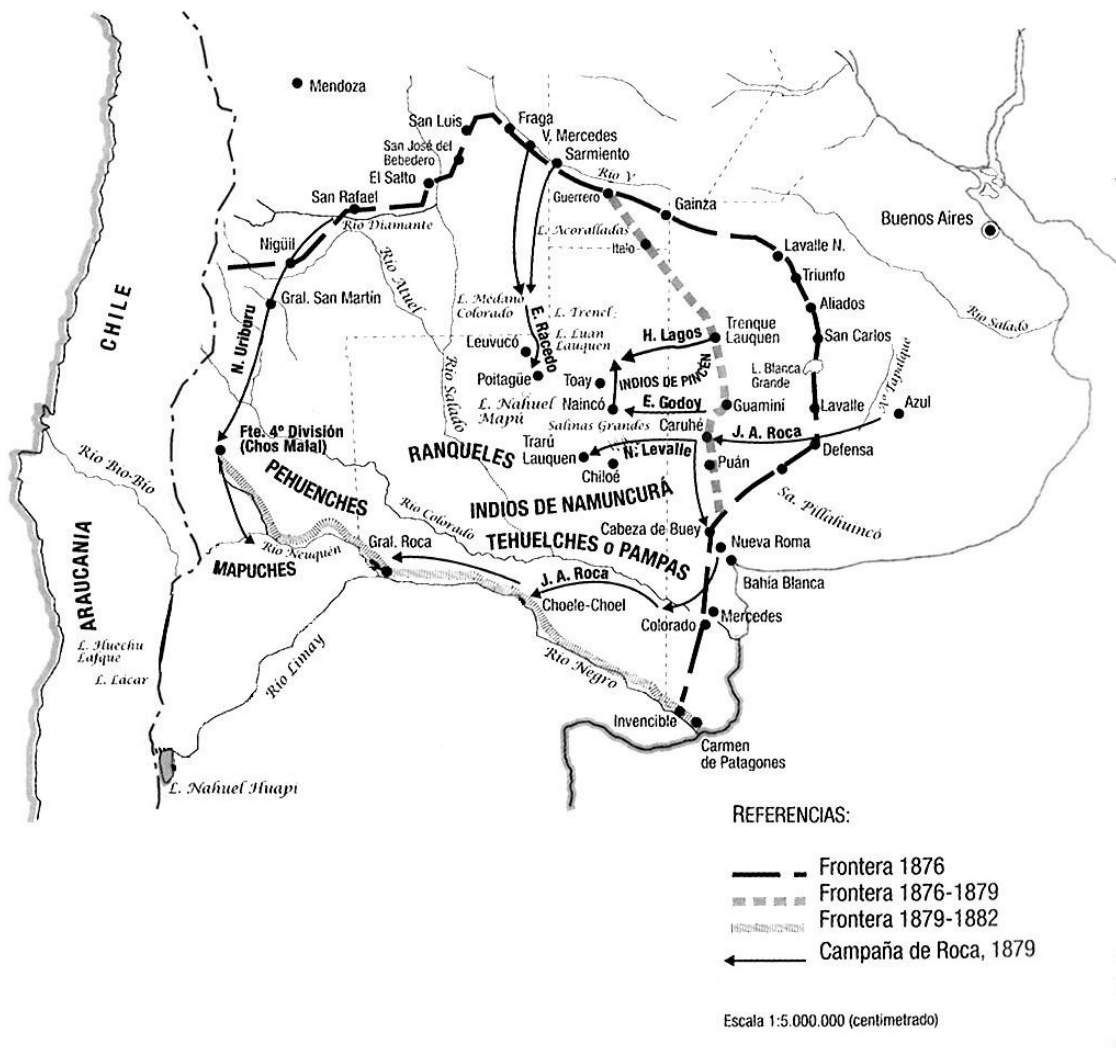
³⁸ Manuscrito de Julio A. Roca: “*Resumen del estado de la fuerza al servicio de la frontera sud general de la República.*” Provavelmente de 1879, depois de concluídas as operações no rio Negro, uma vez que nas páginas anteriores são apresentados dados precisos sobre as distâncias da nova fronteira e os novos limites meridionais do país. Na parte citada, são apresentados os seguintes números: “70 jejes, 297 oficiales (egército regular), 70 oficiales (indios en servicio), total de oficial: 372; 5428 individuos de tropa (egército regular), 746 individuos de tropa (indios en servicio), total de tropa: 6174; 2791 familias (del egército reg.), 1306 familias (indios), total de familias: 4097; Caballos 9297.” S/d, FJAR, leg. 155, sala VII, AGN.

³⁹ DE MARCO, p. 506, 507.

Nicolás Levalle também partiu de Carhué no sentido oeste, até Trarú-Lauquen, no meio do Pampa. Comandada pelo Coronel Eduardo Racedo, a terceira divisão saiu de Villa Mercedes em direção sul, nas proximidades do rio Salado. A quarta divisão comandada pelo Tenente Coronel Napoleón Uriburu, percorreu a cordilheira a fim de capturar os índios dispersos pelas demais divisões. Essa divisão se encontrava na altura dos rios Colorado ao Neuquén. A quinta e última divisão, estava dividida em dois destacamentos. Um grupo partiria de Trenque-Lauquen sob direção do Coronel Hilario Lagos, enquanto o outro, desde Guaminí foi comandado pelo Tenente Coronel Enrique Godoy. Ambas se dirigiram ao sentido oeste de seus pontos de partida.⁴⁰

Operações na *frontera interna* no período de 1876-1879.⁴¹

(Investigación cartográfica Prof. Alejandro Palacios)



⁴⁰ Idem, p. 507, 508.

⁴¹ Com modificações (supressão das linhas das operações posteriores). DE MARCO, p. 193

Enquanto a primeira efetuou o reconhecimento da futura linha de fronteira no rio Negro, as demais percorreram o interior do Pampa em busca de índios, em uma estratégia que se assemelhava a uma “pinça”, por encerrar o inimigo entre a primeira e a quarta divisão, no momento em que a segunda, a terceira e a quinta, moviam-se nas localizações das principais *tolderias*, a buscar os índios remanescentes. Dessa forma, cada divisão adentraria o Pampa com uma meta, tendo em vista a finalização da ampliação fronteiriça e a retirada dos índios do Pampa iniciado com as operações de 1878: “*Aun quedan restos de las tribus de Namuncurá, Baigorita, Picen y otros caciques que pronto caerán en poder de las divisiones encargadas de hacer la batida general de la Pampa, mientras otras toman posesión del Río Negro.*”⁴²

Algumas expedições menores partiram de outros pontos de fortificação a fim de facilitar o avanço das divisões, principalmente nos locais em que havia grupos de índios dispostos a empreender alguma iniciativa.⁴³ As operações foram iniciadas em abril, com a primeira divisão partindo de Buenos Aires com o ministro da guerra, até o forte em Carhué, onde o Coronel Villegas integrou a comitiva. Desde essa divisão, partiram os informes e instruções para as demais que, por sua vez, mantinham Roca informado quanto aos resultados e as dificuldades encontradas.

Durante o percurso, essa divisão utilizou instruções decorrentes da campanha realizada por Rosas em 1833. Percebeu-se que os mapas em posse do governo ainda tinham diversas lacunas, e os próprios *expedicionarios* desconheciam o trajeto, o que levou a recorrerem aos documentos de engenheiros de Rosas, além de informações obtidas a partir de índios prisioneiros.⁴⁴ Em seu diário, Manuel Olascoaga registrou, principalmente, o relevo e as condições do solo, ressaltando que boa parte dos trechos recorridos era propícia para atividades agropecuárias. Nas margens do rio Colorado também foi registrado, a presença de diversas marcas no solo demonstrando que a área foi intensamente utilizada por índios para acampamentos e transladação de animais.⁴⁵

A comitiva de Roca chegou à ilha de Choele-Choel, no rio Negro, na data simbólica de 25 de Maio, onde permaneceram por alguns dias até continuarem o percurso pelas margens desse rio. No início de junho, chegaram ao ponto de encontro

⁴² *Orden del día*. Julio A. Roca. Campamento general de Carhué, 26 de Abril de 1879. Como parte do diário da primeira divisão expedicionária, elaborado por Manuel J. Olascoaga (jefe de la secretaría en Campaña). Apud. In: OLASCOAGA, p. 154.

⁴³ Telegrama de Roca ao ministério da Guerra. Choele-Choel, 25 de Maio de 1879. Apud, Idem, p. 205.

⁴⁴ Diário da primeira divisão. 23 de Maio de 1879. Apud, Idem, p. 195.

⁴⁵ Diário... 24 de Maio de 1879. Apud, Idem, p. 201.

dos rios Limay e Neuquén. Permaneceram apenas três dias, quando retornaram a Choele-Choel, em que Roca se encaminharia ao ministério em Buenos Aires. O principal motivo para o retorno da comitiva foi à escassez de recursos devido a problemas na entrega de animais por fornecedores, o que foi colocado em questão desde a primeira quinzena de Maio.

Desde esse ponto, o ministro comunicou que dois índios foram capturados, em correspondências trocadas com Napoleón Uriburu, chefe da quarta divisão que se encontrava nos Andes. Os índios vinham a procurar refúgio após operações da terceira divisão, na altura do rio Colorado com o Salado.⁴⁶ A estratégia utilizada encurralava os índios que conseguiam escapar da emboscada de uma divisão, a zona de atuação da outra. O posicionamento da quarta divisão impedia a fuga pelos passos da cordilheira, fazendo prisioneiros e perseguindo os índios não informados da presença das tropas e que vinham aos vales em busca de refúgio.

En las faldas de los Andes, se mantiene una especie de policía a la vez que nos asegura dominio y mejor conocimiento de los campos, hace imposible todo movimiento organizado de parte de aquellos, que sorprendidos y exterminados en todos lados, andan fugitivos en pequeñas partidas, sin otro propósito ya, según declaración de los últimos prisioneros, que el de prepararse al abandono definitivo de sus toldos al norte del río Negro.⁴⁷

As grandes incursões promovidas pelos chefes das divisões com auxílio de outras menores, realizadas por oficiais subordinados, resultaram na retirada de praticamente todos os índios da zona abarcada pelas operações. Assim como nas operações preliminares, foram feitos prisioneiros após invadir a morada de índios de *chusma* e de *lanza*, além do resgate de prisioneiros feitos pelos índios. O resultado foi menor do que aqueles obtidos nas operações anteriores, em que a grande maioria dos índios já haviam sido aprisionados ou dispersos. O elevado número de mortos nas operações “preliminares”, principalmente entre aqueles que se ocupavam da guerra, também foi um fator a desestruturação dessas sociedades, fazendo com que grande parte das operações realizadas em 1879 capturasse índios em fuga: “*los pocos que vagaban en el último estado de miseria han sido tomados, y otros perseguidos hasta echarlos sobre el Río Negro, donde han caído en poder de las fuerzas que allí se encuentran.*”⁴⁸

⁴⁶ Diário... Transcrição de carta de Roca para Uriburu. Campamento en las juntas del Neuquén y Limay. 12 de Junho de 1879. Apud, Idem, p. 237.

⁴⁷ Telegrama de Roca ao ministério da Guerra. *op. cit.*, p. 205.

⁴⁸ Telegrama ao inspetor general de Armas. 2ª división expedicionaria al Río Negro. Traru-Lauquen, 15 de Agosto de 1879. Nicolás Levalle. Apud. In: OLASCOAGA, Manuel J. *Estudio Topográfico de la*

As operações efetuadas pela quarta e quinta divisões, entretanto, encontraram diversas *tolderias* povoadas, realizando grande quantidade de prisões e embates. A quarta divisão apreendeu um número elevado de índios, já que sua área de atuação se encontrava em rota de fuga, nos caminhos dos Andes. Aqueles índios que conseguissem escapar a uma perseguição das tropas acabavam adentrando áreas percorrida por outra divisão, prontamente avisada da presença de índios fugitivos pelas mensagens telegráficas.⁴⁹

Expedições curtas e com reduzido número de militares, percorreram localizações específicas em busca de grupos que resistiam à ação das tropas, como foi o caso dos *capitanejos* Agneer e Querenal, mortos em batalha por oficiais que compunham a segunda divisão. Os dois *capitanejos* permaneciam em um passo do rio Colorado, incitando os índios que por ali cruzassem em busca de refúgio, a resistirem. De acordo com o relatório de um militar ao chefe da segunda divisão, esses índios procuravam convencer os outros, argumentando que “*no debían huir a Chile, y sí morir en la Pampa argentina que les pertenecía.*”⁵⁰ Essas expedições menores também relatavam o trecho percorrido, encaminhado ao comandante da divisão e contribuindo para o reconhecimento dos espaços a serem ocupados.

As expedições de cada divisão consistiam na construção de centros fortificados em determinados pontos, do qual partiriam outras com finalidade de reconhecimento territorial ou para buscar índios. Eventualmente, pequenos fortes eram construídos ou acampamentos levantados, de acordo com as necessidades. A existência de estações telegráficas em grande parte da região retirava a desvantagem do escasso conhecimento do terreno e facilitava a obtenção de informações a respeito da localização de índios. As instruções também puderam ser compartilhadas rapidamente entre os membros de uma mesma divisão ou com o ministro Roca que direcionava as ações efetuadas.

Efetuar a “*limpieza general*” das localidades pampeanas foi o termo utilizado nas operações que tinham em vista a perseguição dos índios, retirando-os de suas localidades originais. É provável que essa limpeza não corresponda ao homicídio de todos os índios encontrados, uma vez que, tanto nos diários, quanto nas instruções às tropas, são comentadas a efetivação de cativos. No trecho abaixo, o militar Enrique

Pampa e Rio Negro. (1880) Tomo II. Buenos Aires: Comisión Nacional Monumento al Teniente General Roca, 1940, p. 22. MR.

⁴⁹ Diários da 4ª e 5ª divisões. Apud, Idem.

⁵⁰ Florencio Monteagudo para Nicolas Levalle (comandante da segunda divisão). In: *Diario de la 2ª división expedicionaria al Río Negro*. Apud. Idem, p. 31.

Godoy integrante da quinta divisão, registrou em seu diário de campanha os resultados da operação que partia desde o forte Guaminí. *Limpiar de indios* nesse contexto significava deixar a região livre de índios, quer pela feitura de prisioneiros, quer por mortes realizadas após enfrentamentos.

Al dar por terminadas la operación confiada a las fuerzas de Guaminí, el jefe de ella tiene el convencimiento de haber limpiado de indios 25 leguas a la redonda aproximadamente, desde su campamento de Aincó. El resultado general obtenido por esta columna, es el siguiente: doscientas setenta personas prisioneras, entre indios de pelea y chusma, contándose entre los primeros los capitanejos Wilegal, Bema, Juan José Ferreyra, Pablu, Guaylquin y Guermí con 56 indios; y entre los segundos 9 cautivos de ambos sexos; muerto el capitanejo Lemumier y once indios más; doscientos y tantos caballos y quince mullas tomados al enemigo.⁵¹

Em contexto de embate direto ou resistência por parte dos índios, o exército argentino fez uso dos armamentos que possuía, ocasionando baixas entre os habitantes do *deserto*. Em instrução de Roca ao comandante da quarta divisão:

Debe se respetar y dar toda clase de garantías de la vida y propiedades a los habitantes o pobladores que encuentre en esos parajes y que acaten y se sometan a la autoridad nacional, a cuyo efecto debe mandarles previo aviso al emprender la campaña. Se recomienda sobre eso el más estricto cumplimiento. (...) Se guardará de ejecutar ningún acto de hostilidad con estos indios, sin ser de algún modo provocado.⁵²

Infere-se que continuaram em vigor as mesmas instruções seguidas pelas operações preliminares, em que eram impostas condições de rendição aos índios, e caso não acatassem e resistissem, eram então submetidos à força das armas. Pode-se considerar que o extermínio físico não era a causa motriz das campanhas ao deserto, mas sim o extermínio dos índios enquanto forças sociais, acabando com as sociedades estabelecidas no Pampa e retirando desse território a ser definitivamente anexado à República, os índios que ali residissem. No entanto, não pode ser dirimido o prejuízo causado as sociedades indígenas e a invasão cultural e violenta empreendida contra elas. Nos relatórios realizados pelos militares em operação, também foram feitos comentários acerca das condições de miséria em que as outrora bem organizadas populações haviam sido reduzidas. Também é possível, que o número de mortos supere os dados oficiais, uma vez que aparentemente não foram computados os números de mortos resultantes

⁵¹ Diario de las marchas, exploraciones y operaciones de las fuerzas de guarnición, a las órdenes del Teniente Coronel Enrique Godoy. (parte da 5ª divisão). Aincó, 7 de junho de 1879. Apud. Idem, p. 222. *Grifo nosso.*

⁵² Instrucciones a que debe sujetarse el jefe de la 4ª división del ejército expedicionario. Buenos Aires, 3 de Março de 1879. Julio A. Roca. Apud. Idem, p. 69.

das condições de aprisionamento e de epidemias ocorridas, como a de varíola, que ocasionou baixas entre índios e soldados.

Roca anunciou no mês de junho, do acampamento no rio Neuquén, que as pretensões imbuídas na lei número 947 haviam sido alcançadas, afirmando que “*la nueva línea de frontera queda pues, definitivamente establecida.*”⁵³ As operações prosseguiram por esse mês, em fase de finalização e contabilização dos resultados. Ao deixar as paisagens “*libres de indios*”⁵⁴ a fim de consolidar a “*seguridad total de las fronteras*”⁵⁵, a “civilização” se impôs à “barbárie” como único projeto possível. A vitória militar foi encarada como uma “*vitoria del progreso*”⁵⁶, pois dentro dos discursos de época, inserir a área do Pampa à Argentina correspondiam as expectativas acerca da incorporação dessas áreas ao sistema produtivo.

As operações militares realizadas na região pampeana na década de 1870, foram resultados de novas concepções do exército no que se relaciona a tática adotada. Terminado o conflito da Tríplice Aliança, as forças militares argentinas adquiriram a experiência de um conflito de longa duração, onde foi exercido o aperfeiçoamento de táticas militares, assim como a absorção dos conhecimentos aportados durante a Guerra de Secessão nos EUA.⁵⁷ Os conhecimentos resultantes desse conflito influenciaram⁵⁸ na elaboração de planos nas campanhas ao Deserto e na utilização de estratégias militares que levassem em consideração a adequação dos armamentos e da movimentação dos exércitos à realidade encontrada.

Dentro dessa nova compreensão estratégica, a fronteira passou a ser vista na perspectiva de guerra, reconhecendo o índio como um inimigo a ser combatido, uma vez que os prejuízos acarretados às estâncias o definiam como “invasor”. A chamada “guerra ofensiva”, colocada em ação após a conclusão das obras da *zanja* em 1878, contaram com o planejamento das operações, posicionando as divisões e determinando a movimentação do exército. “Cercando” o Pampa e percorrendo seu interior, reduziram as possibilidades de contra-ataques e fugas bem sucedidas por parte dos índios. Em

⁵³ Carta de Roca datada de 11 de Junho de 1879 para Ataliva Roca no Forte Argentino, publicada no jornal *El Siglo*, Buenos Aires, 25 de Junho de 1879. FJAR, leg. 177, sala VII, AGN.

⁵⁴ Diario de marchas y exploraciones... (5 divisões). *op. cit.* Apud, OLASCOAGA, p. 222

⁵⁵ Id, p. 219.

⁵⁶ Informe ao Ministério da Guerra e Marinha feito por Roca. Choele-Choel, 1879 (Olascoaga indicou 23 de Junho como possível data para o documento). S/d, Apud, Idem, p. 235

⁵⁷ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 477.

⁵⁸ Muitos militares atuantes das campanhas contra os índios estiveram presente no conflito contra o Paraguai, como Julio A. Roca, Nicolás Levalle, Ignacio Fotheringham, Rudecindo Roca, Napoleón Uriburu, Eduardo Racedo, entre outros.

trecho de Roca ao Ministério informando os resultados das operações após o estabelecimento do rio Negro como localização da fronteira interna, foram ressaltados os aspectos táticos empregados, a exemplo da utilização das mensagens telegráficas e da localização de cada divisão:

Las divisiones del Ejército, organizadas para esa campaña, cumpliendo activa y discretamente con las instrucciones que habían recibido, han penetrado al sur por los valles de la Cordillera hasta el Neuquén y por los campos de preferente estación y guarida de los ranqueles (...). La de mi inmediato mando, complementando el efecto de las otras, y relacionándose con todas ellas, ha recorrido un largo trayecto de circunvalación desde Carhué al sur y al suroeste por Salinas Chicas, ribera norte y sur del Colorado y río Negro hasta el Neuquén, llenando así con toda esta verdadera red de armas, ligadas a todas sus partes por su correspondencia y sus propósitos, la totalidad de la superficie territorial a que he hecho referencia.⁵⁹

Somadas as informações obtidas em decorrência das campanhas preliminares, o desconhecimento em relação às comarcas anexadas à República foi reduzido pelos relatórios e diários elaborados nas expedições. Desde as linhas fortificadas anteriores até as margens do rio Negro, foram levantados dados relativos ao solo, relevo e a existência de redes aquíferas, indicando possíveis condições para atividades agropecuárias e para o estabelecimento de povoados.

Com a fronteira estabelecida, determinados pontos de fortificação construídos durante as campanhas permaneceram,⁶⁰ tendo em vista a continuidade das operações de expansão territorial até a Terra do Fogo.

La más grande recompensa de todo cuando se ha podido hacer en la Guerra del desierto para el progreso y engrandecimiento de nuestra patria la tenemos en lo que mas selecto y distinguido de la sociedad de ese gran pueblo espresa en el telégrafo de vds., en las perspectivas que abre para el porvenir la desaparición del indio del radio de la Pampa y el ensanche del territorio. (...) Ahora toca á la actividad del trabajo pacífico poner en explotación el inmenso terreno asegurado por las armas.⁶¹

A anexação de terras visava permitir a colonização da área e sua adequação à atividade produtiva. Ao conhecer melhor o Pampa, foram desmitificadas muitas ideias associadas às suas terras, como a improdutividade e a disponibilidade de recursos

⁵⁹ Informe ao Ministério... *op. cit.* Apud. In: OLASCOAGA, p. 232.

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ “Boletín telegráfico” escrito por Roca desde Choele-Choel em 21 de Junho de 1879. Resposta a mensagens telegráficas recebidas no acampamento. Publicado no jornal *La Prensa*, 2 de Julho de 1879. FJAR, leg. 177, sala VII, AGN.

hídricos suficientes.⁶² Além da colonização dessas extensões de terra, entre “*las perspectivas que se abren al porvenir*”, figurava também a inclusão da Patagônia ao território argentino, já que a zona acima do rio Negro era considerada a de maior dificuldade devido a resistência indígena e, esse rio, um importante posto que aproximava a Argentina de suas pretensões na Patagônia.

Acampamento em Choele-Choel. Índios de *chusma* com religiosos que acompanharam as expedições.



Foto: Anonio Pozzo, 1879. AGN.

3. *Después del Río Negro, la Patagonia*⁶³

A Patagônia foi inserida juridicamente à administração argentina com a lei número 954 de 1878, concomitante àquela que impulsionou as forças de exército a estabelecer o marco de fronteira com os índios no rio Negro. Com ela, foi criada a *Gobernación de la Patagonia*, desde o rio Colorado até o cabo Hornos, com Álvaro

⁶² Informe ao Ministério... *op.cit.*, Apud. In: OLASCOAGA, p. 234

⁶³ Trecho retirado do jornal La Tribuna, Buenos Aires, 1 de Agosto de 1879. FJAR, leg.177, sala VII, AGN.

Barros no cargo de governador.⁶⁴ Essa função destinava-se à povoação da região, primeiramente pelo levantamento de dados, informando quais eram as condições e necessidades. Lugares propícios para o estabelecimento de povoações também foram apontados por Barros.⁶⁵

Finalizadas as operações contra os índios do Pampa, tinha-se em consideração promover à submissão dos índios que se encontravam nas margens sul do rio Negro, tão logo terminadas as operações de 1879.⁶⁶ O estabelecimento de colônias nas áreas mais férteis do rio Negro e do rio Neuquén, também estavam entre as medidas a serem executadas em decorrência da nova fronteira. Contudo, as políticas em relação à Patagônia não eram vistas como prioridade para o governo até que as campanhas na fronteira fossem finalizadas.⁶⁷

A aquisição de dispositivos legais e administrativos mesmo antes da ocupação efetiva permite vincular a ocupação do Pampa como parte da proposta de ocupar a Patagônia. Colocar a região pampeana em posse da República pode ser entendido como uma resposta à pressão dos estancieros, principalmente de Buenos Aires, pela segurança das áreas destinadas à criação de animais, além das demandas por novas terras. Para isso, a execução da lei de número 215, colocada em vigor pela lei 947, propunha acabar com o sistema de linhas fortificadas tendo em vista avançar a fronteira interna ao rio Negro. No entanto, a supressão da linha de fronteira desde a localização da *zanja* pela linha no Negro, não se constituía como finalidade principal das ações iniciadas em 1878. Alcançar os limites austrais da Patagônia figurava entre as expectativas daqueles que haviam colocado a luta contra o índio dentro do prisma civilizacional.

As ações de Roca como ministro de Guerra e Marinha visavam efetivar o limite sul nesse rio, dando continuidade as operações militares nos espaços de fronteira, onde se situavam as linhas fortificadas. Respondendo a questões de terras preponderantes do final da década de 1870, a Conquista ao Deserto foi utilizada politicamente por Roca e seus partidários. Como exemplo, a charge abaixo ressaltou a vinculação política das operações militares no Pampa, com a alusão de que o bastão presidencial seria

⁶⁴ BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 142.

⁶⁵ Memoria de la gobernación de la Patagonia. Álvaro Barros, Buenos Aires, 1881. FAB, leg. 155, sala VII, AGN.

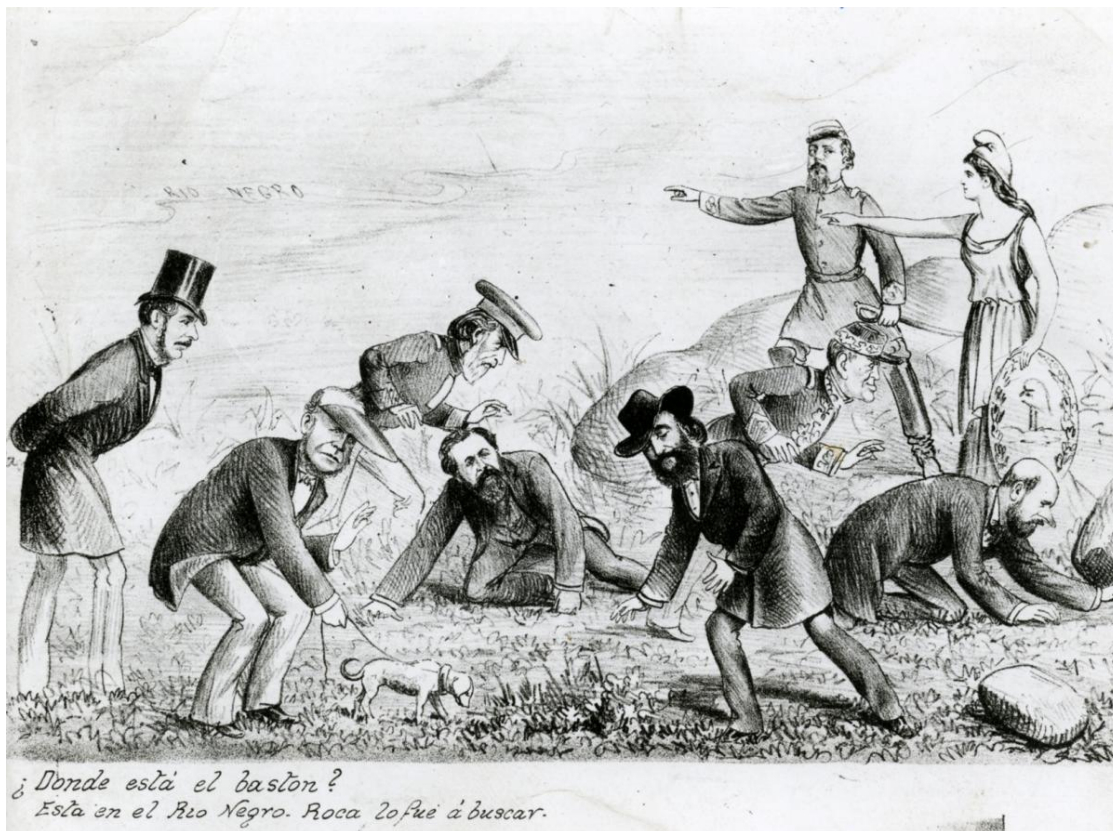
⁶⁶ Patagonia. In: Manuscrito intitulado Memoria de guerra. *op. cit.* FJAR, leg. 155, sala VII, AGN

⁶⁷ Idem.

encontrado nas margens do rio Negro, para onde Roca apontava juntamente com a “República”.

“¿Donde está el bastón?”

Esta en el Rio Negro. Roca lo fue á buscar.”



El Mosquito, 20 de Abril de 1879. AGN

A proximidade das eleições presidenciais incitava o clima político a refletir a respeito do sucessor de Avellaneda. Roca e Carlos Tejedor, governador da província de Buenos Aires, já apareciam como os candidatos mais prováveis à sucessão presidencial, no começo de 1879.⁶⁸ A atuação de Roca como ministro, rendeu-lhe reconhecimento entre os estancieiros e dispunha de aliados tanto em Buenos Aires, quanto nas províncias. Natural de Tucumán e com envolvimento pessoais no principal ciclo político de Córdoba (sua esposa, Clara Funes, pertencia à família tradicional *cordobesa*), especulava-se que Roca teria condições de competir contra políticos que buscavam a promoção de suas candidaturas, como Sarmiento, Mitre, Tejedor e Dardo Rocha.⁶⁹

⁶⁸ RUIZ MORENO, Izidoro J. *Campañas militares argentinas*. La política y la guerra: Luchas contra indios y sediciosos (1870-1884). Tomo V. Buenos Aires: Claridad, 2009, p. 157.

⁶⁹ Idem, 156.

Pouco depois do estabelecimento das tropas a mando do ministro no rio Negro, o nome de Roca como possível candidato a sucessão presidencial já circulava junto aos governadores de províncias.⁷⁰ Segundo De Marco, a Campanha do Deserto foi realizada tendo em vista a candidatura de Roca à eleição presidencial, e motivada principalmente por essa intenção, por se tratar mais de um posicionamento estratégico das tropas.⁷¹ Em texto do jornal *La Nación*, foram ressaltadas as pretensões de Roca em utilizar politicamente a chegada ao rio Negro. O jornal colocou o anúncio do retorno de Roca à Buenos Aires na primeira metade do mês de junho, como parte das mobilizações por sua campanha, em que aproveitaria o momento de entusiasmo existente após o êxito dos *expedicionarios* para recorrer às províncias angariando apoio. “*Desconfiemos del paseo triunfal que se anuncia, porque durante el, él ministro vá a trabajar por su candidatura.*”⁷²

Contando com o respaldo das Campanhas ao Deserto, dirimir a fronteira interna, substituindo-a pela fixação das fronteiras exteriores, o que passava pela ocupação efetiva da Patagônia, passou a constar como proposta para o futuro governo, fazendo parte dos debates políticos do momento. Dar prosseguimento a extinção dos “desertos”, continuando a política contra os índios e obrigando sua rendição, alavancou a candidatura de Roca, que apareceu como candidato capaz de levar “*la bandera de la patria á la tierra de la Patagonia*”.⁷³ De acordo com o periódico *La Tribuna*, favorável a Roca, os partidários de Carlos Tejedor, se opunham a ocupação da Patagônia: “*Roca cree que hay gloria en conquistar desiertos, cuando el peor de nuetros enemigos es el desierto.*”⁷⁴ Em contrapartida, tinha-se a ideia de que a ocupação da Patagônia resolveria a instável situação dos limites externos do país, colocando fim aos litígios sobre esse território ocupado por unidades indígenas desde o período colonial.

Contemplar a Patagônia como parte do território argentino, era colocada como “ocupação definitiva”, por esbarrar em questões de soberania partilhadas com o Chile. O limite entre os dois países permanecia indefinido desde o período posterior às independências, situação que ocorreu em muitos dos novos países, já que os limites acordados eram aqueles existentes quando eram colônias espanholas. A carência de dados a respeito desses limites produziu interpretações ambíguas em muitas ex-

⁷⁰ *La Tribuna*. 22 de Julho de 1879. FJAR, leg. 177, sala VII, AGN.

⁷¹ DE MARCO, p. 506, 505

⁷² *La Nación*. 18 de Junho de 1879. FJAR, leg. 177, sala VII, AGN.

⁷³ *La Tribuna*, 22 de Julho de 1879. *op. cit.*

⁷⁴ *La Tribuna*, 1º de Agosto de 1879. FJAR, leg. 177, sala VII, AGN.

colônias, ocasionando conflitos no decorrer do século XIX. Dentro desse raciocínio, ocupar a Patagônia era vista como a única garantia de sua posse, uma vez que o critério do *uti-possidetis* (que previa a manutenção das áreas coloniais aos novos países), poderia não ser válido para áreas onde não ocorreu a ocupação, prevalecendo o *res nullius* (terras sem jurisdição).⁷⁵ Promover a ocupação desse extenso território austral era, por sua vez, associado à segurança das fronteiras externas argentinas, uma vez que não haveria motivos para o litígio chileno sobre um território plenamente ocupado. A região carecia de limites entre ambos os países, que reivindicavam a fixação da fronteira a partir de diferentes prerrogativas. Em muitas correspondências analisadas, foi estabelecida uma relação entre a paz com o Chile e a ocupação do rio Negro, vinculando, portanto, o estabelecimento das povoações, a diminuição das possibilidades de conflito:

*La paz con Chile y su triunfo sobre los indios acercan a grandes pasos la ocupacion permanente de la Patagonia desierta, y su plan se desarrolla con la sencilla facilidad de una operación mecánica [em referência as campanhas militares ocorridas em 1878]. (...) La paz con Chile es un gran acontecimiento para ellos y para nosotros: Uds. Deben aprovecharla dando bases firmes a la ocupación del Rio Negro.*⁷⁶

O Chile colocava-se, devido ao fato do território patagônico não ter sofrido nenhuma colonização anterior, salvo iniciativas da coroa espanhola e expedições esporádicas, e ambos os países estarem em processo de ampliação das regiões ocupadas. A “conquista da Araucania” no sul do Chile, em realização concomitante à “conquista do deserto”, tinha entre seus objetivos efetivar uma fronteira exterior, gerando uma pressão mútua para a ocupação da Patagônia.

Entretanto, a ocupação dessa região também respondia às demandas políticas internas. O uso político das campanhas militares no Pampa esteve presente nos discursos que colocavam a posse do território patagônico como um feito de possível realização. Desde a imprensa favorável a Roca, construía-se os ocorridos como garantias de que o ministro, como futuro presidente, daria prosseguimento à ampliação fronteiriça. Pode-se depreender intensa participação dos periódicos no debate político, vinculando intencionalmente determinadas informações, com o objetivo de manipular

⁷⁵ Idem.

⁷⁶Correspondência de Nicolas Calvo a Roca. 16 de Janeiro de 1879. FJAR, leg. 7, sala VII, AGN.

seus leitores a determinadas conclusões.⁷⁷ Nos periódicos adeptos à campanha de Roca, valorizava-se a marcha ao rio Negro bem como a importância de empreender ações na Patagônia:

*Ocupar la Patagonia es no solo cuestion de interés político, sino de gran interés económico y social. La Patagonia es una de las comarcas mas ricas de la tierra (...) ¿Es imprudente ó prematura la ocupación de la Patagonia? Nunca es imprudente el ejercicio del derecho propio, ni prematuro el usufructo de la propiedad heredada. Los que quieren esgrimir en contra de la candidatura de Roca ese nuevo argumento [oposição ao movimento à Patagônia], no se han preocupado de los resultados.*⁷⁸

A ocupação da Patagônia fazia parte dos principais debates políticos do momento, em que a sucessão presidencial argentina figurava como tema principal. A região era associada à imensa capacidade de produzir riquezas, de acordo com a interpretação da imprensa *roquista*, que fez da ocupação, parte da plataforma de seu candidato. Dessa forma, a Patagônia era valorizada pelo *roquismo*, com vistas a impulsionar a candidatura de seu líder. Enquanto isso, a oposição se colocava contra a ocupação da Patagônia, argumentando a respeito do desperdício de recursos que seriam resultantes desse movimento.⁷⁹ Portanto, o destaque dado à Campanha do Deserto a época, serviu para impulsionar Roca à magistratura, pois o objetivo principal da expedição não era o de firmar o limite no rio Negro, mas sim, alcançar as porções mais austrais do continente, o que significava acabar com as fronteiras internas e consolidar os limites exteriores.

As movimentações em torno da campanha eleitoral de Roca, já ocorriam desde seu retorno do rio Negro. Ele tinha grande respaldo do Interior, sendo um forte candidato fora do cenário político de Buenos Aires. Em oposição, o então governador da província de Buenos Aires, Carlos Tejedor, procurava apoio entre os portenhos, liderando a oposição à candidatura de Roca. Em outubro, Roca deixou o ministério da Guerra e Marinha, colocando-se oficialmente em campanha presidencial. Tal atitude foi questionada por alguns aliados, que viam nesse militar uma importante liderança para as forças armadas, necessárias à condução das campanhas contra os índios, vistas como principal encargo desse Ministério:

⁷⁷ Considerações metodológicas observadas em CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. XIX.

⁷⁸ La Tribuna, 1º de Agosto de 1879. *op. cit.*

⁷⁹ O que pode ser apreendido por meio do jornal La Tribuna, La Nación e de correspondências que confirmam a posição da oposição.

*Nadie como v. se ha consagrado con mas competencia y buen éxito al secular problema del indio y el aspecto definitivo que V. ha hecho tomar à ese fantasma, realidad para muchas jeneraciones pasadas, es el mas vivo testimonio de la certera habilidad con que V. sabe manejar los asuntos que le encomiendan. Los Estados Unidos, con sus poderosos recursos (...) han venido a quedar en esta parte muy atrás de nosotros.*⁸⁰

Muitos dos discursos sobre a Campanha do Deserto foram construídos com vistas às eleições presidenciais, ressaltando as vitórias contra as populações indígenas e a ampliação das terras argentinas, a fim de fortalecer Roca como candidato, frente à oposição de *tejedoristas* e *mitristas*. “*El acontecimiento más grande después de la emancipación de la patria*”,⁸¹ a Campanha ao rio Negro, legitimava a candidatura de Roca, e ademais, destacava o feito: “[de] *los antiguos dueños del desierto y su sometimiento á la conquista*”.⁸² A efetivação da fronteira no rio Negro e o grande aprisionamento de índios efetuado foram trabalhados de forma propagandística, para ressaltar os objetivos políticos de Roca.



Julio Argentino Roca, depois da Campanha do Deserto, 1879.
Caras y Caretas, n. 791
AGN.

⁸⁰ Carta de Miguel Malarin a Roca. Paris, 16 Outubro de 1879. FJAR, leg. 8, sala VII, AGN.

⁸¹ Carta de Sasuruino Perez a Roca, Buenos Aires, 12 de julho de 1879. FJAR, leg. 7, sala VII, AGN.

⁸² Em comentário a cerca dos “discursos políticos” a serem realizados sobre a Campanha do Deserto. Carta de Aldofo Doering (participou da Campanha de 1879 como zoólogo) a Roca, Córdoba, 7 de Novembro de 1879. FJAR, leg. 8, sala VII, AGN.

Não obstante a imagem idealizada das campanhas realizadas no Pampa, correspondências trocadas com o militar desde a nova região de fronteira, faziam alusão a real situação dessas localidades. Cartas informavam Roca a respeito das condições precárias em que as fortificações instaladas na nova fronteira se encontravam. Assim, após consolidada a ocupação da parte oeste do Negro, a fronteira interna foi alvo de *malones* e hostilidades dos índios habitantes do sul desse rio, somados àqueles fugitivos das *tolderias* de Namuncurá: “*Creo que Salhueque anda maleando pues segun me dicen los indios que han llegado de allí, ha recibido en sus toldos muchos indios de Namuncurá.*”⁸³

Sem remuneração e sem armamento suficiente (o exército da nova fronteira possuía apenas um fuzil Remington e armas em mau estado, tomadas por empréstimo),⁸⁴ permanecia a situação de instabilidade existente no espaço de fronteira anterior as campanhas. Como visto, o planejamento que precedeu o início das operações no Pampa, trabalhava com a ideia de que o estabelecimento de uma linha fortificada no Negro não demandaria muitos recursos ou pessoal qualificado, acarretando em ganho financeiro ao tesouro argentino, ao reduzir os gastos em manutenção e segurança. No entanto, a presença de 100 homens, como foi informado a Roca, não garantiu a segurança, pois tal contingente de exército “*no pueden atender vasta extencion de territorio poblado por miles de indios, que dan sus malones por diferentes puntas, que no los puede poner a su alcance por la poca fuerza.*”⁸⁵

Ainda na fase de finalização das operações militares de 1879, em agosto, o coronel Villegas escreveu a Roca solicitando o envio de animais para suas tropas e àquelas a mando de Uriburu, na divisão de Neuquén. Villegas, justificava o pedido afirmando que as condições adversas de temperatura e a ausência de pastos adequados deixou as tropas a pé, o que os colocava em desvantagem “*pues los Indios del Sud se le presentaban en actitud hostil.*”⁸⁶ O contraste entre a realidade e a imagem positiva contida nos discursos sobre a campanha, pode ser atribuído à situação política do momento. Um exemplo está na carta de Gomes a Roca:

⁸³ Carta de Francisco Moreno a Roca. Choelechoel [respeitou-se a grafia das fontes], 22 de novembro de 1879. FJAR, leg. 8, sala VII, AGN.

⁸⁴ Carta de Marcos Figueroa a Roca, Salta, 20 de outubro de 1879. FJAR, leg. 8, sala VII, AGN.

⁸⁵ Idem

⁸⁶ Carta de Conrado Villegas a Roca, Choele Choel, 21 de Agosto de 1879. FJAR, leg. 8, sala VII, AGN.

Para coronar tu obra te falta la conquista de la Patagonia, ese inmenso territorio en donde estoy seguro que la semilla de la civilización sembrada por ti bajo los auspicios de Presidente de la República, fructificará de una manera que hará que el período actual gubernativo y tú como el brazo de que se vale el progresista gobierno que nos rige,⁸⁷ sea designado en la historia como el que más provecho ha hecho al país.

A “civilização” do Pampa, ou ao menos a presença do Estado Nacional nesse território, implicava na ocupação da região patagônica, ainda pouco conhecida, muito embora estivesse presente nos discursos políticos da década de 1870. A ampliação das fronteiras argentinas ao sul, entendidas como feito civilizacional colocava a Argentina no mesmo conjunto dos países capazes de colonizar. A comparação realizada com a situação dos Estados Unidos, que viviam situação parecida no confronto com os índios do Oeste, reflete o entendimento da expansão territorial, vista como fonte de riqueza e progresso. O enfoque dado aos povos originários também colocava os dois países em perspectiva. Em uma política “civilizacional”, pretendia-se transformar as sociedades habitantes dos espaços de *deserto*, tornando-os aptos à vida “civilizada”, e aos que resistiram, foi imposto o poder do Remington.

Lago Pehuen, nas proximidades do limites sul definido em 1879.



1879, sem autoria, AGN.

⁸⁷ Carta de Ernesto C. Gomes a Roca, Buenos Aires, 22 de Julho de 1879. FJAR, leg. 7, sala VII, AGN.

Desde sua candidatura presidencial, apoiada nas campanhas aos desertos, Julio A. Roca ingressou em uma disputa que levantava a antiga rivalidade entre a província de Buenos Aires e as províncias do Interior. A candidatura de Carlos Tejedor surgiu como resposta de um segmento da sociedade portenha à eminente federalização da capital do país.⁸⁸ Os dezoito anos e os três presidentes desde a batalha de Pavón evitaram a questão da federalização, postergando o conflito com a elite de Buenos Aires. A então disputa eleitoral refletia a dicotomia entre um projeto nacional, apoiado na federalização e, por outro lado, a manutenção dos interesses portenhos.⁸⁹ No final de 1879, Roca deixou a cena política da capital, sob pressões que motivavam sua renúncia por seu opositor e a década de 1880 teve início com conflitos resultantes da situação eleitoral.⁹⁰

⁸⁸ RUIZ MORENO, p. 168.

⁸⁹ Le Courier de La Plata. "National et Provincial". 10 de setembro de 1879. FJAR, leg. 177, sala VII, AGN.

⁹⁰ RUIZ MORENO, p. 171.

Capítulo 4

Ocupação da Patagônia argentina

Processo concomitante ao amadurecimento do aparelho estatal, a ocupação da Patagônia argentina ocorreu como consequência dos movimentos de expansão da fronteira interna realizados desde a década de 1870. Parte de um projeto nacional, que colocava em contradição à resistência indígena contra uma ordem hegemônica, a região da Patagônia localizada a oeste da cordilheira dos Andes, foi integrada completamente ao território argentino nas décadas finais do século XIX. Após eleito presidente em 1880, Julio A. Roca deu continuidade às ações contra a população indígena, visando ocupar os *desertos* patagônicos e efetivando a soberania argentina.

1. A Geração de 80

Apresentado pelo historiador Natalio Botana como o período de predomínio da “ordem conservadora”, a década de 1880 convergiu com a consolidação da unidade política do país.¹ A *ordem*, assegurada pelo monopólio do poder coercitivo era regulada pelo caráter *conservador* do regime político instaurado, assim caracterizado pela manutenção do poder político em uma aristocracia governante.² O poder disperso entre as províncias foi, então, centralizado no Estado que aparecia como agente concreto, após a “longa espera” política vivida desde a queda de Rosas.³ Nesse momento, o Estado era o agente com condições de exercer um controle efetivo sobre o território nacional (que nesse momento, ia até os rios Negro e Neuquén em seu limite sul). O resultado da disputa eleitoral, que inaugurou a década de 1880, contribuiu para a situação política, que resultou na construção de uma ordem conservadora, legitimada pelo estabelecimento da unidade nacional.

A disputa entre Carlos Tejedor e Julio Argentino Roca terminou em guerra civil, e a localização provisória da capital do país em Belgrano, durante o final da presidência de Nicolás Avellaneda. A iminência da vitória de Roca nas eleições presidenciais levou à situação de conflito iniciada pelo governador de Buenos Aires, Tejedor, e seus aliados. A primeira metade do ano de 1880 começou com as batalhas de *Barrancas*, *Puente Alsina* e *Los Corrales*, em que a vitória de Roca garantiu a subordinação de Buenos

¹ BOTANA, Natalio. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires, Hyspamerica, 1985, p. 171.

² Idem, p. II e 26.

³ PRIVITELLI, Luciano. Prólogo, In: DE TITTO, Ricardo J. *El Pensamiento de la Generación del 80*. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2010, p. 15.

Aires ao poder central.⁴ Dessa forma, inaugurou-se uma fase de predomínio do poder oligárquico e de maior equilíbrio político entre as províncias pela supressão da autonomia da capital federal. A proposta de federalização da capital, colocada em discussão desde décadas anteriores foi concretizada, ocasionando mudanças no aparelho político. A cidade de Buenos Aires tornou-se sede do poder estatal, independente da província de que fazia parte, enquanto o “interior” passou a constituir um importante elemento às alianças políticas, que se construía em torno do governo. Candidato do Partido Autonomista Nacional (PAN), Roca assumiu a presidência em 1880, impulsionado pela vitória contra Tejedor, mas, principalmente devido à sua conhecida trajetória militar e a recente Campanha do Deserto.

Apesar da maior atuação das províncias no cenário político, a “intervenção federal” foi um instrumento bastante utilizado no período, com a finalidade de ratificar o poder central, mantendo o monopólio do governo.⁵ O processo decisório centrou-se na tensão entre poder central e regional, dentro do aparelho político que articulava ministros, senadores, governadores, o presidente e os partidos.⁶ A concentração do poder no Estado ia de encontro à autonomia provincial, sobretudo, no caso da província de Buenos Aires. Após a federalização e a adequação de mecanismos de relacionamento do poder central com os poderes “periféricos”, com herança do caudilhismo regional, foi possível trazer para o Estado, questões antes dispersas entre diferentes agentes sociais. A condução da cidadania e das mobilizações políticas, além da estatização de situações operantes pela igreja,⁷ concentrou no governo a condução da própria sociedade.

Concomitante à consolidação do conjunto de práticas que permitiram a centralização política, também era observado o aumento da entrada de divisas no país e com isso, a determinação dos membros “aptos” a compor os quadros de exercício do poder. À semelhança da “República Possível” oriunda do pensamento de Alberdi, era montada uma estrutura em que a participação política, em relação à capacidade de acumulação, condicionando o sistema republicano a uma restrita parcela da sociedade.⁸

La solución dada a los problemas que venían retardando hasta el presente la definitiva organización nacional; el imperium de la nación establecido para

⁴ BOTANA, p. 33

⁵ Idem, p. 127.

⁶ Id, p. 155.

⁷ PRIVITELLIO, p. 15

⁸ BOTANA, p. 71, 73.

*siempre, después de setenta años de lucha, sobre el imperium de provincia; y las consecuencias que de estos hechos se desprendan para el progreso y el afianzamiento de la nacionalidad podrán en una época próxima responder del acierto o del error de mi conducta.*⁹

No discurso inaugural do governo de Roca, intitulado *paz y administración*, percebe-se uma relação entre os discursos de Alberdi, do momento em que foram escritas as “Bases” e a própria constituição. O estabelecimento da ordem e da organização pelo Estado estava entre as metas de governo do presidente Roca, o que repercutia na tendência ao centralismo político. O caráter conservador contido nessa estrutura de pensamento aproximava Roca e Alberdi, uma vez que a concretização do progresso seria conduzida pela ordem estatal, que encarnava a “República Possível”. Esta estrutura política, restrita e regulada pelo poder central, era entendida como necessária para alcançar a “República Verdadeira”, quando seria possível ocorrer a participação de outras esferas da sociedade.¹⁰ A anulação da província de Buenos Aires a partir da federalização, fez parte do conjunto de medidas centralizadoras, proporcionando ao Estado condições de se impor como agente abstrato.

O alcançar da modernidade e do progresso, faziam parte dos discursos da chamada *generación del 80*,¹¹ dedicada à reflexão sobre a república com influência positivista. Ideias de progresso eram mescladas a doses de conservadorismo, representada pela manutenção de formas tradicionais de governo, a exemplo da persistência do controle hegemônico na política.¹²

Dessa forma, percebe-se uma contradição no projeto político. Se por um lado, aspirava-se às formas republicanas de participação, encarnada na maior abertura às províncias do interior, por outro, a forma oligárquica de governar atrelava ao Estado maior participação na sociedade, restringindo os agentes que atuavam na política.¹³ Dentro desse princípio, o ideal político presente no *roquismo* apontava à condução da sociedade pelo Estado, pensamento em consonância às ideias de um “nacionalismo unificador”, presentes na unificação da Alemanha e da Itália.¹⁴

As “metas” pensadas por Alberdi, ao redigir o texto constitucional, tiveram nesse momento o impulso à ação, quer na busca pelo crescimento econômico, quer na

⁹ Discurso “paz y administración”. Julio A. Roca, 12 de Outubro de 1880. In: DE TITTO, p. 80.

¹⁰ BOTANA, Natalio e GALLO, Ezequiel. *De la República posible a la República verdadera* (1880-1910). Biblioteca del pensamiento argentino. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2007

¹¹ Designação atribuída somente na década de 1920. PRIVITELLIO, p. 11.

¹² BOTANA, p. 154

¹³ BOTANA e GALLO, p. 48.

¹⁴ Idem, p. 45.

condução da sociedade rumo à civilização. A imigração europeia, colocada por Alberdi como um mecanismo de transformação social, e amplamente facilitada pela constituição vigente, concretizou-se em realidade nos anos 80. A Argentina recebia milhares de imigrantes atraídos pelas possibilidades de emprego, que contavam com a vantagem de um aparelho constitucional que atribuía ao imigrante, direitos e liberdades.¹⁵

Como parte do pensamento recorrente na década de 1880, o ideal de construir um país civilizado mobilizava as principais medidas em vigor no período. A concepção de uma Argentina integrada por “desertos” e elementos “selvagens”, colocava ao governo a missão de suplantá-los com subsídios de civilização. Tendo em vista os referentes de civilização adotados, o país carecia de muitos elementos para afirmar-se como tal. Visando tal perspectiva, a ação estatal deveria ser capaz de converter a “barbárie” em “civilização”, admitindo ser o agente com maior capacidade de promover tal modificação social.

As ações efetuadas no Pampa por Roca tiveram tanto a finalidade de estender a soberania do país, quanto em afirmar a capacidade operacional do Estado, dando-lhe elementos de legitimidade.¹⁶ Em adição, as campanhas ao Deserto e os posteriores movimentos em direção à Patagônia, eram assumidos dentro da perspectiva civilizacional, em que era necessário empreender uma “missão civilizadora” para diferenciar-se da anterior condição de colônia, que colocaria a Argentina sob status de país “moderno” e “civilizado”.¹⁷ A “utopia civilizatória”,¹⁸ ideal compartilhado nessa época, associava-se à concepção de um tempo histórico com percurso linear, teleológico. O progresso dotava de sentido essa teleologia histórica, colocando à civilização dos desertos como feitos necessários. Como parte dessa forma particular de conceber o tempo, o olhar sobre o passado repudiava o período colonial, enquanto esperava-se um futuro de progresso material e social. Os homens do presente eram impulsionados a agir no sentido de afastar-se dessa “experiência passada”, ao aproximar-se da “expectativa de futuro”.¹⁹

Como parte do entendimento sobre o futuro pela geração dos 80, o Estado operou em direção à centralização. Ao vasto território recém tomado dos índios, a carência institucional deveria ser suprida com o progresso. O progresso e a civilização,

¹⁵ Idem, p. 42

¹⁶ PRIVITELLIO, p. 17.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Id, p. 18

¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 306 a 327.

valores tão caros para aquele período, poderiam ser alcançados, com a forte presença estatal, atuante por meio da centralização política e administrativa. Dentro do “horizonte de expectativas” compartilhado pela elite política argentina da década de 1880, estava a “civilização” das terras patagônicas, adequando as áreas à realidade institucional vivida no período. No discurso de posse presidencial, Roca conectava as ações contra os índios na década de 1870, com a ocupação da Patagônia, que pretendia realizar em seu governo. Subordinado os espaços dos povos originários às “leis da nação”, uma das propostas de seu mandato era dar continuidade as operações militares, tendo em vista eliminar as linhas fortificadas, ao consolidar os limites internacionais:

Continuaré las operaciones militares sobre el sur y el norte de las líneas actuales de frontera, hasta completar el sometimiento completo de los indios de la Patagonia y del Chaco, para dejar borradas para siempre las fronteras militares, y a fin de que no haya un solo palmo de tierra argentina que no se halle bajo la jurisdicción de las leyes de la nación.²⁰

Entretanto, apesar dos discursos oficiais que atrelavam à posterior colonização do sul argentino, com o movimento do exército *expedicionário*, o processo de ocupação branca da Patagônia não correspondeu necessariamente ao movimento norte-sul, efetuado pelas tropas. Ao longo do século XIX e principalmente, a partir da ocupação militar do Pampa, a porção sul do território argentino passou a receber fluxos migratórios em diferentes áreas, além do complexo contato com os povos originários e com as cidades da Patagônia chilena.

2. Campanhas militares na Patagônia

Como repercussões das campanhas militares realizadas durante a década de 1870, foram efetuadas operações na margem sul do rio Negro, limite mais austral em 1880, visando acabar com as “fronteiras internas”. Tais campanhas foram realizadas a partir de 1880 até 1885, momento em que o litígio chileno-argentino pela jurisdição da Patagônia, colocou no exército o papel de assegurar a soberania do território pleiteado, até a Terra do Fogo. Iniciando com a ocupação militar do vale do rio Neuquén (entre os rios Limay e Neuquén com os Andes), diversas incursões ou “brigadas”, partiam desde fortes construídos principalmente, em pontos estratégicos para perseguição dos grupos indígenas. Com chegada das tropas argentinas no lago Nahuel Huapi, em 1881, foi

²⁰ Discurso “Paz y Administración”, *op. cit.*, p. 72

possível empreender outras operações, tendo em vista impedir o trânsito indígena pelos passos da cordilheira, partindo desde fortes construídos próximos ao lago.

Não houve trégua aos índios considerados “amigos”. Tanto manzaneros do vale do Neuquén, quanto tehuelches patagônicos, foram perseguidos em suas moradas, sendo “expulsos” para o lado ocidental da cordilheira, ou mortos, quando a rendição às tropas argentinas era recusada. Guiados por antigos relatos de viajantes, como manuscritos realizados na época de Rosas, o exército argentino adentrava as desconhecidas *llanuras* patagônicas, tendo como principal guia, seus fuzis e canhões de guerra: “*La parte más difícil, no por encontrar a su tránsito tribus guerreras con quienes combatir sino que iban a recorrer caminos, por los que realmente se llama Patagonia y cuyos misterios estaban aún sepultados en lo hondo de sus quebradas.*”²¹

Terminadas as operações de 1879, a primeira divisão, fixou forte na confluência dos rios Limay e Neuquén, enquanto a quarta divisão manteve-se na atual região de Chos Malal, estabelecendo os fortes 1ª e 4ª Divisão, respectivamente.²² O palco das operações desenvolvidas na década de 1880, era ainda mais desconhecido para os militares, do que a zona pampena. As *rastrilladas*, ou caminhos deixados pelos índios, era a forma encontrada de alcançar as *tolderías*.²³

No primeiro momento das operações, no ano de 1880, as atividades dos *expedicionarios* foram concentradas no norte patagônico, a fim de conter os *malones* contra os fortes ou pequenos vilarejos que se formavam. Muitos dos índios dispersos pelas campanhas dos anos 1870, se agruparam, angariando forças para resistir à pressão das armas argentinas. Dos embates ocorridos na ocasião do enfrentamento aos *malones*, muitos índios foram mortos, e os índios de *chusma* e os de *lanza* derrotados, foram feitos prisioneiros. As recém fundadas povoações de General Roca e Avellaneda, nas margens do Negro, foram *maloneadas* no mês de abril, terminando com ataque às *tolderías* e fuga do restante dos combatentes indígenas para o Chile.²⁴

As primeiras operações foram realizadas com dificuldades, devido à retirada de membros do exército da província de Buenos Aires, para atuar nas guerras civis dessa província, contra o governo nacional, ainda durante a presidência de Nicolás

²¹ Diário de campanha escrito pelo coronel Villegas. Proximidades da margem sul do rio Negro, na altura de Choele Choel, março de 1881. Apud. In: RAONE, Mario Juan. *Fortines del Desierto: Mojones de civilización*. Buenos Aires: Lito, 1969, p. 347. BNA.

²² Carta de Roca a Eduardo Racedo. Forte primeira divisão, 11 de junho de 1879. OLASCOAGA, Manuel J. *Estudio Topográfico de la Pampa e Rio Negro*. (1880) Tomo I. Buenos Aires: Comisión Nacional Monumento al Teniente General Roca, 1940, p. 266. MR.

²³ RAONE, p. 316.

²⁴ Idem, p. 324.

Avellaneda. Finalizadas as disputas e após iniciado o governo de Julio Roca, os exércitos provinciais existentes foram agregados ao exército nacional, após a proibição de exércitos dispersos nas províncias, centralizando as forças armadas.

No ano de 1881, o coronel Villegas foi responsável pela organização e execução da “*Campaña Nahuel Huapi*”, a qual realizou *batidas* contra os habitantes do chamado “triângulo”, compreendendo a área entre o forte 1ª Divisão (na confluência do rio Neuquén com o Negro), e os rios Limay, Neuquén com a cordilheira dos Andes. A região localizada na margem sul do rio Negro e na altura de Choele-Choel, em direção oeste e a zona da cordilheira desde o rio Neuquén, até o lago Nahuel Huapi, também faziam parte das operações de Villegas. O coronel dividiu suas tropas em três brigadas, abarcando boa parte do território da atual província de Neuquén.

Sob o comando do coronel Rufino Ortega, a primeira brigada percorreria os Andes, procurando evitar a fuga dos índios para o Chile, mantendo-os encurralados pelas outras brigadas. A segunda se dividiria em duas, que eram comandadas pelos militares, o tenente coronel Luis Tejedor e o coronel Diego Lucero. Primeiramente, ambas partiriam do forte 1ª Divisão, cruzando o rio Neuquén, para atuar entre esse rio e o Limay. A brigada comandada por Lucero sairia do rio Collón Curá em direção às *tolderías* do cacique Sayhueque, enquanto a outra cuidava de sua retaguarda.²⁵ A última brigada sob as ordens de Villegas, partiria desde o sul de Choele-Choel, percorrendo o sul do rio Limay, na direção do Nahuel Huapi.

A partir das entradas em busca dos *cacicados* remanescentes, foram realizadas expedições de reconhecimento, sistematizando o conhecimento aportado nos caminhos percorridos e verificando locais propícios à fundação de colônias. A chegada ao lago Nahuel Huapi, em abril de 1881, acrescentava ao emblema da “civilização contra a barbárie”, a possibilidade de ocupação da região com o estabelecimento da jurisdição argentina: “*el estandarte azul y blanco flamea en el gran lago Nahuel Huapi, como un centinela avanzado de la civilización y un guardián de los derechos de la patria.*”²⁶ A instalação de fortes equipados no lago, visavam, além de assegurar um posto estratégico contra os povos originários, garantir a soberania argentina pela presença militar.

O total desconhecimento dos vales neuquinos, colocou os índios em relativa vantagem sobre as tropas de Villegas. Índios *bomberos*²⁷ observavam o movimento das

²⁵ RAONE, p. 330.

²⁶ Diário do coronel Villegas. Nahuel Huapi, 10 de abril de 1881. Apud. Idem, p. 354.

²⁷ Índios conhecedores das *rastrilladas*, que atuavam como guias ou “espiões” de seus inimigos.

tropas e conseguiam se prevenir de ataques a suas *tolderías*.²⁸ Dessa forma, muitos caciques e seus seguidores conseguiam fugir das tropas pelos caminhos da cordilheira, em direção ao Chile. No entanto, após a assinatura de um tratado de limites entre os dois países, procurando definir a fronteira nos Andes, o refúgio no Chile era o principal destino buscado pelos índios. Na medida em que a fronteira internacional era delineada, as tropas argentinas eram proibidas de ultrapassar as novas barreiras, situação inexistente até então, já que tropas argentinas ultrapassavam por vezes a cordilheira, ao perseguir índios em fuga.²⁹ Mesmo após a conclusão das operações das três brigadas, combatendo ou aprisionando os índios encontrados, tinha-se o conhecimento de que boa parte dos índios havia fugido pelos Andes, eliminando a capacidade de ação do exército, em virtude da situação internacional engendrada.

*Hoy ha desaparecido este inconveniente. Todos sus escondites, todo el terreno comprendido desde el Neuquén hasta algunas leguas más al sud del Limay ha sido explorado por da División. (...) En adelante, no podemos ya emprender operación alguna sobre los indios. Se han puesto fuera de nuestro alcance. Tendremos que esperar que nuestros vecinos de ultracordillera lleven a debido efecto sus proyectos de conquista de la Araucania, y de que los esfuerzos de estos vuelvan a arrojar a este lado las tribus que han ido refugiarse en esa parte de la República vecina.*³⁰

Meses após a operação de Villegas, foi necessário retomar as operações no “triângulo”, sobretudo, nas áreas próximas aos Andes, em que a entrada de índios fazia-se constante. Terminada a Guerra do Pacífico, embate pela posse de parte do deserto de Atacama entre Bolívia e Peru contra o Chile, as tropas chilenas foram orientadas para o sul, a fim de empreender a ocupação militar da área ao sul do rio Bío-Bío, conhecida por Araucania. Com a perseguição dos índios no lado chileno, houve fuga para o lado oriental dos Andes, aumentando a incidência desses em busca de refúgio, dessa vez, na Argentina.³¹

O reforço militar, às zonas próximas aos passos andinos, ocorreu com a “*Campaña de los Andes de la Patagonia*”, realizada entre 1882 e 1883. O general Villegas foi novamente encarregado das operações realizadas no “triângulo” neuquino, contando com a vantagem de um melhor conhecimento sobre a região. Dados os problemas ocorridos em sua primeira operação na região do Nahuel Huapi, em que a

²⁸ Idem, p. 324. Informação retirada dos diários das expedições, consultados por Mário Raone, que os transcreve parcialmente em sua publicação.

²⁹ Idem, p. 318 e 319.

³⁰ Diário do comandante da 1ª divisão, Rufino Ortega. Costa norte do rio Limay, 8 de abril de 1881. Apud. Idem, p. 337.

³¹ BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 143.

divisão em três brigadas em uma zona não conhecida, tornou o movimento das tropas previsível para os índios. As rotas escolhidas para os caminhos das três brigadas, muitas vezes, não permitiam a comunicação entre elas. Tendo em vista a situação agregada pelo movimento das tropas na Araucania chilena, e pelos problemas comentados, Villegas optou por efetuar mudanças estratégicas em seu plano de ocupação do “triângulo”:

*Me convencí (...) de la necesidad de variar en género de guerra. Ya no sería conveniente operar con las columnas pesadas y sí colocar estas en puntos estratégicos y de allí, por medio de fuertes o pequeñas partidas, inundar todo el territorio que se iba a batir, guerra que se debía llevar con toda actividad y rapidez, no suspendiéndola hasta concluir con los moradores de aquellos territorios, **sometiéndolos a las leyes de la Nación, haciéndolos emigrar allende las cordilleras o destruyéndolos.***³²

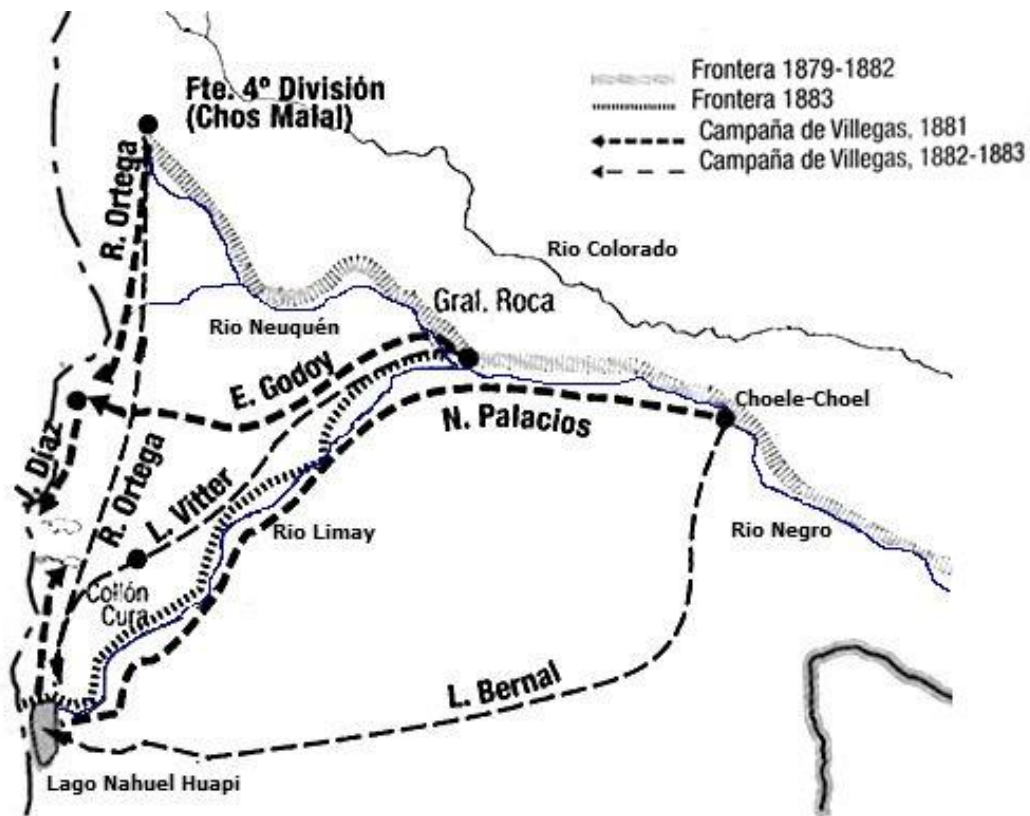
As três brigadas foram mantidas, muito embora, partiriam de pontos diferentes, concentrando as fortificações nas entradas da cordilheira de maior acesso pelos índios. A primeira atuou na região do rio *Agrio*, afluente do rio Neuquén, na direção oeste, junto ao limite internacional. A segunda brigada foi responsável pela margem do rio Neuquén, partindo desde o forte General Roca, até o chamado *Paso de los Indios*, com destino ao rio *Quemquemtreu*, afluente do *Collón Curá*, que, por sua vez, desemboca no rio *Limay*. Desde o acampamento em *Choele-Choel*, as tropas da terceira brigada, seguiram o rio Negro até o forte General Roca, continuando pelas margens do rio *Limay* até *Nahuel Huapi*, onde se ocuparam de vigiar os campos que levavam à cidade chilena de Valdivia, próximos a zona de operações da segunda brigada.³³ Também foram organizadas divisões visando proteger a retaguarda das novas operações. A chamada Terceira Divisão, tinha seu forte localizados no Pampa central, primeiramente em Rio IV e depois em Villa Mercedes e a Segunda Divisão, contava com os fortes 4ª Divisão e General Roca, além de uma brigada na ilha de Choele-Choel.³⁴

³² Informe do General Villegas (provavelmente para o Ministério de Guerra e Marinha), 5 de maio de 1883. Apud. RAONE, p. 383. *Grifo nosso.*

³³ Circular de Villegas ao chefe da terceira brigada, Tenente Coronel Nicolás Palacios. 22 de março de 1883. Apud. Idem, p. 393 e 394.

³⁴ Idem, p. 386.

Operações militares no “triângulo” neuquino.³⁵



Como resultado da campanha anterior, boa parte dos índios já haviam sido dispersos das *tolderías*, pela fuga ou submissão às tropas. Muitos índios *de lanza* foram incluídos nas forças e exército.³⁶ Outros, foram mortos em combate ou, provavelmente, pelas condições de aprisionamento. O enfraquecimento do poderio indígena no norte patagônico facilitou a segunda empreitada de Villegas, que dessa vez, sofreu menos pressão dos *malones* e pode organizar as brigadas com base em conhecimentos mais detalhados dos rios e caminhos existentes. A modificação da estratégia também aportou maior dinâmica na movimentação das tropas, auxiliadas pela instalação de pequenos fortes mais próximos as áreas de atuação das brigadas, o que dificultava a ação dos índios *bomberos*.

As “opções” dadas aos povos originários, conforme atestado no informe transcrito acima, repetiam as condições impostas na campanha efetuada por Roca. A rendição, o conflito armado e a fuga encerravam as alternativas colocadas aos indígenas,

³⁵ Com modificações (supressão das operações até 1879). DE MARCO, Miguel Ángel. *La Guerra de la Frontera: luchas entre indios y blancos (1536-1917)*. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2010, p. 193.

³⁶ Circular de Villegas ao chefe... *op. cit.*

sendo que a última, estava comprometida. Do outro lado da cordilheira, os militares chilenos impunham as mesmas condições aos habitantes da Araucania:

Se me asegura que estos [indios, que passaram pelos Andes, da Argentina ao Chile] en número de 50 según unos y 100 según otros y de mayor numero según algunos, han venido á aislarse en nuestro territorio y como V. debe suponerlo, no puede menos que permitírseles ese asilo a condición de que vivan sujetándose a nuestras leyes y abandonando para siempre su vida nómada así como las depredaciones que han acostumbrado especialmente en esa República. Así lo han practicado, pero a mí no me han bastado sus promesas, por cuya razón impuesto la condición obligatoria de residir al poniente de los fuertes que estableceré. Hoy les mando un correo haciéndoles ver esta resolución advirtiéndoles al mismo tiempo que sea argentino y quiera entregarse a V. no tengo inconveniente para que se lo haga desde luego.³⁷

Em ambas as repúblicas, só seriam admitidos índios, uma vez submissos as leis em vigor, desconsiderando qualquer alternativa, que visasse à preservação dos costumes dos povos indígenas. A “civilização” foi imposta pela guerra, deixando aos índios poucas possibilidades além da submissão, sob o argumento de garantir a proteção às colônias que vinham sendo fundadas, afirmando a presença desses Estados. O ultimato dado aos índios, que haviam se refugiado no Chile, como condição para viverem no lado ocidental da cordilheira, era a integração a sociedade chilena. Os fortes edificados pelo exército chileno impediriam a realização do movimento migratório ao país vizinho, ao menos que os “índios argentinos”, ou seja, aqueles de origem no lado oriental dos Andes estivessem dispostos a retornar à Argentina, submetendo-se a esta pátria.

As duas operações concomitantes, na Patagônia argentina e na Araucania chilena, tendiam a encurralar os índios, ao evitar o trânsito pelos Andes, movimento praticado por diversas gerações pelas sociedades originárias. Villegas também mantinha posição semelhante aos militares chilenos, convergindo na pressão exercida para o fim do fluxo migratório nos Andes:

*Después de esa breve campaña[de 1881], en que las tres brigadas de esta División han recorrido y batido el territorio comprendido entre los ríos Neuquén, Limay, Cordillera de los Andes y el lago Nahuel-Hüapi, desalojando de él á los nómades que lo poblaban, sometiéndose algunos voluntariamente á la civilización, muriendo los más reacios á ella en los distintos combates, y por fin, escapando otros á la República vecina, **es un deber, al mismo tiempo que una conveniencia nacional, el evitar que estos últimos vuelvan al territorio de la República, a repetir sus depredaciones.**³⁸*

³⁷ Carta do Coronel Urrutia (chefe do exército chileno) ao General Villegas. Apud. Idem, p. 391.

³⁸ Circular de Villegas ao chefe... *op. cit.* Grifo nosso.

A imposição dos limites internacionais na cordilheira corroborava com a situação de “proteção” dos limites de cada país, evitando a entrada de índios “chilenos” ou “argentinos” pelos fortes instalados em ambos os lados da fronteira. Além da situação de perseguição dos índios pelos exércitos argentinos e chilenos, colocavam-se igualmente, questões subjacentes ao acordo de limites, as quais se encontravam em processo de negociação, como será tratado em seção pertinente. As tropas em operação na Patagônia e na Araucania tinham como limite de suas operações, a fronteira internacional, em vias de consolidação. No entanto, como tais limites careciam de precisão no momento de realização das operações, eventuais transposições dos exércitos poderiam repercutir em desequilíbrios diplomáticos.

Nesse contexto, a ocupação militar, estava em relação à conformação dos limites internacionais com o território vizinho, sendo que a ocupação dos vales ocorria paralelamente aos acordos diplomáticos, o que poderia decorrer em atritos, caso a limitação das tropas não fosse respeitada. O general Urritia, expressou em carta ao comandante das operações argentinas que: “*hacen cuatro días vinieron indios vivientes en Rechuico, territorio chileno, dando aviso que fuerzas argentinas habían llevado un considerable número de animales, algunos cautivos, habiendo además quedado tres o cuatro personas muertas.*”³⁹ Na continuação da carta, pedia-se a devolução dos animais e índios capturados em território chileno, alegando desrespeito às autoridades que os mantinham sob sua jurisdição. Reivindicando a soberania chilena, “*en resguardo a los legítimos derechos de mí Nación*”,⁴⁰ o ocorrido indica que, assegurar a posse das áreas quase desconhecidas pelos organismos nacionais, também se enquadrava nas motivações de ambos os Estados em garantir sua presença nos territórios meridionais de seus países.

Em outro registro, explicou-se que as autoridades chilenas haviam permitido que grupos indígenas ocupassem terras nas proximidades da cordilheira, em locais onde, segundo militares chilenos, as tropas argentinas da segunda brigada, haviam realizado “atos de guerra”. A proteção dada pelo governo chileno aos índios era atrelada com a: “*consideración de que esos indios son más chilenos que argentinos desde que pertenecen a la raza araucana.*”⁴¹ A delimitação limítrofe na cordilheira, também reforçava a atribuição de “nacionalidade” aos seus habitantes, buscando as “origens” de

³⁹ General Urrita. Villarica, 17 de janeiro de 1883. Apud. Idem, p. 431.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Escrito pelo Ministro de Guerra e Marinha, General Victorica, em 1883. Apud. Id, p. 437

cada etnia, como forma de vínculo às nações envolvidas, construindo elementos de diferenciação entre as sociedades indígenas.

Em diários de marcha do exército argentino, o incidente foi relatado, mas sem responsabilizar a instituição, apenas a situação decorrente da recente fixação dos limites: *“la ignorancia geográfica de aquellos límites, a los cuales la ciencia tiene que dedicar mucho tiempo para dejarlos evidentes y claros en las miles accidentaciones de esos territorios.”*⁴²

Das brigadas que empreenderam operações do triângulo neuquino, a “terceira” foi aquela que alcançou comarcas mais austrais, como o noroeste do Chubut, em perseguição aos índios dos caciques Sayhueque e Inacayal, que fugiram para o sul, ao se informarem da presença das tropas. Os números de mortos e prisioneiros decorrentes das atividades desta brigada, finalizada em 20 de março de 1883, podem ser parâmetro para os resultados das outras duas. Foram efetuados 481 prisioneiros (entre caciques, *capitanejos* e índios de *chusma* e de *lanza*) e 143 mortos em combate contra o exército argentino.⁴³

As últimas campanhas militares contra os índios do sul foram realizadas durante a atuação de Lorenzo Vintter como governador da Patagônia, entre os anos de 1884 e 1885. Iniciadas com a chegada das tropas por via fluvial, na cidade de Rawson, no Chubut, as operações tinham por objetivo eliminar os últimos grandes *cacicados* da Patagônia, bem como, perseguir grupos de índios que haviam se dispersado pelo sul patagônico. Após a chegada das tropas em Rawson, essas seguiram para a região de Valcheta, onde foi edificado um forte, para auxiliar as forças militares.⁴⁴

Outra frente partiu das instalações militares no lago Nahuel Huapi, com rumo à região noroeste das margens do rio Santa Cruz, ponto mais austral percorrido pelas tropas argentinas, em operação contra os índios. Nessa localidade, foram perseguidos os remanescentes das operações anteriores. As atividades oficiais na Patagônia foram finalizadas em 1885, juntamente com a rendição do famoso cacique Sayhueque, sendo que, a relação com os índios habitantes do restante da atual província de Santa Cruz e da Terra do Fogo, ficaram a cargo dos colonizadores desses locais.⁴⁵

⁴² Idem, p.435

⁴³ Id, p. 444 e 445.

⁴⁴ BANDIERI, p. 145

⁴⁵ Idem.

3. Tratado de limites com o Chile

Após o processo de emancipação colonial da América espanhola, nas primeiras décadas do século XIX, foi acordado entre as novas repúblicas, que o território formado, equivaleria àquele ocupado, antes da ruptura com a metrópole. Essa vaga prerrogativa foi motivo de inúmeros litígios e retificações nas demarcações fronteiriças. Outro fator catalisador da indefinição dos limites foi decorrente da ausência de informações precisas, a respeito das jurisdições do Reino de Chile e do Vice Reinado do Rio da Prata. A existência de informações contraditórias manifestava a falta de interesse na Coroa espanhola, em precisar os limites de suas possessões, o que deu margens para diversas interpretações durante o século XIX, ocasionando litígios e disputas territoriais.

No caso argentino, a lacuna dos limites internacionais somava-se à situação dos limites internos, que, conforme verificado dependia de um conjunto de fatores, como organização interna e a obtenção de armamentos específicos, para fazer frente ao indígena. As atividades militares atuantes desde a década de 1870 visavam à eliminação das fronteiras internas, tendo em vista, a consolidação das fronteiras exteriores. Após a fixação da fronteira interna no rio Negro, em 1879, foi possível realizar novos movimentos, buscando adentrar a zona patagônica.

Apaziguada a situação política que deu início aos anos 1880, foram retomadas as atividades na fronteira interna, concomitante às negociações que visavam a fixação do limite internacional com Chile, na cordilheira dos Andes. As atividades diplomáticas, em conjunto com as militares, pretendiam garantir a soberania argentina, sobre os espaços destituídos das sociedades indígenas, e, nesse contexto, o tratado de limites acordado em 1881, atestava tais interesses.

Se para chilenos e argentinos, a Patagônia era entendida como uma herança da colonização espanhola, para os demais países, sobretudo os europeus, não cabiam reivindicações de soberania, por Buenos Aires ou Santiago, uma vez que a região não era ocupada.⁴⁶ Considerados simplesmente como *res nullius*, muitos países não relacionavam essas áreas com os domínios chilenos ou argentinos, a exemplo da utilização do litoral patagônico, como portos de embarcações inglesas.⁴⁷ Portanto, a assinatura de um tratado, estabelecendo tanto os limites nos Andes, quanto os austrais, vinculava-se a garantia de posse, frente a outras nações.

⁴⁶ PRIVITELLIO, p.15

⁴⁷ Don Luis Vernet, Londres, 1852. FJAR, leg. 155, sala VII, AGN.

Retomando os antecedentes da questão de limites entre as duas repúblicas, um tratado firmado em 1856, definiu o parâmetro para as negociações fronteiriças. Nessa ocasião, foi estipulado o “*principio de derecho internacional positivo americano*”, o *uti possidetis*, como válido para a situação dos limites entre Chile e Argentina.⁴⁸ Por esse princípio, os territórios de ambas as repúblicas, deveriam respeitar as jurisdições anteriores a 1810, sendo que o Chile permaneceria com as possessões no Pacífico, e a Argentina, no Atlântico.

Em 1872, de acordo com o governo argentino, legações chilenas afirmavam que seu país possuía a jurisdição das áreas situadas ao sul do rio Santa Cruz, incluindo a Terra do fogo e ilhas adjacentes ao Estreito de Magalhães. A denúncia do envio de legações chilenas às áreas orientais dos Andes, no ano de 1875,⁴⁹ foi acompanhada, conforme visto, pela criação da *Gobernación de la Patagonia*, pelo governo argentino, incluindo Santa Cruz e a Terra do Fogo ao território deste país, como parte da Patagônia. A tentativa chilena de ocupar a Patagônia era decorrente de ideias de setores do governo chileno que sustentavam sua soberania sobre esse território, tendo como prerrogativa os antigos domínios da Capitania do Chile. Barros Arana, ministro de relações exteriores do governo chileno, comentava sobre as repercussões na Argentina, sobre os reclames de jurisdição da Patagônia:

*Aquí se considera hasta ridículo entrar a discutir el dominio de la Patagonia. Las gentes se ríen con el más soberano desdén cuando se les dice que Chile tiene derecho a esas regiones y se enfurecen cuando se les habla de títulos. Las notas diplomáticas de nuestro gobierno no han convencido a nadie, y, en cambio, muchas personas censuran duramente a Frías por haber aceptado la discusión en ese terreno.*⁵⁰

A partir de 1876, a tendência da chancelaria chilena era renunciar às demandas sobre a Patagônia, em troca de garantir os direitos sobre o Estreito, bem como as margens setentrionais do rio Gallelos, em Santa Cruz. Assumindo a presidência chilena no referido ano, Aníbal Pinto desconsiderava o atrito com a Argentina pela soberania de áreas, as quais entendiam como estéreis e sem valor.⁵¹

As divergências entre os dois países eram acirradas pelo escasso conhecimento das áreas litigiosas, em que a necessidade de um novo tratado se impunha perante os

⁴⁸ Proyecto de protocolo para los territorios en disputa con Chile. Buenos Aires, 1877. Borrador, Rufino de Elizalde. IR.

⁴⁹ Assinado por Félix Frías e Carlos Tejedor. S/f. Provavelmente de 1878. Idem, IR.

⁵⁰ Carta para Adolfo Ibañes. Apud. ENCINA, Francisco. *Historia de Chile*. Tomo XXXI. Santiago: Editorial Ercilla, 1986, p. 6

⁵¹ Idem.

desacordos existentes. Apesar das discussões realizadas e dos informes trocados, os dois países permaneciam em um impasse, e as novas negociações apenas ratificavam que “*el gobierno argentino y el de Chile estaban de acuerdo que los Andes nos dividían. Toda la cuestión estaba en saber por donde corrían.*”⁵² Ou seja, a definição da fronteira nos Andes era demasiado vaga, assim como os critérios de diferenciação das ilhas, que eram banhadas pelo Atlântico, daquelas às margens do Pacífico.

As negociações foram, então, retomadas na década de 1870, pelos ministros das Relações Exteriores Rufino de Elizalde, no lado argentino, e Barros Arana, no chileno. Os movimentos das tropas em direção à Patagônia nesse período endossavam a questão não resolvida dos limites com o país vizinho. Entre as principais discordâncias tratadas, estava à definição do *status quo* de cada país, que representava as jurisdições correspondentes a um e ao outro país. Das antigas colocações efetuadas na década de 1850, a “divisão de águas” demarcaria o *status quo* de cada país, considerando a cordilheira como marca do “limite natural” proposto. Em decorrência das negociações realizadas em 1877, Barros colocava o *status quo* chileno iria ao sul, desde os canais do Estreito, até o rio Gallegos, sendo que a Argentina ocuparia os territórios situados até o norte desse rio. Elizalde, por sua vez, considerava o *status quo* argentino do Estreito de Magalhães ao rio Santa Cruz (ao sul do rio Gallegos), e o chileno no Estreito e demais ilhas e canais adjacentes.⁵³

Barros aceitou a proposta do ministro argentino, sob condição de aceitação de seu governo. Ainda que o detalhamento de um possível tratado tenha sido discutido, não houve um acordo final entre os dois países. Segundo o ministro argentino: “*si no ha llegado á un acuerdo, es porque el señor ministro de Chile no ha tenido instrucciones ni aun para aceptar ó rechazar las proposiciones del gobierno argentino.*”⁵⁴ Em carta trocada por políticos argentinos, a alegação foi confirmada sob a justificativa de que o congresso chileno não havia concordado com as modificações realizadas entre os ministros.⁵⁵

Em resumo, as discussões realizadas entre Elizalde e Barros, principalmente entre 1877 e 1878, sobre o projeto que estabeleceria as fronteiras internacionais,

⁵² Solicitación de Rufino de Elizalde ao diário “La Libertad”, sobre las negociaciones com Lastarria (ministro de Relações Exteriores do Chile), em 1865. Buenos Aires, 11 de julio de 1878. Borrador. IR.

⁵³ ENCINA, p. 11 e 12.

⁵⁴ Carta de Rufino de Elizalde ao ministro das Relações Exteriores Manuel Montes de Oca. Buenos Aires, 16 de maio de 1878. Id.

⁵⁵ Cópia da carta de Anibal Pinto (ministro chileno) para Manuel Bilbao. Santiago, 2 de julho de 1878. IR.

limitou-se a organizar as questões pendentes, para realização de uma arbitragem internacional. Entre as lacunas, era admitida uma dúvida fundamental ao desenrolar das negociações: “¿Cual era el *uti possidetis de derecho* en 1810? (...) ¿Cuales eran los territorios que formaban ó dependian del Virreinato del Rio de la Plata y de la Capitanía General de Chile? Esto no pasó a consulta á nadie.”⁵⁶ Já que, a jurisdição de cada país antes da colonização, era considerada como o principal argumento para situar a fronteira, nos mais altos picos dos Andes.

Diante da impossibilidade de resolução do litígio, principalmente sobre os canais do Estreito de Magalhães e as regiões escassamente conhecidas da Patagônia, a decisão final esperaria a resolução de árbitros internacionais, após uma avaliação mais rigorosa dos documentos oriundos da Coroa espanhola, do Vice Reino e da Capitania do Chile. No entanto, foi consentido que o *status quo* seria mantido até a realização da arbitragem. A divisão entre os dois países se daria nos Andes, respeitando o princípio do *divortia aquarum*, sendo que os territórios banhados pelo oceano Atlântico pertenceriam à Argentina, da mesma forma que as porções com margens no Pacífico, fariam parte da jurisdição chilena. Como consequência, os canais e ilhas do Estreito de Magalhães pertenceriam ao Chile, e a área ao sul do rio Santa Cruz até o Estreito, à Argentina, enquanto a Terra do Fogo seria dividida por ambas as repúblicas. De acordo com as propostas de projeto verificadas, a necessidade de definir um *statu quo*, existia pela garantia de posse das áreas, contra possíveis ocupações estrangeiras,⁵⁷ além de evitar maiores atritos entre as nações vizinhas.

A frágil definição do *statu quo* colocou os dois países na iminência de um conflito armado, no final do ano de 1878. A inexistência de um tratado de limites colocava qualquer indício de invasão jurisdicional, como um ato de desrespeito aos acordos realizados.⁵⁸ O tratado de Fierro-Sarratea, firmado no começo de 1879, foi uma tentativa de postergar as negociações, ratificando novamente o cumprimento das resoluções de 1856, até que um acordo formal fosse assinado. Os dois países se comprometiam a formar comissões visando discutir as pendências e, caso não chegassem a um acordo, a questão seria mandada para arbitragem internacional.⁵⁹ Em junho do mesmo ano, o Congresso argentino recebeu os resultados da convenção

⁵⁶ Proyecto de tratado de arbitraje argentino-chileno respecto a límites. Borrador, Rufino de Elizalde. Buenos Aires, 1877. IR.

⁵⁷ Proyecto de protocolo..., *op. cit.* 1877 Idem.

⁵⁸ ENCINA, p. 37.

⁵⁹ Idem, p. 39.

Balmaceda-Montes de Oca e, apostando em uma diplomacia mais cautelosa e aguardando os resultados da Guerra do Pacífico, rejeitou os dois acordos realizados.⁶⁰

A ocupação da Patagônia, não foi decorrência direta dos movimentos militares. Muito embora, para setores da política argentina, a jurisdição da região, já estava atrelada definitivamente à Argentina, desde a fixação da fronteira no rio Negro, negando até mesmo, a situação de litígio por essa região, independente dos resultados da guerra proferida pelo Chile. A preocupação do repórter, conforme transcrito abaixo, com as pretensões chilenas na Patagônia, em decorrência de uma “política mais agressiva” a depender dos resultados do conflito no Pacífico, era partilhada por setores da diplomacia argentina, manifestas em suas atuações diplomáticas no período.

Roca: No temo absolutamente esta contrariedad. Cualquiera que sea el resultado de la Guerra del Pacifico, Chile saldrá de ella extenuado. (...) Chile buscará, pues, nuestra amistad, sino por un sentimiento de fraternidad, á lo menos, interés (...).

Repórter: Mientras tanto, la cuestión de la Patagonia [com o Chile] está pendiente, y será necesario resolverla algún día.

Roca: Está resuelta. La República Argentina sabe que la Patagonia es suya. Chile no discute esta posesión sino por forma. La República no cederá una legua de Tierra del Fuego en la Patagonia, no admitirá ni el arbitraje sobre este punto, y ninguna nación intentará los establecimientos que allí funde.⁶¹

A situação de litígio e a indefinição dos limites permaneceram inalteradas. No ano de 1881, após a entrada do exército chileno na capital do Peru, ocasião que determinou a vitória chilena na Guerra do Pacífico, foram novamente retomadas as negociações relativas à definição da fronteira. Em certos núcleos políticos argentinos, pairavam dúvidas sobre as atitudes da chancelaria chilena, após o triunfo no Pacífico,⁶² encarando a resolução do litígio como prioridade. Demarcar os limites exteriores era uma forma de prevenir, uma possível atitude hostil por parte do Chile. Houve, então, uma tendência a procurar a resolução da questão, pelas vias da conciliação, demonstrando a intenção de elaborar um novo tratado, ratificando as propostas que já vinham em discussão e promovendo a negociação das áreas em litígio, conforme pode ser inferido em periódico do período: “*desde hace varios meses y con incansable voluntad, se cruzan telegramas y comunicaciones que han ido reduciendo los puntos en*

⁶⁰ CISNEROS, Andrés e ESCUDÉ, Carlos. Historia General de las Relaciones Exteriores de la Republica Argentina. Tomo VI. Parte I. 1ª edição. Buenos Aires: Grupo editor Latinoamericano, 1998, p. 228 e 229.

⁶¹ Entrevista com Roca. S./f. Provavelmente do começo de 1880, FJAR, leg. 154, sala VII, AGN.

⁶² Carta de Juan Torrent a Rufino de Elizalde. Corrientes, 25 de janeiro de 1881. IR.

*litigio hasta que se ha llegado á una solución. Las bases convenidas son propiamente de un tratado definitivo de límites.”*⁶³

O tratado de limites entre os dois países foi acordado no dia 23 de junho de 1881, tomando por base o artigo 39º do tratado anterior, formado em 1856, estipulando que ambos os países aceitariam tomar por base, as áreas em posse do Vice Reinado e da Capitania do Chile, para a efetuação de suas fronteiras. Resolveram-se os principais pontos do litígio, especialmente sobre a jurisdição da Terra do Fogo e pelo direito sobre o Estreito de Magalhães.⁶⁴ Na intenção de conservar os “limites naturais”, implícitos no princípio da “divisão de águas”, o tratado procurava precisar as jurisdições referentes a um e ao outro país, principalmente nas áreas de litígio. Apesar de ainda se basear em informações com escassa comprovação, culminando na persistência de dispositivos vagos, tais como “*altas cumbres de los andes*” e o curso dos rios na cordilheira e seus afluentes que desaguassem no Pacífico ou no Atlântico, o tratado representava uma tentativa de precisar a fronteira internacional.

Com a assinatura do tratado, as pretensões chilenas no Estreito foram confirmadas, assim como a posse da Patagônia à Argentina. A Terra do Fogo foi dividida entre os dois países, assim como as ilhas próximas, considerando que aquelas a ocidente da divisão ficariam com o Chile, e as dispostas na parte oriental, à Argentina.

É provável que resguardar o país da possibilidade de uma guerra estivesse entre as intenções de demarcar os limites nos Andes. Com a vitória chilena no Pacífico, existia certa preocupação com a probabilidade de um conflito armado, tendo em vista a ocupação das zonas de litígio. Periódicos e setores da elite política argentina trabalhavam com essa hipótese, o que atrelava o Tratado de 1881 a intenções estratégicas. Do outro lado da cordilheira, o presidente do Chile colocava a redução das possibilidades de guerra com a assinatura do tratado, atitude benéfica para a situação existente com seus vizinhos do norte: “*debería llevarse adelante el asunto tal como está arreglado, puesto que la paz con la Argentina nos va a facilitar la manera de entendernos con el Perú y Bolivia.*”⁶⁵

Nas palavras de Manuel Olascoaga, ao descrever os antecedentes das operações militares ao rio Negro: “*continuando las fronteras como estaban, un ejército chileno hubiera podido pasar impunemente la cordillera, tomando posesión del Rio Negro y*

⁶³ Citado a partir de material publicado no jornal La Tribuna. In: Negociaciones argentino-chilenas (recorte de jornal, sem autoria). Junho de 1881. Fundo Felix Frias, leg. 3, sala VII, AGN.

⁶⁴ CISNEROS e ESCUDÉ, p. 258 e 259.

⁶⁵ Carta de Domingo Santa Maria a Aníbal Pinto, 16 de julho de 1881. Idem, p. 262.

lanzando una nube de barbaros protegidos por tropas regulares, en nuestra dilatada frontera.”⁶⁶ Dentre os discursos sobre as Campanhas do Deserto, levar as tropas argentinas até o Negro, teve a finalidade de proteger o país, de um ataque chileno pelo território indígena, uma vez que os índios pampeanos eram considerados aliados do Chile, pelo vínculo comercial existente. A ocupação do Pampa e da Patagônia, dentro dessa perspectiva, procurava conter a influência chilena, com a ocupação militar.

Juntamente com a confirmação do tratado, peritos chilenos e argentinos foram encarregados de percorrer os caminhos dos Andes, procurando sanar as dificuldades existentes na demarcação da fronteira, que fossem decorrentes de irregularidades no terreno ou em lugares de difícil aplicação do princípio da “divisão de águas.”⁶⁷ A arbitragem estrangeira, seria utilizada caso os peritos não chegassem a um acordo, conforme acordado pelos representantes dos dois países, Francisco de Echeverría pelo Chile e Bernardo de Irigoyen pela Argentina.

4. A colonização da Patagônia

Com a lei de Territórios Nacionais de número 1532, que entrou em vigor em 16 de outubro de 1884,⁶⁸ a Patagônia foi inserida no sistema administrativo argentino, tal como o Pampa e outras regiões ao norte do país, também apropriadas a partir do enfrentamento com o indígena. Seguindo o parâmetro já estabelecido pela lei número 947, as províncias que faziam limite com a linha militar de 1877, continuariam com suas respectivas jurisdições. A medida foi adotada como forma de precaução a possíveis disputas entre as províncias pelos novos territórios.⁶⁹ De acordo com essa lei, acordada em 1878, todas as áreas adquiridas, em decorrência das operações militares, pertenceriam ao governo nacional. Com a lei promulgada em 1884, a situação jurídica das áreas adquiridas com as operações militares foram regularizadas. As novas porções de terras agregadas foram dotadas de parâmetros administrativos e jurídicos, que concluíram sua inserção na República, muito embora, com características distintas a das províncias argentinas.

⁶⁶ El Hispanoamericano. Sevilla, 15 de junho de 1881. FJAR, leg. 1391, sala VII, AGN.

⁶⁷ Artigo 1º, Tratado de limites de 1881.

Disponível em: http://www.bcn.cl/lc/tinterna/tratados_pdf/tratado_vally107.pdf Acesso: 09/2009

⁶⁸ Lei número 1532, 1884. Organización de los Territorios Nacionales. Disponível em: <http://www.legislatura.lapampa.gov.ar/Historia/Normativa/Ley1532.htm> Acesso: 20/12/11

⁶⁹ Câmara dos Deputados, Sessão extraordinária. 23 de fevereiro de 1881, Buenos Aires. FJAR, leg. 163, sala VII, AGN.

A parte às províncias existentes, a lei número 1532 delimitou as jurisdições das chamadas *gubernaciones*, divisões administrativas que faziam parte dos Territórios Nacionais⁷⁰. Em referência ao Território Nacional da Patagônia, estavam incluídas as *gubernaciones* de: Neuquén, Chubut, Santa Cruz e Terra do Fogo. Outras *gubernaciones* criadas foram La Pampa (referente à área ocupada até o rio Negro), ao norte, Misiones, Formosa e Chaco. Em diferença às demais províncias, os Territórios Nacionais não possuíam representantes no Congresso Nacional e eram politicamente dependentes do governo federal. Possuíam um sistema administrativo simplificado, sendo composto de um governador, nomeado pelo poder executivo em acordo com o Senado; *Juezes de paz*, que poderiam ser eleitos quando a população da *gubernación* ultrapassasse os mil habitantes; Conselho Municipal, seguindo as mesmas possibilidades de eleição direta, válida para os *juezes de paz*. Demais funcionários como secretários, tesoureiros e o *juez letrado* (atuante nas áreas civil, comercial, e criminal), eram nomeados pelo poder executivo. *Gubernaciones* com mais de 30 mil habitantes, poderiam ter uma Legislação, cujos membros seriam escolhidos pelo poder executivo da nação, dentre vizinhos interessados no cargo. As Legislaturas funcionariam na capital da *gubernación*, durante três meses ao ano, atuando como uma instância do poder legislativo.

De acordo com a lei de Territórios Nacionais, as *gubernaciones* que alcançassem o número de 60 mil habitantes, seriam convertidas ao status de província. No entanto, tal dispositivo não foi considerado e as áreas classificadas como territórios nacionais, só foram convertidas em província a partir da década de 1950, sendo que a Terra do Fogo, somente se tornou província em 1990.⁷¹ A lei número 1532 se propunha, portanto, a conceder uma regulação jurídica aos Territórios Nacionais, subordinando-os temporariamente ao governo central. A lei atribuía às áreas apropriadas uma condição “temporária” de dependência administrativa, até que houvesse a possibilidade de sua conversão em província. Tal característica possuía relação com a lei aplicada ao Território de Ohio, nos Estados Unidos, no ano de 1787.⁷² De acordo com esse princípio, a integração de novas áreas decorrentes da ampliação das fronteiras, seria

⁷⁰ Território ou Territórios Nacionais aparecerão em maiúsculo quando fizer referência à situação imposta pela lei número 1352.

⁷¹ BANDIERI, p 156.

⁷² ZUSMAN, Perla. La alteridad de la nación. La formación del Territorio del Noroeste del Río Ohio de los Estados Unidos (1787) y de los Territorios Nacionales en Argentina (1884). *DOCUMENTOS D'ANÀLISI GEOGRÀFICA*. 2010, vol. 56/3, Universidad Autonoma de Barcelona, p. 518. Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/dag/02121573v56n3p503.pdf>

efetuada pelo governo central, até que fosse regulamentado um sistema de organização interna, compatível com o Estado Nacional existente.

Dentro das práticas políticas, que tendiam a ampliar a capacidade de influência federal, as nove *gubernaciones* permaneceriam sobre o controle do Estado, que conduziria a colonização de suas áreas. No entendimento das práticas políticas que caracterizaram a Geração de 80, a centralização era vista como necessária, principalmente em regiões carentes de recursos. Por sua vez, a tendência centralizadora, encontrou dificuldades em atuar, devido às distâncias com as *gubernaciones*, engendrando um sistema administrativo limitado.

Era comum que o governo atrasasse os pagamentos e não fornecesse recursos suficientes para o funcionamento apropriado do aparelho administrativo das *gubernaciones*. A restrição da autonomia dos Territórios Nacionais encerrava a organização dessas localidades em uma contradição, dada a ineficaz presença estatal, na prática. A reduzida capacidade de articulação dos Territórios com o governo central limitava a capacidade dos poucos agentes, em resolverem os problemas em suas jurisdições. Em resposta, criavam-se redes de assistência entre a administração local e a população, configurando sistemas paralelos àqueles dispostos pela lei.⁷³

O processo de ocupação da meseta patagônica não obedeceu à mesma orientação das operações militares, realizadas do norte para o sul. A chegada de povoadores brancos ao território ocorreu com dinâmica própria, mais atreladas as ofertas de trabalho e as condições de vida, do que à ocupação militar. Apesar da ênfase dada nas ações militares, nos espaços de fronteira, cuja intenção era adentrar o território patagônico, sua colonização, não ocorreu como simples continuação desse movimento. A vasta região possui especificidades climáticas e geográficas, que contribuíram com a diversidade de situações e formas de colonização encontradas.

O primeiro governador da Patagônia, Álvaro Barros, enviou um relatório ao Departamento de Interior, revelando as dificuldades encontradas no controle e no desenvolvimento de toda extensão sob sua jurisdição. No começo do relatório, Barros justificou o motivo pelo qual seu estudo sobre colonização, centrou-se apenas nas proximidades do rio Negro: *“siendo imposible toda la comunicaci3n con las poblaciones del Chubut y Santa Cruz al atravez de un desierto estenso, escaso de agua 3 inexplorado, hube de concretarme al estudio del pa3s en la parte que estaba al*

⁷³ BANDIERI, p. 164.

alcance de mis medios de accion.”⁷⁴ Em sua concepção, a política de colonização do território deveria fomentar os centros de agricultura e pecuária, já existentes no vale do rio Negro, para então estender as atividades realizadas para as porções austrais dos Territórios Nacionais.

*Eso seria la primera parte de la colonización de la Patagonia. Saldria la colonizacion de un punto ya rico en recursos y apoyada en esa base, aseguradas las comunicaciones se estenderia hácia el desierto someténdolo al hombre, obligándolo á ser el instrumento de la ocupacion de las tierras mas australes. De estos modos, si llegaría hasta Santa Cruz (...) y los establecimientos presentarian un conjunto compacto sin lo cual es muy difícil la administración, y la seguridad muy precaria.*⁷⁵

A proposta de colonização apresentada por Álvaro Barros se assemelha as políticas empreendidas pelo governo, no tocante a promulgação de lei de Territórios Nacionais. Em busca de uma administração homogênea, capaz de desenvolver atividades voltadas à exportação, que seguissem a direção efetuada pelas operações militares, ia ao encontro das propostas de centralização administrativa dos novos territórios pelo governo federal. Com pouca capacidade de manobra, os “governos” locais seguiriam os pressupostos colocados pelo poder central, atuando dentro do sistema organizacional como “colônias” do Estado,⁷⁶ mesmo que fizessem parte desse mesmo território. Estudos de história regional sobre a Patagônia⁷⁷ ajudam a colocar em evidência a complexidade da ocupação desenvolvida no sul argentino. A ineficiência da lei de 1884, que não instruía os agentes nomeados ou eleitos⁷⁸ e a dificuldade de acesso do poder central a muitas regiões patagônicas, foram barreiras ao centralismo político imposto.

A partir da segunda metade do século XIX, foram formados núcleos de povoação em diferentes pontos da região. O crescimento da economia argentina, atraía imigrantes em busca de oportunidades laborais em todo país, inclusive para os Territórios Nacionais mais austrais. A facilidade na aquisição de terras, a exemplo da concessão de crédito para esse fim, além dos arrendamentos realizados pelo governo,

⁷⁴ Memoria de la Gobernación de la Patagonia. Coronel D. Álvaro Barros. Buenos Aires: Imprenta e librería de Mayo, 1881. S/d. FAB, leg. 155, sala VII, AGN.

⁷⁵ Idem, p. 13.

⁷⁶ ZUSMAN, p. 518.

⁷⁷ Principalmente os estudos desenvolvidos pela Universidad Nacional del Comahue, em Neuquén.

⁷⁸ MORONI, Marisa. La incorporación de los Territorios Nacionales en el proceso de consolidación del Estado Argentino. El caso del Territorio de la Pampa Central. Revista ANDES Nº 16 - 2005. Facultad de Humanidades. Universidad Nacional de Salta, p. 9.

Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1668-80902005000100014&script=sci_arttext

atraiu imigrantes estrangeiros e argentinos. Muitas das terras foram adquiridas por membros da elite bonaerense a preços muito baixos, fato que contribuiu com a especulação realizada, sendo que muitos enriqueceram com a revenda desse patrimônio. Na Argentina, além do valor de mercado, a terra era valorizada pelas elites como forma de obtenção status entre as elites urbanas.⁷⁹

A escassa presença do Estado contribuía para as condições de vida hostis, até as primeiras décadas do século XX, quando ocorreram melhorias nos setores de comunicação, transporte e a conseqüente valorização das terras. Índios e imigrantes chilenos foram personagens representativos na composição das cidades do sul argentino, cuja dinâmica de ocupação diferiu das intenções da elite política.

a) Ocupação militar no norte patagônico: Neuquén e Rio Negro

Mais próxima aos fortes *pampeanos*, que formavam a “fronteira interna”, a ocupação decorrente da atividade militar caracterizou a porção norte da Patagônia. As Campanhas ao Deserto tiveram como princípio, iniciar a ocupação das áreas para além dos espaços de fronteira, situando os *fortínes* como núcleos da presença argentina. Durante as campanhas realizadas na década de 1870, foram feitas observações sobre os caminhos percorridos, buscando possíveis locais para o estabelecimento de populações. Muitos fortes foram concebidos em antigas instalações indígenas, em locais propícios ao desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias.

No final do ano de 1879 a 1880, a realidade nas fronteiras ficava distante da estabilidade. Nos locais de operação das Campanhas ao Deserto, persistia a incidência de *malones* indígenas, situação agravada pelo abandono de muitos fortes, após a finalização das expedições.⁸⁰ Por esse motivo, as instalações próximas aos fortes respondiam a função estratégico-militar, ao constituírem um marco de ocupação frente à presença indígena.

Os primeiros estabelecimentos no Pampa e na Patagônia serviram como mecanismos de defesa contra o índio, além do apoio material fornecido para os fortes. Finalizadas as operações militares no Pampa, as *gubernaciones* de Neuquén e Río

⁷⁹ BANDIERI, Susana e BLANCO, Graciela. *Invirtiendo en tierras y ganados: capitales chilenos en la frontera norpatagónica*. In: BANDIERI, Susana (org.). *Cruzando la Cordillera: la frontera argentino-chilena como espacio social*. CEHIR: Neuquén, 2001, p. 381.

⁸⁰ Como exemplo, carta do General Fotheringham a Roca desde o forte em Guaminí, 30 de maio de 1880. FJAR, leg. 155; carta do general Villegas a Roca desde Choele-Choel, 21 de agosto de 1879. FJAR, leg. 8, sala VII, AGN. Ambas reclamavam das condições dos fortes e da reação dos índios.

Negro começaram a ser ocupadas, com a finalidade de consolidar a nova linha de fronteira. As atividades agrícolas e pecuárias se desenvolveram nas proximidades dos rios Negro e Neuquén, combinando a atividade mercantil com a função estratégica. Parte da população dos primeiros assentamentos chegou aos vales desses rios, juntamente com as tropas *expedicionarias*, em fluxos migratórios espontâneos.⁸¹ Imigração com origem no Chile e na província de Mendoza, também foram comuns nessas *gobernaciones*.⁸²

As áreas resultantes das Campanhas foram destinadas ao cumprimento da Lei de Empréstimos de 1878, a qual vendeu antecipadamente as terras a serem conquistadas, tendo em vista o financiamento da operação militar. Como resultado, a área que ia desde a antiga linha de fronteira até o rio Negro, concentrou-se em latifundiários, investidores ou especuladores, restringindo o acesso a terra.⁸³

A mão de obra indígena foi utilizada em muitas colônias do norte patagônico, aproveitando da permanência de índios capturados nos fortes. Após grande epidemia de varíola, que levou uma grande quantidade de índios a óbito, muitos foram inseridos nas atividades agrícolas,⁸⁴ buscando transformá-los em “elementos de progresso”:

*Buenos Aires y otros pueblos de la Republica (...), vieron llegar por centenares las inmigraciones de prisioneros indios. (...) ver adentrar humilde y juiciosamente á las Ciudades aquellas muchedumbres de índios de todas edades y sexos: distribuirse entre las familias, los establecimientos de educación y de industria, instalándose inmediatamente en la vida civilizada era (...) el hecho palpable de convertirse el elemento de destrucción en elemento del progreso.*⁸⁵

A função “civilizatória” cumpria-se, ao inserir o índio, mesmo que marginalmente, na sociedade. Muitas colônias patagônicas utilizaram a servidão indígena, como forma de obtenção mão-de-obra,⁸⁶ principalmente em locais pouco habitados.

As áreas *pampeanas* próximas ao sul de Mendoza, até as povoações de Neuquén, possuíam grande integração com o Chile, continuando o intercâmbio realizado pelos índios. O comércio de animais mobilizava a economia da região, uma

⁸¹ BANDIERI, p. 205.

⁸² Idem, p. 207.

⁸³ MORONI, p. 4

⁸⁴ Relatório enviado pelo intendente da colônia Pedro Diaz para Álvaro Barros. “Colonia General Conesa, Patagonia” 3 de novembro de 1880. FAB, leg. 153, sala VII, AGN.

⁸⁵ “La gran obra de la Republica Argentina: conquista definitiva del desierto.” Jornal El hispano americano. Sevilla, 10 de junho de 1881. FJAR, leg. 1391, sala VII, AGN.

⁸⁶ DEBENER, Marcela. Frontera agraria y comercio ganadero: Mendoza-Neuquén (1850-1930). In: BANDIERI, Susana (org.). *Cruzando la...*, p. 328.

vez que as grandes distâncias com os portos atlânticos dificultavam outra forma de comércio. A chegada de trabalhadores após as operações militares incentivou a pecuária extensiva nas chamadas “*tierras nuevas*”, onde o comércio através dos Andes se apresentou como a melhor opção.⁸⁷ As indústrias desenvolvidas no sul do Chile, em decorrência da imigração alemã, aumentaram as demandas pelo gado argentino e seus derivados.

As variações nesse comércio mostram a conexão entre essas regiões, principalmente no período final do século XIX. A Guerra do Pacífico incrementou as atividades comerciais, visando suprir o mercado interno. As demandas pelo trigo chileno no oeste dos Estados Unidos e na Austrália direcionaram a produção das propriedades rurais chilenas à agricultura, aumentando a necessidade de importação de animais e produtos pecuários da Argentina, provenientes de Neuquén.⁸⁸ Assim como, em momentos de crise nas vendas de cereais, as terras eram disponibilizadas à criação de animais, diminuindo as demandas pela carne argentina.⁸⁹ Apenas no período de 1880 a 1884 foram exportados para esse país vizinho, cerca de 300 mil animais “a pé”, pelos passos da Cordilheira.⁹⁰

A localização geográfica aliada às boas condições do solo permitiu o desenvolvimento da pecuária extensiva no vale do rio Neuquén, promovendo uma integração econômica com os circuitos andinos.⁹¹ Após a inserção do Pampa e da Patagônia no Estado argentino, os novos agentes deram continuidade às práticas indígenas, substituindo os índios no fornecimento de animais para as economias do Pacífico. Com o incremento das vias ferroviárias, em princípios do século XX, o comércio voltado aos portos do Atlântico, surgiu como outra possibilidade ao comércio com o Chile, muito embora, sem substituir a tradicional via mercantil.

O processo de ocupação da *gobernación* do Rio Negro foi bastante similar ao ocorrido em Neuquén. Os *fortines* constituíram a base para a ocupação posterior e a integração econômica com o Chile, principalmente na região do lago Nahuel Huapi, também foram realidades assistidas no Rio Negro. A ocupação inicial das terras teve vinculação intrínseca às operações militares. Após a fixação da fronteira no Negro, muitos dos prisioneiros indígenas foram encaminhados à formação de colônias as

⁸⁷ Idem, p. 340, 341.

⁸⁸ BANDIERI e BLANCO, p. 376.

⁸⁹ DEBENER, p. 332, 333.

⁹⁰ Idem, p. 343.

⁹¹ BANDIERI e BLANCO, p. 378, 379.

margens desse rio.⁹² Com o avanço militar, foram estudados locais propícios para a construção de povoados,⁹³

Característica dessa *gobernación*, foi o desenvolvimento de distintos núcleos de povoação, que cumpriam variadas funções no contexto político e econômico.⁹⁴ A antiga capital da *Gobernación de la Patagonia*, cuja lei datava de 1875, Viedma, passou a atuar administrativamente como capital da *gobernación* do Rio Negro, após a execução da lei de Territórios Nacionais. A proximidade com o porto de Carmen de Patagones atribuiu importância à cidade de Viedma, já que Patagones era um dos principais canais para a entrada de ovinos no norte patagônico. Apesar de centro político, a cidade de Viedma, que inicialmente participava do escoamento da produção ovina, com destino aos mercados estrangeiros, teve suas atividades limitadas ao sistema organizacional. A falta de integração de Viedma, situada na área chamada de Valle Inferior, com a zona do Alto Valle, de grande produção pecuária, estancou a participação da capital da *gobernación*, nos circuitos mercantis. A construção de linhas férreas, desde áreas produtivas, até Buenos Aires, desarticulou as cidades do Río Negro, limitando a importância de Viedma a nível regional.⁹⁵

A cidade de General Roca foi o primeiro núcleo rural criado, obedecendo a dinâmica dos demais povoados do norte patagônico, instalados em decorrência das operações militares. General Roca foi fundada em 1883, nas proximidades do forte 1ª Divisão, também conhecido pelo mesmo nome da colônia. Sua ocupação apenas prosperou após a construção de linhas férreas, conectando a região da “confluência”, as ferrovias de Bahia Blanca, em 1899. Assim como esse, outros investimentos ingleses dinamizaram a economia da região, promovendo obras de irrigação, que permitiram a produção agrícola e adicionando a possibilidade de escoamento dos produtos ao comércio Atlântico.⁹⁶

As colônias formadas às margens do lago Nahuel Huapi atraíam imigrantes alemães e chilenos, vindos do lado ocidental da cordilheira. A ocupação do Nahuel Huapi iniciou-se ao redor do *fortín* Chacabuco, no ano de 1884, acelerada com a criação

⁹² “Colonias indígenas: formación de colonias sobre el río Negro, con los indios sometidos de la tribu de Catriel.” Manuscrito intitulado “Memoria de guerra, Fronteras”. S/f. FJAR, leg. 155, sala VII, AGN. También

⁹³ Idem, em parte intitulada “Colonización del Río Negro”.

⁹⁴ WINDERBAUM, Silvio. Río Negro: una fragmentación espacial... perfectamente organizada. In: BANDIERI, Susana, BLANCO, Graciela, VARELA, Gladys (dir.) *Hecho en Patagonia: La Historia en perspectiva regional*. 1ª ed. Neuquén: Educo, 2005, p. 349.

⁹⁵ Idem, p. 355 e 356.

⁹⁶ BANDIERI, p. 210.

de uma colônia agrícola nas proximidades do lago, e com o núcleo urbano de San Carlos de Bariloche, em princípios do século XX.⁹⁷ A fraca presença do Estado argentino era substituída pela proximidade com as cidades chilenas. A existência de passos nos Andes, com fácil acesso em todas as estações do ano, contribuiu para a integração mercantil com o Chile, o que incluía investimentos chilenos na região.⁹⁸ Assim como ocorrido no Neuquén, gado bovino e ovino e seus derivados consistiam no principal produto de exportação da região oeste do Río Negro, visando abastecer a economia do Pacífico.⁹⁹

b) Colonização galesa no Chubut

A entrada de imigrantes com origem no País de Gales, em territórios patagônicos, remonta desde a década de 1860. Nesse período, ocorreu uma grande emigração de localidades rurais de Gales, em busca de oportunidades de trabalho, tendo como principais destinos, áreas favoráveis ao estabelecimento de imigrantes. A grande onda migratória galesa ocorreu por ocasião da Revolução Industrial inglesa, expulsou muitos camponeses de áreas mineradoras ou os submeteu como mão de obra nas minas de carvão, sob péssimas condições de trabalho.¹⁰⁰

O interesse de galeses pela Patagônia argentina surgiu a partir da propaganda oficial realizada pelo governo Mitre, em que se exaltavam os vales do rio Chubut, descritos como propícios ao florescimento de atividades agrícolas. Em publicação destinada ao público galês, era ressaltada a condição climática similar, além de outras vantagens para o estabelecimento de colônias na região do Chubut, buscando a credibilidade dos leitores ao citar atlas conhecidos e cientistas ingleses. A fim de convencer possíveis imigrantes, a publicação continha características de toda região patagônica, apesar de dedicar-se a descrição do Chubut.¹⁰¹ No ano de 1863, dois representantes da comitiva de emigração galesa, chegaram a Buenos Aires para

⁹⁷ MÉNDEZ, Laura Marcela. Circuitos económicos en el gran lago. La región del Nahuel Huapi entre 1880 y 1930. In: BANDIERI, Susana, BLANCO, Graciela, VARELA, Gladys (dir.) *Hecho en Patagonia...*, p. 232 e 247.

⁹⁸ Idem, p. 137, 239.

⁹⁹ Id, p. 236.

¹⁰⁰ BOWEN, E. G. The Welsh Colony in Patagonia 1865-1885: A Study in Historical Geography. *The Geographical Journal*, Vol. 132, No. 1, 1966, p. 16. Blackwell Publishing on behalf of The Royal Geographical Society (with the Institute of British Geographers).

Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1793048>

¹⁰¹ Idem, p. 17

averiguar a possibilidade de instalação de colônias na Patagônia. Foram recebidos pelo então ministro de Interior, Guillermo Rawson, seguindo viagem ao sul argentino para reconhecimento das terras a serem povoadas.¹⁰²

Sob a condição de aceitar a soberania argentina na nova colônia, os galeses começaram a se instalar no Chubut, a partir de 1865. Foram disponibilizadas terras às famílias galesas, que poderiam estabelecer sua colônia com total liberdade administrativa, mantendo inclusive, sua própria cultura e idioma.¹⁰³ Os galeses instalaram-se inicialmente na localidade litorânea, chamada de Puerto Bahia Nueva, atual Puerto Madryn. Posteriormente, fixaram colônia no vale do rio Chubut, fundando a cidade de Rawson em 15 de setembro de 1865.¹⁰⁴

Após dez anos da chegada dos primeiros colonos, os galeses vivenciavam uma experiência de colonização bem sucedida. Décadas antes das expedições ao “deserto”, a colonização galesa, fixava o primeiro estabelecimento sob a bandeira celeste e branca, ainda que efetuado com restrito auxílio do governo argentino. As extremas dificuldades de adaptação a uma região que distava da propaganda efetuada pelo governo argentino, somente foram minimizadas pelo relacionamento cordial com os índios Tehuelches. Os galeses comercializavam com os índios, aprendendo técnicas de caça e manejo dos instrumentos indígenas, auxiliando em sua adaptação ao *deserto* patagônico.¹⁰⁵

Os imigrantes realizavam pequenas expedições próximas ao rio Chubut, em busca de áreas propícias ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Em manuscrito redigido pelo precursor da colônia galesa no Chubut, Miguel D. Jones, são demandados investimentos em irrigação, por exemplo, ao passo que foi atestada a perspectiva de aumento do número de imigrantes:

*La inmigración galesa al Chubut esta tomando incremento. Un grupo de 19 personas ha salido de Liverpool en 26 [abril, y] otro grupo de mas de una docena saldrá en 5 de Mayo. (...) Hay todas las probabilidades que en julio y los meses siguientes saldrán grupos más numerosos. (...) Es una clase de inmigrantes muy trabajadora, y muchos entre ellos son agricultores. No poseen capital; pero en el caso que haga un puente sobre el Chubut, y obras de irrigación en la colonia, serian ellos los hombres para llevar a cabo estos trabajos.*¹⁰⁶

¹⁰² Id, p. 20

¹⁰³ BANDIERI, p. 191.

¹⁰⁴ Idem, p. 192.

¹⁰⁵ Id.

¹⁰⁶ Inglaterra, 29 de abril de 1881. FJAR, leg. 155, sala VII, AGN.

A falta de adequação da lei número 1532 à realidade específica de cada região, ocasionou controvérsias quanto à administração dos Territórios. No caso das colônias galesas, ademais ao aparato burocrático concedido pelo poder central, possuíam organização própria, preservando sua cultura. A designação de governadores que não estavam hábeis a falar outro idioma além do espanhol era apontada por membros da colônia galesa como forma de “coerção política”, imposta pelo governo argentino.¹⁰⁷

Como parte das tentativas de *argentinar* a Patagônia,¹⁰⁸ promovendo uma integração cultural e ideológica com o restante do país, foram impostos aos galeses a adequação ao idioma, costumes e cultos praticados na Argentina. A submissão galesa ao padrão governativo, imposto pela lei de Territórios Nacionais, ocasionou atritos com o governo do país. É provável que esses novos funcionários enquadrados com a lei de 1884, tenham desequilibrado o sistema administrativo autônomo dos galeses:

*4 - Que la ley de Territorios Nacionales, en cuanto a los del Sud, se ha pervertido en persupuesto de oficialismo sin que aduce al desarrollo y bien estad del Territorio, sinó á aglomerar empleados y vicios. 5 - Los pobladores del Chubut han desplegado no solo energia é industria, sino también capacidad y virtudes moral para la administracion municipal y organización publica - que demuestran plenamente sus aptitudes a confiarles mas amplia jurisdicción á sus jueces de paz, bien elegidos como una especie de administración de intendencia o Home Rule.*¹⁰⁹

Os pioneiros da colonização do Chubut solicitavam maior autonomia na administração de suas colônias, alegando que a “capacidade e virtude moral” dos colonos, os diferenciavam dos funcionários do governo. De acordo com o texto, o Território do Chubut: “*es el único Territorio del Sud, que ha progresado desde su instalacion debido a los laboriosos habitos y energia de sus pobladores, por si mismos, y no á autoridad ni ayuda alguna.*”¹¹⁰ Como as colônias galesas foram cedidas décadas antes do ingresso argentino na Patagônia, as divergências do governo com os pioneiros do Chubut, se tornaram inevitáveis na medida em que a tendência a formação de uma unidade nacional, encontrava como barreira, a forma de organização existente.

¹⁰⁷ Manuscrito assinado por Luis Jones para o presidente Júlio A. Roca. Provavelmente de 1899, pois existe menção a visita do presidente ao Chubut: “La colonia galense del Chubut desea saludar al Exmo. Señor presidente de la Republica á su llegada á esta remoto Territorio Nacional.” S/f. FJAR, Idem.

¹⁰⁸ Sobre a expressão *argentinar*, Susana Bandieri (p. 165) comenta que: “Esto quiere decir dotar el medio social de referencias ideológicas que le hicieran sentirse parte de una comunidad nacional pensada como culturalmente homogénea.”

¹⁰⁹ Manuscrito assinado por Luis Jones... *op. cit.*

¹¹⁰ Idem.

Entre os conflitos com o governo durante a década de 1890, estiveram denúncias do questionamento da soberania argentina nas colônias galesas. Após a lei número 1532, foi exigido dos habitantes dos Territórios Nacionais, sujeição política ao Estado. A pouca autonomia concedida para as *gubernaciones*, contrariava a outrora liberdade política dos galeses. Em adição, a cessão das liberdades administrativas, não acompanhou benefícios em infra-estrutura para os galeses. Na continuação do manuscrito citado acima, foram realizadas demandas quanto à instalação de sistemas de transporte e comunicação, além da manutenção dos direitos concedidos aos quatro mil habitantes das colônias galesas à época.¹¹¹

No periódico *La Plata*, em artigo intitulado “*La misión Galense*”, foi constatado que uma comitiva galesa estaria em contato com o governo inglês, requisitando a solução dos problemas de suas colônias, o que poderia questionar a soberania argentina nessa porção da Patagônia.

Con razón bastante, dióse el nombre de ingratos y hasta traidores á esos colonos galenses, que olvidando la hospitalidad prestada por el gobierno argentino al permitirlos formar su pueblo en la tierra del Estado (...), en lugar de interponer sus quejas ante nuestro gobierno, se dirigen al de Inglaterra (...). Los delegados galenses, según la comunicación lo anuncia, parece que celebrarán meetings en país de Gales y demás provincias con el objeto de adherir al pueblo en prol de sus reclamaciones. Y sobre seguir empeñados en a hacer locuras, declaran que el gobierno argentino viola y destruye la correspondencia de los colonos, (!) cometiendo otros excesos por el estilo.¹¹²

Apesar da alegação de que os galeses estariam negando a “hospitalidade prestada”, na ocasião da concessão de terras, as áreas vinculadas aos colonos, não estavam formalmente inseridas no Estado. A primeira lei vinculando o território ao sul do rio Negro ao país ocorreu apenas dez anos após a chegada do primeiro grupo, com origem no País de Gales. No entanto, a fixação das colônias galesas partia do pressuposto da vinculação da região à soberania argentina. Muito embora, a tímida presença do Estado argentino nas áreas mais austrais da Patagônia justificava a tentativa de colonizar a área, a fim de concretizar a integração da região.

Em resposta as denúncias sobre um possível litúgio britânico no Chubut, o cônsul argentino no Reino Unido, J. C. Belvis, afirmava que, os colonos na Argentina, não reconheciam notícias sobre um correspondente perante as autoridades britânicas. Na continuação da carta, publicada por um jornal galês, afirmava-se que o presidente Roca,

¹¹¹ Id.

¹¹² La Plata, 8 de junho de 1899. FJAR, leg. 164, sala VII, AGN.

não recebeu qualquer reclamação em sua breve estada do Chubut.¹¹³ Também foi publicada no mesmo periódico, uma entrevista com um ex morador da Argentina, dando razão às reclamações efetuadas pelos colonos na Patagônia, por constatar que o governo argentino interferia demasiadamente na economia, dando pouca margem aos imigrantes prosperarem.¹¹⁴

De acordo com outro periódico britânico, a delegação galesa estava buscando reuniões com agentes do departamento de assuntos estrangeiros ingleses, buscando auxílio para as colônias galesas. Na continuação do artigo, foi citado o jornal argentino “Buenos Aires Standart”, constatando que, na perspectiva dos portenhos, a missão galesa na Inglaterra, consistia em “um insulto direto à autoridade argentina”.¹¹⁵ Segundo o jornal argentino citado, a delegação galesa estava na Inglaterra, no momento em que o presidente Roca estava no Chubut, como parte de sua visita à Patagônia. A falta de telégrafos na região impediu o conhecimento das repercussões da delegação galesa, conforme comentada pelos jornais no Reino Unido. Afirmava também, que o ministro do Interior, Rawson, durante os primeiros anos da colônia, havia disponibilizado recursos materiais, auxiliando os galeses. Devido a problemas nas plantações, o governo argentino havia investido nas colônias ao construir sistemas de irrigação, comentando ainda, a respeito da resistência cultural dos galeses perante a cultura argentina.¹¹⁶ Desde a cidade de Rawson, o presidente Roca afirmava que: “*no tiene importancia esa noticia que ha circulado por ahí, venida de Londres, que alguien del Chubut haya pedido el protectorado inglés. Todos los habitantes de esos territorios se consideran argentinos.*”¹¹⁷

O pequeno transtorno diplomático da comitiva de colonos do Chubut no Reino Unido é uma amostra do estágio inicial de ocupação que a Argentina se encontrava na Patagônia. As campanhas militares precedentes não garantiram a ocupação definitiva da região, e convivia-se com a preocupação, de ver os territórios recém incluídos ao Estado, sob o domínio de outros países. Além disso, a colonização galesa anterior às expedições oficiais na região do Chubut, permitem a dissociação das

¹¹³ The Welsh in Patagonia: Defense of the Republic's Policy. Letter from the Argentine consul at Cardiff. Carta publicada no periódico Western Mail, em 7 de março de 1899, Cardiff, País de Gales (destinada ao editor do jornal). S/f. FJAR, Idem.

¹¹⁴ Continuação. How the Settlers are treated by the Spaniards. Interesting Interview. Idem.

¹¹⁵ “A direct insult to Argentine authority”. The case for Argentina. New Castle Leader, 8 de março de 1899. FJAR, Idem.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Carta de Roca publicada em periódico. 21 de fevereiro de 1898. FJAR, leg. 164, sala VII, AGN.

campanhas promovidas pelo Estado, com o dinâmico processo de ocupação patagônico, ocorrendo, por diversas vezes, independente da ação estatal.

c) Colônias penais em Santa Cruz e Terra do Fogo

A penetração estatal nos Territórios mais austrais limitou-se a poucas iniciativas. À distância com a capital, somada a falta de um sistema de transporte, relegou estas áreas ao escasso controle administrativo. A ineficiente aferição dos territórios vendidos derivava em reclamações por parte dos colonos, que se sentiam lesados ao receber uma porção de terra menor do que a esperada, ou localizada em áreas diferentes, ocasionando prejuízos.¹¹⁸ Assim como em outras áreas da Patagônia, o tipo de atividade econômica efetuada, influenciou na organização espacial e populacional do território. Destinadas majoritariamente à pecuária extensiva, a maior parte das terras foi vendida ou arrendada por poucos proprietários. O pastoreio de ovelhas demandava pouca mão de obra, repercutindo na baixa densidade populacional. No final do século XIX, a população registrada na Terra do Fogo limitava-se a menos de quinhentos habitantes, enquanto Santa Cruz possuía cerca de mil habitantes.¹¹⁹

O tratado de limites efetuado com o Chile, em 1881, foi acompanhado pela intenção de ocupar toda a extensão patagônica de maneira rápida, a fim de garantir a soberania dos territórios pleiteados. Com a finalidade de resolver o problema da ocupação nas *gobernaciones* mais distantes, em relação à capital do país, foram construídos presídios nessas localidades. Também chamadas de “colônias penais”, essa forma de colonização buscava cumprir o duplo objetivo, de manter os condenados legais afastados dos núcleos de povoação, garantindo uma forma de ocupação rápida.¹²⁰

Mesmo com a derrota do projeto sobre as colônias penais, em trâmite no Congresso Nacional, em 1881, presidiários foram enviados a cidade de Ushuaia e utilizados como mão de obra na construção de obras de infraestrutura, a partir de 1884. No mesmo período, foram construídos presídios nas ilhas próximas a Terra do Fogo, onde as condições pouco propícias à habitação tornavam essas localidades espécies de “presídios naturais”. A iniciativa fracassou, mas o presídio fundado em Ushuaia

¹¹⁸ En Santa Cruz: Ecos del viaje [presidencial]. La Tribuna, 27 de fevereiro de 1899. FJAR, Idem.

¹¹⁹ Dados referentes ao censo efetuado em 1895. TORRES, Susana. Grupos inmigratorios y relaciones identitarias en algunos centros urbanos de la Patagonia. In: BANDIERI, Susana, BLANCO, Graciela, VARELA, Gladys (dir.) *Hecho en la Patagonia...*, p. 258

¹²⁰ BANDIERI, p. 175.

permaneceu em funcionamento até meados do século XX.¹²¹ A falta de investimentos necessários à empreitada, levou a dissolução do projeto, abandonando as estruturas dos presídios ou utilizando-as para outros fins.¹²²

O descobrimento de ouro nas ilhas adjacentes à Terra do Fogo atraiu aventureiros em busca de enriquecimento. Entre 1885, ao final da década de 1890, muitas povoações foram constituídas na Terra do Fogo e arredores. Alguns aventureiros lograram o enriquecimento a partir do ouro *fueguino*, mas os altos custos de extração limitavam os lucros, levando ao abandono da atividade.¹²³

A intenção geopolítica na edificação das colônias penais e a corrida pelo ouro foram substituídas, pela criação de ovelhas, praticada principalmente, por imigrantes estrangeiros. Desde as ilhas Malvinas, pecuaristas ingleses arrendaram terras nas localidades de Santa Cruz e Terra do Fogo, trasladando suas ovelhas para o continente.¹²⁴ Em 1899, por exemplo, a cidade de Rio Gallegos, Território de Santa Cruz, registrava mais de 520.000 ovelhas, em propriedades de *estancieros* e *arrendatarios*.¹²⁵ As populações da Terra do Fogo e de Santa Cruz, tiveram considerável aumento, coincidindo com o implemento da pecuária ovina e a efetivação da colonização penal. A primeira passou de 477 imigrantes em 1895, para 1417 em 1905, enquanto Santa Cruz elevou seus números de 1058 habitantes, para 3992.¹²⁶

¹²¹ Idem.

¹²² En Santa Cruz... *op. cit.*

¹²³ BANDIERI, p. 188, 189.

¹²⁴ Idem, p. 203.

¹²⁵ La expedicion al Sur. El General Roca en los territorios. Em diário de viagem escrito desde Ushuaia para o periódico La Tribuna, Buenos Aires, 22 de fevereiro de 1899. FJAR, sala VII, leg. 177, AGN.

¹²⁶ TORRES, p. 258.

Mapa representando a década de 1880, contendo as *Governaciones* e as *Provincias*.¹²⁷



5. Pecuária nas terras austrais

Como visto, a ocupação da Patagônia foi um fenômeno complexo e não homogêneo. Contando com diferentes características físicas, sua colonização passou por múltiplos processos, mesclando a população indígena com novos agentes, em sua maioria, imigrantes estrangeiros. Muitas das leis de colonização e ocupação das terras, na década de 1870 tiveram como ideia guia a forma de desenvolvimento das atividades

¹²⁷ Com modificações. HORA, p. 201.

coloniais, ocorridas nos Estados Unidos. Buscou-se, ao menos no texto das leis, a divisão das terras ocupadas por particulares em pequenas propriedades, possibilitando um maior acesso a terra. Em sua aplicabilidade aos Territórios Nacionais, estava a obrigação de povoar as terras adquiridas e efetuar a repartição dos lotes, em um prazo estipulado pelo governo.¹²⁸

No entanto, a forma predominante de ocupação foram as grandes propriedades. Desde a primeira forma de distribuição das terras patagônicas pelo governo, por consequência da lei de empréstimos, que angariou fundos para a campanha de 1879, houve uma tendência à formação de latifúndios, com poucos indivíduos ocupantes. Muitas das terras adquiridas na Patagônia, principalmente no norte, visavam apenas à especulação e o aumento dos bens de seus proprietários, que em sua maioria, eram membros da elite bonaerense. Muitos dos financiadores da campanha de 1879 adquiriram os títulos, mas esperaram a valorização das terras, à medida que as operações militares eram concretizadas.¹²⁹ As tentativas do governo de facilitar a distribuição de terras, promovendo o incremento populacional, apenas permitiram sua aquisição por investidores e interessados em aumentar seu patrimônio, encerrando a ocupação dos terrenos no século XIX, pela concentração nas mãos de particulares.

A definitiva ocupação das terras patagônicas ocorreu somente a partir da década de 1890, após a lenta distribuição das áreas recém integradas ao país, ocorrida ao longo da década de 1880.¹³⁰ Efetuadas as operações militares na década de 1880, muitas extensões de terras foram arrendadas pelo governo e muitas delas, colocadas sob o rol da pecuária extensiva. Nesse primeiro momento da ocupação patagônica, houve grande afluxo de imigrantes estrangeiros, principalmente britânicos e chilenos, interessados em investir na criação de animais.

A incapacidade do governo em transformar a área em um pólo migratório ocorreu, em parte, pela tendência dos *estancieros* em aumentarem seus negócios, somados com a atuação dos investidores estrangeiros. Esses grupos não tiveram a colonização como prioridade, muito embora, vissem na aquisição de terras a preços irrisórios, oportunidades para o empreendimento da agropecuária. Nas áreas próximas aos vales dos rios mais caudalosos, como o Negro, o Neuquén e o Chubut, foi possível realizar a prática da agricultura. Apesar da maior parte das áreas patagônicas

¹²⁸ BANDIERI, p. 227.

¹²⁹ Idem, p. 233.

¹³⁰ MÍGUEZ, Eduardo. Historia económica de la Argentina. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 163.

demandarem grandes investimentos em irrigação, devido ao limitado volume de chuvas. Como alternativa, a criação de ovelhas foi empregada nas *estancias* patagônicas, aproveitando o auge das exportações da lã argentina no comércio internacional. A atividade concentrou-se no sul patagônico, em parte, devido à entrada de imigrantes portando seus animais desde as ilhas Malvinas, não obstante a sua incidência nas *gobernaciones* de Rio Negro e Neuquén, juntamente com a criação de gado.

A pecuária ovina não demandava grande qualidade nas pastagens, como a bovina, e apesar de possuir menos aceitação do que nas regiões pampeanas, foi a atividade mais empreendida na região. A criação de ovelhas propagou-se nas regiões costeiras, dadas as possibilidades de extração de água, mediante a abertura de poços. Nas regiões mais áridas, quando chegava o período de estiagem, muitos pecuaristas levavam suas ovelhas para terras localizadas nas cercanias dos Andes, em busca de canais aquíferos.¹³¹

A difusão da criação ovina contribuiu com a manutenção dos baixos índices demográficos na região. Desde o pastoreio das ovelhas, até a retirada da lã ou da carne, não eram necessários grandes contingentes de trabalhadores, tornando a atividade uma opção acertada para áreas com pouca mão de obra disponível. As novas terras adquiridas pelo país tiveram papel importante no crescimento da atividade exportadora, sendo que na Patagônia, a pecuária ovina surgiu com orientação aos mercados estrangeiros.¹³² A proximidade com o Chile, fez desse país o primeiro mercado para os produtos provenientes da economia patagônica. O comércio era realizado pelos caminhos da cordilheira em Neuquén e no Rio Negro, e mais ao sul, pelo porto de Punta Arenas. Com a introdução de ferrovias e o desenvolvimento dos centros portuários, tais como Ushuaia e Río Gallegos, foram aportadas novas possibilidades para o escoamento dos produtos.

Parte das ovelhas criadas na Patagônia vieram pelo norte, sobretudo da província de Buenos Aires, onde as áreas antes ocupadas por ovinos cediam lugar a criação bovina. Com a instalação de frigoríficos no país, houve grande crescimento da atividade pecuária, em especial a bovina, deslocando as ovelhas para terras mais pobres como as patagônicas. A pecuária ovina, também foi introduzida pelas ilhas Malvinas, como mencionado e pelos territórios chilenos de Punta Arenas, assim como, por zonas

¹³¹ BARSKY, Osvaldo e GELMAN, Jorge. *Historia del Agro Argentino: Desde la conquista hasta fines del siglo XX*. Buenos Aires: Mondadori, 2001, p. 218.

¹³² MÍGUEZ, p. 211.

próximas ao Estreito de Magalhães.¹³³ O movimento dos animais em direção ao sul, deslocados desde os tradicionais centros de criação, como as *estancias* bonaerenses, aumentou consideravelmente. Com pouco mais de um milhão de animais em 1895, a Patagônia registrou cerca de dez milhões de animais, na primeira década do século XX.¹³⁴

6. Disputa por soberania na década de 1890

Durante a última década do século XIX, foram resolvidas as pendências entre a Argentina e o Chile, no tocante a consolidação de suas fronteiras. Como desdobramentos do tratado assinado em 1881, acordos e protocolos foram efetuados pelas comissões de limites, visando promover retificações e elucidar os pontos em que havia divergências. A situação de limites permaneceu inalterada até 1888, quando uma convenção celebrada na capital chilena, nomeou os peritos e as comissões assessoras, que atuariam na demarcação das linhas limítrofes, de acordo com o tratado de 1881.¹³⁵

Efetuar as marcações dos limites, conforme estipulado em 1881, não foi tão simples quanto o texto do tratado: *“la línea fronteriza correrá en esa estension por las cumbres mas elevadas de dichas cordilleras que dividan las aguas i pasará por entre las vertientes que se desprenden a uno lado i otro.”* No momento de sua elaboração, pouco se conhecia das paisagens austrais, inclusive daquelas em litígio, a exemplo dos Territórios de Santa Cruz e Terra do Fogo.

Apenas com as operações militares, recorrentes a partir de 1880, que muitas das áreas foram conhecidas, agregando mais questões ao litígio. A utilização de dois critérios para a definição da linha de fronteira “picos mais altos” e “divisão de águas”, ocasionou em controvérsias, já que em muitos trechos da cordilheira, houve dificuldades em definir a “linha” entre a morfologia dos Andes e seus inúmeros rios e afluentes. Alguns peritos ainda argumentavam sobre a impossibilidade da eleição de ambos os critérios, já que um funcionava independentemente do outro: *“la fórmula de las cumbres más elevadas que dividen las aguas está muy mal elejida, pues cualquier geógrafo sabe que el trazado de la línea divisoria de las aguas es completamente*

¹³³ BARSKY e GELMAN, p. 217.

¹³⁴ Idem, p. 219.

¹³⁵ CISNEROS, Andrés e ESCUDÉ, Carlos. Historia General de las Relaciones Exteriores de la Republica Argentina. Tomo VII. Parte II. 1ª edição. Buenos Aires: Grupo editor Latinoamericano, 1998, p. 17

independiente de la línea de las más altas cumbres.”¹³⁶ As duas referências expressas no tratado de 1881, davam margens a muitas interpretações, pois não era indicado se um princípio prevaleceria em relação ao outro, ou se os dois deveriam ser colocados em questão. Em ambos os casos, a demarcação de limites seria pautada por parâmetros imprecisos, ocasionando na necessidade da convenção de 1888.¹³⁷ Nessa situação, foram definidas as comissões de limites, com os peritos que atuariam na intenção de promover a demarcação.

Ao colocar a resolução da situação limítrofe, por um tratado fixado mais por convenções geopolíticas, do que pela atestada possibilidade de fixação da fronteira, a questão permaneceu praticamente inalterada na década de 1880. Pode-se entender que o tratado de 1881 foi uma forma de impedir a eclosão de um conflito armado, em que ambas as partes cederam em suas pretensões, mas confirmando a soberania argentina na Patagônia, e a chilena no Estreito de Magalhães. Dessa forma, o tratado funcionou como uma maneira de neutralizar os desentendimentos a respeito das jurisdições de cada país, somados à incerteza quanto aos rumos da diplomacia chilena, após a Guerra do Pacífico.

A impossibilidade de resolução do litígio, com o tratado de 1881, recolocou a iminência de conflito armado entre os dois países. Tendo como parâmetro duas posições ambíguas, esse tratado incitou outras divergências interpretativas entre as comissões de limites dos dois países. O conhecimento de novos territórios agregava elementos para a disputa, levando à criação de novas bases diplomáticas, como o protocolo de 1893.

Contendo disposições adicionais ao tratado de 1881, tentava-se esclarecer os dispositivos contraditórios, acrescentando o princípio do “encadeamento principal dos Andes”, como forma de precisar quais seriam os “altos picos” citados. Do mesmo modo, incluía-se na demarcação, os territórios insulares, como as ilhas ao sul da Terra do Fogo.¹³⁸ Além de considerar a linha divisória nos Andes, o protocolo ratificava as áreas banhadas pelo Pacífico, como parte da jurisdição chilena, restringindo a possibilidade de pleito argentino, mesmo que alegando o deságue dos rios nesse oceano:

Estas son la declaraciones más importantes de dicho protocolo: la primera tendiente al esclarecimiento de los puntos por donde la línea divisoria deberá pasar en sustitucion de la pretendida teoria del divortia aquarum

¹³⁶ Citação do artigo do Dr. Juan Steffen. In: Relatório de Francisco Perito Moreno ao ministro (de Relações Exteriores). Estreito de Magalhães, 3 de novembro de 1897. FPM, leg. 3, sala VII, AGN.

¹³⁷ CISNEROS e ESCUDÉ (Tomo VII), p. 18.

¹³⁸ Idem, p. 25.

*continental, y la segunda benéfica a Chile, declarándola soberana absoluta de las costas del Pacífico.*¹³⁹

A tentativa de elucidação dos princípios do tratado de 1881 dividiu as comissões de limites. Os peritos e representantes diplomáticos argentinos tendiam desconsiderar o critério da “divisão de águas”, ao interpretar o protocolo de 1893. Segundo essa interpretação, o mesmo era válido para o acordo efetuado em 1896. Nesse último, ao estipular o limite na cordilheira dos Andes, a palavra *cordilheira*, utilizada no singular, fazia relação ao “encadeamento principal dos Andes”, que no entendimento dos peritos argentinos, representava a adoção da fórmula dos “picos mais altos”. Excluía-se assim, a ideia de fixar uma linha entre os rios que desembocariam em um ou outro oceano, sob o argumento de que, em alguns trechos, existiam afluentes fora da cadeia principal dos Andes. Na porção austral da Patagônia, a adoção do *divortia aquarum* ia de encontro com a consideração dos limites nos Andes, já que a demarcação sairia de seu encadeamento principal.¹⁴⁰

A comissão chilena, no entanto, defendia o critério “divisor de águas”, excluindo qualquer possibilidade de perder a jurisdição dos territórios localizados no Pacífico. De acordo com Barros Arana, o encadeamento principal dos Andes, conforme colocados pelo protocolo de 1893, seria: “*la línea no interrumpida de cumbres que dividen las aguas y que forman la reparación de las hoyas ó rejiones hidrográficas tributarias del Atlántico por oriente y por el Pacífico, por Occidente*”.¹⁴¹ Ou seja, a insistência de ambas as repúblicas, na adoção de um ou de outro critério, se dava pela manutenção das mesmas pretensões que nortearam o tratado de 1881: garantir ao Chile as zonas próximas ao Estreito, e à Argentina, a consolidação de seus domínios na Patagônia.

¹³⁹ Manuscrito intitulado Cuestión Chileno-argentina. Alejandro Gancedo, Santiago, 5 de setembro de 1898. S/f. FJAR, leg.154, sala VII, AGN.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Apud. Id.



Legenda:

*Por extraño anacronismo,
con tensión de los más grandes,
guardar supo siempre el mismo,
el calor del patriotismo
entre el hielo de los Andes.*

O incerto momento político argentino, desde finais da década de 1880 até a de 1890, coincidiu com a impossibilidade de resolução da questão limítrofe. No ano de 1886, o cunhado de Júlio A. Roca, Juárez Celman, o sucedia na eleição presidencial, garantindo a continuidade do Partido Autonomista Nacional no poder. Entre as medidas do governo Celman para a economia, estava o aumento da entrada de capital estrangeiro. Os investimentos de fontes europeias haviam se consolidado como a principal fonte de tributos do governo, utilizada para a promoção da infra-estrutura. O grande afluxo de moeda estrangeira tornou inviável o pagamento da dívida externa, repercutindo na redução do preço da lã, na diminuição da entrada de imigrantes e dos investimentos estrangeiros, fragilizando a fórmula econômica, em que se apoiava o

¹⁴² Revista Caras y Caretas. 1ª edição, Agosto de 1898. Disponível em:
[http://hemerotecadigital.bne.es/datos1/numeros/internet/Argentina/Caras%20y%20caretas%20\(Buenos%20Aires\)/1898/189810/18981008/18981008_00001.pdf#page=1](http://hemerotecadigital.bne.es/datos1/numeros/internet/Argentina/Caras%20y%20caretas%20(Buenos%20Aires)/1898/189810/18981008/18981008_00001.pdf#page=1)

regime oligárquico, fundamentado na relação dos sucessos econômicos, com a estabilidade política.¹⁴³

Como reflexo da “expansão econômica suicida”,¹⁴⁴ instaurou-se uma situação de crise, incrementada pela atuação de novas forças políticas. A oposição, emudecida durante a presidência de Roca, reaparecia com a formação da União Cívica Radical, criando uma pressão política que culminou com a renúncia de Juárez Celman, em 1890. Durante essa década, o país teve quatro presidentes, demonstrando que o estilo político do “regime oligárquico”, não se sustentava em momentos de crise econômica. Carlos Pellegrini, vice-presidente de Celman, completou o mandato do presidente após sua renúncia. Luiz Saénz Peña assumiu em 1892, renunciando o governo para o vice, José Evaristo Urriburu. Apenas Roca completou o mandato, assumindo a segunda presidência em 1898, momento em que desapareciam os sinais da depressão econômica.

Foi durante o segundo governo Roca, que os dois países vizinhos cederam à arbitragem, como forma de resolver suas querelas nos territórios do sul. As tentativas de resolução das questões, por meio de comissões de peritos de ambas as repúblicas, se constituiu em um grande impasse. O trabalho efetuado pelas comissões de peritos dos dois países, não conseguia chegar a um acordo, quanto aos critérios a serem utilizados na definição dos limites, não avançando nas negociações. Entre as desconfianças mútuas e a “paz armada”, o trabalho de demarcação, ficava restrito à geopolítica contida nos acertos diplomáticos.

Desde Santiago, o perito argentino Francisco Perito Moreno, informava o ministro das Relações Exteriores, a respeito das reuniões realizadas entre as comissões de limites, no começo de 1898. Cada comissão apresentava seus relatórios sobre as áreas a serem demarcadas, formando “subcomissões mistas”, com representantes dos dois países, a fim de acordar os locais onde se fixariam as linhas de fronteira.¹⁴⁵ Na visão do perito argentino, era provável que os chilenos optassem por encaminhar a questão à arbitragem, pois Barros Arana mantinha suas pretensões no *divortia aquarum*, acarretando na falta de consenso pleno entre as comissões.¹⁴⁶ Apesar da sustentação da divergência principal entre elas, as reuniões produziram resultados favoráveis a consolidação da fronteira, em alguns pontos da cordilheira.

¹⁴³ BOTANA, p. 173.

¹⁴⁴ ROCK, p. 215.

¹⁴⁵ Francisco P. Moreno ao Ministro de Exteriores. Santiago, 22 de janeiro de 1898. FPM, leg. 3, sala VII, AGN.

¹⁴⁶ Idem, Santiago, 16 de janeiro de 1898.

Em agosto do mesmo ano, novas reuniões entre os peritos das duas nações, tentariam novamente, estabelecer as bases para as demarcações, muito embora a tendência fosse organizar quais eram os pontos em desacordo, para encaminhá-los à arbitragem.¹⁴⁷ Mesmo com a pouca eficácia das negociações entre os peritos, foi acordado uma tentativa de consenso entre os governos, no tocante as áreas de maior discordância. Em relação à Patagônia, a reunião de agosto pretendia colocar fim às disputas pelas áreas localizadas na porção final da cordilheira, nas proximidades com o Estreito de Magalhães, procurando uma concordância para a utilização dos critérios de demarcação: “*si en la parte peninsular del sur, al acercarse al paralelo 52°, se interna ó no la Cordillera de los Andes en los canales del Pacífico que allí existen.*”¹⁴⁸ Com a persistência dos critérios a serem adotados na demarcação (altos picos ou divisor de águas), os governos encaminhariam as atas dos peritos para o governo britânico atuar como árbitro da disputa.

Diante da impossibilidade de um acordo mútuo, as atas e demais documentos produzidos quanto à demarcação de limites foram encaminhados à Inglaterra, “*juzgando ya inútil toda discusión por considerar agotadas las argumentaciones de una i otra parte.*”¹⁴⁹ Os dois peritos, Barros Arana e Francisco P. Moreno, deveriam elaborar a linha a qual julgavam coerentes. A fronteira seria estabelecida nos pontos em comum, enquanto as divergências seriam encaminhadas à arbitragem. Toda a extensão por onde passaria a fronteira foi dividida em três partes, a fim de facilitar os estudos e as decisões arbitrais. Seriam elas: trechos do paralelo 23° ao 26° (referentes à Puna de Atacama, próximo ao território boliviano), do paralelo 26° ao 52° (até o final da cordilheira dos Andes, no sul) e as ilhas próximas ao paralelo 52°. Uma nova ata expunha os pontos divergentes entre os peritos, verificando inúmeros impasses, como a linha que ia desde as proximidades do lago Nahuel Huapi até o lago Viedma, em Santa Cruz.¹⁵⁰ No mês de dezembro de 1898, foi solicitada a arbitragem britânica, disposta em ata realizada em setembro, no caso da falta de um acordo.¹⁵¹

¹⁴⁷ Ata da reunião ocorrida entre o ministro de relações exteriores argentino, Amancio Alcorta e o enviado chileno, Walker Martinez, Buenos Aires, 6 de julho de 1898. FPM, leg. 3, sala VII, AGN.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Actas con proposiciones y anexos de las conferencias celebradas por peritos entre Chile y Argentina sobre demarcación de límites. Ministerio de Relaciones Exteriores. Disponível em: http://www.bcn.cl/lc/tinterna/tratados_pdf/tratado_mp115.pdf

¹⁵⁰ CISNEROS e ESCUDÉ (tomo VII), p. 30

¹⁵¹ Actas de acuerdo sobre límites celebrado entre Chile y Argentina. Ministerio de Relaciones Exteriores. Disponível em: http://www.bcn.cl/lc/tinterna/tratados_pdf/tratado_mp116.pdf



Legenda:

*Aunque las líneas ha echado,
enredadas en el fondo,
no ha que quedar sin pescado,
porque es hombre acostumbrado
á pescar por lo más hondo.*

Entre tensões diplomáticas e crises políticas, a década de 1890 terminava com a perspectiva de apaziguamento entre os dois países, colocando a situação do litígio sob a responsabilidade de uma comissão britânica, experiente na demarcação de limites em países europeus.¹⁵³ O presidente Roca realizou sua primeira visita à Patagônia. Dotada de muitas intenções políticas, a viagem presidencial contou com a rápida passagem pelos principais povoados dos Territórios Nacionais, ratificando a presença argentina, e

¹⁵² Árbitro britânico “pescando” com as linhas de fronteira. A legenda faz alusão à experiência do árbitro escolhido na resolução de litígios e demarcações fronteiriças. Revista Caras y Caretas, 1898. *op. cit.*

¹⁵³ La Nacion, 10 de fevereiro de 1898. FJAR, leg. 164, sala VII, AGN.

diminuindo a sensação de abandono estatal dos povos, que procuravam se firmar nas terras patagônicas.¹⁵⁴

Ao chegar ao Estreito de Magalhães, Roca encontrou o presidente chileno, Federico Errazurriz. Como parte das políticas diplomáticas emanadas em seu governo, é factível concluir que as pretensões de Roca, tanto em sua passagem pela Patagônia, quanto no encontro com o presidente, fossem as de assegurar a jurisdição argentina sobre as terras patagônicas, ao mesmo tempo em que promovia uma maior aproximação com o governo chileno. Nessa ocasião, ambos os presidentes demonstraram consentimento na realização da arbitragem britânica, diminuindo a tensão ocasionada.¹⁵⁵ Atitude condizente com o pensamento de setores da política argentina, vinculados à agroexportação, aos quais não interessava a continuidade das disputas territoriais, pois estas poderiam resultar em um conflito bélico, prejudicando as exportações argentinas. Também se tornava consenso que as áreas em litígio, próximas ao Estreito, não gerariam retorno econômico suficiente para compensar uma atitude bélica.¹⁵⁶

As tentativas de apaziguamento não interferiram na corrida armamentista, que seguia em execução pelo governo chileno e argentino. A incidência ocasional da passagem de tropas pelas áreas em litígio, ou a ocupação de lugares que estavam sob decisão arbitral, mantinham as querelas.¹⁵⁷ O fim da disputa ocorreu somente nos primeiros anos do século XX, com os resultados do laudo britânico e a assinatura dos Pactos de Maio, em 1902. A mudança do corpo diplomático dos dois governos facilitou a realização de um acordo, pois, muitos personagens que tendiam a postergar as diferenças, foram substituídos por outros com maiores tendências a cooperação entre Chile e Argentina. No pacto assinado por ambos os países, concordou-se em interromper a compra de armamentos e em efetuar a demarcação dos limites, de acordo com os estudos dos territórios em disputa e da documentação, realizada pelo governo britânico.¹⁵⁸

¹⁵⁴ El presidente en viaje. La Tribuna, 23 de fevereiro de 1898. Idem.

¹⁵⁵ CISNEROS e ESCUDÉ, (tomo VII) p. 48

¹⁵⁶ ROCK, p. 292.

¹⁵⁷ Idem, p. 49.

¹⁵⁸ Id, p. 55, 57.

Conclusões

No ano de 1878, a Patagônia passou a integrar juridicamente o território argentino, tendo sua área dividida em unidades menores, pressupondo facilitar sua administração. A colocação da Patagônia no marco jurídico antecedeu sua ocupação efetiva, apenas realizada pelo Estado nos anos 1880. Sua inserção no texto das leis, durante os preparativos para a Campanha do Deserto operada por Julio Argentino Roca, revelou um dos principais objetivos da campanha que visava ampliar a fronteira interna: integrar a Patagônia definitivamente ao mapa argentino.

Região escassamente conhecida, mas que habitava o imaginário dos *crillos* desde a colonização espanhola, a Patagônia possuiu distintos significados ao longo do tempo. O conceito foi associado, primeiramente, aos seus habitantes, os *patagones*. É provável que a denominação generalizante dos índios do sul do continente americano estivesse associada às inúmeras lendas que povoaram a região com gigantes, cidades de ouro e prata e índios *bravos*, compondo o desconhecido, que começava a entrar em contato com a Europa ocidental. A localização patagônia era fluida, quando colocada em perspectiva temporal, constatando o desconhecimento ou a falta de interesse em conhecer e fixar, a extensão de seus domínios. Associada por vezes a esterilidade de um deserto, também foi caracterizada como um “deserto”, vazio da população que se associava às expectativas de nação pretendidas, pela Argentina do século XIX.

Uma vez concretizada a independência, a maior iniciativa empreendida de ocupação das áreas patagônicas nas primeiras décadas após 1810 foi efetuada por Juan Manuel Rosas. A Campanha do Deserto, realizada no ano de 1833, não obteve grandes resultados frente aos índios do Pampa, muito embora tenha alcançado a ilha de Choele-Choel, construindo um forte, que logo foi abandonado. Mesmo sem concretizar significativa ampliação territorial, a campanha de Rosas sinalizava uma tendência observada no país, nos anos subsequentes: a valorização da propriedade de terra, assim como, as atividades a ela vinculadas.

Na segunda etapa do século XIX, verificou-se na Argentina a consolidação do modelo político que definiria as ações efetuadas contra as sociedades indígenas. Pensada e planejada por sua elite política e intelectual, o projeto de nação pretendido, não incluía os povos originários, uma vez que tinha como referencial, a construção de uma sociedade com bases europeias. A ideia de substituir o elemento autóctone pelo europeu era sintetizada com o embate entre a “civilização” e a “barbárie”. Aproximar a

sociedade argentina da européia significava usufruir dos meios técnicos e típicos da “civilização”. A instalação de meios de transporte e comunicação, por exemplo, faziam parte das prerrogativas da vida “civilizada”. Seguir o modelo das nações europeias, assim como o norte-americano, incluía a capacidade de “civilizar”, ou seja, de converter uma área considerada “bárbara” à esfera do “civilizado”. No caso argentino, tal pensamento era transposto pela necessidade de ocupar as terras herdadas da colonização espanhola, e habitadas por sociedades indígenas. Zonas como o Chaco, ao norte, e o Pampa e a Patagônia, ao sul, apresentavam-se como territórios passíveis de exploração, relacionando a conversão da “barbárie” em “civilização” à atitude que viabilizava o progresso.

Na medida em que a Argentina aumentava sua participação no comércio internacional, a zona produtiva bonaerense tornava-se insuficiente para atender às crescentes demandas pelos insumos pecuários argentinos. A expansão da “fronteira interna”, cujas tentativas se realizavam desde o período colonial, tornou-se inevitável diante das pretensões comerciais dos pecuaristas argentinos. Outro fator a ser colocado em evidência relaciona-se à segurança das *estancias*, localizadas próximas aos limites fronteiriços. A instabilidade dos espaços de fronteira colocava, muitas vezes, as sociedades indígenas e a *criolla* em oposição, sobretudo, em virtude da competição pelo gado.

Se, por um lado, os *malones* praticados pelos índios aumentavam as intenções dos proprietários de terra em promover a segurança de suas terras, pressionando o governo a realizar expedições contra os habitantes do Pampa; para os índios, a prática dos *malones* era uma importante forma de negociação. Os *malones* indígenas pressionavam o governo argentino a manter o pagamento das *raciones*, o que incluía bovinos e equinos, animais atrelados aos hábitos das sociedades indígenas *pampeanas* e *patagônicas*, inclusive, para uso em atividades comerciais. O “temor” aos *malones* também era utilizado como instrumento político das negociações ocorridas nos espaços de fronteira, em que caciques e *capitanejos*, articulavam com o poder central argentino, manifestando equiparação bélica e diplomática. Apenas no final do século XIX, armamentos agregados ao exército argentino, como os fuzis *Remington*, desequilibraram o jogo de forças nos espaços de fronteira, em prejuízo dos indígenas. A maior capacidade bélica e administrativa dentro do Exército argentino, aguçou a situação de conflito, convertida em um movimento planejado a partir da década de 1870.

Terminadas as operações na Guerra do Paraguai, o exército argentino pode mobilizar-se em atividades na fronteira sul, estacionadas durante esse conflito. Enfrentar os indígenas, angariando mais terras ao país, esteve entre as prioridades do Ministério da Guerra e Marinha. Adolfo Alsina, a frente desse ministério a partir de 1874, colocou em operação a construção da *zanja* para reforçar a linha fortificada, em uma tentativa de impedir a saída de animais para além da fronteira. A pressão dos estancieiros, somada a crise nas exportações que havia desequilibrado o país no ano de 1874, possivelmente contribuiu para a modificação do plano inicial do ministro. A estratégia de Alsina para as operações na fronteira interna consistiu em traçar uma linha contínua, onde seriam instalados fortes seguidos pela *zanja*, partiriam desde *Bahia Blanca*, até os fortes cordobeses em Rio IV. No entanto, no ano de 1876, Alsina optou por reduzir a linha da *zanja*, concentrando as operações na província de Buenos Aires. As atividades militares realizadas nesse ano se preocuparam em assegurar as terras ganhas ao índio ao sul dessa província, garantindo sua ocupação, em resposta às demandas por novos espaços para a criação de animais.

Sinalizando outra via para as atividades militares na fronteira sul, chamada à época de “sistema ofensivo”, as propostas do militar Julio Argentino Roca, aliavam estratégias de guerra com as vantagens oferecidas pelos armamentos modernos. Roca substituiu Alsina no ministério, colocando o cumprimento da lei número 215 de 1867, por meio da lei de número 947 de 1878, que dispunha fixar a fronteira interna no rio Negro, como o objetivo das campanhas realizadas. Combinando recursos ideológicos, interesses políticos e planificação militar, Roca procurou, primeiramente, convencer a cúpula do governo a investir em seu projeto, provando ser possível levar a cabo um feito, que era considerado irrealizável. Enquanto operava no campo político, procurando a aprovação de uma lei que disponibilizasse recursos para dispor a fronteira no rio Negro, operações militares conhecidas por “campanhas preliminares”, eram realizadas a partir das linhas fortificadas de Alsina. Essas operações resultaram em enorme prejuízo para as sociedades indígenas do Pampa, invadindo os principais *cacicados*, e entrando em conflito direto com os resistentes. Como consequência, os grupamentos invadidos foram dispersos, e muitas das principais lideranças enfraquecidas, reduzindo a capacidade dos índios em promover a resistência. As incursões preliminares, também auxiliaram Roca nos trâmites políticos da campanha ao rio Negro, já que praticamente assegurava ao militar, a possibilidade de sucesso nas operações que o levariam a presidência.

Realizadas as operações preliminares, a Campanha do Deserto entrou em curso no ano de 1879, utilizando os recursos financeiros provenientes da venda antecipada de título sobre as terras, que iam desde a antiga linha de fortificações, até o rio Negro. Representando um grande prejuízo para os povos originários, essas operações visaram promover a “limpeza” *pampeana*, conceito mais associado à planificação de atos de prisão e a retirada dos grupamentos indígenas dessas áreas. Conforme apreendido das cartas e informes trocados pelos militares que atuaram nas campanhas, a ordem principal depois de efetuadas as invasões as *tolderias*, era realizar o aprisionamento da maior quantidade de índios, sejam eles de *chusma* ou de *lanza*, destituindo os índios de suas terras.

As tropas tinham instruções para propor a rendição dos índios em um primeiro momento, e caso não houvesse “acordo”, a alternativa seria o confronto direto. É difícil precisar o número de baixas indígenas efetuadas, incluindo as mortes devido às condições de aprisionamento, por doenças adquiridas como a rubéola, e aquelas ocasionadas a partir da dispersão dos índios pelo Pampa, que vagavam sem os animais e instrumentos necessários para sobreviver no “deserto”. No entanto, depreende-se da situação imposta aos índios, à ocorrência do *extermínio* das sociedades indígenas como forças sociais. As operações preliminares enfraqueceram a secular capacidade de resistência, que havia permitido a sobrevivência das distintas populações indígenas, como comunidades politicamente independentes, apesar das tentativas de aculturação realizadas desde a colonização espanhola. A destruição dos *cacicados*, com a dispersão dos índios sobreviventes dos embates pelos *desiertos* ou pelos Andes, a Campanha ao Deserto não encontrou grandes dificuldades no estabelecimento das tropas no rio Negro. Os prisioneiros do deserto foram inseridos marginalmente na sociedade argentina, sofrendo prejuízo social e cultural não mensurável.

É possível afirmar que a principal intenção da campanha não era apenas estabelecer uma nova linha de fronteira interna no rio Negro mas, sim, promover a delimitação dos limites internacionais. Acabar com o marco das fronteiras internas significava ocupar a Patagônia, cujas terras não exploradas eram consideradas como parte da herança colonial. A proximidade com as eleições presidenciais e a forma como foi executada vinculam a Campanha do Deserto às articulações políticas de Roca, que tornou possível seu ingresso na presidência em 1880. A inserção jurídica da Patagônia à Argentina em 1878, na ocasião da preparação para a campanha eleitoral para Presidente no ano seguinte, o que incluía a “lei de empréstimos”, atestava que a definitiva inclusão

das terras patagônicas, era a motivação da realização das operações ao rio Negro. A Campanha do Deserto propiciou o reconhecimento político a Roca, amplamente utilizado na ocasião das disputas por votos. A continuação das operações rumo à Patagônia, foi utilizada nos discursos de sua campanha eleitoral. Por outro lado, os opositores de Roca, eram contrários a ocupação das terras austrais, como prioridade das ações de governo, utilizando esses argumentos contra o militar.

A vitória de Roca nas eleições garantiu a continuação do movimento militar ao sul, colocado entre as principais propostas de seu governo. A década de 1880 foi caracterizada pela conformação de uma cultura política, cuja tendência à centralização, era refletida nas ações aos territórios recém ocupados. As áreas incorporadas ao Estado ganharam o status de Territórios Nacionais, encontrando-se totalmente dependentes da administração federal. No entanto, o governo central mostrou incapacidade na gestão da grande extensão territorial. As terras que na teoria, deveriam abrigar pequenas propriedades, cederam aos latifúndios destinados à pecuária ovina, contribuindo para a manutenção da baixa densidade demográfica.

As operações nas zonas além do rio Negro iniciaram no norte patagônico, em locais férteis onde se encontrava grande resistência indígena, e prosseguiram até 1885. Durante esse segundo momento das campanhas militares, a concomitância entre as ações efetuadas pelos exércitos argentinos e chilenos, reduziu as possibilidades de fuga e sobrevivência para as sociedades indígenas.

Apesar da ênfase dada à atividade militar, a ocupação dos espaços patagônicos, não seguiu a dinâmica das tropas, e esteve mais relacionado às diferentes características das regiões que compõem a Patagônia. Essa região contou com movimentos colonizadores, que não estavam necessariamente vinculados às ações militares. Como exemplo, veja-se a colonização galesa no Chubut, que desmente a ideia de que a colonização foi direcionada ou possibilitada somente pela atividade militar. Os primeiros grupos de imigrantes galeses se instalaram de forma autônoma, durante a década de 1860, em terras concedidas pelo governo argentino, muito embora, se encontrassem em região praticamente desconhecida. A dinâmica ocupacional na Patagônia não seguiu o movimento norte-sul efetuado pelo exército, recebendo imigrantes situados no sul Chile, e os criadores de ovelhas das ilhas Malvinas, trazendo para o continente a produção que se converteria em principal atividade dessa região.

Tanto a inserção do Estado argentino tanto no Pampa, quanto na Patagônia, representaram a capacidade de *civilizar*. Da mesma forma que nações europeias

realizavam na África e na Ásia, e os norte-americanos na costa oeste de seu atual território, a Argentina também promoveu a ampliação dos domínios da “civilização”, a paisagens não exploradas. Ainda que a motivação de inserir grandes extensões de terras não fosse limitada à derrocada da “barbárie”, essas justificativas integravam as estruturas de pensamento do período, auxiliando na compreensão dos eventos apresentados. Em finais dos oitocentos, foi finalizada a construção da Patagônia como território argentino, inserida ao conjunto administrativo do país, muito embora de forma distinta as demais províncias. A definitiva incorporação política da região ao país ocorreu durante o século XX, simbolizada pela aquisição de direitos políticos e civis por sua população.

Por fim, cabe a reflexão de que as campanhas realizadas contra as populações originárias estão intrinsecamente vinculadas ao processo de inclusão da Patagônia à Argentina. Dessa forma, as Campanhas ao Deserto tornam um dos principais objetos dessa pesquisa, impopular, apesar de inserido no conjunto de temas tradicionais da história argentina. As incursões militares ocasionaram a destruição de diversas sociedades indígenas, habitantes das áreas do Pampa e da Patagônia, contando com a rendição dos sobreviventes a padrões culturais alheios aos seus próprios. Com a ocasião da redemocratização vivida na atualidade, acentua-se a importância dada aos Direitos Humanos, assim como, a existência de comissões de julgamento dos crimes contra a humanidade cometidos no passado. Os povos originários são muitas vezes incluídos entre os grupos que demandam reparações contra os crimes cometidos no passado, invocando a história para atuar como “juiz” dos processos ocultos pelas camadas do tempo.

Nos últimos anos, cresceu o debate em torno da retirada de monumentos a Julio Argentino Roca, protagonista da Campanha ao Deserto. Um deles está exposto na intersecção da diagonal que leva seu nome, com a rua denominada com o nome de seu predecessor nas ações ao “deserto”, Adolfo Alsina, nas proximidades da *Plaza de Mayo*. Em reportagem do



jornal “O Estado de São Paulo”, afirmou-se que autoridades do governo argentino, pretendem retirar a estátua de Roca, por lembrar às campanhas contra as sociedades indígenas, entendidas como genocidas.¹ O monumento de Roca ainda jovem, em cima do cavalo, simboliza o retorno do “deserto”, após a conclusão das operações militares.

Outra demanda em vigor, diz respeito à retirada da imagem do ex-presidente argentino, das cédulas de cem pesos, juntamente com a figura das tropas durante a Campanha ao Deserto, no verso da cédula. A figura de Roca foi estampada na nota de maior valor do país, durante a presidência de Carlos Menem (1989-1999). Os dois exemplos são representativos para ilustrar um dos muitos discursos sobre a forma como a Patagônia foi ocupada. A imagem de um “herói”, presente em monumentos públicos e na moeda de circulação nacional, é contrastada com os discursos de um Roca “vilão”, em que sua lembrança remete a atrocidades cometidas em nome do Estado.

A visão maniqueísta do passado tende a simplificar os acontecimentos, reduzindo a capacidade compreensão dos processos históricos. O enquadramento de personagens e ações passadas em categorias simplistas como o “bem” e o “mau”, esconde a complexidade das situações, ao buscar no passado apenas os elementos capazes de ratificar uma posição no presente. A função crítica dos acontecimentos de outrora é intrínseca à produção historiográfica, no entanto a análise dos fatos não deve anteceder a investigação do ocorrido. A negação do passado versus a exaltação de personagens históricos norteia as principais correntes de pensamento, a respeito das ações militares contra os índios do Pampa e da Patagônia. Por um lado, percebe-se a reprodução dos discursos políticos que, na época de Roca, impulsionaram as operações militares. A visão de uma “conquista” heróica, que colocava o país no caminho da “civilização”, precisa ser contextualizada e analisada de acordo as concepções de sua época.

Tal corrente pode ser observada em trabalhos produzidos



¹ O Estado de São Paulo, 23/11/2011. <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,decreto-de-cristina-manda-reescrever-historia-argentina,-801811,0.htm>

principalmente nos anos 1970, coincidindo com o centenário da Campanha do Deserto. Nessa ocasião, foram publicados inúmeros trabalhos sobre o tema, além de publicações editadas pela *Academia Nacional de la Historia*, como parte de um congresso realizado no ano de centenário. Nesse período, houve uma tendência a reforçar o papel da “Geração de 80” na edificação do Estado argentino, colocando a “conquista” da Patagônia entre os feitos dessa geração. O Centenário ocorreu durante a ditadura militar e os feitos do exército foram destacados, a fim de ressaltar a importância política dessa instituição. Os trabalhos oriundos do congresso “*la conquista del desierto*”,² simplesmente reproduziram os discursos que justificaram as campanhas pelos parâmetros “civilizacionais”. As ações militares eram colocadas como necessárias a edificação da nação, reduzindo o processo histórico a uma visão que pretendia justificar a ditadura em vigor.

Por outro lado, a oposição radical à imagem de Roca é colocada por intelectuais como Osvaldo Bayer, apresentando visão similar àquelas que pretendem extirpar o ex-presidente de monumentos e cédulas monetárias. O historiador argentino Mariano Nagy, identifica a existência de uma “lenda rosa”, marcada pela persistência dos argumentos vigentes no século XIX, e uma “lenda negra”, que concentra a oposição radical aos eventos de 1879.³ Por ser um campo de disputas, abarcando descontinuidades e posições distintas, apenas compreensíveis dentro de uma perspectiva temporal, a História é o espaço para os conflitos da sociedade. Entretanto, invocar o passado apenas para defender ou refutar disposições do presente, retira a abrangência das ações humanas no tempo, limitando-as a discursos simplificadores, afastando o historiador de seu compromisso em manter a fidelidade em relação ao passado.⁴

Durante a década de 1980, período dos últimos governos militares, David Viñas com a obra *Indios Ejercito y Fronteras*,⁵ colocou a campanha dos oitocentos como forma de combate ao regime militar. A temática dos “desaparecidos” foi transposta às ações perpetradas contra os povos originários, na busca de argumentos que se

² *Congreso Nacional de Historia sobre la Conquista del Desierto*. Celebrado en la ciudad de Gral. Roca del 6 al 9 de noviembre de 1979. Con los auspicios de la Comisión Nacional de Homenaje al Centenario de la Conquista del Desierto. Tomo I. Academia Nacional de la Historia: Buenos Aires, 1980. BNA.

³ NAGY, Mariano. *Conquista del desierto: Exterminio, incorporación o disolución tribal. Aproximación desde un estado de la cuestión*. Disponível em:

http://www.filo.uba.ar/contenidos/secretarias/seube/catedras/ddhh/textos/genocidio/conquista-del-desierto.htm#_ftn3

⁴ TODOROV, Tzvetan. Pasado presente. In: *Memoria del mal, tentación del bien* – Indagación sobre el siglo XX. Barcelona: Ediciones Península, 2002, p. 237, 240.

⁵ VIÑAS, David. *Indios Ejercito y Fronteras*. 1ª ed. México: Siglo XXI editores, 1982.

atrelassem à oposição contra a ditadura militar. Juntamente com essa tendência, é parte da “lenda negra”, afirmar que a Argentina vivenciou um processo de eliminação das sociedades originárias. Produções historiográficas atuais, associadas à etnohistória e a antropologia, tendem a ratificar a presença indígena nos quadros sociais argentinos, em oposição à visão que acusa o Estado de promover a eliminação total das sociedades originárias.

Em trabalhos mais recentes, a exemplo de Monica Quijada,⁶ defende-se que, após a Campanha do Deserto, construiu-se no imaginário coletivo a ideia do desaparecimento das populações indígenas, enquanto processava a incorporação das sociedades vencidas no “deserto”, ainda que de forma marginal. De acordo com a autora, depois de finalizadas as operações militares, foi produzido um fenômeno de “invisibilização” da cultura indígena, dispersa entre os milhares de imigrantes que chegavam à Argentina. Mariano Nagy aporta argumentos, que contribuem para demonstrar a falsa noção de desaparecimento das sociedades originárias. Nagy citou uma pesquisa finalizada em 2005 pela Universidade de Buenos Aires, comprovando que mais de 50% da população argentina possui linhagem indígena em sua carga genética.⁷

Os dados apresentados indicam que a simples tomada de posição a respeito dos feitos passados, atenuam as múltiplas dimensões dos eventos históricos. O trabalho de pesquisa, portanto, torna-se necessário por auxiliar a compreensão dos eventos, ao considerar a alteridade com o momento presente. A reflexão sobre o passado que tem em vista as descontinuidades do percurso temporal, levanta a preocupação conceitual, por exemplo, como tentativa de entender os diferentes usos dos conceitos, de acordo com cada momento político-social. A fim de evitar a inserção demasiada do tempo presente na interpretação do outro, procura-se localizar temporalmente as palavras utilizadas, o que auxilia no entendimento de seus usos e significados. Um trabalho historiográfico, no entanto, está diretamente relacionado às possibilidades do momento em que está inserindo, o que torna a pesquisa histórica, intencionalmente anacrônica.⁸

Outro dado levantado por Nagy confronta os diversos números existentes sobre a quantidade de índios, anteriores as campanhas militares, igualmente, o número de

⁶ QUIJADA, Monica. Repensando la frontera sur argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y étnica (siglos XVIII y XIX). *Revista de Indias*, 2002, vol. LXII, n.º 224, p. 133, 137.

⁷ NAGY, p. 5.

⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 306, 327.

mortos e prisioneiros efetuados pelas incursões.⁹ É possível que a dispersão das fontes documentais torne imprecisos tais registros, conflitantes entre muitos historiadores encarregados da questão. Também é provável que tenha ocorrido a omissão de dados dos registros oficiais, ou a perda de parte da documentação, convertidas em rastros fragmentados do passado. Creio que, mais importante do que atestar com precisão a quantidade de índios existentes, está a preocupação em localizar as comunidades indígenas na história, entendendo-as como parte importante da sociedade argentina, constituintes de sua cultura e identidade. É por meio do conhecimento das ações cometidas contra os índios, retirando muitas vezes o direito de pertencimento a uma comunidade, que é aberto o caminho para pensar o lugar dos povos originários no presente.

⁹ NAGY, p. 10.

Referências Bibliográficas

1. Fontes Primárias Manuscritas

a) División Colonia – Sección Gobierno y hacienda (AGN)

Diário expedição ao Colorado. Juan de la Piedra.

b) *Fundo Julio Argentino Roca* (AGN)

Alocuciones y Proclamas, leg. 153

Artículos y Ensayos sobre temas económicos, políticos y militares. Poesías y máximas.
leg. 154

Artículos Ensayos, Poesias y Informes, leg. 176

Correspondencias Recebidas, leg. 8

Correspondencias Recebidas, leg. 5

Correspondencias Recebidas, leg. 10

Correspondencias Recebidas, leg. 7

Documentos económicos. Colonización. Indios. Fronteras, leg. 155

Documentos militares, leg. 134

Expedientes Judiciales y Administrativos, leg. 159

Impresos, leg. 175

Mapas, planos y croquis, leg. 167

Recortes de Periódicos y Publicaciones, leg. 163

Recortes de Periódicos y Publicaciones y folletos, leg. 164

Recortes de Periódicos y Publicaciones y folletos, leg. 165

Recortes de Periódicos y Publicaciones y folletos, leg. 166

Recortes de Periódicos e Publicaciones Periódicas, leg. 177

Obras públicas. Relaciones Exteriores. Asuntos políticos, leg. 157

Tratados. Leyes. Decretos. Reglamentos, leg. 158

Telegramas entre terceros, leg. 174

c) *Fundo del Coronel Álvaro Barros* (AGN)

Documentación oficial y particular, leg. 155

Documentos varios y impresos, leg. 156

d) Colección Felix Frias (AGN)

Correspondencia y Colección de Documentos, leg. 3

e) Fondo Perito Moreno (AGN)

Conflicto Limítrofe con Chile, leg. 3

Escritos. Dirección General de Tierras y Colonias, leg. 6

f) Rufino de Elizalde (IR)

Correspondencia de Diego Barros Arrana con Rufino de Elizalde (1878)

Protocolos de la negociación Elizalde-Barros (1877-1878)

2. Periódicos

La voz de río Cuarto, Río Cuarto

La Nación, Buenos Aires

La Tribuna, Buenos Aires

El Porteño, Buenos Aires

El Plata, Montevideo, Uruguay

La Prensa, Buenos Aires

El Hispano Americano, Sevilla, España

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro

Le Courier Suisse du Rio de la Plata, Buenos Aires

El Comercio, Cochabamba, Bolivia

El Progreso, Buenos Aires

El Liberal, Tucumán

La Republica, Buenos Aires

Le Courier de la Plata, Buenos Aires

3. Fontes Primárias Impressas

ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852), p. 48. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/00360552199914939647857/p0000001.htm?marca=Patagonia#72>

ANGELIS, Pedro. *La ciudad encantada de la Patagonia* (1836). Buenos Aires: Continente, 2005

D'ORBIGNY, Alcide. *Viaje por America meridional II*. 1ª ed. Buenos Aires: emecé, 1999.

FALKNER, Thomas. *Descripción de Patagonia y de las partes adyacentes de la América meridional*. (1835)

Disponível em:

[http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/80261629545804830976613/p0000001.htm?marca=patagonia thomas falkner#](http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/80261629545804830976613/p0000001.htm?marca=patagonia%20thomas%20falkner#)

HERNANDEZ, JOSÉ. *Martín Fierro* (1872). Buenos Aires: Losada, 2007

MANSILLA, Lucio V. *Una excursión a los indios ranqueles* (1870). Buenos Aires: Agebe, 2008

OLASCOAGA, Manuel J. *Estudio Topográfico de la Pampa e Rio Negro*. (1880) Tomo II. Buenos Aires: Comisión Nacional Monumento al Teniente General Roca, 1940

_____. *Estudio Topográfico de la Pampa e Rio Negro*. (1880) Tomo I. Buenos Aires: Comisión Nacional Monumento al Teniente General Roca, 1940

OVANDO, Carlos Valenzuela Solís de, *Tradiciones coloniales*. Disponível em:

<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/tradiciones-coloniales--0/pdf/>

PRADO, Manuel. *La guerra al malón*. (1891). 2ª ed. Buenos Aires: Claridad, 2007

Revista Caras y Caretas. 1ª edição, Agosto de 1898. Disponível em:

[http://hemerotecadigital.bne.es/datos1/numeros/internet/Argentina/Caras%20y%20caretas%20\(Buenos%20Aires\)/1898/189810/18981008/18981008_00001.pdf#page=1](http://hemerotecadigital.bne.es/datos1/numeros/internet/Argentina/Caras%20y%20caretas%20(Buenos%20Aires)/1898/189810/18981008/18981008_00001.pdf#page=1)

SARMIENTO, Domingo F. *Argirópolis* (1850). Buenos Aires, Losada: 2007

_____. *Facundo: civilización o barbarie*. Buenos Aires: Eudeba, 2011

ZEBALLOS, Estanislao S. *La conquista de quince mil leguas: Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia* (1878). 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2008

_____. *Callvucurá y la Dinastía de los Piedra* (1884). Buenos Aires: Ediciones Solar, 1994.

_____. *Painé y la Dinastía de los Zorros* (1889). Buenos Aires: Hachette, 1955.

4. Fontes Secundárias

ACRÉ, José. La Campaña del Desierto. In: *Publicaciones del Museo Roca: Estudios XI*. Museo Roca: Buenos Aires, 1966

BANDIERI, Susana. História Unisinos. Porto Alegre, n 13, Janeiro/Abril 2009. Entrevista: A história regional e a historiografia Argentina, concedida a Maria Cristina Bohn Martins

_____. (org.). *Cruzando la Cordillera: la frontera argentino-chilena como espacio social*. 1ª ed. CEHIR: Neuquén, 2001

_____, BLANCO, Graciela, VARELA, Gladys (dir.) *Hecho en Patagonia: La Historia en perspectiva regional*. 1ª ed. Neuquén: Educo, 2005

_____. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009

BARBA, Fernando Enrique. Crecimiento ganadero y ocupación de tierras públicas, causas de conflictividad en la frontera bonaerense. *Revista ANDES*, Universidad Nacional de Salta, Argentina, n. ° 18, 2007

BARSKY, Osvaldo e GELMAN, Jorge Daniel. *Historia del Agro Argentino: Desde La conquista hasta fines del siglo XX*. 2ª ed. Buenos Aires: Mondadori, 2005

BOHOSLAVSKY, Ernesto e ORELLANA, Milton Godoy (editores). *Construcción estatal, orden oligárquico y respuestas sociales: Argentina y Chile, 1840 – 1930*. Buenos Aires: Prometeo, 2010

BOTANA, Natalio. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires, Hyspamerica, 1985

BOTANA, Natalio e GALLO, Ezequiel. *De la República posible a la República verdadera* (1880-1910). Biblioteca del pensamiento argentino. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2007

BOWEN, E. G. The Welsh Colony in Patagonia 1865-1885: A Study in Historical Geography. *The Geographical Journal*, Vol. 132, No. 1, 1966, p. 16. Blackwell Publishing on behalf of The Royal Geographical Society (with the Institute of British Geographers).

BURR, Robert. *By reason or force. The balancing of power in South America (1830-1905)*. University of California Press, 1965

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lúgia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006

CISNEROS, Andrés e ESCUDÉ, Carlos. *Historia General de las Relaciones Exteriores de la Republica Argentina*. Tomo VI. Parte I. 1ª edição. Buenos Aires: Grupo editor Latinoamericano, 1998

CISNEROS, Andrés e ESCUDÉ, Carlos. *Historia General de las Relaciones Exteriores de la Republica Argentina*. Tomo VII. Parte II. 1ª edição. Buenos Aires: Grupo editor Latinoamericano, 1998

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina: 1880- 1846*. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007

Congreso Nacional de Historia sobre la Conquista del Desierto. Celebrado en la ciudad de Gral. Roca del 6 al 9 de noviembre de 1979. Con los auspicios de la Comisión Nacional de Homenaje al Centenario de la Conquista del Desierto. Tomo I. Academia Nacional de la Historia: Buenos Aires, 1980.

COLLIER, Simon. O Chile da Independência à guerra do Pacífico In BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina – da Independência até 1870*, volume III. São Paulo: Edusp, 2004

CRIVELLI, A. Eduardo. La sociedad indígena. Academia Nacional de la Historia. *Nueva Historia de la Nación Argentina*, tomo IV, Buenos Aires: Editorial Planeta, 2000

DE MARCO, Miguel Ángel. *La Guerra de la Frontera: luchas entre indios y blancos (1536-1917)*. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2010

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

_____. *Espaços Nacionais na América Latina: da Utopia Bolivariana à Fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994

ENCINA, Francisco. *Historia de Chile*. Tomo XXXI. Santiago: Editorial Ercilla, 1986

EYZAGUIRRE, Jaime. *Historia de Chile*. Santiago: Zig-zag, 1965

FLORIA, Carlos Alberto e BELSUNCE, César A. *Historia de los argentinos*. Buenos Aires: Ediciones Larrousse, 1992

FRADKIN, Raúl e GARVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009

GOYAGANA, Francisco M. *Sarmineto y la Patagonia*. Buenos Aires: Lumiere, 2006.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005

_____. *Proyecto y construcción de una Nación: 1846 – 1880*, 1ª ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007

_____. *La formación de la clase terrateniente bonaerense*. 1ª ed. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

HENRY, James. The Patagonia. Pennsylvania: The Pennsylvania State University, 2001. Disponible em: <http://www2.hn.psu.edu/faculty/jmanis/hjames/Patagonia.pdf>

HORA, Roy. *Historia económica de la Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010

KOSELLECK, Reinhart. Histoire, Droit et justice. In : *L'expérience de l'histoire*. Paris : Galliamard/Hautes Études/Le Seuil, 1997

_____. *Futuro Passado*. Contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006

LACOSTE, Pablo. *La imagen del otro en las relaciones de la Argentina y Chile (1534-2000)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003

LENZ, Maria Heloisa. O Papel de La Conquista del Desierto na Construção do Estado Argentino no Século XIX. *Revista FEE*. Vol. 27, n.º 2, 2006.

Disponible em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2128/2511>

LYNCH, John. As Repúblicas do Prata: da independência à guerra do Paraguai. In BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina – da Independência até 1870*, volume III. São Paulo: Edusp, 2004

LUNA, Félix. *Soy Roca*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999

_____. *Grandes protagonistas de la Historia Argentina: Julio A. Roca*. 1ª ed. Buenos Aires: Planeta, 2004

MALAMUD, Carlos. *Historia de América*. Madrid: Alianza Editorial, 2005

MANDRINI, Raul. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005

MARFANY, Roberto H. Frontera con los indios en el sud y formación de pueblos. In Academia Nacional de la Historia, *Historia de la Nación Argentina*. Vol. IV, 4ª ed. Buenos Aires: El Ateneo Editorial, 2000

MARROU, Pierre. *De la connaissance historique*. 2ª ed. Paris: Éditions du Seuil, 1954

MÍGUEZ, Eduardo. *Historia económica de la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008

MORONI, Marisa. La incorporación de los Territorios Nacionales en el proceso de consolidación del Estado Argentino. El caso del Territorio de la Pampa Central. *Revista ANDES* N° 16 - 2005. Facultad de Humanidades. Universidad Nacional de Salta

NAGY, Mariano. *Conquista del desierto: Exterminio, incorporación o disolución tribal. Aproximación desde un estado de la cuestión*. Disponible em:

http://www.filo.uba.ar/contenidos/secretarias/seube/catedras/ddhh/textos/genocidio/conquista-del-desierto.htm#_ftn3

NAVARRO FLORÍA, Pedro. El salvaje y su tratamiento en el discurso político argentino sobre la frontera sur (1853-1879). *Revista de Indias*, 2001, vol. LXI, n. ° 222

NÉSPOLO, Eugenia. 2006. La frontera bonaerense en el siglo XVIII un espacio políticamente concertado: fuertes, vecinos, milicias y autoridades civiles-militares. *Mundo Agrario*. Vol. 7. Número 13

OSZLAK, Oscar. *La formación Del Estado Argentino: orden, progreso y organización nacional*. 4ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2009

PAMPLONA, Marco A. e MADER, Maria Elisa, org. *Revolução de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. Vol. I, 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007

PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos: Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*. 2005. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PRIVITELLIO, Luciano. Prólogo, In: DE TITTO, Ricardo J. *El Pensamiento de la Generación del 80*. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2010

QUIJADA, Monica. Repensando la frontera sur argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y étnica (siglos XVIII y XIX). *Revista de Indias*, 2002, vol. LXII, n. ° 224

RAONE, Mario Juan. *Fortines del Desierto: Mojones de civilización*. Buenos Aires: Lito, 1969

RAPOPORT, Mario y colaboradores. *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Macchi, 2000

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010

RICUPERO, Bernardo. As nações do romantismo argentino. In: PAMPLONA, Marco A. e MADER, Maria Elisa, org. *Revolução de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. Vol. I, 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007

ROCK, David. *Argentina 1516 -1987: Desde La colonización española hasta Alfonsín*. Buenos Aires: Alianza, 1989

ROFMAN, Alejandro B. e ROMERO, Luis A. *Historia socioeconómico y estructura regional en la Argentina*. 2ª ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1974

RUIZ MORENO, Izidoro J. *Campañas militares argentinas. La política y la guerra: luchas contra indios y sediciosos (1870-1884)*. Tomo V. 1ª ed. Buenos Aires: Claridad, 2009

SAID, Jaime. *Patagonia*. 2ª ed. Santiago de Chile: Editorial Patagonia Media, 2011

- SBARRA, Noel H. *Historia del Alambrado en la Argentina*. 5ª ed. Buenos Aires: Letemendia, 2008
- SEBRELI, Juan José. *Crítica de las ideas políticas argentinas*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003
- STORTINI, Julio, CEVA, Mariela, JÁUREGUI, Aníbal. *Manual de Historia Social Argentina. Tomo I (1852-1976)*. Buenos Aires: Prometeo, 2010
- TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina 1806-1852*. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2009
- TÉRAN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina: diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008
- TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. Disponible en: http://us.history.wisc.edu/hist102/pdocs/turner_frontier.pdf
- TODOROV, Tzvetan. Pasado presente. In: *Memoria del mal, tentación del bien – Indagación sobre el siglo XX*. Barcelona: Ediciones Península, 2002
- VIÑAS, David. *Indios Ejército y Fronteras*. 1ª ed. México: Siglo XXI editores
- VILLALOBOS, Sergio. *La vida fronteriza en Chile*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992
- ZUSMAN, Perla. La alteridad de la nación. La formación del Territorio del Noroeste del Río Ohio de los Estados Unidos (1787) y de los Territorios Nacionales en Argentina (1884). *DOCUMENTS D'ANÀLISI GEOGRÀFICA*. 2010, vol. 56/3, Universidad Autònoma de Barcelona